Giacomo Patrocinio Figueredo

Uma descrição sistêmico-funcional da estrutura do grupo nominal em português orientada para os estudos lingüísticos da tradução

Belo Horizonte - 2007

Giacomo Patrocinio Figueredo

Uma descrição sistêmico-funcional da estrutura do grupo nominal em português orientada para os estudos lingüísticos da tradução

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Lingüística Aplicada.

Área de concentração: Lingüística Aplicada

Linha de Pesquisa H – Estudos da Tradução

Orientadora: Professora Doutora Adriana Silvina Pagano

Belo Horizonte

Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais

2007

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é uma unidade de significado produzida coletivamente como resultado da criação de representações por tantas pessoas que não seria capaz de enumerá-las todas aqui. Por isto, restringindo-me à época da escritura deste texto, presto agradecimentos:

À professora Adriana Pagano, pela orientação e co-autoria neste projeto.

Aos colegas do LETRA/CORDIALL pela cooperação que ajudou este trabalho a ganhar vida, em particular à Camila, colega de trabalho nas pesquisas da época da graduação e ao Cristiano, com quem, em conjunto, pude desenvolver várias pesquisas, inclusive parte da que nesta dissertação será apresentada.

À CAPES pelo apoio financeiro a esta pesquisa.

Aos professores Célia Magalhães e Fabio Alves por terem contribuído no amadurecimento das idéias apresentadas nesta pesquisa.

Aos amigos Joaquim, Alberto, Ernesto, Francisco, Nelson, Joãozinho, Guilherme, Eduardo, Darcy, Jaime, Fernando, José, Luís e Miguel.

À Grazziela, no incentivo fraterno e por ser modelo de pesquisadora.

Ao David, companheiro nesses anos e amigo, obrigado.

E, principalmente, à Cristina, cujo apoio, solidariedade e companheirismo ajudaram de modo fundamental a levar a cabo este projeto. Obrigado por dividir comigo a vida.

À professora Adriana Pagano agradeço mais uma vez, pelas tantas ocasiões em que me serviu de apoio nestes anos de pesquisa em conjunto, contribuindo de forma crucial para minha formação.

Na desesperação já repousava
O peito longamente magoado,
E, com seu dano eterno concentrado,
Já não temia, já não desejava;

Quando ũa sombra vã me assegurava
Que algum bem me podia estar guardado
Em tão fermosa imagem, que o treslado
Na alma ficou, que nela se enlevava.

¡Que crédito que dá tão facilmente
O coração àquilo que deseja,
Quando lhe esquece o fero seu destino!

Ah! deixem-me enganar, que eu sou contente;
Que, posto que maior meu dano seja,
Fica-me a glória do que imagino.

Camões

RESUMO

Diante da necessidade apontada pelos estudos sistêmico-funcionais aplicados à língua portuguesa, qual seja, a descrição sistêmico-funcional do português como instrumento de análise e estudo da tradução, esta dissertação adota uma visão lingüístico-funcional da tradução (TEICH, 1999; MATTHIESSEN, 2001), na qual a tradução é entendida a partir da dimensão da instanciação como uma relação entre sistemas lingüísticos e a descrição lingüística se constitui como uma das etapas dos estudos tradutórios no contexto desta visão. Objetivando promover a identificação da ordem do grupo em português e a descrição dos sistemas componentes das estruturas experiencial e lógica da classe do grupo nominal (cf. HALLIDAY, 2002), esta dissertação tomou como base os processos sócio-semióticos (cf. COUCHMAN, 2006), para a compilação de um córpus (com um total de 12.000 palavras distribuídas em oito subcórpora de 1.500 palavras, cada qual relativo a um dos oito processos sócio-semióticos) no qual as classes de grupos foram anotadas segundo suas funções, bem como os itens na ordem da palavra que serviram de elementos na estrutura dos grupos. Destas anotações foram retirados os padrões de funções destes elementos. Para a realização da análise, adotou-se como ponto de partida para a descrição a dimensão da estrutura. O exame "de baixo" revelou a forma como os elementos da ordem inferior se agrupam, formando, assim, classes. "De cima" foi possível observar quais são as classes de grupos que operam como elemento na estrutura da oração. Tal análise indica que são as ordens em português: morfema, palavra, grupo (e frase) e oração. Para a descrição da estruturação do grupo nominal, este foi examinado "de baixo" e nele foram identificadas as classes de palavras que servem como elemento na ordem do grupo (nominal). Examinando o grupo nominal "ao redor", descreveu-se a forma como as classes de seus elementos componentes se organizam. Os resultados alcançados indicam que o grupo nominal em português se estrutura de forma experiencial e lógica. Experiencialmente, os elementos presentes nesta classe de grupo

cumprem as funções de ***Qualidade***: Dêiticos: não-seletivo (específico e não-específico), seletivo de proximidade, seletivo de pessoa, indefinido, interrogativo. Numerativo: ordenativo, quantitativo, interrogativo. Epíteto: experiencial, interpessoal. Classificador: várias classes (material, origem, característica, etc.). Além destas, há presente também a função do ***Ente***, que pode ser classificado taxonomicamente como: consciente, animal, objeto material, substância, abstração material, instituição, objeto semiótico, abstração semiótica. Na estrutura lógica, o sistema lingüístico do português possui um elemento operando como Núcleo e outros elementos operando como Pré- e Pós-modificadores. Foi possível também observar que a posição de pós-modificação exerce dominância em relação de pré-modificação, permitindo que os elementos Pós-modificadores sejam modificados pelos Pré-modificadores. Em seguida, promoveu-se a comparação e o contraste entre o português e um outro sistema lingüístico que, no caso desta pesquisa, a seleção foi pelo inglês. Corroborando os estudos de Matthiessen (2001), Teich (2001) e Steiner (2002), esta descrição provou ser útil para o contraste tipológico com outros sistemas lingüísticos, podendo ser capaz de contribuir para análises futuras pautadas pela visão lingüístico-funcional da tradução.

Palavras-chave: visão lingüístico-funcional da tradução; descrição sistêmico-funcional; descrição do português; grupo nominal.

ABSTRACT

In the past few years, systemic-functional studies of translation having Portuguese as one of the systems involved have claimed the need for further descriptions as a resource to further studies of translation. As an attempt to meet this need, this thesis adopted a linguistic-functional view of translation (TEICH, 1999; MATTHIESSEN, 2001) in which translation is understood as a meaning-making resource that takes place when a relationship is established between linguistic systems seen first through the instantiation dimension of the systems. This view requires system description as a fundamental step to the study of translation. Within this context, this thesis identified Portuguese rank scale and described the nominal class of groups as well as its experiential and logical structures by taking the dimension of structure as the most comprehensive environment (HALLIDAY, 2002). Based on the social-semiotic processes and the text types related to them (see COUCHMAN, 2006) a 12,000-word corpus was collected (with 1,500 words per socio-semiotic process). Classes of group were annotated in relation to their clause functions, as well as word rank items serving as elements or parts of elements in group structure. For the analysis, this thesis took structure as the most comprehensive environment for description and was able to point at the hierarchical constitution of the Portuguese rank scale. Looked at "from below", it was possible to understand how group items form elements in clause structure and word items form elements in group structure. Looked at "from above", it was possible to understand which group classes operate as particular elements in clause rank. As a result, this description indicates that Portuguese rank scale has four ranks: morpheme, word, group (phrase) and clause. Examining nominal group class "from below", word classes operating as elements in nominal group structure were identified. Examining nominal group "from roundabout" it was possible to see how elements functioning within the nominal group were selected to form secondary

structures of nominal groups, indicating that the nominal group structure in Portuguese is both experiential and logical. The experiential structure of the nominal group in Portuguese has two broad functions of Quality and Thing. ***Quality*** in Portuguese has the functions of: Deictics: non-selective (specific and non-specific), selective for proximity, selective for person, indefinite and interrogative. Numerative: ordenative, quantitative and interrogative. Epithet: experiential and interpersonal. Classifier: several classes (in respect to material, origin, characteristic, etc.). ***Thing***, classified taxonomically as: conscious, animal, material object, substance, material abstraction, institution, semiotic object, semiotic abstraction. The logical structure of the nominal group in Portuguese has a Head and Pre- and Post-modifiers. The Head can be operated by any of the elements from experiential structure, including Qualifiers (prepositional phrases mostly). Post-modifying position is dominant in relation to pre-modifying position in Portuguese, which enables Post-modifiers to be modified by Pre-modifiers. Following the works of Teich (1999), Matthiessen (2001), Teich (2001) and Steiner (2002), the present description can be understood as a means to typological contrast and a resource to future investigations bearing the linguistic-functional view of translation.

Keywords: linguistic-functional view of translation; systemic-functional description; description of Portuguese; nominal group.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadros:

Figuras:

LISTA DE TERMOS TRADUZIDOS

As traduções dos termos sistêmicos apresentados nesta dissertação seguiram as recomendações da lista de termos aprovados pelos pesquisadores que participam da lista de discussão da lingüística sistêmico-funcional em português. Com relação aos termos ainda não traduzidos, porém utilizados na presente dissertação, apresenta-se a seguinte proposta de tradução, que, neste trabalho foi empregada. Observam-se aqui, conforme o estabelece a teoria sistêmico-funcional, as grafias com letras minúsculas e maiúsculas.

	Termos em inglês	Termos em português
1	act clause	oração-ato
2	affected	afetado
3	agnate	agnato
4	agnation	agnação
5	choice	escolha
6	choose	escolher
7	class	classe
8	closed systems	sistemas fechados
9	conflated	convergente
10	conflation	convergência
11	Deictic	Dêitico
12	delicacy	delicadeza
13	delicate	delicado
14	determiner	determinante
15	Element	Elemento
16	epithesis	epítese
17	Epithet	Epíteto
18	exhaustion	exaustão
19	fact clause	oração-fato
20	from above	de cima
21	from below	de baixo
22	fused	fundido
23	fusion	fusão
24	fuzziness	difusão
25	fuzzy	difuso
26	grammar	gramática
27	grammatics	gramaticologia
28	indelicate	indelicado
29	iteration	iteração
30	macrophenomenon	macrofenômeno
31	metaphenomenon	metafenômeno
32	mini-clause	mini-oração
33	mini-range	mini-extensão
34	modification	modificação
35	MOOD system	sistema de MODO
36	multivariate structure	estrutura de variável múltipla

37	numeral	numeral
38	Numerative	Numerativo
39	open sets	conjuntos abertos
40	opt	optar
41	option	opção
42	ordering Numerative	Numerativo ordenador
43	permanence	permanência
44	phrase	frase
45	Post-deictic	Pós-dêitico
46	Post-modifier	Pós-modificador
47	Pre-modifier	Pré-modificador
48	quantifying Numerative	Numerativo quantificativo
49	rank	ordem
50	rank scale	escala de ordens
51	rankshift	mudança de ordem
52	rankshifted	mudado de ordem
53	roundabout	ao redor
54	Scope	Escopo
55	select	selecionar
56	selection	seleção
57	sentence	sentença
58	shade	matizar
59	shunt	manobrar / manobra
60	stratum	estrato
61	subcategorization	subcategorização
62	sub-modification	submodificação
63	sub-sentence	sub-sentença
64	syntagm	sintagma
65	system network	rede do sistema
66	system-&-process	sistema-e-processo
67	systemics	sistêmica / teoria sistêmica
68	thing (fenômeno)	ser
69	Thing (gramatical)	Ente
70	thing (semântico)	ente
71	transience	transitoriedade
72	TRANSITIVITY system	sistema de TRANSITIVIDADE
73	trinocular perspective	perspectiva trinocular
74	unit	unidade
75	univariate structure	estrutura de variável única

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Os estudos da tradução têm por marco inicial o mapeamento realizado por J. S. Holmes em seu trabalho de 1972. Segundo Holmes (cf. TOURY, 1995), os tipos de pesquisa neste campo disciplinar são aplicados ou puros, podendo-se inserir, no primeiro tipo, por exemplo, o ensino e a formação de tradutores. As pesquisas puras, por outro lado, podem ser teóricas ou descritivas.

As pesquisas descritivas concentram-se em três tipos de orientação: para a função do texto traduzido na língua de chegada; para o processo, na qual se estuda o processo mental e as estratégias do tradutor quando realiza a tarefa tradutória; e, finalmente, para o produto da tradução – o texto traduzido. O produto da tradução pode ser abordado de várias maneiras; contudo, segundo Malmkjær (2005), são quatro os grupos de abordagens mais influentes nesta esfera do campo disciplinar: abordagens funcionais, culturais, descritivas e lingüísticas.

A presente dissertação se insere em uma das abordagens lingüísticas, de base sistêmico-funcional. A adoção da lingüística sistêmico-funcional (HALLIDAY 2002; HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004) em uma abordagem da tradução surge, como será possível ver com mais profundidade na próxima seção, com a necessidade de se lidar tanto com questões lingüísticas quanto com questões contextuais e culturais que envolvem a tradução (PAGANO e VASCONCELLOS, 2005). Devido a este fato, esta dissertação passa a examinar em seguida mais detalhadamente as abordagens lingüísticas. Mas antes, para o maior entendimento dos tipos de pesquisa realizados no âmbito destas abordagens, é preciso ter em mente a relação entre os estudos da tradução e teorias de outros campos do conhecimento.

Malmkjær (2005) afirma que abordar a tradução implica em fazê-lo de uma das seguintes formas: 1) incluir a tradução como parte dos fenômenos explicados por alguma teoria, fazendo com que, deste modo, a tradução seja uma forma de ampliar os fenômenos que tal teoria consegue abarcar; 2) conceber a tradução como um objeto específico e aplicar os

conhecimentos de outras teorias na medida em que possam contribuir para elucidar os fenômenos tradutórios; 3) desenvolver uma teoria de tradução empregando conceitos de uma outra teoria, ou campo de estudo, o que tornaria o estudo da tradução uma subárea desses.

Em sua maioria, as abordagens lingüísticas dos estudos da tradução, principalmente as sistêmico-funcionais, entendem 'abordagem' na terceira forma. Com isto, empregam conceitos da teoria lingüística buscando formular uma teoria de tradução (HATIM, 2001; MUNDAY, 2001; MALMKJÆR, 2005). Assim, (i) descrever lingüisticamente os textos fonte e alvo (MUNDAY, 1998), (ii) compará-los e contrastá-los (CATFORD, 1965; TEICH, 1999; STEINER, 2002) e (iii) explicar as motivações para as escolhas tradutórias por meio das opções realizadas em cada um dos sistemas lingüísticos em questão (HALLIDAY *et al.*, 1964; CATFORD, 1965) constituem passos fundamentais nas pesquisas destas abordagens na procura por uma teoria lingüística da tradução.

Quando se analisa a importância das descrições, comparações e motivações para escolhas tradutórias, é possível concluir que, para as abordagens lingüísticas, a tradução não se configura propriamente como um fenômeno, mas como uma relação entre sistemas lingüísticos fonte e alvo instanciados pelos textos analisados e, conseguintemente, a amplitude desta relação se estabelece por meio do caráter da teoria lingüística adotada, além de sua abrangência.

Neste sentido, Halliday *et al.* (1964, p. 123) afirmam que "a tradução como atividade acontece apenas de uma maneira, o tradutor observa um evento em uma língua, a língua 'fonte', e realiza um evento relacionado em outra, a língua 'alvo'. Contudo, o resultado final são dois textos em relação mútua". [*1] Logo, em termos sistêmico-funcionais, é possível entender a relação tradutória como uma relação de realização: o texto B, na qualidade de texto

---

[*] Todas as traduções de citações apresentadas nesta dissertação são de minha autoria.

[1] Translation as activity faces only one way; the translator observes an event in one language, the 'source' language, and performs a related event in another, the 'target' language. But the total result is two texts which stand in mutual relation.

alvo, realiza o texto A, na qualidade de texto fonte, ou, em outras palavras, um texto só pode ser visto como original se assim for realizado por uma tradução. Halliday *et al.* (1964, p. 123) estabelecem que

> dois textos relacionados pela tradução estão para a descrição contrastiva das línguas em questão assim como um único texto está para a descrição de uma língua. (...) Isto é, a ocorrência de um item, ou de um padrão, na língua A e de outro item, ou padrão, na língua B, em situação de uso real e sob condições que nos permitam referir a estes itens como 'equivalentes', constituem-se como um tipo de evento que é crucial para os estudos contrastivos.[2]

No que diz respeito à proposta de uma lingüística contrastiva sustentada pela lingüística sistêmico-funcional, Ellis (1966) concebe subáreas de pesquisa – que compreendem tanto as semelhanças quanto os contrastes entre as línguas – e postula que a lingüística contrastiva pode ser geral ou possuir propósitos, que por sua vez podem ser propósitos gerais ou específicos. A lingüística contrastiva geral investiga formas de se estabelecerem parâmetros para a comparação, além das técnicas de empregá-la ao estudo das línguas. A lingüística contrastiva com propósitos gerais se ocupa dos tipos de língua comparados, do âmbito dos objetos lingüísticos comparados (variando de objetos particulares a tipológicos), e dos métodos de comparação. A lingüística contrastiva com propósitos específicos é definida conforme o propósito do estudo comparado, como no estudo de dialetos, da lingüística institucional, ou do contato entre línguas.

Ellis (1966) coloca o estudo da tradução, ao qual define como a busca por uma teoria lingüística da tradução, como um dos propósitos específicos da lingüística contrastiva. Baseando-se no trabalho de Catford (1965), Ellis (1966) afirma que uma teoria lingüística da tradução deve entender as relações nas escalas de ordens de conteúdo dos sistemas

[2] A pair of texts related by translation stands to a comparative description of the languages concerned as a single text stands to a description. (…) That is to say, the occurrence of an item or pattern in language A, and of another item or pattern in language B, in actual use and under conditions that allow us to refer to these items as 'equivalent', is a piece of evidence of a kind that is crucial to useful comparative studies.

lingüísticos fonte e alvo, procurando estabelecer a equivalência entre cada uma das ordens. A noção de ordem foi retirada da lingüística sistêmico-funcional e é entendida como o conjunto de configurações estruturais compostas por elementos distintos que, em inglês, assim como em muitas outras línguas são quatro: morfema, palavra, grupo e frase, e oração (HALLIDAY *et al.*, 1964; CATFORD, 1965; HALLIDAY, 2002).

Catford (1965) define equivalência em termos da probabilidade máxima de um item na língua fonte ser substituído por um item na língua alvo. O autor ressalta que 'substituir' significa encontrar na língua alvo um item de uma das ordens capaz de realizar a unidade semântica de seu próprio sistema lingüístico, assim como ocorreu a realização de um item no sistema lingüístico fonte. Catford afirma que, na tradução, a probabilidade de itens estarem em relação tradutória é condicionada pela realização semântica e gramatical do contexto da situação. Assim a probabilidade máxima – ou incondicionada – comportaria a soma de todas as probabilidades condicionadas para a substituição de um item.

Sob esta perspectiva, uma teoria lingüística da tradução é então constituída tanto como parte de uma teoria geral de tradução (ELLIS, 1966), quanto como uma subárea da lingüística contrastiva (HALLIDAY *et al.*, 1964). Daí a necessidade de as abordagens lingüísticas da tradução descreverem e compararem itens e padrões lingüísticos, buscando motivações para escolhas tradutórias, que, somadas, poderiam apontar para uma teoria lingüística da tradução.

A partir da constituição dos estudos da tradução como campo disciplinar na década de 1970 e o desenvolvimento de suas pesquisas, é possível observar que se as abordagens lingüísticas dos estudos da tradução evidenciassem apenas o objetivo de desenvolver uma teoria da tradução empregando conceitos de uma outra teoria, poder-se-ia dizer que as mesmas se inseririam como uma subárea da lingüística contrastiva, englobando nos estudos apenas as analogias e as diferenças entre textos.

Contudo, a afiliação explícita ao campo disciplinar dos estudos da tradução, sobretudo de pesquisadores que vêm participando de seu desenvolvimento a partir da década de 1980, revela a negociação de um espaço, no escopo do campo disciplinar, que possa operar de forma conjunta com os estudos de lingüística contrastiva, concentrando as pesquisas em "como" se dá a tradução e não em "o que" é a tradução, como afirma Steiner (2001, p. 345):

> O interesse pelo "como é" (e, neste sentido, pelo "o que é") pode ser visto de modo produtivo como o terreno dos Estudos da Tradução, compartilhado em parte pelos campos de estudos vizinhos, os estudos literários e a lingüística, desde que estes últimos possuam uma orientação textual.[3]

Com esta afirmativa, Steiner propõe que os estudos da tradução se beneficiem de teorias lingüísticas que entendam a linguagem como um sistema de produção semiótica. Isto de forma que, partindo-se tanto do contexto quanto da base gramatical, possa-se chegar, complementarmente, a uma teoria lingüística da tradução. Tal teoria, apesar de dialogar com uma subárea da lingüística contrastiva – a teoria lingüística da tradução – contribuiria, em primeiro lugar, para **uma teoria de tradução afiliada aos estudos da tradução**, e a tradução figurando como um **objeto de estudo próprio**, na medida em que o interesse pela relação tradutória passa do "o que é" a tradução para o "como é", ou seja, no tipo de relação (contrastiva) estabelecida entre dois textos (duas unidades de produção semiótica).

Assim, é possível afirmar que a tradução é um objeto de estudo próprio, como também o são a lingüística contrastiva e a tipologia textual, o qual se constitui como um aspecto particular de um fenômeno amplo que é o contato entre sistemas de produção de significado.

Dentre as etapas necessárias para a formulação de uma teoria de tradução – denominadas aqui como descrição, comparação e motivação para escolhas tradutórias –

[3] The interest in the how (and in that sense in the what) can be usefully be seen as a providence of Translation Studies, partly shared with its close sisters linguistics and literary studies – to the extent that these latter have a textual orientation.

Halliday *et al.* (1964, p. 113) afirmam que há dois passos importantes e complementares neste processo. O primeiro é descrever como forma de possibilitar a comparação, pois

> não se pode comparar a maneira como [padrões lingüísticos] funcionam se não for feita previamente uma descrição de como cada padrão funciona. É possível entender como funcionam, sem que se produza uma descrição por escrito. Porém, corre-se o risco de assumir haver uma compreensão maior do que aquela que de fato existe.[4]

O segundo passo é comparar os padrões lingüísticos, produzidos nas diversas redes dos sistemas que compõem as línguas. Com isto, a comparação, para ser realizada, carece de descrições detalhadas do funcionamento destas redes. Como afirmam os autores, "uma vez descritos os padrões específicos em duas ou mais línguas, o que se pode fazer em lingüística contrastiva descritiva é, afinal, compará-los de maneira produtiva e detalhada" (HALLIDAY *et al.,* 1964, p. 113).[5] Segundo pesquisas mais recentes (STEINER e YALLOP, 2001), o mesmo é válido para os estudos da tradução.

A partir deste entendimento, é possível chegar à conclusão de que as pesquisas realizadas pelas abordagens lingüísticas da tradução podem produzir análises detalhadas, contribuindo para a concepção de uma teoria de tradução consistente, quando embasadas em descrições dos sistemas lingüísticos dos textos examinados.

As pesquisas das abordagens sistêmicas da tradução nas quais uma das línguas examinadas é o português são extensas e contribuem há bastante tempo tanto para o esclarecimento das relações tradutórias que envolvem o português, quanto para a explicação do funcionamento dos subsistemas que compõem este sistema lingüístico (PAGANO e VASCONCELLOS, 2005). No entanto, ainda não há uma descrição sistêmico-funcional do

---

[4] One cannot compare how (…) work if one has not first described how each of them works. It might be enough to have understood how each of them works, without having written a description down on paper; but there is a danger in this, of thinking one has understood more that one has.

[5] What can be done in comparative descriptive linguistics, then, is to make detailed and useful comparisons of particular patterns in two or more languages once these have been described.

português sistematizada e integral, de forma que possa dar base às pesquisas em tradução de orientação sistêmico-funcional.

Segundo Halliday e Matthiessen (2004), para se descrever um sistema lingüístico, uma das principais unidades de análise adotadas é a oração, ou a ordem mais alta na escala de ordens. Matthiessen (2004, p. 656) afirma: "a oração é o domínio mais inclusivo ao longo da dimensão (hierarquia) da ordem".[6] Nesta escala, cada ordem, quando vista pelo ângulo de sua composição, forma uma unidade. Na descrição sistêmico-funcional da língua inglesa, Halliday (2002)[7] identifica quatro unidades. Portanto, nesse sistema lingüístico, a escala é composta por quatro ordens: morfema, palavra, grupo/ frase e oração.

Nas descrições feitas para o espanhol e para o francês (CAFFAREL, 2004; TERUYA *et al.*, no prelo), a escala de ordens é, igualmente, composta por morfema, palavra, grupo/ frase e oração. A descrição funcional de Neves (2000) para o português, embora não seja sistêmica, identifica também essas quatro ordens. Por este motivo, nesta dissertação, a perspectiva de o sistema lingüístico do português possuir quatro unidades e, conseqüentemente, uma escala de quatro ordens é tomada como ponto de partida da investigação.

É importante destacar, contudo, que somente a análise dos dados extraídos do córpus (ver Capítulos 2 e 3 a seguir) pode apontar com mais segurança para as unidades do sistema lingüístico do português e, conseqüentemente, colaborar para que sejam atingidos os objetivos desta dissertação:

Objetivos gerais

[6] (...) the clause is the most inclusive domain along the dimension (hierarchy) of rank.
[7] Este trabalho de Halliday é a compilação publicada em 2002 do primeiro volume de suas obras recolhidas sob o título de *On grammar*. Nele se encontra uma seleção dos principais trabalhos do autor sobre gramática, distribuídos pelos capítulos. Os trabalhos são organizados por ordem cronológica desde o primeiro, publicado originalmente em 1957 até o último, publicado em 1996.

- Contribuir para os estudos da tradução, em análises de comparação e motivação tradutória, bem como para uma futura teoria de tradução.
- Contribuir para a descrição sistêmico-funcional do português.
- Contribuir com os estudos sistêmico-funcionais aplicados à língua portuguesa.
- Corroborar os resultados alcançados pelas abordagens à tradução de base sistêmico-funcional.
- Contribuir para a ampliação das pesquisas desenvolvidas pelo projeto CORDIALL.

Objetivos específicos

- Promover a identificação e propor uma descrição sistêmico-funcional da oração abordada "de baixo", ou, em outras palavras, a identificação e uma descrição da unidade imediatamente inferior que a compõe na escala de ordens, entendida, pelo ponto de partida desta pesquisa, como a ordem do grupo/ frase.
- Com base na teoria geral de descrição sistêmico-funcional (HALLIDAY, 2002), propor uma descrição dos sistemas que compõem as estruturas experiencial e lógica do grupo nominal no sistema lingüístico do português.

Desta forma, a relevância deste trabalho está na contribuição que pode oferecer para os estudos da tradução em língua portuguesa, podendo dar suporte às análises em sua fase contrastiva das realizações entre os sistemas lingüísticos fonte e alvo. Também, quando se procura explicar as motivações para as escolhas tradutórias, uma descrição como esta aqui proposta pode ajudar, identificando quais sistemas lexicogramaticais do português podem ter, probabilisticamente, motivado determinadas escolhas.

Além disto, pode contribuir para que a análise de textos em relação tradutória possa ser conduzida tendo como referência a totalidade do sistema lingüístico, o que permite sua maior elaboração, pois não se restringirá a apenas comparações entre dados extraídos dos

textos fonte e alvo, possibilitando que as conclusões da pesquisa ultrapassem a dicotomia tão freqüente nos primeiros estudos desta perspectiva: “restrição sistêmica (ou genérica) ou escolha deliberada do tradutor”.

Futuramente, um conjunto maior de análises que utilizem por base descrições como esta aqui proposta podem acumular um volume de dados significativo para elaborar uma teoria sistêmico-funcional da tradução.

Este trabalho também possui relevância para os estudos da lingüística sistêmico-funcional que visam à descrição dos sistemas lingüísticos, em específico do português. Apesar de nesta área da ciência lingüística haver muitos trabalhos realizados, permitindo que o português figure entre as línguas mais amplamente descritas, ainda não foi proposta para o sistema lingüístico do português nenhuma identificação ou descrição das unidades da escala de ordens, ou da estrutura do grupo nominal. Desta maneira, este trabalho conserva caráter pioneiro que poderá servir como ponto de partida para futuras descrições, tanto de outros sistemas lexicogramaticais quanto da própria escala de ordens.

A apresentação da pesquisa, objeto desta dissertação, seguirá os seguintes passos. O Capítulo 1, partindo das questões epistemológicas que envolvem as abordagens lingüísticas da tradução, procura estabelecer o percurso desde os primeiros trabalhos realizados em tradução pautados pela lingüística sistêmico-funcional, que utilizavam apenas alguns elementos da teoria lingüística para comparar dados de textos em relação tradutória até os trabalhos mais recentes, de orientação lingüístico-funcional, os quais procuram entender a tradução como uma relação entre sistemas lingüísticos como um todo. O Capítulo 1 mostra igualmente como a literatura sobre a produção de conhecimento nesta esfera do campo disciplinar prioriza a descrição lingüística como forma de comparação entre os sistemas, além da concepção sistêmico-funcional da teoria geral de descrição.

O Capítulo 2 traz a metodologia utilizada para a descrição dos grupos em português, especificamente do grupo nominal. Apresenta a forma de compilação do córpus da pesquisa e a forma como foi anotado com o objetivo de extrair os dados relevantes para a análise.

O Capítulo 3 apresenta a análise dos dados obtidos pela aplicação da metodologia e a discussão dos mesmos. Partindo das evidências encontradas no córpus, somadas aos pressupostos da teoria geral de descrição sistêmico-funcional, este capítulo da dissertação procura apresentar uma proposta de identificação da ordem do grupo em português, juntamente com a forma pela qual a gramática deste sistema lingüístico produz os recursos necessários para a estruturação experiencial e lógica do grupo nominal. Além disto, o Capítulo 3 traz a discussão da análise, buscando articular sua pertinência junto ao contexto no qual esta pesquisa foi produzida: fornecer subsídios para pesquisas dos estudos da tradução de orientação lingüístico-funcional nos quais um dos sistemas lingüísticos envolvidos é o português.

Por fim, a dissertação tece as considerações finais sobre o trabalho, apontando como pode contribuir para as pesquisas dos estudos da tradução e da descrição sistêmico-funcional do português, além de suas limitações e sugestões para pesquisas futuras.

CAPÍTULO 1

OS ESTUDOS DA TRADUÇÃO DE BASE SISTÊMICO-FUNCIONAL: O PERCURSO DAS ABORDAGENS SISTÊMICAS DA TRADUÇÃO À ORIENTAÇÃO LINGÜÍSTICO-FUNCIONAL PARA UM MODELO DE TRADUÇÃO

1.1 AS ABORDAGENS SISTÊMICAS DA TRADUÇÃO

Ainda que as abordagens lingüísticas concebam as teorias de tradução como um ramo da lingüística contrastiva, isto não significa que o estudo da tradução deve se limitar às realizações lexicais e gramaticais. De outra forma, estas devem ser entendidas apenas como o ponto de partida para a compreensão das relações de tradução que se estabelecem nos estratos semântico e contextual – tanto do contexto imediato realizado pelos textos em questão, quanto o contexto das culturas nas quais foram produzidos.

Afinal, é antigo o entendimento dentro dos estudos da tradução de que examinar estritamente os objetos lingüísticos dos textos fonte e alvo torna-se uma limitação para a análise das relações tradutórias (PAGANO e VASCONCELLOS, 2005), isto porque a produção textual, entendida aqui como produção de significado funcional pelo falante inserido em algum contexto social, realiza o contexto lingüístico da situação no qual acontece, incluindo o contexto cultural (portanto institucional, ideológico, social) realizado ao longo das variações de situação (HALLIDAY *et al.*, 1964).

Por este motivo, muitas pesquisas – incluindo-se esta dissertação – adotam a lingüística sistêmico-funcional como base, por esta teoria lingüística conceber a linguagem como um sistema semiótico de ordem superior, capaz de *criar* significado, além de entender que a linguagem só pode ser considerada em relação a seu uso (HALLIDAY, 1978).

É ampla a lista de estudos conduzidos nas abordagens que adotam a concepção de linguagem formulada pela lingüística sistêmico-funcional e investigam as relações de tradução a partir da análise de comparações entre itens e padrões de sistemas lingüísticos distintos através das categorias descritas pela lingüística sistêmico-funcional. Dentre eles, destacam-se pelo pioneirismo os trabalhos de House (1997 [1977]), Hatim e Mason (1993 [1990]), Baker (1992) e Munday (1998, 2002).

No entanto, apesar de fornecerem grandes ferramentas de compreensão sobre o fenômeno tradutório, especialmente do ponto de vista da lingüística sistêmico-funcional, juntamente com um direcionamento e categorias para as pesquisas, a preocupação destes autores se restringe, na maioria das vezes, ao pólo da instância na dimensão da instanciação dos sistemas. Tal fato conduz à limitação da análise e à comparação entre textos, e não entre sistemas de produção de significado. Uma das conseqüências mais importantes desta visão é a relativa dificuldade na explicação de fenômenos presentes na relação entre textos, porém mais amplos que duas unidades de significado.

Apesar de estas abordagens terem contribuído com a articulação entre os estudos da tradução e a lingüística sistêmico-funcional, proporcionando uma base sistêmica (isto é, de produção de significado) para a investigação da tradução, o desenvolvimento metodológico se viu limitado por não ser capaz de explicar a produção de significado relativamente às diferentes ordens do sistema, bem como à forma pela qual o texto traduzido, o produto tradutório, se constituiu como a expressão de significado lingüístico que realiza o contexto, principalmente quando a tentativa é abordá-lo "de baixo", do estrato lexicogramatical.

Tal questão se deveu a dois fatores principais. Em primeiro lugar, por não haver descrição das redes dos sistemas das línguas cujos textos em relação tradutória eram comparados, o que levava, em grande medida a estender a descrição do inglês universalmente. Segundo, pela relação entre o contexto e a produção gramatical ser sempre abordada "de cima", quer pela justificativa quantitativa dos dados extraídos do córpus (entretanto, contestável em virtude da falta das descrições dos sistemas envolvidos), quer pelo emprego de outras teorias de suporte, como os estudos descritivos em Munday (1998, 2002), ou por outros meios, como estudos históricos, entrevistas com o tradutor, entre outros.

Isto implica em dizer que, para estas abordagens, podem-se apontar limitações relativas à pesquisa da tradução nos níveis mais abstratos do sistema lingüístico, como no

nível semântico, e a falta de parâmetros particulares de cada sistema envolvido na relação de tradução quando abordada “de baixo”, a partir da lexicogramática. Além disto, outra dificuldade freqüente para as pesquisas das abordagens sistêmicas da tradução é a baixa freqüência de análises que percorrem o contínuo da instanciação, conservando a análise no pólo da instância e, por conseqüência, reduzindo-a à relação entre textos, ao mesmo tempo em que impede a exploração do sistema em toda a sua amplitude. Sobre esta questão, Steiner (2002, p. 215) afirma:

> Se por um lado temos o progresso significativo na direção da testagem empírica realizada através deste tipo de pesquisa, vemos igualmente o potencial, e mesmo a necessidade, de um desenvolvimento metodológico mais avançado de maneira a propiciar maior entendimento dos fenômenos envolvidos (...). Em primeiro lugar, os fenômenos lingüísticos em termos das hipóteses sobre eles formuladas estão em um nível muito baixo e, em determinadas circunstâncias, são mesmo questionáveis.[8]

Assim, para que as pesquisas das abordagens sistêmicas da tradução possam ser capazes de explicar de modo mais amplo e com maior entendimento a relação entre textos fonte e alvo, é preciso que a elas sejam aplicados os recursos da lingüística sistêmico-funcional como um todo articulado. A próxima seção apresenta de forma geral a organização desta teoria lingüística.

1. 2 A LINGÜÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL

Em seu artigo de 1970, Halliday argumenta que descrever os usos lingüísticos sem se olhar para a estrutura tenderia a algum estudo sociológico, e não de linguagem. Por outro lado, o exame apenas da estrutura das línguas, prescindido de seu uso, carece de instrumental

[8] Whereas we see the significant progress towards empirical testing which has been made through this kind of research, we also see the potential, and even the necessity, of further methodological development to gain further insights into the phenomena involved (...). In the first place, the linguistic phenomena in terms of which the hypotheses have been formulated are very low-level and in some cases questionable.

necessário na explicação do motivo pelo qual a organização se deu de uma forma determinada, e não de outra. Com o objetivo de postular uma teoria capaz de entender a língua em uso e, conjuntamente, capaz de examinar sua estrutura, esse autor propõe que se olhe ao mesmo tempo para as funções e para o sistema da língua. A partir destas afirmações, três conceitos fundamentais para a teoria se apresentam: ***sistema, língua*** e ***função***.

Para a elaboração do modelo do sistema lingüístico, Halliday (2002), além de entender que deveria lidar com o potencial funcional da produção de significado, teria, igualmente, de apresentar uma proposta abrangente de forma que a descrição de cada fenômeno pudesse contribuir para a descrição do sistema como um todo. Halliday e Matthiessen (2004, p. 19) afirmam: “uma característica da abordagem aqui adotada, a da teoria sistêmica, é ser abrangente: ocupa-se da linguagem em sua totalidade de modo que o que se diz sobre um aspecto deve sempre ser compreendido relativamente ao quadro geral”.[9] A justificativa de um modelo da linguagem como sistema é dada pelos autores a partir da sua relação natural com o mundo externo:

> São muitas as razões para a adoção de uma perspectiva sistêmica. Uma delas é que as línguas evoluem; elas não são projetadas. Além disto, os sistemas evolutivos não podem ser explicados simplesmente como uma soma de partes. Nosso pensamento tradicional sobre a linguagem, que é composicional, deve ser, se não substituído, pelo menos complementado por um pensamento ‘sistêmico’, por meio do qual buscamos compreender a natureza e a dinâmica do sistema semiótico como um todo (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, p. 20).[10]

Nestes moldes, a lingüística sistêmico-funcional propõe que o sistema seja concebido a partir das dimensões necessárias para que o mesmo seja explicado, bem como os princípios

[9] (...) a characteristic of the approach we are adopting here, that of systemic theory, is that it is comprehensive: it is concerned with language in its entirety, so that whatever is said about one aspect is to be understood always with reference to the total picture.
[10] There are many reasons for adopting this systemic perspective; one is that languages evolve – they are not designed, and evolved systems cannot be explained simply as the sum of parts. Our traditional compositional thinking about language needs to be, if not replaced by, at least complemented by a ‘systems’ thinking whereby we seek to understand the nature and the dynamic of a semiotic system as a whole.

pelos quais se organiza, além das ordens nele constituídas. O QUADRO 1, reproduzido de Halliday e Matthiessen (2004, p. 20) e traduzido[**] apresenta as dimensões do sistema lingüístico.

QUADRO 1

As dimensões da linguagem e seus princípios de organização

	dimensão	**princípio**	**ordens**
1	estrutura (ordem sintagmática)	ordem	oração ~ grupo ou frase ~ palavra ~ morfema
2	sistema (ordem paradigmática)	delicadeza	gramática ~ léxico [lexicogramática]
3	estratificação	realização	semântica ~ lexicogramática ~ fonologia ~ fonética
4	instanciação	instanciação	potencial ~ subpotencial ou tipo de instância ~ instância
5	metafunção	metafunção	ideacional [lógica ~ experiencial] ~ interpessoal ~ textual

Fonte: HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, p. 20.

A seguir são apresentadas com mais detalhes as dimensões e seus princípios organizadores. Busca-se também elucidar a forma como estas dimensões se relacionam no sistema como um todo.

Estrutura

A primeira dimensão apresentada, a estrutura, é a dimensão que responde pelo aspecto composicional da linguagem. A organização desta dimensão pressupõe, portanto, hierarquia entre as ordens que a compõem. Segundo Halliday e Matthiessen (2004, p. 20) "o

[**]Todas as traduções de quadros apresentadas nesta dissertação são de minha autoria.

princípio ordenador, tal qual se define na teoria sistêmica, é o da **ordem**: algumas poucas camadas composicionais organizadas pela relação 'uma parte de' ".[11]

Pelo fato de a composição dos itens de uma ordem constituírem a ordem imediatamente superior, é a dimensão da estrutura que estabelece a ordem sintagmática. As escalas de ordens pertencem a quatro domínios: ao som, à escrita, ao verso e à gramática. Se a gramática for tomada como exemplo, a hierarquia composicional de sua escala de ordens, para muitas línguas, é: [oração ~ grupo ou frase ~ palavra ~ morfema]. O limite entre as ordens se estabelece por esgotamento. Como exemplo, Halliday e Matthiessen (2004, p. 21) apresentam como funciona a exaustão no sistema da escrita: "no sistema da escrita, uma palavra é composta de uma quantidade total de letras, uma sub-sentença é composta de um número total de palavras, uma sentença de um número total de sub-sentenças".[12]

Sistema

Na dimensão do sistema, a linguagem é organizada a partir de uma opção realizada em oposição a outras opções que poderiam ter sido realizadas, mas não foram. Neste sentido, se comparada com a dimensão da estrutura pode-se dizer que: "um sistema é um conjunto de opções com uma condição de entrada, de forma que exatamente uma opção deve ser selecionada caso a condição de entrada seja satisfeita. As opções são realizadas como construtos sintagmáticos, ou estruturas"[13] (HALLIDAY, 2002, p. 262). A relação entre os itens na dimensão do sistema não é hierárquico-composicional ("uma parte de"), mas, cada opção por um termo do sistema realiza uma parte específica de todo o sistema. Assim, a

[11] (...) the ordering principle, as defined in systemic theory, is that of **rank**: compositional layers, rather few in number, organized by the relationship of 'is a part of'.
[12] (...) in the writing system, a word consists of a whole number of letters, a sub-sentence of a whole number of words, a sentence of a whole number of sub-sentences.
[13] A system is a set of options with an entry condition, such that exactly one option must be chosen if the entry condition is satisfied. Options are realized as syntagmatic constructs or structures.

relação estabelecida entre um termo pelo qual se opta frente aos outros termos pelos quais não se optou é “um tipo de” (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004).

Um ponto importante a ser destacado é que a grande maioria dos sistemas possui mais de dois termos e, conseqüentemente, mais de duas seleções consecutivas são necessárias para a instanciação de um item. Isto porque o termo pelo qual se optou abre novas alternativas e o procedimento se repete. Em um primeiro momento, uma opção estabelece a relação “um tipo de”, já para a segunda opção, a relação é “um tipo de um tipo de”, e assim por diante. Desta forma, verifica-se que há um princípio de delicadeza organizando a dimensão do sistema, ou em outras palavras, a cada seleção por um termo, os itens se tornam mais distintos entre si.

No sistema lingüístico, os sistemas apresentam entradas bastante indistintas, com termos que encerram opções genéricas para os itens, podendo ser distinguidos uns dos outros por uma oposição de exclusão simples. Por exemplo, no sistema de polaridade: [negativo = não-positivo e positivo = não-negativo]. Já na proximidade do outro pólo, os itens são bastante mais delicados, assim, a opção não é apenas de exclusão simples, pois leva em conta outros fatores funcionais.

Assim, dada a apresentação de dois itens, é possível observar como funciona o princípio de delicadeza em uma rede do sistema. Se for escolhida como exemplo a rede do Ente simples, no qual se encontra a oposição de tipos de Ente simples, em um nível alto de delicadeza, Entes bastante semelhantes semântica e lexicogramaticalmente podem ser distinguidos. Por exemplo, os itens ‘mulher’ e ‘menina’. Em casos como este, no qual o princípio de delicadeza opera em um nível bastante alto, não é possível afirmar que [mulher = não-menina e menina = não-mulher], porque a opção por um destes itens requer uma delicadeza maior, podendo se fazer pela forma apresentada na FIG. 1:
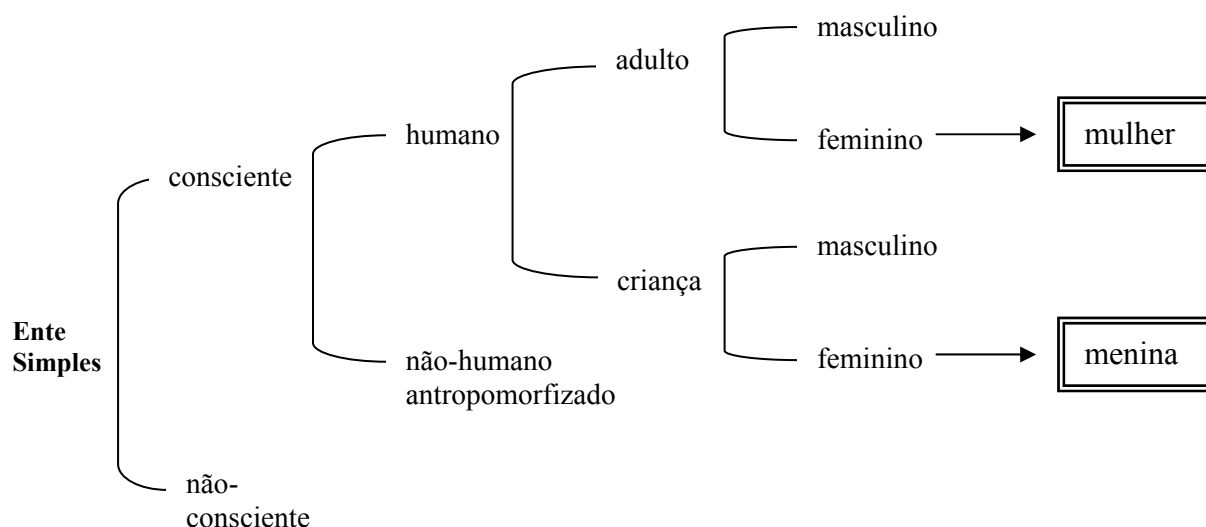
FIGURA 1 – Opções em alto nível de distinção no sistema para os itens ‘mulher’ e ‘menina’

Ao pólo mais delicado do sistema dá-se o nome de lexical. Este é o motivo pelo qual sistemicamente o léxico e a gramática formam um contínuo e não são dimensões separadas do sistema. Operações desta natureza ocorrem para todos os itens instanciados pelo sistema lingüístico, cujo conjunto, dado o contexto, determina os textos. Como conseqüência, Halliday e Matthiessen (2004, p. 23) afirmam que

> o texto é o produto de uma seleção contínua em uma rede enorme de sistemas (...). A teoria sistêmica tem este nome devido ao fato de a gramática das línguas ser representada na forma de redes do sistema, e não como uma lista de estruturas (...). As línguas são recursos para a produção de significado, e o significado está nos padrões sistêmicos de escolhas.[14]

Estratificação

A próxima dimensão apresentada, a estratificação, se relaciona com os estratos componentes do sistema lingüístico. Halliday (2005) identifica os fenômenos conhecidos

[14] A text is the product of ongoing selection in a very large network of systems (...). Systemic theory gets its name form the fact that the grammar of a language is represented in the form of system networks, not as an inventory of structure (...). A language is a resource for making meaning, and meaning resides in systemic patterns of choice.

pelas pessoas (seres humanos socializados no contexto de um sistema semiótico de ordem superior) desde uma perspectiva científica em uma tipologia que organiza a totalidade dos fenômenos de maneira hierárquica. São quatro as ordens de sistemas. Matthiessen (2001, p. 49) os apresenta assim:

> (i) Sistemas de primeira ordem são sistemas físicos, variando em tamanho desde as partículas ou cadeias subatômicas até o universo inteiro, contudo, estão todos sujeitos às leis da física. (ii) Sistemas de segunda ordem são biológicos. São sistemas físicos com o acréscimo da propriedade "vida": são capazes de se reproduzir. (iii) Os sistemas de terceira ordem são sociais. São sistemas biológicos e, portanto, também sistemas físicos, mas com o acréscimo da propriedade de valor: isto significa, entre outras coisas, que são organizados como grupos sociais conforme algum modo de divisão do trabalho. (iv) Os sistemas de quarta ordem são semióticos. São sistemas sociais (...) com o acréscimo da propriedade de significado.[15]

A linguagem, na qualidade de sistema semiótico, é também um sistema físico (acústico), biológico (neurolingüístico) e social (sociolingüístico). Contudo, não são estes os elementos capazes de separar a linguagem de outros sistemas semióticos, como a música ou os rituais religiosos. A diferença entre a linguagem e todos os outros sistemas semióticos se dá, em primeiro lugar, na dimensão da estratificação.

Uma característica dos sistemas semióticos é que são biestratais, nos quais há um estrato responsável pelo significado, o estrato do conteúdo, e outro por expressá-lo, o estrato da expressão. O que aconteceu com a linguagem, porém, foi que o estrato do conteúdo, ao longo da evolução do sistema, se dividiu em dois: "o 'conteúdo' se expandiu em duas partes, lexicogramática e semântica. Esta é a razão de o potencial da linguagem poder se expandir virtualmente de forma indefinida. O motivo de isto acontecer pode ser melhor explicado em

[15] (i) Systems of the first order are physical systems, ranging in size from subatomic particles or strings to the entire universe, but subject throughout to the laws of physics. (ii) Systems of the second order are biological systems. They are physical systems with the added property of "life": they are self-replicating. (iii) Systems of the third order are social systems. They are biological systems (and hence also physical systems) with the added property of value: this means, among other things, that they are organized as social groups according to some form of division of labor. (iv) systems of the fourth order are semiotic systems. They are social systems (...) with the added property of meaning.

termos das funções da linguagem na vida humana".[16] Assim, o estrato lexicogramatical permite que o conteúdo não mantenha uma correspondência fixa com o significado que encerra, contrariamente a outros sistemas semióticos.

Nos sistemas de quarta ordem, de um modo geral, um conteúdo é sempre expresso da mesma forma. Por exemplo, no sistema semiótico da música, um 'dó' é sempre um 'dó'. Independentemente das circunstâncias, em qualquer composição musical, um 'dó' nunca pode ser expresso, por exemplo, pelo som de um 'fá', ou por uma pausa.[17] Já no sistema lingüístico, o estrato gramatical é capaz de possibilitar a criação do conteúdo. Por esta razão, Halliday (2005, p. 200) afirma:

> A gramática é um construto semiótico puramente abstrato (...) que evoluiu como um "estrato" separado entre o conteúdo e a expressão (...). Um sistema deste tipo, isto é, um sistema semiótico de ordem superior organizado em torno de uma gramática, possui a propriedade exclusiva que é fundamental neste contexto: tem o potencial para produzir significado (...). O sistema de ordem superior produz significado em contextos funcionais e, devido ao fato de os significados não serem aleatoriamente relacionados ao contexto, o sistema tem, igualmente, a capacidade de, inclusive, produzir os próprios contextos.[18]

A principal conseqüência da forma como a estratificação evoluiu na linguagem é ter a capacidade de produzir significado apenas em contexto, pois não há significação em isolamento puro de itens. Desta maneira, a grande diferença deste sistema para os outros sistemas semióticos é ser capaz de criar o próprio contexto. Retomando o exemplo do sistema da música, no qual um 'dó' é sempre 'dó', e comparando-o com o tipo de produção existente

---

[16] The 'content' expands into two, a lexicogrammar and a semantics. This is what allows the meaning potential of a language to expand, more or less indefinitely. The reason for this can be best explained in terms of the functions that language serves in human lives.

[17] Para que isto aconteça, o novo significado de 'dó', (ex. "dó como fá"), deve ser determinado, em primeira instância, no sistema semiótico da linguagem.

[18] A grammar is a purely abstract semiotic construct (...) that evolves as a distinct "stratum" in between the content and the expression (...). A system of this kind – that is, a higher-order semiotic organized around a grammar – has a unique property that is critical from our point of view in this present context: it has the potential for creating meaning (...). It creates meaning in contexts of function; and because the meanings are non-randomly related to features of the context, it can also create the contexts themselves.

na linguagem, observa-se que, lingüisticamente, a expressão do item ‘dó’ pode assumir vários significados.

A partir dos diferentes contextos criados pela linguagem, um ‘dó’ pode significar “nota correspondente ao primeiro grau da escala natural do modo maior”, mas também, pode significar “a palavra empregada em substituição ao termo latino ‘ut’ ”, no contexto de musicologia histórica, ou mesmo um “substantivo simples, comum e concreto” no contexto do ensino de gramática.

Um aspecto fundamental apontado por Halliday (2005) é a relação funcional entre a linguagem e o contexto, o que provoca o trabalho gramatical se desenvolver em duas etapas. Na primeira, o contexto é transformado em significado no estrato semântico e, na segunda, é transformado nos itens que o realizam gramaticalmente. O princípio que organiza os estratos relacionando-os é a realização. Isto implica em dizer que o sistema semântico [realizado na lexicogramática [realizada na fonologia]] realiza o contexto; o sistema lexicogramatical [realizado na fonologia] realiza a semântica; o sistema fonológico realiza a lexicogramática.

Instanciação

A penúltima dimensão apresentada é a da instanciação. É esta dimensão que permite a compreensão da linguagem tanto como o potencial de produção de significado comum a todas as pessoas, quanto como os exemplares que exprimem este potencial, os textos. É importante ressaltar que a dimensão da instanciação não implica em uma visão dicotômica da linguagem, pois, entre o potencial da linguagem e as instâncias podem ser observados outros itens, o que permite localizar potencial e instância como dois pólos de um contínuo, organizado a partir do princípio de instanciação.

Percorrendo o contínuo desde o pólo do potencial de produção de significado humano, em seguida o que se observa é a distribuição dos recursos ao longo das milhares de

línguas humanas. Dentro de um sistema lingüístico em particular, que por sua vez constitui um potencial, observam-se padrões intermediários entre os pólos. Vistos a partir do pólo do sistema, os padrões intermediários constituem subsistemas, nos quais uma parte restrita da produção de significado pode ser empregada. Vistos a partir do pólo da instância, são tipos de situação e tipos de texto, que se agrupam segundo determinados critérios (de qualquer um dos estratos lingüísticos, semânticos, lexicogramaticais ou fonológicos).

Sobre os padrões no contínuo da instanciação, Halliday e Matthiessen (2004, p. 27) afirmam: "vistos do pólo do sistema no contínuo da instanciação, podem ser interpretados como **registros**. O registro é uma variação funcional da linguagem (...), ou seja, os padrões de instanciação do sistema total associados a um determinado tipo de contexto (um tipo de situação)".[19] Sob estas condições, o registro se constitui como uma interseção entre as dimensões da instanciação e da estratificação.

Dentro da teoria sistêmica, a perspectiva dos padrões intermediários vistos como subsistemas é abordada pela teoria de registro (MATTHIESSEN, 1993), compreendida como um conjunto de subsistemas do sistema total da língua. A segunda perspectiva, dos tipos de texto, é a da tipologia textual, e se liga à estratificação quando é compreendida como a relação entre as atividades humanas nas quais a linguagem está envolvida e os processos sócio-semióticos pelos quais é realizada no sistema.

Na dimensão da estratificação, o registro pode ser entendido tanto "de baixo", a partir da lexicogramática, em uma perspectiva do sistema, quanto entendido "de cima", sob a perspectiva da relação entre o contexto da situação e o sistema lingüístico. Sobre esta interpretação, Matthiessen (1993, p. 232) afirma:

[19] Looked at from the system pole of the cline of instantiation, they can be interpreted as **registers**. A register is a functional variety of language (…) – the patterns of instantiation of the overall system associated with a given type of context (a situation type).

> O registro é interpretado em termos da dimensão da **estratificação** em sua manifestação "de plano" (devido aos trabalhos de MARTIN, 1985, no prelo, etc.). Mais especificamente, é interpretado como um "plano" acima da linguagem que é o sistema de conteúdo cujo sistema de expressão é o contexto da situação, que por sua vez é tomado como o sistema de conteúdo cuja expressão é a linguagem.[20]

Isto é possível porque, segundo Matthiessen (1993), a teoria do registro para a lingüística sistêmico-funcional é a síntese da noção de língua como "polissistema", que segue a tradição firthiana da língua como um sistema abstrato de outros sistemas de línguas restritas (interpretado a partir da dimensão da instanciação), e da noção de língua como "monossistema", no qual a descrição do sistema lingüístico se aplicaria a toda a língua (interpretado a partir da dimensão da estratificação).

Independentemente da forma de o sistema ser abordado no que diz respeito ao registro (monossistema ou polissistema), retomando a idéia de situação como o conjunto de elementos relevantes para a produção textual, a lingüística sistêmico-funcional entende que o ponto de partida para a investigação dos registros é sempre "de baixo", pois é somente através da análise lexicogramatical seguida pela análise semântica e dos processos sócio-semióticos por um lado, e da análise de textos, tipos de texto e de subsistemas por outro, que se torna possível depreender do "cenário à nossa volta" o contexto da situação (COUCHMAN, 2006).

Quando o registro é entendido a partir da forma como a linguagem produz variações funcionais de forma a criar significados que representem os diferentes contextos, portanto na dimensão da instanciação, observa-se que a língua não pode ser reconhecida como tal em uma situação extrema de isolamento. Ao contrário, ela deve ser reconhecida sempre cumprindo uma ***função*** em um cenário (de pessoas, ações e eventos), do qual se depreende o significado, ou o contexto da situação. Nas palavras de Halliday (1978, p. 28), o contexto da situação "(...)

---

[20] Register is interpreted in terms of the dimension of **stratification** in its manifestation of 'planing' (due to Martin, 1985, in press, etc.). More specifically, it is interpreted as a 'plane' above language that is the content system whose expression system is context of situation, which itself is taken as the content system whose expression is language.

implica (...) que a língua só ganha vida quando funciona em um ambiente".[21] Cabe ressaltar que para o autor a noção de situação

> (…) nunca deve ser interpretada em termos concretos, como se se tratasse de impressões audiovisuais do 'cenário', mas, de outra forma, como uma representação abstrata do ambiente em termos de determinadas categorias gerais que são relevantes para o texto. **O contexto da situação pode estar completamente distante dos eventos que circundam os momentos da fala e da escrita** *[grifo nosso]* (...). Essencialmente, esta é uma estrutura semiótica; é uma constelação de significados derivados do sistema semiótico, que constituem a cultura. Se assumirmos como verdade que o ouvinte, quando lhe são dadas as informações corretas, consegue prever com êxito o que o falante irá significar – e esta parece ser uma consideração necessária, visto que a comunicação, de fato, acontece – então, esta 'informação correta' é o que concebemos como (...) contexto. Ela consiste nas propriedades gerais da situação que, coletivamente, funcionam como determinantes do texto, na medida em que especificam as configurações semânticas que o falante irá utilizar caracteristicamente nos contextos de um tipo determinado.[22]

O motivo pelo qual isto é possível é apresentado por Matthiessen (1993, p. 231):

> Conquanto o registro seja construído teoricamente, parece bastante claro que é um aspecto de um modo de organização que **expande** o espaço semiótico como um todo. Tal modo de organização se constitui como *uma nova maneira de produzir significados ao imprimir valor contextual à variação no sistema lingüístico*. Em outras palavras, além de o próprio sistema ser utilizado para a produção de significado, as variações no sistema também criam significado.[23]

Assim, segundo a interpretação pautada pela dimensão da instanciação, o que o sistema faz quando produz registros (subsistemas) não é realizar qualquer contexto externo à

---

[21] (…) implies… that language comes to life only when functioning in some environment.

[22] (…) was not to be interpreted in concrete terms as a sort of audiovisual records of the surrounding 'props' but was, rather, an abstract representation of the environment in terms of certain general categories having relevance to the text. The context of situation may be totally remote from what is going on round about during the act of speaking or of writing (...). This is, essentially, a semiotic structure. It is a constellation of meanings deriving from the semiotic system that constitute the culture. If it is true that the hearer, given the right information, can make sensible guesses about what the speaker is going to mean – and this seems a necessary assumption, seeing that communication does take place – then this 'right information' is what we mean by (...) context. It consists of those general properties of the situation which collectively function as the determinants of text, in that they specify the semantic configurations that the speaker will typically fashion in contexts of the given type.

[23] However register is construed theoretically, it seems quite clear that it is an aspect of a mode of organization that **expands** the overall semiotic space: that mode of organization is *a new way of making meaning by giving contextual value to variation in the linguistic system*. That is, in addition to the system itself being used to make meaning, variations in the system also create meaning.

linguagem, mas criar contextos dentro da própria linguagem como forma de produzir novos significados. Afinal, nem todas as situações com as quais os falantes lidam na vida cotidiana têm relação imediata com o mundo externo. O registro pode então ser definido como "uma variante de uma língua que se distingue conforme o uso" (HALLIDAY *et al.* 1964, p. 87).[24] Esses autores explicam que é no registro que se relacionam o tipo de situação e o tipo de linguagem:

> quando observamos a atividade lingüística em vários contextos nos quais acontece, descobrimos diferenças no tipo de língua escolhida, tida como apropriada para os diferentes tipos de situação (...). Não é o assunto que determina estas escolhas, mas a convenção de que um determinado tipo de linguagem é apropriado para determinado uso. Em primeiro lugar, os registros se diferenciam na forma (...). Os critérios fundamentais para se determinar qualquer registro podem ser encontrados em sua gramática e em seu léxico (HALLIDAY *et al.* 1964, p. 87-88).[25]

Halliday afirma que um traço importante na caracterização dos registros é suas variações funcionarem como maneiras diferentes de se expressar conteúdos diferentes, e completa: "os elementos que se combinam em um registro o fazem por razões semânticas; são significados que, caracteristicamente, co-ocorrem" (HALLIDAY, 1994, p. 137).[26]

Metafunção

A última dimensão do sistema lingüístico apresentada é a dimensão metafuncional. Os estudos da lingüística sistêmico-funcional apontam para a linguagem ser concebida como sistema de construção de significados (semiótico), figurando entre seus componentes mais importantes a representação e a interação, organizadas em forma de mensagem, de modo que os significados sejam produzidos por um falante e transmitidos a um receptor.

[24] a variety of a language distinguished according to use.
[25] When we observe language activity in the various contexts in which it takes place, we find differences in the type of language selected as appropriate to different types of situation (...). It is not the state of affairs being talked about that determines the choice, but the convention that a certain kind of language is appropriate to a certain use. Registers differ primarily in form (...). The crucial criteria of any given register are to be found in its grammar and its lexis.
[26] (…) the features that go together in a register, go together for semantic reasons; they are meanings that typically co-occur.

Diante deste quadro, a linguagem como realização de significados no estrato lexicogramatical também se dá por meio de três funções distintas, internas ao sistema lingüístico, responsáveis pela veiculação de conteúdos da experiência, da negociação destes conteúdos com o receptor como forma de aceitação ou de emissão de comportamentos e uma terceira função, responsável pela organização destes significados. Isto pode ser observado segundo as funções que a linguagem deve desempenhar dentro do sistema a fim de cumprir sua função de ser uma teoria do mundo, bem como uma forma de relacionamento com os interlocutores.

A relação entre o contexto e sua transformação em significado, no estrato semântico, e, em seguida, sua realização gramatical, procede da seguinte forma: a metafunção ideacional ativa opções do campo que são representadas na lexicogramática. As relações sociais, ativadas pela metafunção interpessoal e o modo, ou canal pelo qual se dá a comunicação, ativado pela metafunção textual.

A linguagem utilizada pelo falante tem na metafunção ideacional a forma de representar os eventos no mundo e as experiências do falante. Através desta metafunção, o falante utiliza a linguagem para construir suas percepções dos fenômenos do mundo e de sua própria consciência; ela compreende os eventos que ocorrem ao redor do falante bem como de seu "mundo interno" e o entendimento tanto do mundo quanto da própria linguagem, em sua capacidade de falar e compreender.

A metafunção ideacional é a parte do sistema lingüístico que se ocupa da expressão de 'conteúdo', na qual a linguagem representa a experiência que o falante tem dos eventos à sua volta. Ainda há um outro componente ideacional que relaciona as experiências umas com as outras e acontece na linguagem através das relações de coordenação, expansão, aposição, projeção entre outras. Apesar de os eventos serem da ordem do mundo real, quando a relação entre eles é realizada na linguagem, deixam de ser eventos do mundo e passam a ser o fluxo

de experiências do componente lógico da linguagem. Com isto, a metafunção ideacional, além de construir representações da experiência humana – componente experiencial – também estrutura seu fluxo de forma lógica – componente lógico.

Somada à necessidade de construir uma experiência dos eventos do mundo e colocá-los em relações lógicas uns com os outros, o falante precisa ainda estabelecer de forma ininterrupta relações com seus interlocutores. Para tanto a linguagem apresenta uma segunda metafunção, a interpessoal. Por meio desta, o falante se coloca na fala, dando sua opinião, expressando seus valores, comentando a experiência do mundo. Igualmente, as relações (em distintos níveis de poder) estabelecidas pelo falante com outros falantes são realizadas por esta metafunção, variando, por exemplo, em informar, perguntar, persuadir, exigir, ordenar, comandar e assim por diante. É importante ressaltar que o uso desta metafunção forma a base da comunicação nos grupos sociais humanos e a qualidade das relações entre eles, bem como a forma de cada falante se identificar com seu grupo.

As metafunções ideacional e interpessoal tratam dos eventos do mundo e da relação entre interlocutores, mas para estes usos serem possíveis, ou a maneira como a representação e a interação devem ser interpretadas, ligando-se a outras representações e a outros tipos de interação (ligando significados a seu contexto e a seu co-texto) é preciso que estejam dispostas em forma de mensagem, constituída por uma metafunção que não corresponde a qualquer evento extralingüístico, mas a uma operação da própria linguagem.

A metafunção textual estabelece as relações entre as unidades de informação de forma a tornar toda a mensagem em uma unidade de significado, bem como destacar as partes mais importantes e suas relações, tanto aquelas internas ao texto quanto as relações com outros textos. Mediante esta metafunção o discurso se torna possível. Deste modo, é responsabilidade da função textual organizar os elementos ideacionais e interpessoais

coerentemente segundo o ponto de vista do falante, o que se faz pela organização do fluxo de informação com periodicidade determinada segundo a estrutura temática em diferentes níveis.

Além das dimensões do sistema, como parte da evolução do sistema lingüístico conforme a função, é importante destacar também que a partir desta concepção de sistema, bem como de sua organização interna e sua ligação natural com o mundo externo, uma das principais formas de se compreender e analisar os sistemas lingüísticos está na descrição gramatical.

Segundo Halliday e Matthiessen (2004), a descrição de sistemas gramaticais não representa um centésimo das descrições necessárias para se alcançar a totalidade do sistema lingüístico; no entanto, a partir do entendimento das opções nos sistemas gramaticais para as três metafunções, é possível constituir uma base tanto para análises textuais que alimentarão as descrições dos outros estratos da linguagem. Além disto, a descrição pode ser aplicada às outras áreas de estudos que envolvam a linguagem, como o estudo da tradução, em particular, na sua vertente sistêmico-funcional.

Particularmente para os estudos da tradução de base sistêmico-funcional, assume grande importância a forma como a teoria sistêmica concebe o texto. Para esta teoria, o texto é sempre a unidade de significado produzida no âmbito do sistema semiótico, e é entendido segundo Halliday (1973) como unidade operacional da linguagem, que pode ser falado ou expresso através da escrita, independente de seu tamanho. No entanto, na linguagem oral e na linguagem escrita, de uma forma geral, não é possível que todo o significado de um texto seja realizado e transmitido concomitantemente, em virtude de dois fatores principais, relacionados ao fato de o texto estar disposto no tempo e no espaço (HALLIDAY, 1994).

O primeiro é a própria extensão do texto, que impede a realização de todas as unidades de informação de uma só vez. O segundo interessa diretamente às pesquisas em tradução: são as escolhas feitas pelo falante de determinadas unidades de informação para

exercerem funções de destaque, proeminência, pano de fundo e importância para outras unidades de informação. Assim, embora dois textos possam transmitir o mesmo conteúdo ideacional, por exemplo, e conservarem negociação semelhante como seus leitores, é a disposição das unidades de informação em relação às outras a responsável por interpretações distintas que irão determiná-los como duas unidades semânticas distintas.

Na verdade, o texto não pode ser considerado como uma construção acabada composta de determinados elementos que, vistos em conjunto, irão conduzir ao entendimento do significado no texto. Mas de outra forma, como se dá o desenvolvimento das unidades de informação, denominado por Halliday e Matthiessen (2004) como o fluxo do discurso, no qual se organizam os conteúdos ideacionais e interpessoais em uma unidade de significado determinada. Neste ponto, podemos entender por texto um fenômeno que acontece em duas etapas.

Na primeira, o escritor opta por componentes do sistema lingüístico para construir um discurso, que se desenvolve à medida que é realizado em forma de texto (HALLIDAY, 1994). Na segunda etapa, é o receptor que, de posse da unidade semântica produzida, poderá interpretá-la. Se este for o caso, então acontece uma outra face do fluxo do discurso. A diferença está no fato de o falante produzir significados com o enfoque na produção de unidades de informação e do fluxo do discurso, ao passo que o receptor o faz com enfoque na interpretação destas unidades e do fluxo. Halliday (1978, p. 32) afirma que "faz parte da 'competência comunicativa' do falante saber como distribuir os itens lexicais em um texto conforme os diferentes usos da linguagem".[27]

Diante desta afirmação, as pesquisas em tradução podem caminhar no sentido de entender como o tradutor é capaz de fazer escolhas para as realizações na produção de seu texto com base na situação (isto é, produzir um texto segundo um registro) e, caso haja uma

---

[27] It is part of speaker's 'communicative competence' that he knows how to distribute lexical items in a text according to different kinds of language use.

mudança no contexto de situação, em que medida o tradutor muda a configuração no conjunto das variações funcionais.

Partindo desta noção, os principais lingüistas sistemicistas que escreveram sobre tradução, Catford (1965), Matthiessen (2001) e Halliday (2001), estabeleceram a centralidade da função do registro no conceito de tradução. Em seguida são apresentadas algumas das principais idéias destes autores sobre o fenômeno tradutório, pois são fundamentais para o prosseguimento deste trabalho que os toma como referência principal.

1.3 A TRADUÇÃO NO ÂMBITO DA LINGÜÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL

1.3.1 CATFORD (1965)

Em seu livro de 1965, intitulado *A linguistic theory of translation*, J. C. Catford apresenta uma coletânea de ensaios em lingüística aplicada tendo na tradução o objeto a ser investigado, entendendo a tradução como um fenômeno que acontece na relação entre duas línguas, sendo, portanto, um ramo da lingüística comparativa. Este autor utiliza as bases iniciais da teoria de Halliday e formula um conjunto de propostas que levariam a uma teoria lingüística da tradução.

No curso de seus ensaios, Catford apresenta noções importantes para o desenvolvimento de sua teoria e como se articulam na condução das pesquisas. Mais importante é, sem dúvida, o conceito de tradução. O autor a define como "a substituição de material textual numa língua (língua fonte, ou LF) por material equivalente noutra língua (língua meta, ou LM)" (1980, p. 22).

Tal conceito de tradução, em primeiro lugar, não pressupõe transferência de significados e, em segundo, ratifica sua posição de a tradução ser, fundamentalmente, um fenômeno lingüístico. É importante destacar que, mediante esta formulação, o trabalho de Catford serviu como orientação para as teses sistêmico-funcionais sobre o fenômeno da tradução, o que fica mais visível nos trabalhos de Halliday (2001) e, de maneira mais sistemática em Matthiessen (2001). Devido ao fato de o conceito de tradução de Catford ser compreendido a partir de outros conceitos, a saber, material textual, substituição e equivalência, cabe então apresentá-los.

Entendendo a tradução como um ramo da lingüística aplicada, a descrição e a formulação de Catford sobre a tradução, naturalmente, devem ser aplicáveis, salvo as peculiaridades dos fenômenos investigados, a qualquer outra manifestação lingüística. Por isto as bases de sua teoria foram extraídas de uma teoria de linguagem, uma versão inicial da lingüística sistêmico-funcional (MALMKJÆR, 2005). Como Catford a apresenta, esta versão contemplava a estratificação do sistema lingüístico, embora ainda não houvesse sido formulada a composição metafuncional dos estratos superiores, pois, quando Catford apresenta o conceito de material textual, refere-se a uma porção de texto com tamanho variável relativa a algum dos estratos.

Na condição de seguidor da escola de Londres, Catford entende que o significado só pode ser construído quando contextualizado em seu uso, isto é, na relação entre traços do meio de expressão (ou contexto) e sua forma (o modo de um elemento funcionar na rede de relações formais). Desta maneira, o autor afirma: “é necessário, obviamente, que a teoria de tradução se formule sobre uma teoria de significado; sem essa teoria, certos aspectos importantes do processo de tradução não se podem discutir” (1980, p. 38). O conceito de significado fora postulado por Firth como “a rede total de relações de que faz parte qualquer forma lingüística” (1980, p. 38-39). Por isto, Catford afirma não existir transferência de

significado na tradução, afinal, os significados concebidos no âmbito de um sistema lingüístico operam justamente neste sistema. Na tradução, se não há transferência, o que acontece é a substituição de significados da LF por outros da LM (CATFORD, 1980), que conseqüentemente operam no sistema da LM.

Esta substituição deve ser restrita por alguma noção que, independente do grau ou de seu valor, estabeleça em que medida determinado material textual da LF é substituível por outro da LM em um dado contexto de situação. Neste momento, Catford entende que isto só pode ser feito se for levado em conta o fator de equivalência entre os textos da LF e da LM. Para Catford, a noção de equivalência encerra uma questão na prática tradutória e sugere que a teoria da tradução deve ter como uma das principais tarefas postular a natureza e as condições de equivalência.

Assim como a teoria de Halliday que lhe serviu de base, a teoria da tradução de Catford foi originada sempre com referência ao uso sistêmico da linguagem e, portanto, aos seus níveis de estratificação do sistema. Segundo esta forma de se compreender o fenômeno tradutório, o conceito de equivalência, diferentemente daquele de tradução, não poderia ser postulado de forma aforística, pois deve ser estabelecido para todos os níveis da estratificação. Esta é a razão pela qual o autor dedica alguns de seus ensaios exclusivamente à tradução em algum dos níveis, como por exemplo "Tradução fonológica", "Tradução grafológica", "Tradução gramatical e lexical".

Além disto, como previa a lingüística de Halliday, os estratos gramatical e fonológico são ainda divididos em unidades segundo uma hierarquia de ordens maiores e menores. Desta forma, Catford afirma: "a frase é uma unidade de ordem mais alta que a oração. E cada oração consiste de diversos grupos, sendo a oração uma unidade de ordem mais alta que o grupo" (1980, p. 7) e acrescenta que, na disposição ascendente, a escala de ordens, na hierarquia fonológico-gramatical, seria morfema, palavra, grupo, oração e frase.

De posse desta estruturação e pretendendo uma definição de equivalência, Catford propõe as noções de tradução total – quando há substituição por equivalentes em todos os níveis da estratificação; e outra, a tradução restrita, quando se dá em apenas um nível.

Se a relação entre os níveis mais baixos da estratificação é de hierarquia, a maneira de os níveis mais altos se relacionarem é de realização por meta-redundância (MARTIN, 1997). O nível contextual é extralingüístico e compreende a organização das unidades de situação cuja relação com a gramática é co-extensiva. Por isto, Catford afirma que a tradução no nível do contexto é realizada quando ocorre, conjuntamente, a tradução no nível gramatical.

Nos outros níveis, a equivalência se estabelece no vetor da ordem. Por conseguinte, é possível existir equivalência em qualquer uma delas. Conforme suas observações, Catford diz que, durante a tradução de um texto, a equivalência varia a cada porção determinada de texto, podendo se estabelecer ora na ordem da frase, ora na ordem do grupo, e assim por diante.

Esta observação do autor produz uma implicação importante. Quando a tradução é feita levando-se em conta apenas uma ordem – tradução limitada à ordem – ocorre a chamada "má tradução" (CATFORD, 1980, p. 27), justamente pelo fato de que os equivalentes encontrados "não são adequados à sua localização na LM" (1980, p. 27). Alongando-se nesta explicação, Catford dá o exemplo das tentativas de tradução automática à sua época, quando geralmente se limitavam à ordem da palavra e não conseguiram avançar por não preverem a equivalência como um fenômeno de deslocamento livre entre as ordens. Catford ainda ressalta que as antigas distinções feitas entre os tipos tradução literal, livre, palavra por palavra, entre outras, seriam questões relativas à equivalência de ordem, mais especificamente entre tradução limitada e tradução não limitada à ordem.

Ao estabelecer o ambiente no qual a equivalência ocorre – nos níveis de estratificação e nas ordens – Catford apresenta a tradução como um fenômeno essencialmente

de produção textual; portanto, a equivalência seria um traço característico de um tipo particular de produção de significado. Assim sendo, Catford passa à identificação da equivalência segundo seu aspecto funcional, como fenômeno empírico, e da relevância das pesquisas sobre produção de significado, sob o ponto de vista das justificativas para a equivalência.

Como fenômeno empírico, Catford reconhece a equivalência textual quando determinada porção de um texto em LM é reconhecido como equivalente de uma porção de texto em LF. Este reconhecimento poderia ser verificado por um falante ou tradutor bilíngüe competente, ou pelo processo de comutação, quando mudanças sistemáticas são introduzidas em itens do TF e outras respectivas ocorrem no TM, de forma que o item do TM modificado seja entendido como equivalente.

Quando não é possível haver equivalência textual, Catford propõe o conceito de correspondência formal, para uma categoria da LM que ocupa o mesmo lugar na economia da LM quanto a categoria da LF nesta ocuparia. Como não pode, neste caso, existir equivalência, a correspondência formal é sempre aproximada. Catford entende que quanto mais alto o nível de abstração, mais fácil é o estabelecimento de correspondência formal.

Isto significa que, na comparação entre categorias de dois sistemas lingüísticos, é possível não se verificar equivalência textual entre dois itens de acordo com os métodos de verificação de equivalência apresentados pelo autor inglês; por outro lado, pode-se estabelecer uma relação de correspondências entre categorias de um dos dois sistemas com as categorias do outro.

Desta forma, a equivalência passa a ser concebida em termos de função, pois um item é equivalente a outro quando "opera de maneira aproximadamente igual na estrutura de unidades de ordem mais alta em ambas as línguas" (CATFORD, 1980, p. 35). A partir deste ponto, é possível estabelecer uma relação geral entre o item em LF e seus equivalentes em

LM relativamente à probabilidade de uma porção de texto em LM ser equivalente a outra em LF.

Apesar de não desconsiderar a probabilidade de equivalência para uma dada ocorrência particular escolhida ao acaso seja a mesma para outras ocorrências – ou probabilidades incondicionadas – Catford considera esta situação apenas em termos formais, pois as probabilidades de ocorrência para equivalentes são sempre condicionadas aos fatores advindos do contexto de situação e do co-texto. Cabe aqui notar, como aponta Matthiessen (2001), que Catford ainda tinha a frase como unidade semântica de análise, e não o texto, como entende a lingüística sistêmico-funcional. Assim, o autor aponta o co-texto como fator de condicionamento da probabilidade de equivalências, quando, na verdade, o condicionamento se faz pelo contexto de situação e sua realização nos estratos semântico e lexicogramatical.

A partir do exame que leva em conta a probabilidade, Catford (1980, p. 33) afirma:

> Contanto que a amostra seja suficientemente grande, as probabilidades de equivalência de tradução podem ser generalizadas para formar ‘regras de tradução’ aplicáveis a outros textos, e talvez à ‘língua como um todo’; ou mais estritamente, a todos os textos dentro da mesma variante da língua (o mesmo dialeto, registro, etc.).

Por regras de tradução o autor entende um equivalente textual de probabilidade incondicionada mais alta apoiado em probabilidades condicionadas mais altas somadas ao rol dos fatores condicionantes.

1.3.2 Matthiessen (2001)

Nesse artigo, Matthiessen procura apresentar os domínios nos quais o conceito de tradução é, ou pode ser, empregado, com referência, primeiramente, aos tipos de sistema

(físico, biológico, social e semiótico). Para sua investigação, o autor parte das seguintes perguntas: quando a tradução deixa de ser reconstrução e passa a ser construção de significado? Quando a tradução está localizada em uma tipologia de sistemas e quando passa a ser um campo disciplinar dentre outros relativamente à produção multilingüe?

Para responder a estas perguntas, Matthiessen afirma que, quando a tradução é realizada entre dois sistemas semióticos do mesmo tipo (por exemplo, entre dois sistemas lingüísticos), a quantidade de pontos de contato entre ambos é bastante alta, elevando, igualmente, o potencial para a tradução. O autor localiza a tradução, tal qual como se dá o interesse dos estudos da tradução e dos estudos lingüísticos, como um sistema semiótico.

Isto é possível porque a tradução, enquanto Processo Material, implica em designar uma Circunstância de Papel para o significado, o que pode ser visto no seguinte excerto. Este foi retirado de um relato retrospectivo no qual um tradutor verbaliza sobre seu processo tradutório. O relato compõe parte do banco de dados do projeto CORDIALL e se constitui como dados coletados em uma pesquisa com médicos expertos não-tradutores do NUPAD – UFMG.

> S: Aí eu coloquei gene...ge...genetic. Agora, outra coisa...é...outra coisa que pode causar um problema de tradução...é que...é...a...a anemia falciforme...ela faz parte da doença falciforme. Os ingleses geralmente quando...os americanos quando eles se referem à essa doença eles...eles co...colocam como sickle cell disease. Eu não *coloquei* **como sickle cell disease** porque pode ser que ele tá... ele tá falando que ele vai...é...que ele tá falando aí só da forma homozigótica, SS.

Analisando-se o exemplo é possível observar a tradução como Processo: Material (coloquei) e o que se produziu deste processo é uma Circunstância: Papel, que é o significado (como sickle cell disease).

A partir deste momento, Matthiessen se concentra na tradução que acontece no sistema semiótico da linguagem, especificamente na tradução interlingüística. O autor procura apresentar todos os ambientes possíveis aos quais a tradução é aplicável com o objetivo de contextualizá-la, bem como os conceitos mais importantes postulados sobre a tradução, como equivalência e mudança. Matthiessen parte do princípio que as línguas conservam maior semelhança – são mais congruentes – em níveis mais abstratos e são mais diferentes – menos congruentes – em níveis menos abstratos.

Como primeiro passo, esse autor então localiza a tradução nos ambientes mais abrangentes do sistema em relação às dimensões. Na dimensão da estrutura, a tradução se localiza no eixo paradigmático e na hierarquia das unidades na ordem da oração. Na dimensão do sistema, a tradução é localizada próxima ao pólo gramatical, no qual há baixa delicadeza. Na estratificação, a tradução se localiza na esfera do contexto e, na dimensão da instanciação, junto ao pólo do potencial. Desta forma um contínuo [+ congruente / – congruente] é estabelecido na diferença entre as línguas e assim são dispostos os conceitos de equivalência e mudança na tradução, como os pólos do contínuo, sendo a primeira o pólo [+ congruente] e a segunda, o pólo [- congruente].

No que diz respeito aos conceitos de tradução literal e tradução livre, Matthiessen os localiza nas dimensões da estratificação e da estrutura (na escala de ordens e nos eixos). Esta conceitualização abrange a noção padrão dos termos, como por exemplo, "tradução palavra por palavra", ou "tradução livre", explicando-as a partir do sistema: a primeira, na ordem da palavra e a segunda no estrato semântico ou no contexto.

Além destas formas de traduzir, a localização da tradução nas dimensões possibilita também compreender a principal diferença entre a tradução humana e a tradução automática (bem como o grande desafio desta última). No caso da tradução humana, esta é realizada

levando-se e conta o sistema como um todo, ou pelo menos mais de uma dimensão.[28] Já a tradução automática se restringe na estrutura, às ordens da palavra ou da oração; na estratificação, à lexicogramática; e na instanciação, ao pólo da instância (exceto nos casos em que se adota a noção de sublíngua). O QUADRO 2 apresenta a contextualização mais abrangente da tradução.

QUADRO 2

Contextualização da tradução

Dimensão	**(+) congruência (–)**		**Equivalência**	**Mudança**	**Tradução humana**	**Tradução automática**
estrutura	*paradigma*		X		X	
		sintagma		X	X	X
sistema	*gramática*		X		X	
		léxico		X	X	X
estratificação	*contexto*		X		X	
		palavra		X	X	X
instanciação	*potencial*		X		X	
		instância		X	X	X

Outro princípio do sistema lingüístico importante para a tradução é a agnação, assim definida por Matthiessen (2001, p. 81-2):

> A agnação é sempre definida sistemicamente em relação à organização ao longo do eixo sistêmico, ou paradigmático, na unidade em uma dada ordem (...) em algum estrato (...) em algum ponto da instanciação (...). A agnação é representada por meio da rede do sistema (...) e esta rede define os diferentes graus de agnação. Duas expressões podem estar relacionadas de maneira muito próxima em um sistema de opções com alto nível de delicadeza na rede, ou podem estar menos relacionadas em um sistema de opções com baixo nível de delicadeza. Podem mesmo não estar relacionadas em um ambiente específico e se relacionarem apenas em um ambiente amplo. Por exemplo, duas expressões podem não ser agnatas no estrato lexicogramatical, mas apenas semanticamente (...); ou podem não ser agnatas no estrato semântico e ser agnatas apenas no contexto.[29]

[28] A forma de os sistemas envolvidos na tradução serem relacionados varia de tradutor para tradutor.

[29] Agnation is always defined systemically by reference to organization along the systemic or paradigmatic axis within the unit at some rank (...) within some stratum (...) at some degree of instantiation (...). Agnation is represented by means of the system network (...) and this system network defines different degrees of agnation. Two expressions may be closely related within a very delicate system of options in the network or they may be more distantly related within a very indelicate system of options. They may even be unrelated within a particular environment and only be related within a wider environment. For example, two expressions may not be

Tal como é definido o princípio, a agnação é importante para a tradução porque, dada uma unidade lingüística da língua fonte, esta possui inúmeras maneiras agnatas pelas quais pode ser traduzida, variando tanto nas ordens quanto nos estratos.

Dentre as dimensões nas quais Matthiessen contextualiza a tradução, as mais abrangentes são a estratificação e a instanciação. Por isto, a localização da tradução na totalidade do sistema se faz pela forma como é apresentada nas dimensões. Instanciação e estratificação constituem uma matriz que possibilita ao potencial lingüístico funcionar (no contexto). Esta matriz encerra, portanto, a produção de significado como sistema-e-processo. Matthiessen (2001, p. 96) afirma: "a matriz instanciação-estratificação pode então ser utilizada para identificar e dispor tipos de tradução e questões relativas à tradução. Mas também tem valor para a tradução como um mapa dos recursos que devem ser considerados durante o ato de traduzir".[30]

A matriz instanciação-estratificação é aplicável a qualquer forma de produção no sistema, no entanto, especificamente para o caso da tradução, Matthiessen (2001, p. 97, 99) observa ser necessário

> (...) desenvolvermos mapas comparativos que identifiquem as equivalências e as mudanças em tradução entre as línguas (...); acredito ser possível contribuir com novas visões mais determinadas e sistemáticas do que aquelas que tradicionalmente se apresentam. (...) Com o auxílio das matrizes (...), podemos igualmente dispor vários tópicos de análise investigados nos estudos da tradução".[31]

---

lexicogrammatically agnate, only semantically agnate (...); or they may not be semantically agnate, only contextually agnate.

[30] The instantiation-stratification matrix can thus be used to identify and locate translation types and translation issues. But it is also of value in translation as a map of the resources that have to be considered in the course of translation.

[31] (...) we need to develop comparative maps that identify translation equivalences and shifts between languages (...) I believe it is possible to provide pore motivated and systematic overviews than what has traditionally been offered (…). With the help of the matrices (…), we can also locate various strands of analysis that have been undertaken in translation studies.

Como foi possível constatar, a partir desse momento, tomar por base a contextualização da tradução ao longo das dimensões do sistema, tal qual Matthiessen a apresenta, se constitui como a forma de os estudos da tradução embasados na lingüística sistêmico-funcional abordarem a tradução.

Na próxima seção, após a apresentação do trabalho de Halliday (2001), será possível observar pesquisas no âmbito dos estudos da tradução, como as de Steiner (2002) e Teich (1999), que seguem a orientação sistêmico-funcional apresentada em Matthiessen (2001).

1.3.3 Halliday (2001)

Ao dar o exemplo dos estudos literários como campo disciplinar que contribuiu mais intensamente para o avanço do conhecimento sobre tradução, Halliday abre seu texto afirmando que é amplo o interesse tanto pela prática quanto pela teoria da tradução em várias áreas da pesquisa sobre o conhecimento. Mas afirma que são dois os grupos que "teorizam sobre a tradução em toda a sua extensão" (p. 13)[32]: os lingüistas e os tradutores.

Quanto aos primeiros, Halliday diz que estes procuram entender como o fenômeno tradutório acontece, em outras palavras, qual é a natureza do processo e qual o tipo de relação estabelecida entre os textos fonte e alvo. Para os tradutores, a teoria observa a tradução como deveria acontecer – o que faz uma tradução ser eficaz e quais os elementos que contribuíram para a produção mais eficiente.

A adoção de uma postura ou de outra, naturalmente, procuraria lidar com questões diferentes. Utilizando a metáfora do MODO, Halliday afirma que as questões levantadas pela postura do lingüista pertenceriam ao modo indicativo, pois procuraria interrogar e postular

[32] (...) theorize about translation in its entirety.

afirmações sobre o fenômeno de tradução; já a postura do tradutor implicaria em uma teoria da tradução no modo imperativo, determinando como deveria se dar o fenômeno de tradução.

A diferença nestas duas posturas está exatamente no fato de o primeiro olhar para a tradução como uma relação entre sistemas (lingüístico, social e cultural), ao passo que o segundo a vê como uma relação entre textos. Esta diferença se faz necessária na medida que o valor assumido por uma tradução é ordinariamente obtido através da comparação de instâncias (textos).

No entanto, esta comparação sempre tende a se referir ao conceito de *equivalência*, que existe em função do conceito de *tradução* adotado. Halliday então propõe parâmetros sistêmico-funcionais para o estabelecimento da equivalência. Ela poderia ser postulada em termos de estratos, ordens e metafunções.

Halliday afirma que, salvo casos excepcionais, poderia existir uma configuração dos vetores de estrato, ordem e metafunção na qual a equivalência seria mais comumente reconhecida como tal, portanto, maior valor lhe seria atribuído.

Quanto ao vetor dos estratos, Halliday retoma o trabalho de Catford (1965) no qual a equivalência, apesar de encontrada em todos os estratos, é geralmente reconhecida no estrato semântico. Baseado em seu trabalho de 1964, que investiga a tradução no vetor da ordem, Halliday afirma que quanto mais alto se move na escala de ordens, mais facilmente se encontraria equivalência, assim, é no estrato lexicogramatical onde estaria a maior equivalência.

O terceiro vetor é o metafuncional. Halliday afirma que, apesar de, diferentemente da disposição dos elementos nos outros vetores, não existe uma ordem entre as metafunções como componentes do sistema. Ainda assim, segundo o autor, é a metafunção ideacional que carrega o maior valor em termos de equivalência, visto que é tomada em termos ideacionais:

afinal, quando dois textos não possuem correspondência quanto ao conteúdo ideacional, não são tomados como se estivessem em relação tradutória.

É importante destacar que a correspondência ideacional não é sozinha uma regra para o estabelecimento de parâmetros de equivalência, pois, dependendo dos contextos, é possível prescindir desta correspondência em nome de outros elementos mais valorizados ligados às outras metafunções, como o tipo de relação de poder ou a valoração. Isto pode acontecer principalmente na forma de equivalência contextual, em lugar da equivalência semântica, especialmente quando é problemático alcançá-la nos níveis mais baixos.

Como é possível ver, quanto mais alto o estrato, mais valorizada é a equivalência. Desta forma, Halliday diz que se a equivalência é vista a partir dos estratos mais altos, então, nos outros pode haver maior variação e dá o exemplo no qual a correspondência na ordem da oração permite a possibilidade de variação na ordem da palavra, ou do grupo. A tradução pode então ser entendida como variação a partir de uma constante em nível superior.

1.4 ORIENTAÇÃO LINGÜÍSTICO-FUNCIONAL PARA UM MODELO DE TRADUÇÃO

Após esta apresentação, é possível entender melhor o conceito de tradução trabalhado pela lingüística sistêmico-funcional e quais os tipos de pesquisas que por ele podem se pautar. Catford (1965) afirma ser possível encontrar probabilisticamente correspondências entre os sistemas lingüísticos para determinado material textual e por meio de uma coleção destas várias correspondências prováveis seria possível traçar o conjunto de variações dos registros.

Seguindo esta proposição, a tradução proveria o instrumental de produção automática de textos em diversas línguas a partir de um dado texto em uma língua. A idéia da tradução de

Catford, retomada no texto de Matthiessen e ampliada pelo arcabouço desenvolvido pelas pesquisas da teoria sistêmica, coloca a tradução (relação, geralmente, entre dois sistemas) no contínuo da instanciação e é tomada como uma visão sobre um fenômeno maior, que é a produção de significado em sistemas semióticos relacionados.

No texto de Catford, desde o título, o autor toma a tradução e a analisa sob uma perspectiva lingüística. Catford considera a tradução como uma forma de se entender como operariam as línguas nas diferentes ordens e estratos e quando poderia haver manutenção ou mudança do material textual de algumas destas esferas na outra língua, sempre com o objetivo de acumular um banco de dados capaz de produzir traduções probabilisticamente. Além disto, Catford também assinala a possibilidade de a tradução auxiliar nas descrições das diferentes línguas (CATFORD, 1965).

Matthiessen, na primeira página de seu artigo, deixa clara sua afiliação teórica à teoria sistêmica, bem como seu interesse pela tradução na medida em que ofereça instrumentos para sua pesquisa lingüística. Esse autor estabelece claramente que seu olhar para a tradução é o de um teórico lingüista. Desta forma, a tradução é apresentada como uma forma de se alcançar a produção automática de textos, a produção multilíngüe, ou a comparação entre sistemas lingüísticos, como as mudanças metafuncionais, de registros, de sistemas.

Diante deste quadro, caberia, então a pergunta: em que medida este conceito de tradução e o tipo de pesquisa que pode gerar contribuem para os avanços de conhecimento nos estudos da tradução? Afinal, se a tradução for vista apenas como ferramenta de comparação entre sistemas, ou como forma de se acumular dados para o levantamento de instâncias probabilisticamente com o objetivo de se alcançar a produção multilíngüe de textos, poder-se-ia arriscar que não contribui muito, visto que é um trabalho essencialmente da ciência lingüística, e não de tradução.

Para esta pergunta ser respondida a partir do arcabouço sistêmico-funcional, não é possível entender o estudo da tradução de forma descontextualizada, posto que traduzir significa lançar um olhar determinado para a relação entre os sistemas. Por isto é preciso que a tradução seja vista como parte integrante das maneiras de se investigar os fenômenos de produção de significado no sistema da linguagem.

Assim, a partir do trabalho dos lingüistas sistêmicos, Catford (1965), Matthiessen (2001) e Halliday (2001), apresentando a forma como a lingüística sistêmico-funcional concebe a relação tradutória entre textos, mas também entre sistemas, é possível entender que o contato entre as línguas pode ser abordado em vários níveis de abstração. Tal fato se reflete nos diferentes campos de estudo que deste contato se ocupam, como por exemplo, os estudos da tradução e a lingüística comparada.

Quando a produção de significado se restringe a um sistema lingüístico apenas, o que se observa na dimensão da instanciação é a redução dos recursos do potencial de produção de significado, visto em sua totalidade no pólo do potencial, até seu fim no pólo da instanciação, no qual o significado é instanciado e representa a parte mais reduzida do sistema. Tal fenômeno se vê representado na FIG. 2, extraída e traduzida de Couchman (2006, p. 47)[***].
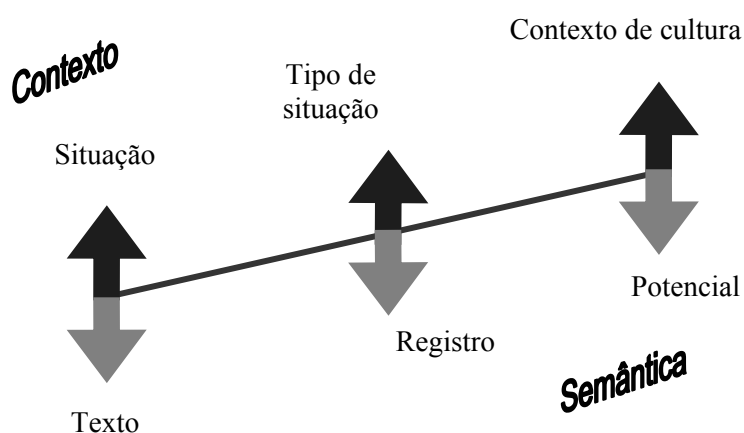
FIGURA 2 - Realização do contexto
Fonte: Couchmam (2006, p.47).

[***] Todas as traduções de figuras apresentadas nesta dissertação são de minha autoria.

Pela FIG. 2 é possível observar que o potencial do sistema realiza o contexto de cultura; o registro, o tipo de situação; e o texto, a situação. A partir de então, nos casos em que a produção de significado envolve mais de um sistema lingüístico, o que se observa na dimensão da instanciação é uma sobreposição entre, por exemplo, dois textos que realizam duas situações, e dois potenciais a realizar dois contextos de cultura.

Quando cada ponto do contínuo é tomado por objeto de estudo de alguma teoria, o que se vê são diferentes campos disciplinares procurando abordar algum ponto do contínuo, ou, em outras palavras, olhar para o contato entre sistemas semióticos de maneira própria. Por um lado os diferentes tipos de estudos lingüísticos se ocupam de cada porção do contínuo da instanciação (como as teorias lingüísticas, mais próximas ao estudo do potencial, ou os estudos discursivos, mais próximos ao texto). Por outro lado, dentre os tipos de estudos relativos à sobreposição de mais de um sistema, observa-se que os estudos da tradução se restringem ao pólo da instanciação, como se vê na FIG. 3:
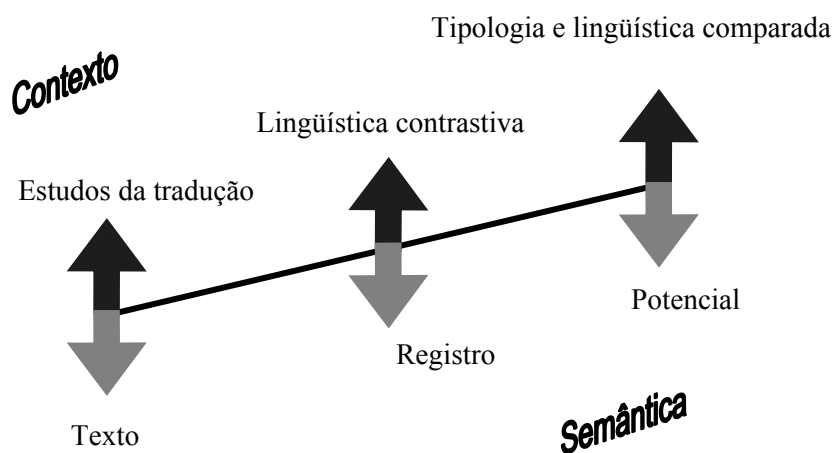
FIGURA 3 - O contínuo da instanciação e os campos de estudo

Conforme a FIG. 3, observa-se que a tipologia contrastiva tem como objeto de estudo a relação estabelecida entre os sistemas lingüísticos; os estudos da tradução, a relação entre textos e, no meio, os estudos de lingüística comparada, com investigações mais restritas ao

registro e aos tipos de texto. Uma conseqüência da disposição dos diferentes momentos de contato entre os sistemas lingüísticos no contínuo da instanciação na forma da FIG. 3 é entender que todos os campos de estudo investigam o mesmo fenômeno – o contato entre as línguas; apenas o fazem desde pontos de vista diferentes.

Diante disto, os estudos da tradução de base sistêmico-funcional podem mais seguramente reivindicar a tradução como **objeto de estudo particular**, pois esta se constitui como um olhar próprio para a relação entre unidades de significado produzidas em sistemas lingüísticos diversos. Contudo, para que assim possa proceder esta reivindicação, é preciso entender qual o lugar ocupado pela tradução face a outros tipos de relação entre sistemas, bem como explicar os fenômenos dos quais ela consiste, tomando parte nos fenômenos do sistema como um todo.

É exatamente por esta razão que Teich (1999), procurando dar continuidade aos avanços teóricos e metodológicos das abordagens à tradução de base sistêmica, apresenta os estudos em lingüística comparada como o modo de abordagem à tradução sob a perspectiva lingüístico-funcional. A autora afirma: "a motivação para a adoção desta [abordagem] é a visão de que o conhecimento sobre lingüística contrastiva relativa às línguas entre as quais a tradução é realizada torna-se um componente necessário dentre os conhecimentos do tradutor"[33] (TEICH, 1999, p. 507).

A autora propõe que a tradução seja um objeto de estudo próprio, porém, articulado com os outros pontos do contínuo: "em primeiro lugar, a tradução requer o conhecimento sobre os aspectos distintos e os aspectos comuns entre os dois sistemas lingüísticos, tanto o da

---

[33] The motivation for this is the view that contrastive-linguistic knowledge about the languages between which translation is carried out is a necessary component of a translator's knowledge resources.

língua fonte, quanto o da língua alvo. Segundo, a tradução pode ser vista como um tipo particular de produção textual" (TEICH, 1999, p. 507-08).[34]

Outro ponto importante para a caracterização da tradução nesta perspectiva é desenvolvido por Steiner (2002) a partir da visão sistêmico-funcional da tradução. Seguindo os pressupostos apresentados em Catford (1965), Matthiessen (2001) e Halliday (2001), as considerações mais importantes a se ter em conta em uma orientação sistêmico-funcional da tradução são apresentadas no QUADRO 3.

QUADRO 3

Perspectiva sistêmico-funcional da tradução

Caracterização da tradução	**Catford (1965)**	**Matthiessen (2001)**	**Halliday (2001)**
Tradução em vários níveis	X	X	X
Forma de produção multilíngüe no contínuo com a comparação e a tipologia		X	
Produção determinada pelo registro	X	X	X
Tradução como método de descrição		X	
Valor			X
Tradução automática	X	X	

Como mostram os trabalhos de Steiner (2001; 2002), os princípios apresentados no QUADRO 3 podem orientar as pesquisas sistêmico-funcionais à tradução de forma que possa se pautar por uma outra teoria (lingüística), contudo ser, por um lado, instrumento de investigação e de produção de conhecimento para os estudos da tradução e, por outro, não se resumir a apenas mais um conjunto de fenômenos passíveis de ser explicados pela teoria base, mas, uma forma de contribuir para seu desenvolvimento, inclusive, dado o caso, retificando-a.

[34] First, translation requires knowledge about the contrasts and commonalities between two language systems, that of the source language and that of the target language. Second, translation can be seen as a particular kind of text production.

Para tanto, a tradução deve ser entendida também como uma relação entre os níveis mais abstratos do sistema lingüístico, indo além do lexicogramatical, na produção de significado. Sobre esta necessidade, Steiner (2002, p. 213) afirma:

> Nossa posição é que critérios como o número de palavras por oração, a razão *type-token*, as palavras lexicais (de conteúdo) em contraposição às funcionais (gramaticais), além de outros critérios como estes, têm de ser complementados e, ao fim, substituídos por critérios lingüísticos de nível superior, isto é, se o objetivo for estabelecer a ligação com as formulações de ordem superior sobre propriedades dos textos traduzidos.[35]

Devido ao fato de a tradução ser um ponto no contínuo da instanciação, mas não ser tradicionalmente reconhecido como tal no âmbito dos estudos da tradução, as pesquisas iniciais das abordagens sistêmicas da tradução sempre tiveram dificuldade em relacionar os dados obtidos nos exames lexicogramaticais aos itens semânticos aos quais realizam.

Tal questão pode ser explicada por a tradução preservar características, embora de modo restrito, da forma como a produção de significado acontece em todo o sistema, principalmente no que diz respeito à organização da produção ao longo das dimensões. Este fato permite à tradução se estabelecer como uma relação texto a texto, vista como a face da instanciação e tomada enquanto referência principal pelo produtor de significado – o tradutor – constituindo-se, como afirma Teich (1999, p. 508), em "um tipo particularizado de produção textual".[36]

No entanto, não há razões teóricas ou metodológicas que impeçam aos estudos lingüístico-funcionais da tradução percorrer o contínuo da instanciação em direção ao pólo do potencial. Afinal, conforme a concepção sistêmico-funcional da tradução, esta é a única forma de ser possível entender a tradução como: a) relação entre sistemas semióticos; b) produção

---

[35] We shall make the point that criteria such as number of words per clause, type-token ratios, lexical (content) vs. functional (grammatical) words and a few others have to be complemented, and ultimately superseded, by higher-level linguistic criteria, if meaningful contact is to be made between high-level assumptions about properties of translated texts.

[36] (...) a particular kind of text production.

de significado mais ampla que os itens gramaticais; c) operação lingüística orientada pelo registro (portanto determinada pela situação e, em um nível mais abstrato, pela cultura); d) parte integrante de um sistema mais amplo, sendo a análise deste a responsável por explicar os fenômenos observados.

A partir do momento em que a tradução é entendida desta maneira, conseqüentemente, a investigação das propriedades exclusivas da produção de significado via relação tradutória contribui para novas formas de estudos tipológicos, além de oferecer subsídios como dados e explicações de fenômenos aos estudos de lingüística contrastiva. Consoante com este entendimento, os autores que aplicam uma visão lingüístico-funcional à tradução são capazes de estabelecer novos paradigmas para as pesquisas dentro deste campo disciplinar. Dentre eles, destaca-se o trabalho de Steiner (2002), no qual esse autor oferece as bases pelas quais se conduzem os estudos do texto traduzido afirmando:

> (...) se nosso desejo for ampliar as investigações na direção de tomar em consideração as diferentes fontes e, neste sentido, as explicações (...) sobre as propriedades textuais da tradução, estas serão realizadas devido a, pelo menos, três fontes: o processo de tradução, a relação tipológico-comparada das línguas envolvidas e o registro comparado (STEINER, 2002, p. 216).[37]

Esta forma de entender a tradução expande a quantidade de fenômenos que podem ser explicados ao ser adotada uma visão lingüístico-funcional da tradução, variando desde o que acontece no momento da produção de significado – o processo tradutório – até as influências sócio-culturais que determinam as escolhas observadas no estrato lexicogramatical dentro do texto – a tipologia das línguas envolvidas.

De mesma afiliação que o trabalho de Steiner (2002), o trabalho de Teich (1999) afirma que a necessidade de a tradução e a lingüística contrastiva se relacionarem é

[37] (...) if we want to broaden our investigations in the direction of taking into account the different sources – and in that sense explanations – (...) about textual properties of translations, they will be due to at least the three sources of the translation process, the typological-comparative relationship of the languages involved, and the comparative register.

fundamental para a elaboração de uma metodologia mais rigorosa, além de constituir um embasamento teórico coerente.

A autora propõe que a produção de textos traduzidos seja entendida como "produção contrastiva" de significado, com o fim de se chegar a um modelo de tradução. A produção contrastiva é entendida em oposição à produção monolíngüe e os itens (ou os meios gramaticais e textuais pelos quais os textos são produzidos) podem ser comparados com itens relacionados na língua fonte. Para tanto, a autora apresenta as seguintes propriedades que o modelo deve apresentar.

> - O modelo deve oferecer categorias que o representem e possam ser aplicadas em contextos multilingües;
> - Deve permitir asserções sobre a relação tanto dos sistemas lingüísticos quanto das instanciações nos textos;
> - As categorias desenvolvidas a partir do modelo devem ser capazes de abrigar conceitos de tradução, como, por exemplo, equivalência, estratégias de tradução e procedimentos de tradução (TEICH, 1999, p. 508).[38]

Tomando como base teórica a lingüística sistêmico-funcional para a construção do modelo, Teich (1999) dispõe seus primeiros fundamentos, ou os recursos em lingüística contrastiva sobre os quais os conceitos abordados na tradução se assentam. A autora estabelece o modo de a lingüística sistêmico-funcional contribuir com a base contrastiva para o estudo da tradução:

> - A tendência das línguas é se assemelharem em termos de sistemas (paradigmas) e se diferenciarem em termos da realização sintática superficial (estrutura sintagmática), isto é, apresentam variação ao longo da dimensão do eixo.
> - Os sistemas gramaticais de baixa delicadeza (itens gramaticais mais gerais) tendem a ser semelhantes através das línguas, ao passo que os sistemas de delicadeza mais alta (itens gramaticais mais específicos) tendem a ser diferentes.
> - Pode haver preferências diversas, em línguas diferentes, para a ordem gramatical na qual um dado fenômeno é expresso.
> - Um item sintático superficial pode operar em metafunções diferentes em línguas diferentes.

---

[38] The model should provide representational categories that are applicable multilingually; the model must allow statements about the relation of language systems and the instantiations in actual texts; the representational categories provided by the model must be suitable as anchors for translational concepts, such as e.g., equivalence, translation strategy, translation procedure.

- A tendência das línguas é se assemelharem nos estratos mais abstratos (por exemplo, o semântico) do que nos estratos menos abstratos (por exemplo, o gramatical) (TEICH, 1999, p. 510).[39]

Além das cinco dimensões estabelecidas como parâmetros, um último parâmetro ainda pode ser acrescentado a esta base. Segundo afirma Teich (1999, p. 515): "para um modelo de tradução é, pois, crucial a capacidade de explicação para a relação entre registro, ou tipo de texto, e a realização gramatical conforme os contextos das situações".[40]

Com esta última afirmação, somada às outras desses autores que adotam a visão lingüístico-funcional da tradução, é assim instaurada a base lingüístico-contrastiva para o estudo da tradução de forma que possa partir de uma teoria lingüística e, igualmente, conservar a tradução enquanto objeto de estudo próprio. Nesta base lingüístico-contrastiva, o conceito de 'lingüística' significa a relação entre sistemas de produção gramatical de significado realizando a situação, com a qual conserva relação natural.

O estudo da tradução desta forma deve produzir análises que, para explicar os fenômenos observados, percorram o eixo da instanciação, desde a instância (segundo a qual são pautadas as representações teóricas tradicionais da relação entre textos fonte e alvo), passando pelo subpotencial até o potencial.

Especificamente em seu artigo de 1999, Teich parte da conceituação tradicional dos conceitos de equivalência, estratégias de tradução e procedimentos de tradução e os localiza no modelo de tradução. Esta operação permite que tais conceitos sejam articulados em um único sistema, possibilitando um maior potencial descritivo.

---

[39] Languages tend to be similar in terms of systems (paradigms) and different in terms of surface-syntactic realization (syntagmatic structure), i.e., they show variation along the axis dimension. Grammatical systems of low delicacy (more general grammatical types) tend to be similar across languages, and systems of higher delicacy (more specific grammatical types) tend to be dissimilar. There may be different preferences in different languages concerning the grammatical rank at which a particular phenomenon is expressed. A particular surface-syntactic means may serve different metafunctions in different languages. Languages tend to be more similar on the more abstract strata (e.g., semantics) than on less abstract strata (e.g. grammar).

[40] For modeling translation, it is therefore crucial to be able to account for the relation between register or text type and grammatical realization according to situational contexts.

Como forma de demonstrar a amplitude da visão lingüístico-funcional da tradução, pode ser citado como exemplo, após o modelo de Teich (1999), o artigo de Steiner (2002), no qual o autor investiga o processo tradutório pautado pela teoria da lingüística sistêmico-funcional. Ao investigar o processo tradutório, Steiner (2002, p. 216) afirma que uma das propriedades do processo tradutório envolvidas na produção contrastiva de significado presente no texto traduzido é o "entendimento" (*understanding*).

Para esse autor, o ponto de partida para a modelagem do processo de "entendimento" é a forma "pela qual a (des-)metaforização pode funcionar" (STEINER, 2002, p. 217)[41]. Isto significa entender o modo pelo qual uma descrição da formação metafórica (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 1999) do texto fonte e do modo como o tradutor lidou com as metáforas (desmetaforizando e metaforizando) no texto alvo se relacionam em ambas as produções de significado. Partindo da concepção de que o "entendimento" resume grande parte do processo tradutório, Steiner (2002, p. 217) afirma: "essencialmente, sugerimos que o entendimento envolve a relação entre determinadas unidades textuais, por exemplo, as orações, e paráfrases mais explícitas e mais literais".[42]

Pela relação tipológico-contrastiva, Steiner (2002) entende que determinada quantidade do significado, em termos gramaticais, presente no texto traduzido conserva o significado do texto fonte, no sentido de ser possível encontrar no texto traduzido traços tipológicos do sistema lingüístico fonte. Complementarmente à relação tipológica, Steiner (2002) aponta o registro como propriedade do texto traduzido. Esse autor afirma que um texto fonte (produzido segundo um registro) pode encontrar no sistema lingüístico alvo um outro registro mais provável pelo qual a produção do texto alvo deve se orientar. Steiner (2002) argumenta que o tradutor pode mudar o registro, ou, em termos sistêmico-funcionais,

[41] (…) how (de-)metaphorization may function.
[42] (...) essentially, we suggest that understanding involves relating given units of text, say clauses, to more explicit and more literal paraphrases.

estabelecer outras formas de representar os fenômenos, negociar significados e organizar a informação. O autor conclui afirmando:

> Discutimos criticamente algumas formulações recentes sobre as propriedades do texto traduzido, argumentando que, apesar de representarem um progresso claro quando comparadas com hipóteses anteriores, precisam ser relacionadas, por um lado, com modelos mais abrangentes da linguagem e, por outro, com córpora cuidadosamente anotados e etiquetados (...). Como exemplo, introduzimos um modelo de nível mais alto para uma fonte importante das propriedades do texto traduzido – o entendimento – além de fornecermos o instrumental necessário para abordá-lo em termos de categorias lexicais e ordem sintagmática (STEINER, 2002, p. 226).[43]

1.5 A IMPORTÂNCIA DA DESCRIÇÃO SISTÊMICA PARA A VISÃO LINGÜÍSTICO-FUNCIONAL DA TRADUÇÃO

Até este ponto, o objetivo principal deste capítulo foi apresentar a forma como as pesquisas dos estudos da tradução de base sistêmico-funcional passaram das pesquisas realizadas nos primeiros estudos, de análises pontuais entre ocorrências retiradas do córpus, às mais recentes, sistematicamente integradas à organização do sistema.

No caso das primeiras, não houve como articular de forma consistente os dados com a organização polidimensional do sistema; tampouco foi possível promover dados que pudessem ser relacionados a pesquisas em outras áreas de investigação do contato entre sistemas lingüísticos. Já nas pesquisas mais recentes, observa-se a possibilidade de as análises lingüístico-funcionais da tradução poderem dialogar com outras áreas de investigação da produção de significado.

Este movimento, como se viu nos trabalhos apresentados neste capítulo, permite localizar a relação tradutória como uma maneira de se olhar – e, neste sentido, de investigar

[43] We have critically discussed some recent assumptions about properties of translated texts, arguing that whereas they represent clear progress compared to earlier hypotheses, they need to be linked up with more comprehensive models of language on the one hand, and with carefully tagged and annotated corpora on the other (...). By illustration, we have introduced some more high-level modeling than hitherto to one important source of properties of translated text – understanding – and we have provided operationalizations in terms of lexical categories and phrase structure.

como acontece – a produção de significado entre sistemas mais amplos que apenas as instanciações. Duas conseqüências fundamentais deste movimento para os estudos sistêmico-funcionais da tradução são o estabelecimento da tradução como um objeto de estudo próprio e a possibilidade de intercâmbio de dados com os estudos lingüísticos, em especial com a lingüística comparada e com a tipologia contrastiva.

Contudo, para que a visão lingüístico-funcional seja implementada ao estudo da tradução, é requisito primário que os sistemas lingüísticos investigados tenham seus sistemas descritos em termos sistêmico-funcionais. De outra forma, torna-se impossível qualquer assertiva sobre as análises aplicadas aos córpora investigados.

Devido ao fato de a grande maioria dos sistemas que compõem o sistema lingüístico do português não terem ainda sido descritos, faz-se necessário, assim, como um primeiro passo (ou mesmo um passo prévio) para se investigar a tradução quando uma das línguas envolvidas é o português que este sistema seja descrito. Desta maneira, a próxima seção apresenta os principais conceitos da teoria geral de descrição lingüística formulada por Halliday (1964; 2002, entre outros), a qual estabelece a "arquitetura do sistema", incluindo como suas partes componente se articulam e seus princípios organizadores.

1.5.1 A RELEVÂNCIA DOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS NO ÂMBITO DO PROJETO CORDIALL PARA A RELAÇÃO ENTRE DESCRIÇÃO SISTÊMICA E ESTUDOS DA TRADUÇÃO

Essa descrição poderá oferecer subsídios a pesquisas do processo e do produto tradutórios, particularmente àquelas desenvolvidas no âmbito do projeto CORDIALL (Córpus Discursivo para Análises Lingüísticas e Literárias) do LETRA (Laboratório Experimental de Tradução) da Faculdade de Letras da UFMG, em cujo contexto este trabalho está inserido. O

banco de dados CORDIALL conta atualmente com 1.200.000 palavras e está composto, em seu subcórpus de textos paralelos, de textos ficcionais e não ficcionais, em suas versões originais e traduzidas. Neste projeto já foram realizados trabalhos nos níveis de doutorado, mestrado e graduação e seus resultados contribuem para ampliar o conhecimento produzido pelas abordagens sistêmico-funcionais da tradução.

Dentre eles se destacam pela relevância para este trabalho, por em sua análise apresentarem tanto aspectos descritivos do sistema do português quanto apontar necessidades específicas do trabalho de descrição sistêmica para os estudos da tradução, os seguintes trabalhos:

Cruz (2003) investiga as projeções paratáticas de Processos verbais realizados pela classe dos verbos de elocução em um córpus de pequenas dimensões, paralelo bilíngüe, cujo texto fonte foi produzido em inglês e o alvo em português. Nesse trabalho, a autora estuda os padrões de seleção para este tipo de projeção nos dois sistemas lingüísticos, alcançando, ao final, resultados que apontam para a construção dos personagens a partir de sua capacidade de representar a experiência mediante determinadas classes de verbos de elocução, o que se verifica nos textos produzidos nos dois sistemas lingüísticos.

Assis (2004) analisa a transitividade em um romance de T. Morrison e sua retextualização para o português. Nesse trabalho o autor investiga a representação construída pela realização de Processos, ainda que do mesmo tipo, no sistema fonte, o inglês, e no sistema alvo, o português. Os resultados da pesquisa apontam para representações distintas dos personagens, embora, a princípio, a realização de Processos seja equivalente em um primeiro nível de delicadeza.

Rodrigues (2005) examina a organização temática em um romance de C. Lispector retextualizado para o inglês. Em seu trabalho a autora analisa a forma como se deu a organização temática no texto fonte, em português e no alvo em inglês. Os resultados

apontam para a construção de mensagens diferentes nos dois sistemas, tanto no que diz respeito aos Temas ideacionais, quanto aos interpessoais, o que leva a autora a concluir que há motivações distintas da mensagem presente no texto fonte para as seleções realizadas pelo tradutor.

Alves (2006) realiza um trabalho voltado à análise da representação do discurso investigando citações paratáticas realizadas a partir da classe dos verbos de elocução neutros, tendo como objetivo averiguar a tendência apontada por Assis (2004) de os Processos verbais não serem expressos em português quando este é o sistema lingüístico alvo. Esse trabalho foi conduzido em um córpus paralelo bilíngüe, composto por um texto fonte em inglês e dois textos alvos em português. Alves (2006) alcança resultados indicando que uma das retextualizações se preocupa em reproduzir os padrões encontrados no texto fonte, ao passo que a outra segue a tendência de não expressão dos verbos de elocução neutros, além de diversificar os tipos de Processo empregados.

Finalmente, tem importância para esta dissertação o trabalho de Feitosa (2005), cujo objetivo principal, diferentemente dos outros trabalhos apresentados nesta subseção, não foi analisar um texto fonte juntamente com sua tradução, mas propor um modelo de anotação empregado para rotular tipos de Tema, de elementos operando interpessoalmente na oração, de Participantes, Processos e Circunstâncias, capaz de realizar anotações tanto no texto fonte quanto no texto traduzido. Baseado em um código numérico, o modelo de anotação denominado CROSF (Código de Rotulação Sistêmico-Funcional), Feitosa (2005) apresenta um instrumento de análise capaz de facilitar tanto a anotação do córpus, de maneira mais eficiente, pois diminui os erros de digitação das anotações manuais, bem como a extração de dados, pois é capaz de promover maior visibilidade aos rótulos no texto anotado.

Como é possível observar, estas pesquisas se concentram na forma de se entender como padrões em um sistema lingüístico podem influir nas seleções de itens de outro sistema, de

modo que o texto alvo apresente padrões comparáveis àqueles do texto fonte. Assim, em alguma medida, já estão presentes nas análises comparativas realizadas por esses trabalhos do projeto CORDIALL traços do sistema lingüístico do português que o caracterizam, bem como o diferenciam de outros sistemas lingüísticos.

Em outras palavras, as análises apresentadas nesses trabalhos do CORDIALL apontam elementos capazes de, agrupados, compor parte da descrição do sistema lingüístico do português. Além disto, todos eles apontam para a necessidade de pesquisas futuras justamente sobre a descrição de novos aspectos sistêmicos.

Em seguida, passa-se à descrição da oração por esta ser uma das principais unidades de análise da lingüística sistêmico-funcional. A oração pode ser descrita "de cima", a partir da semântica, "ao redor", pela forma como estrutura os sistemas que a compõem ou "de baixo", a partir da ordem do grupo. Um dos objetivos específicos deste trabalho é definir a oração em português "de baixo" e por isto a apresentação da teoria geral de descrição termina com a ordem do grupo.

1.6 A TEORIA GERAL DE DESCRIÇÃO

Halliday (2002) afirma que a descrição lingüística necessita aplicar sistemas de categorias de descrição que possam se relacionar à forma da língua, à de outra língua, ou mesmo a conceitos não-lingüísticos. O autor explica que as categorias dos dois primeiros tipos são diferentes do último porque, enquanto não há categorias lingüísticas formais aplicáveis igualmente a todas as línguas, as categorias não-lingüísticas, caso produzam algum efeito para a descrição, devem ser tomadas como universais.

O autor comenta que depois da primeira metade do século XX, a ciência lingüística (entendida como uma ciência mais abrangente que a mera descrição evolutiva das formas

lingüísticas) avançou muito e que por isto suas subáreas puderam se integrar, produzindo mais conhecimento, destacadamente entre os estudos descritivos e históricos. No entanto, Halliday (2002) afirma que, até meados dos anos de 1950, um ponto no qual a pesquisa carecia avançar estava na tentativa de se desenvolver métodos para uma teoria geral de descrição em oposição a um esquema universal de categorias descritivas.

Halliday (2002) entende que um problema está na dicotomia entre estudos sincrônicos e diacrônicos, estando reservadas aos estudos sincrônicos as línguas que não podem ser comparadas historicamente. De toda forma, o autor entende que os estudos históricos podem ter seus conhecimentos ampliados quando a perspectiva temporal, que não se constitui efetivamente como uma categoria lingüística, não determina o método de pesquisa.

Com isto, sob uma perspectiva a-histórica, o estudo "diacrônico" passa a ser um estudo comparativo entre diferentes instanciações de um mesmo sistema lingüístico, portanto, uma série de estudos descritivos. Tal entendimento leva a uma nova concepção, a dos estudos evolutivos, quando os diferentes momentos históricos das várias descrições são vistos em um contínuo de desenvolvimento de um mesmo sistema.

Halliday (2002) entende que, quando a esta perspectiva se adiciona um eixo "universal", a lingüística particular a uma língua e a lingüística comparada tendem a se fundir sob o rótulo de "universal". Contudo, neste caso, o autor alerta que o lingüista que procura o desenvolvimento de uma teoria geral de descrição não pode alegar que determinada categoria definida formalmente deve ser aplicável universalmente e afirma, a título de exemplo, que "o 'verbo' é redefinido na descrição de cada língua"[44] (HALLIDAY, 2002, p. 24). A conseqüência é que o lingüista não pode depender apenas dos critérios formais para sua teoria de descrição.

---

[44] The 'verb' is redefined in the description of each language.

Assim, o que cabe ao lingüista, como tem mostrado o desenvolvimento do campo disciplinar, é trabalhar com os sistemas e as estruturas de uma teoria e de seu método para a descrição lingüística. Neste ponto, uma das questões principais que deve ser observada é a chamada "transferência" de categorias gramaticais da análise formal que passam do estudo de uma língua, ou de categorias universais, à categorização no estudo de outra língua. Ao mesmo tempo, entretanto, é preciso levar em consideração o fato de que todas as línguas são passíveis de análise por categorias gramaticais formais.

Quando se visa à descrição gramatical particular (ou seja, de uma só língua, de forma não-comparativa), Halliday (2002, p. 25) afirma que:

> uma análise completa no estrato gramatical (...), em uma descrição em específico na qual todas as formas da língua são relacionadas a sistemas estabelecidos dentro da própria língua, requer a determinação de categorias gramaticais ordenadas como termos em sistemas inter-relacionados, tendo como expoentes os segmentos de substância (fônica ou gráfica) do texto.[45]

Deste modo, o autor propõe que a teoria de descrição não seja apenas unidimensional como no caso do sentido restrito aplicado ao estruturalismo do início do século XX, ou pontual em algumas das "camadas" da estrutura ascendente, como acontece no caso da gramática tradicional normativa na tradição ocidental (restrita, em geral, às ordens da palavra e da oração).

Halliday afirma que uma teoria de descrição lingüística deve contemplar todas as categorias necessárias para que possa ser geral e assim aplicável a todas as línguas, no entanto sem a necessidade do emprego de transferências de categorias gramaticais, visto que estas se distribuem pelas categorias de modo particular a cada língua. O autor afirma:

---

[45] A complete analysis at the grammatical level (...), in a particular description in which all forms of the language are related to systems set up the language itself, requires the establishment of grammatical categories, ordered as terms in interrelated systems and having as components the substantial (phonic or graphic) segments of the text.

> As categorias fundamentais para a teoria gramatical são quatro: unidade, estrutura, classe e sistema. Estas são categorias da mais alta ordem de abstração: são estabelecidas e inter-relacionadas na teoria. Se for colocada a pergunta: “mas por que estas quatro categorias, e não três, ou cinco, ou quatro outras?”, a resposta deve ser: porque assim é a linguagem; porque estas quatro, e não outras, são necessárias para se explicar os dados, isto é, para explicar todos os padrões gramaticais que emergem das generalizações dos dados. Como categorias primárias da teoria, elas permitem uma explicação coerente do que é a gramática e de seu lugar na linguagem, além de uma descrição abrangente das gramáticas das línguas, as quais não seriam possíveis sem estas categorias (HALLIDAY, 2002, p. 41).[46]

Uma consideração importante sobre uma teoria geral de descrição gramatical é que deve contemplar todas estas categorias primárias concomitantemente, porque pertencem a ordens de abstração distintas que se referem ao mesmo tempo a todos os fenômenos lingüísticos, e não de outra forma, como se cada categoria respondesse por apenas um conjunto específico de fenômenos. Assim, a descrição de uma ocorrência lingüística só pode ser integral quando realizada sob o olhar de cada uma destas categorias teóricas e somada a algum padrão, devido ao fato de compartilhar com outras ocorrências a mesma descrição para cada categoria. Além disto, estas categorias possuem entre si ligação tal que não há prioridade de qualquer uma delas sobre as outras, ou sequer a existência de uma prescindindo das outras.

Quando Halliday (2002) afirma que “assim é a linguagem”, implica em dizer que a teoria lingüística de descrição precisa lidar com o eixo paradigmático, com o eixo sintagmático, com a expressão dos paradigmas e com a expressão dos sintagmas. No entanto, como advertiu o autor, a descrição não pode se reduzir, dados estes quatro eixos, à análise unidimensional multiplicada por quatro, mas, pelo fato de estes eixos serem interdependentes, então, relações, como por exemplo, aquelas entre a expressão do sintagma e a expressão do

[46] The fundamental categories for the theory of grammar are four: unit, structure, class and system. These are categories of the highest order of abstraction: they are established, and interrelated, in the theory. If one asks: ‘why these four, and not three, or five, or another four?’, the answer must be: because language is like that – because these four, and no others, are needed to account for the data: tat is, to account for all grammatical patterns that emerge by generalization from the data. As the primary categories of the theory, they make possible a coherent account of what grammar is and of its place in language, and a comprehensive description of the grammars of languages, neither of which is possible without them.

paradigma, ou a expressão do sintagma com o eixo paradigmático, devem ser tomadas em consideração.

Levando-se em conta a afirmação de Halliday (2002) sobre a interdependência dos eixos, observa-se que todas as quatro categorias teóricas conservam propriedades compartilháveis, como afirma Halliday (2002, p. 41-2), "a relação destas categorias umas com as outras e com o restante dos dados envolve três escalas distintas de abstração: ordem, expoente[47] e delicadeza. Estas escalas são tomadas em separado, mas a elas deve-se referir em conexão com as categorias".[48] As três escalas são responsáveis, assim, pelo estabelecimento da inter-relação entre as categorias.

Para Halliday (2002), não é possível definir uma categoria de maneira absoluta, apenas relativamente a outras categorias. Com isto, unidade, estrutura, classe e sistema só podem ser descritos separadamente quando todos forem descritos em conjunto. A conseqüência é que as considerações traçadas na descrição de um item lingüístico a partir de uma categoria contribuem com uma parcela descritiva diante da teoria como um todo, completada com descrições de outras parcelas.

Por este motivo, Halliday (2002) propõe como recursos metodológicos de descrição "manobrar" e "matizar". O primeiro diz respeito à dimensão da ordem, o segundo à do sistema. Halliday (2002, p. 69) afirma:

> Tomando as unidades menores como fundamentais, a descrição começa na direção de baixo para cima. É conduzida unidirecionalmente do morfema até a palavra, ou até algum ponto da ordem do grupo. Não é surpreendente, portanto, que se não houver manobra, torna-se extremamente difícil seguir adiante neste caminho. Manobrar, ou mover-se para cima e para baixo na escala de ordens, é parte do método descritivo imposto pela teoria para mostrar a relação entre as diferentes unidades; para permitir uma descrição unificada com ligações, em todas as categorias. Desde o morfema até a sentença. Na falta da manobra, a descrição é obrigada a saltar para o topo da

[47] Mais tarde, Halliday passou a denominar o 'expoente' (*exponent*) como 'realização' (*realization*).
[48] The relation of these categories to each other and to the data involve three distinct scales of abstraction, those of rank, exponence and delicacy; these are considered separately but have also to be referred to in connection with the categories.

> escala de ordens e ser realizada para baixo desde a sentença pela análise da "constituição imediata". Porém, ainda assim é unidimensional, só que na direção oposta.[49]

Por este motivo, na teoria de descrição lingüística sistêmico-funcional, um fenômeno lingüístico deve ser observado utilizando-se a metodologia de manobra; deve ser examinado "de cima", "de baixo" e "ao redor", de seu próprio nível. Se a ordem do grupo for tomada como exemplo, para que seja descrita na dimensão da estrutura, deve ser examinada "de baixo", da ordem da palavra, isto é, quais as classes de palavra que compõem os grupos; "de cima", ou a forma como os grupos compõem a oração; "ao redor", qual a relação que uma determinada classe de grupos estabelece com outros grupos. É importante ressaltar que a manobra deve estar relacionada com as outras dimensões igualmente. O exemplo do grupo acima se restringiu à estrutura, mas é necessário que seja descrito em relação ao sistema, à estratificação, e assim por diante.

Quanto à necessidade de matizar, Halliday (2002, p. 69-70) afirma:

> (...) a teoria não pode entender de maneira válida que as relações e os contrastes são nítidos e estáveis, em termos de "sim ou não", como se fossem o padrão da língua. Mesmo no nível mais primário de delicadeza, a descrição encontra traços para os quais "matizar" é necessário: quando um traço é melhor apresentado em termos de "mais provável ou menos provável" e uma assertiva tem mais força quando responde por apenas noventa por cento das ocorrências. Este fato é também verdade para todos os aumentos subseqüentes no nível de delicadeza.[50]

---

[49] With the smallest unit as fundamental, the description starts off in an upward direction. It proceeds, unidirectionally, from the morpheme, through the word to somewhere around the group. Not surprisingly, since there is no shunting, it proves extremely difficult to take it further along the same route. Shunting, or moving up and down the rank scale, is a part of descriptive method imposed by the theory to show the relation among the different units: to permit a unified description with links, through all categories, all the way from morpheme to sentence. In the absence of shunting, the description has to jump to the top end of the rank scale ad proceed downwards from the sentence by "immediate constituent" analysis: still unidirectional, though with the direction reversed.

[50] (...) the theory cannot validly regard contrasts and relations that are clearcut, and stable in "yes/ no" terms, as the norm in language. Even at the primary degree of delicacy, the description will encounter features where "shading" is necessary: where a feature is better stated in terms of "more likely/ less likely" and a statement is more powerful when it accounts for only 90 per cent of occurrences; and this becomes true with every subsequent gain in delicacy.

É a possibilidade de a descrição dispor os fenômenos lingüísticos em matiz que dá à teoria a capacidade de explicar a totalidade de fenômenos, sem que se construam exceções. Na teoria sistêmico-funcional não há exceções, pois não há relações dicotômicas. Justamente pela distinção entre dois fenômenos próximos ser difusa, é possível explicá-los em termos de matizes de um mesmo fenômeno mais abstrato e não determinar, por exemplo, o fenômeno que apresenta maior probabilidade de ocorrência como regra e o outro como exceção.

Cabe ressaltar ainda que, apesar da relação próxima entre teoria e descrição, Halliday (2002) afirma que descrição não é teoria. Dentro da ciência lingüística, a descrição deve compor apenas uma parte da teoria lingüística geral. No entanto, esta localização não reduz a importância da descrição para a teoria, pois é ela que responde pelo estabelecimento do modo de funcionamento da língua. Para a formulação de sua teoria, Halliday (2002) tomou como ponto de partida as seguintes considerações:

- Os métodos de descrição lingüística são derivados de uma teoria lingüística geral.
- A teoria lingüística deve ser formulada a partir da inter-relação de categorias que respondam pelos dados além de princípios baseados em escalas abstratas.
- Descrever significa estabelecer a relação entre a teoria e os dados, por meio das categorias abstratas. Esta relação é estabelecida pela própria teoria.
- Os primeiros níveis a compor o sistema são forma, substância e contexto. Assim, relacionam-se no sistema lingüístico, a expressão, os mecanismos formais de produção lingüística, o significado produzido como linguagem e a relação com a situação na qual a linguagem é empregada.[51]

As categorias necessárias para a teoria geral de descrição são apresentadas mais detidamente a seguir.

[51] Com o desenvolvimento posterior da teoria, Halliday substituiu o termo 'substância' por 'expressão'; a 'forma' pelo estrato lexicogramatical e o 'contexto' pelo estrato semântico. O que atualmente se entende como o 'contexto da situação' era, no início da teoria, denominado por Halliday apenas como 'situação'.

Unidade

A unidade é a categoria que comporta qualquer seguimento lingüístico que possua algum padrão gramatical. Segundo os padrões, as unidades são agrupadas em diferentes tipos. Devido ao fato de os padrões gramaticais de uma unidade serem compostos a partir dos padrões de outra unidade, é possível dispô-las em uma escala hierárquica denominada escala de ordens. Em cada ordem encontra-se uma unidade. Halliday *et al*. (1964, p. 27) afirmam:

> O fato de ser possível reconhecer unidades na gramática da língua, bem como de elas serem construídas uma dentro da outra é uma propriedade de todas as línguas. Independente do número de unidades que possamos reconhecer na gramática de qualquer língua, sempre há uma relação fixa entre elas: a ocorrência de uma unidade consiste de uma, ou mais de uma, ocorrência integral da unidade imediatamente inferior (...). Em cada língua, reconhecemos um conjunto específico de unidades dispostas em uma hierarquia determinada na escala de ordens. É a esta hierarquia que nos referimos quando dizemos que uma unidade é imediatamente inferior à outra em ordem (HALLIDAY *et al.,* 1964, p. 25, 27).[52]

Na escala de ordens, cada ordem, quando vista pelo ângulo de sua composição, forma uma unidade.

Estrutura

A estrutura é a disposição espacial dos elementos de uma determinada unidade. A relação entre estrutura e unidade é apresentada por Halliday (2002) como sendo a natureza dos padrões de segmentos da unidade. Neste sentido, a estrutura consiste em uma relação linear de eventos semelhantes. A estrutura responde pela semelhança entre eventos de uma mesma ordem por referência à ordem imediatamente inferior. Então, por exemplo, a estrutura

---

[52] It is a property of all languages that one can recognize units in their grammar, and that these units are built up one inside the other. However many units we recognize in the grammar of any given language, there is always a fixed relation among them: an occurrence of any unit is said to consist of one, or more than one, complete occurrence of the unit next below it. For each language we recognize a particular set of units ranged in a fixed order on the rank scale. It is this order that is being referred to when we speak of one unit as being 'next below' another in rank.

de uma oração, assim como de todas as orações (eventos semelhantes) se dá porque é composta por grupos, a ordem imediatamente inferior. Halliday (2002, p. 46-47) afirma:

> Cada unidade pode apresentar um número variado de estruturas possíveis e a única restrição teórica é que cada unidade deve apresentar pelo menos uma estrutura, constituída de mais de uma posição. Cada posição e cada elemento na estrutura de uma determinada unidade são definidos com referência à unidade imediatamente inferior. Cada posição é a posição de operação de um dos membros da unidade imediatamente inferior, considerada como uma ocorrência. Cada elemento representa o potencial de operação de um membro de um **agrupamento** de membros da unidade imediatamente inferior.[53]

O autor relaciona a estrutura ao princípio da delicadeza, estabelecendo que existem estruturas em um nível menor de delicadeza, denominadas estruturas primárias, que "são aquelas que distinguem o número mínimo de elementos necessários para se explicar de modo abrangente a operação na estrutura de uma determinada unidade cujos membros são da unidade imediatamente inferior"[54] (HALLIDAY, 2002, p. 48). As estruturas secundárias, que distinguem elementos em um nível mais alto de delicadeza, não se referem diretamente à ordem inferior, mas à própria ordem.

Classe

No caso da estrutura, verificou-se ser a disposição de posições preenchidas em uma ordem por elementos da ordem imediatamente inferior. Assim, cada posição é ocupada por um agrupamento determinado de elementos dessa ordem. Se cada posição da estrutura for ocupada por um "elemento componente da estrutura", então, cada elemento corresponde aos itens da ordem inferior que podem ocupar sua posição. Isto implica em os itens se

---

[53] Each unit may display a range of possible structures, and the only theoretical restriction is that each unit must carry at least one structure that consists of more than one place. Each place and each element in the structure of a given unit is defined with reference to the unit next below. Each place is the place of operation of one member of the unit next below, considered as one occurrence. Each element represents the potentiality of operation of a member of one **grouping** of members of the unit next below.

[54] (...) primary structures are those which distinguish the minimum number of elements necessary to account comprehensively for the operation in the structure of the given unit of members of the unit next below.

organizarem por agrupamentos relativamente aos elementos da ordem superior. A esses agrupamentos dá-se o nome de classe.

É possível asseverar que a relação na classe é paradigmática, contrariamente à da estrutura, que é sintagmática, pois implica na seleção de um item para a posição do elemento em detrimento de outros que não foram selecionados. Sobre a relação entre sintagma e paradigma e suas respectivas categorias, Halliday (2002, p. 50) afirma:

> A relação entre estrutura e classe é uma relação de mão dupla e não há como se "descobrir" uma "antes" da outra. Em qualquer instância, pode haver razões para a descrição de uma sem a outra, mas o fato é que todas as estruturas pressupõem classes e todas as classes pressupõem estruturas.[55]

Tanto a classe quanto a estrutura se relacionam com a unidade no sentido de que a classe compõe a unidade imediatamente superior na escala de ordens, ao passo que a estrutura encerra os padrões em uma unidade composta por itens selecionados dentre aqueles da unidade imediatamente inferior. Além disto, tanto a estrutura quanto a classe, operam ao longo do contínuo de delicadeza. No caso da classe, a primária se relaciona à estrutura primária; a classe secundária, à estrutura secundária.

Sistema

Como foi visto anteriormente sobre a dimensão do sistema, Halliday *et al.* (1964) afirmam que, por meio de uma primeira observação lingüística, faz-se a distinção entre dois tipos de itens, prototipicamente, lexicais e gramaticais. Os primeiros operam em um nível mais alto de delicadeza do sistema, em conjuntos abertos, enquanto os últimos em um nível mais baixo de delicadeza, em sistemas fechados. Cabe ressaltar que tanto os sistemas

---

[55] The relation between structure is a two-way relation, and there is no question of "discovering" one "before" the other. In any given instance there may be descriptive reasons for stating the one without the other; but all structures presuppose class and all classes presuppose structures.

fechados quanto os conjuntos abertos fazem parte do sistema lingüístico e estão dispostos em um contínuo de delicadeza de suas funções semânticas na produção de significado.

Caracteristicamente, a descrição de itens de sistemas fechados se faz por oposição, assim, descreve-se o 'pretérito' por oposição ao 'presente' e ao 'futuro'; ou o 'plural' por oposição ao 'singular'. Já para os conjuntos abertos, este tipo de descrição não é possível, pois um item com função em alto nível de delicadeza no sistema não é descrito por oposição simples a outros, por exemplo, não se entende a função semântica de 'ônibus' em oposição à de 'navio' ou à de 'trem'; são necessários termos prévios, mais abstratos no sistema, portanto menos delicados, a partir dos quais a oposição possa fazer sentido.

Deste modo, pode-se constatar gramaticalmente que itens como 'ônibus', 'navio' e 'trem', ou 'bola', 'cadeira' e 'livro' preservam mais semelhança entre si do que com outros itens também bastante delicados semanticamente, como 'ontem', 'felizmente' ou 'depressa', que, por sua vez, entre si guardam mais semelhanças gramaticais. Por exemplo, no primeiro grupo, itens como 'trem', 'bola' ou 'cadeira' podem servir como Participante em configurações de TRANSITIVIDADE, como Sujeito ou Complemento em configurações de MODO. Já no segundo grupo, itens como 'felizmente', 'depressa' ou 'aqui', podem ser Circunstâncias em configurações transitivas ou Adjuntos em configurações de MODO.

É possível descrever o primeiro grupo de itens como instâncias de uma categoria descritiva pelas propriedades que guardam em comum, por exemplo, pela classe de palavra, no primeiro caso, denominada 'substantivos', e no segundo, à categoria descritiva da classe de palavras 'advérbios'. Itens como 'carro' ou 'cadeira' podem ser descritos como a classe 'substantivo' em um nível menor de delicadeza e, com isto, serem entendidos em oposição a itens de outras classes, como, por exemplo, 'bonita' ou 'frio', pertencentes à classe 'adjetivo'.

Assim, em certa medida, os itens comumente examinados em conjuntos abertos, os itens lexicais, podem ser descritos como gramaticais, desde que sejam também

compreendidos como instâncias de alguma classe. Por isto, segundo Halliday (2002), o léxico é a gramática com o maior nível de delicadeza.

1.6.1 A DESCRIÇÃO DA ORAÇÃO (UNIDADE BÁSICA DE ANÁLISE GRAMATICAL)

Para a análise gramatical, Halliday adota a oração como unidade principal, por ser a ordem mais alta na escala de ordens (conservando em si propriedades das ordens do morfema, da palavra e do grupo), por ser a ordem que realiza, imediatamente, a semântica, e por ser a primeira estrutura a comportar realizações das três metafunções concomitantemente. Este último fator é de fundamental importância para a descrição gramatical, já que a lexicogramática e a semântica se organizam de maneira metafuncional.

Na oração, cada uma das metafunções responde por escolhas semânticas distintas, tornando-a o conjunto estrutural das escolhas funcionais, podendo ser entendida como: 1) oração como representação, na qual as estruturas de transitividade respondem pela forma gramatical que realiza uma representação semântica do contexto (Processo+Participante); 2) oração como troca, na qual se expressam os significados de interação por meio das estruturas de Modo (Sujeito+Finito [ou Predicador]); 3) oração como mensagem, cuja estrutura temática (Tema+Rema) relaciona a oração tanto ao restante do texto quanto ao contexto de situação no qual este é produzido.

Assim, quando a estrutura da oração é examinada, pode-se então perceber que é a lexicogramática – isto é, o conjunto de sistemas para escolha de itens lexicais e gramaticais – a responsável por integrar os conjuntos estruturais de cada uma das metafunções na oração. Desta maneira, quando a oração é vista "ao redor", conforme a estruturação metafuncional que a compõe, pode ser definida como uma estrutura formada por elementos da

Transitividade, do Modo e da organização temática, a saber, Processo, Sujeito+Finito [ou Predicador], e Tema, respectivamente.

No entanto, esta é a definição de oração quando abordada de seu próprio nível, quando se examinam os conjuntos de opções para as três metafunções. Além desta, a oração também pode ser definida de outra maneira, a partir das unidades que a constituem e, para tanto deve ser vista a partir das ordens inferiores hierarquicamente, ou abordada "de baixo", a partir da ordem do grupo, ou dada a língua, da ordem imediatamente inferior.

Como já foi dito, nesta dissertação, tomam-se como base as descrições feitas para os sistemas lingüísticos do inglês, do francês e do espanhol (estas últimas topologicamente próximas ao português), além de outra descrição funcional para o português (NEVES, 2000) como ponto de partida, estabelecendo uma escala com quatro ordens: morfema, palavra, grupo/ frase e oração. Como a organização estrutural das unidades se dá por composição, "construídas uma dentro da outra" (HALLIDAY *et al.*, 1964, p. 25), a compreensão de cada unidade é fundamental para a descrição da escala de ordens.

O morfema é entendido como a menor unidade gramatical em qualquer sistema lingüístico. A partir do entendimento de que as unidades maiores comportam as unidades menores, é possível afirmar que o morfema não pode ser composto por outras unidades. Desta forma, é possível observar que itens como 'pilotos', 'falarei' e 'decímetro' são compostos por morfemas, 'piloto+s', 'fal+a+rei', 'deci+metro'. Também é possível observar que itens como 'fal-', '-s', '-metro' e 'piloto' não são compostos por unidades gramaticais menores, portanto, são identificados como morfemas.

Halliday *et al.* (1964) afirmam que a palavra é, freqüentemente definida segundo três aspectos: ortográfico, lexical e gramatical. Ortograficamente, a palavra é descrita como um agrupamento de letras separado de outros agrupamentos por espaços em branco. Do ponto de vista lexical, a palavra é um item instanciado de uma classe lexical, próximo à extremidade

aberta da rede do sistema e, gramaticalmente, a palavra é descrita como a ordem imediatamente superior ao morfema, isto é, uma palavra é um item composto por um ou mais morfemas ao mesmo tempo em que não compõe outro item de mesma ordem, ou, outra palavra.

Segundo Halliday e Matthiessen (2004), a estruturação das palavras que forma a unidade superior, o grupo, acontece segundo algum tipo de relação lógica. De certa forma, os grupos podem ser entendidos como complexos de palavras. A maioria das descrições realizadas para a língua portuguesa pelas gramáticas tradicionais, assim como as descrições de outros sistemas lingüísticos baseados na tradição gramatical desde a Antiga Grécia, não reconhecem o grupo como uma ordem, e afirma que a unidade mais alta, a oração, é composta por palavras. No entanto, Halliday e Matthiessen (2004) argumentam sobre a necessidade deste nível intermediário, pois não só as palavras em uma oração, mas também as relações lógicas entre elas, são importantes para a produção de significado. Além disto, não reconhecer uma ordem intermediária implica em negligenciar grande parte do fenômeno da mudança de nível.

Os grupos podem ser divididos em cinco classes: nominais, verbais, adverbiais, preposicionais e conjuntivos. Outra estrutura pertencente à mesma ordem do grupo é a frase. A distinção entre ambos é que, em primeiro lugar, a frase é sempre preposicional (ou posposicional). Halliday e Matthiessen afirmam que: "uma frase é diferente de um grupo no seguinte aspecto, enquanto o grupo é a expansão de uma palavra, a frase é a redução de uma oração" (2004, p. 311).[56]

As frases preposicionais cumprem basicamente as mesmas funções dos grupos adverbiais; contudo, diferenciam-se no sentido de que as frases preposicionais também

[56] A phrase is different from a group in that, whereas a group is an expansion of a word, a phrase is a contraction of a clause.

incluem um grupo nominal, o que aumenta seu potencial expressivo e, com isto, produzem Circunstâncias mais complexas do ponto de vista experiencial.

A seguir se apresenta o QUADRO 4, reproduzido de Halliday e Matthiessen (2004, p. 310) e traduzido, no qual grupos e frases são dispostos relativamente à suas funções experienciais e interpessoais na estrutura da oração em inglês. Note-se que são justamente estas funções as que possibilitam a interpretação dos grupos como uma ordem na escala de ordens, sustentando a afirmação de que as orações são compostas por grupos/ frases, que, por sua vez, são compostos por palavras.

QUADRO 4

Classes de grupo e frase em relação à função oracional.

		Estrutura modal	**Estrutura experiencial**
grupo	Nominal	Vocativo	-
		Sujeito, Complemento	Participante (Meio, Agente, Extensão, Beneficiário).
	Verbal	Finito+Predicador	Processo
	Adverbial	Adjunto (circunstancial)	Circunstância (essencialmente de Modo: qualidade e Modo: grau).
		Adjunto (modal)	-
	Conjunção	Adjunto (textual)	-
frase	preposicional	Adjunto (circunstancial)	Circunstância (Extensão, Modo, Causa, etc.); Participante com status especial.
		Adjunto (modal)	-
		Adjunto (textual)	-

Fonte: HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, p. 310.

1.6.2 O GRUPO NOMINAL

Halliday e Matthiessen (1999) afirmam que o grupo nominal realiza a função semântica de representar a experiência de permanência dos fenômenos. Sua estrutura experiencial pode ser divida em duas funções principais. A primeira, o Ente, é responsável por representar os seres do mundo lingüisticamente; a segunda, a Qualidade, estabelece dentre todos os seres o subconjunto do qual o falante trata.

Os Entes podem ser Entes simples ou macro-Entes. Os Entes simples se referem a "seres que existem no mundo" e sua natureza pode ser, em um primeiro nível de delicadeza, dividida entre Entes conscientes e não-conscientes. No próximo nível de delicadeza, os não-conscientes podem ser materiais ou semióticos.

Quando um Ente é realizado, isto se faz por meio de uma palavra da classe do substantivo ou do pronome. Se for substantivo, pode ser comum ou próprio. No caso do substantivo comum, é difícil poder diferenciar, apenas pelo Ente, a qual subconjunto este se refere. O mesmo é válido, em termos diferentes, para o pronome e para o substantivo próprio. Exatamente por este motivo, a gramática do grupo nominal desenvolveu sistemas que separam um subconjunto do Ente em termos de determinação, quantificação, qualificação e classificação. Todos estes aspectos são reunidos sob a denominação geral da função de Qualidade. Isto porque, em certa medida, todos estes aspectos particularizadores de um subconjunto do Ente o fazem como se a ele imprimissem uma qualidade (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 1999).

Assim, 'três carros' e 'estes carros' são subconjuntos distintos de um mesmo Ente, 'carros'. Porém, uma qualidade do primeiro subconjunto é dada em termos quantitativos, 'três'; já para o segundo subconjunto, a qualidade é apresentada em termos de determinação espacial em relação ao discurso, 'estes'. Mais detalhadamente, os sistemas apresentados por

Halliday e Matthiessen (1999) que operam como Qualidade no grupo nominal podem ser vistos no QUADRO 5 (para maiores detalhes, verificar a seção da estrutura experiencial do grupo nominal no Capítulo 3 a seguir).

QUADRO 5

Os sistemas da Qualidade

<table>
<tr><th>Qualidade</th><th>Função</th><th>Maior delicadeza</th><th>Exemplos em português</th></tr>
<tr><td rowspan="5">Determinação</td><td rowspan="5">Dêitico: determinar</td><td>Não-seletivo</td><td rowspan="5">o, um, meu, isto, cada, qualquer, outro.</td></tr>
<tr><td>Seletivo de proximidade</td></tr>
<tr><td>Seletivo de pessoa</td></tr>
<tr><td>Indefinido</td></tr>
<tr><td>Interrogativo</td></tr>
<tr><td rowspan="4">Quantificação</td><td rowspan="2">Numerativo: quantificar</td><td>Quantidade definida</td><td rowspan="4">primeiro, próximo, um, poucos.</td></tr>
<tr><td>Quantidade indefinida</td></tr>
<tr><td rowspan="2">Ordenativo: ordenar</td><td>Lugar preciso</td></tr>
<tr><td>Lugar impreciso</td></tr>
<tr><td rowspan="2">Qualificação</td><td rowspan="2">Epíteto: imprimir qualidade</td><td>Qualidade objetiva</td><td rowspan="2">“dia <u>chuvoso</u>”, “dia <u>lindo</u>”.</td></tr>
<tr><td>Avaliação do falante</td></tr>
<tr><td>Classificação</td><td>Classificador: estabelecer subclasse</td><td>Várias subclasses de: função, escala, propósito, material, origem, etc.</td><td>“aparelho <u>respiratório</u>”, “rádio <u>FM</u>”, “placa <u>metálica</u>”, “aula <u>noturna</u>”.</td></tr>
</table>

No grupo nominal, verifica-se a presença de um outro tipo de elemento, o Qualificador. Este se caracteriza como um elemento mudado de ordem, podendo ser uma frase ou uma oração. A motivação para um Qualificador estar presente no grupo nominal varia conforme muitos fatores. Cita-se como exemplo as ocasiões nas quais um fenômeno de transitoriedade precisa ser, interpessoalmente, negociado como proposição. Para tanto, é preciso que opere como Sujeito e, com isto, o Ente passa à posição de Circunstância qualificando (como Qualificador) o “processo entificado” e servindo, no grupo nominal, como uma frase preposicional mudada de ordem (para maiores detalhes, verificar a seção do Qualificador no Capítulo 3).

O grupo nominal também é organizado de forma lógica, segundo a qual o elemento dominante, o Núcleo, é modificado pelas Qualidades que, neste componente lógico, desempenham a função de Pré- ou Pós-modificadores. No caso do inglês (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004), a Qualidade ocorre em posição de pré-modificação e o Qualificador em posição pós-modificadora. Como ilustração são apresentadas as FIG. 4 e 5, retiradas de Halliday e Matthiessen (2004, p. 329) e traduzidas.

those	***two***	***splendid***	***old***	***electric***	***trains***	***with***	***pantographs***
Dêitico	Numerativo	Epíteto		Classificador	Ente	Qualificador	
		Avaliação	Qualidade			Frase preposicional	
determinante	numeral	adjetivo	adjetivo	adjetivo	substantivo	"Processo"	"Escopo"
						preposição	nominal
						grupo	grupo
						Núcleo	Ente

FIGURA 4 - Grupo nominal apresentando a estrutura experiencial de variável múltipla5

Fonte: Halliday e Matthiessen, 2004, p.329.

those	***two***	***splendid***	***old***	***electric***	***trains***
Modificador					Núcleo
ζ	ε	δ	γ	β	α

FIGURA 5 - Núcleo e modificador

Fonte: Halliday e Matthiessen, 2004, p.329.

1.6.3 A DESCRIÇÃO DOS GRUPOS E OS ESTUDOS DA TRADUÇÃO

Como pôde ser visto neste capítulo, uma primeira contribuição da descrição, de um modo geral, está em acompanhar o movimento realizado pelas pesquisas dos estudos da tradução de base sistêmico-funcional, os quais necessitam de descrições dos sistemas

lingüísticos em relação tradutória para investigarem de modo contrastivo como se deu a produção de significado que levou ao texto alvo. Especificamente a descrição dos grupos em português pode contribuir de um modo mais amplo para a descrição do sistema do português como um todo e, de um modo mais específico, apresenta a forma como se dá a estruturação do grupo.

Mais amplamente, a descrição da ordem do grupo em português, assim como toda descrição sistêmico-funcional, deve ser realizada tendo em vista a organização do sistema, o que permite análises pontuais, por exemplo, do grupo nominal, em duas línguas, mas de forma que os dados repercutam fenômenos mais abrangentes da produção de significado.

De maneira específica, a contribuição principal da descrição dos grupos se relaciona às dimensões da estratificação, da estrutura e da metafunção. No caso da estratificação, o que se observa em outros sistemas lingüísticos é que há itens semânticos, como as figuras, que são realizados diretamente pela ordem do grupo, e não pela ordem mais esperada, que seria a oração, fato que se observa claramente nas configurações metafóricas (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 1999).

Na dimensão da estrutura, a descrição da ordem do grupo tem impacto direto na descrição da oração, posto que esta é, essencialmente, composta por grupos. Além disto, a descrição dos grupos é importante para a descrição das ordens inferiores, como por exemplo, a distribuição das classes de palavras pelos grupos. Pode também apresentar a forma pela qual princípios como a mudança de ordem, ou metodologias de descrição como manobrar e matizar operam em português.

A descrição do grupo nominal em português é importante para a tradução no que diz respeito à estruturação. Uma vez descritos os sistemas que compõem os elementos do grupo nominal em português, é bastante provável que funções como localização, definição e permanência sejam estruturadas dentro desta classe de grupo.

É sabido que os termos mais delicados do sistema, bem como a forma pela qual são realizados pelo grupo nominal, variam enormemente nas línguas (MATTHIESSEN, 2004). Assim, a questão principal a ser investigada no grupo nominal em português, que o particulariza em relação a outros sistemas lingüísticos, é a realização, o que reflete diretamente na organização sintagmática do grupo. Como as pesquisas apontam uma menor congruência entre as línguas nos níveis mais altos de delicadeza, a diferença na realização pode se apresentar como um campo para numerosas pesquisas em tradução.

Na dimensão metafuncional, a descrição da ordem do grupo pode contribuir apontando quais os grupos que funcionam como elementos nos sistemas metafuncionais na ordem da oração. Por exemplo, quais os grupos que funcionam no sistema de TRANSITIVIDADE como Participante, ou como Processo. Ou, no sistema de MODO, quais os grupos que funcionam como Sujeito, ou Predicador.

Apresentadas estas considerações, esta dissertação passa ao capítulo metodológico, no qual apresenta a forma como a pesquisa se estruturou de modo a possibilitar a análise descritiva dos grupos em português, particularmente com referência ao grupo nominal.

CAPÍTULO 2

METODOLOGIA DE DESCRIÇÃO LINGÜÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL

Este capítulo tem por objetivo apresentar a metodologia empregada na presente dissertação para a proposta de descrição da ordem do grupo em português. Conforme foi explicado no capítulo anterior, de acordo com a teoria geral de descrição sistêmico-funcional, a descrição de qualquer item do sistema lingüístico deve ser apresentada de modo abrangente, pautando-se pela localização do item ao longo das dimensões, contemplando os diferentes ambientes nos quais ocorre.

Um fato constatado por Halliday (2002) é que a descrição de um item só pode fazer sentido quando articulada com a organização geral do sistema. Uma conseqüência deste fato para a metodologia aqui utilizada é que a compreensão da descrição de um aspecto do item só passa a fazer sentido quando somada às descrições dos outros aspectos. Por exemplo, na descrição de um item ao longo do contínuo de delicadeza, a descrição do nível mais delicado só se torna compreensível quando pode ser somada à descrição do nível menos delicado. O mesmo ocorre nas relações entre as categorias teóricas, bem como entre as dimensões.

Por conseguinte, dependendo da dimensão selecionada como ponto de partida para a descrição, determinadas propriedades da descrição, relativas à dimensão inicialmente escolhida, assumem maior destaque no sentido de que as propriedades relativas às outras dimensões são descritas em face das iniciais. Desta maneira, a opção metodológica por uma dimensão no ato de descrever o sistema se relaciona diretamente à possibilidade de este ponto de partida acompanhar a organização do sistema e ter a capacidade de ser abrangente e articulada.

Para esta dissertação, a dimensão selecionada foi a estrutura. Desta maneira, cabe à Seção 2.1 do capítulo apresentar os motivos pelos quais optou-se por esta dimensão como base para a proposta de descrição. Além disto, a subseção 2.1.1 traz a metodologia para a explicação dos itens segundo as outras dimensões, estabelecendo os ambientes e propriedades

próprios dos itens na ordem do grupo. Devido ao fato de o grupo nominal ser abordado com maior detalhe nesta dissertação, far-se-á, neste aspecto, referência mais detida a ele.

Na Seção 2.2 serão apresentados o córpus e os critérios e procedimentos tomados para sua compilação. Em seguida, será apresentado o modelo de anotação adotado e a forma como os dados foram obtidos, possibilitando a análise.

2.1 O GRUPO ABORDADO A PARTIR DA DIMENSÃO DA ESTRUTURA

Em seu artigo sobre tradução, Matthiessen (2001) aponta a importância para a descrição sistêmica das matrizes de recursos de produção de significado. Como foi visto no capítulo anterior, ganha destaque no estudo da tradução a matriz de instanciação-estratificação.

Porém, além desta matriz, Matthiessen (2001) apresenta outra, igualmente importante para a exploração dos recursos sistêmicos: a matriz de função-ordem. Nesta matriz são dispostos os recursos gramaticais do sistema nas várias ordens em relação às metafunções. Por exemplo, se for tomada uma ordem – a oração – e uma metafunção – a experiencial – o ponto de contato na matriz será a célula do sistema de TRANSITIVIDADE. Se, de outra forma, for tomada a ordem do grupo, na classe nominal, e a metafunção textual, obtém-se a célula matricial do sistema de DETERMINAÇÃO. Isto se deve ao fato de a organização do sistema ser, em primeiro lugar, metafuncional. Halliday (2002, p. 390) afirma:

> Os contextos funcionais da linguagem se dividem em dois tipos principais e a função constitutiva exercida pela gramática varia entre eles. Por um lado, a linguagem "constitui" a experiência humana e, neste contexto, a função da gramática é conceber: a gramática transforma a experiência em significado, impondo ordem na forma de categorias e suas inter-relações. Por outro, a linguagem "constitui" a ordem e os processos sociais e, neste caso, a função da gramática é encenar: a gramática faz acontecer os processos e a ordem, através do significado. Além disto, como sabemos, a gramática chega à síntese "metafuncional", entre a transformação semiótica e a encenação

> semiótica (...) por meio da "concepção" em um terceiro sentido: ela cria seu próprio universo paralelo, um mundo de fenômenos que é, também, constituído de significado.[57]

Segundo Matthiessen (2001), a matriz de função-ordem possui grande importância para os trabalhos de descrição pela forma como dispõe os principais recursos lexicogramaticais do sistema. O autor afirma:

> O sistema lexicogramatical de uma língua pode ser disposto como um sistema de sistemas distribuídos em termos de metafunção e ordem por meio de uma matriz de função-ordem (...). Essa matriz cobre todas as contribuições metafuncionais que constituem o sistema lexicogramatical, separando-as em sistemas ideacionais (lógicos e experienciais), interpessoais e textuais. Ela também mostra como estes sistemas se distribuem em diferentes ambientes da ordem dentro da lexicogramática. Como aponta David Butt, a matriz especifica o "endereço semiótico" para cada sistema (MATTHIESSEN, 2004, p. 538).[58]

Porém, quando a descrição necessita subir na estratificação, para a semântica, a matriz de função-ordem se vê restrita à ordem da oração, impedindo este movimento. No entanto, subir para o estrato semântico não constitui um problema para a dimensão metafuncional. Matthiessen (2001, p. 96) afirma: "nos estratos de conteúdo da linguagem (lexicogramática e semântica) os recursos são organizados de modo metafuncional".[59] Logo, para descrições de ambientes mais abrangentes, a descrição necessita começar pela dimensão metafuncional, tomando-a como o ambiente mais abrangente e articulado.

---

[57] The functional contexts of language fall into two major types, and the constitutive function that the grammar performs differs as between the two types. On the one hand, language "constitutes" human experience; and in this context, the grammar's function is to construe: the grammar transforms experience into meaning, imposing order in the form of categories and their interrelations. On the other hand, language "constitutes" social processes and the social order; and here the grammar's function is to enact: the grammar brings about the processes, and the order, through meaning. And, as we know, the grammar achieves this "metafuncional" synthesis, of semiotic transformation with semiotic enactment (...), by "construing" in yet a third sense – creating a parallel universe of its own, a phenomenal realm that is itself made out of meaning.

[58] The lexicogrammatical system of a language can be mapped out as a system of systems distributed in terms of metafunction and rank by means of a function-rank matrix (...). Such a matrix covers all the metafuncional contributions that make up the lexicogrammatical system, separating them into ideational (logical and experiential), interpersonal and textual systems; and it shows how these systems are distributed into the different ranking environments of the lexicogrammar. The matrix specifies the "semiotic address" for each system, as David Butt puts it.

[59] At the content levels of language (lexicogrammar and semantics) the resources are organized metafuncionally.

Assim, quando a descrição dos fenômenos lingüísticos tem por base a dimensão metafuncional, matrizes como a de função-ordem tornam-se um aspecto da totalidade de recursos do sistema. Exatamente por este motivo, Matthiessen (2001, p. 99) propõe que

> optemos por um percurso baseado na metafunção (em lugar de baseá-lo na ordem) que possa colocar em primeiro plano os recursos que as línguas produzem de modo metafuncional e como elas se distanciam no que diz respeito à forma como dispõem os sistemas e as realizações ao longo da escala de ordens. O percurso metafuncional tem início com a oração em lugar da palavra porque, dentre as unidades gramaticais, a oração é a porta de acesso ao texto enquanto unidade (processo) de significado. Além disto, o princípio da contextualização nos diz para trabalhar com ambientes mais amplos ao invés de ambientes mais reduzidos.[60]

Esta consideração tem aplicação válida para os estudos em tradução, como sugere o artigo de Matthiessen (2001), mas também para a descrição lingüística (comparada e tipológica).

A importância da adoção da dimensão metafuncional como ponto de partida para a descrição pode ser comprovada mediante o exame do livro editado por Caffarel *et al*. (2004), o qual apresenta descrições de vários sistemas lingüísticos, de forma abrangente. No Capítulo 10 desse livro, Matthiessen, o autor, apresenta um estudo tipológico que tem por base o perfil metafuncional dos sistemas lingüísticos. Para realizar este trabalho, Matthiessen (2004, p. 537) apresenta a base de sua metodologia: "utilizarei a dimensão teórica da metafunção para identificar os sistemas lexicogramaticais localizando, assim, as contribuições principais em cada metafunção".[61]

Um outro ponto importante do trabalho de descrição, apontado por Halliday (2002), é que a principal forma de se descrever aspectos particulares de um item lingüístico é começar a descrição desde o ponto mais abrangente do sistema. Foi assim que, por exemplo,

---

[60] (...) opt for a tour based on metafunction (rather than based on rank) that would foreground what languages achieve metafuncionally and how they differ with respect where they locate the systems and realizations along the rank scale. Such a metafuncional tour would start with the clause rather than with the Word because among the units of the grammar it is the clause that is the gateway to the text as a unit (process) of meaning and because the principle of contextualization tells us to work with wider rather tan narrower environments

[61] I will use the theoretical dimension of metafunction to map out lexicogrammatical systems, thus locating the major contributions within each metafunction.

Matthiessen (2001) conseguiu apresentar uma descrição abrangente da tradução e, ao mesmo tempo, explicar particularidades deste tipo de produção de significado, como, por exemplo, a mudança em tradução.

A visão metafuncional permite que a descrição do sistema lingüístico comece pelo ambiente mais amplo e caminhe para o mais específico. Um exemplo característico é a descrição feita por Teruya (2004) do sistema lingüístico do japonês. Na descrição deste sistema, o autor apresenta a metodologia principal de seu trabalho:

> A partir de uma perspectiva funcional, o japonês é organizado a partir de três camadas metafuncionais de significado simultâneas – ideacional, interpessoal e textual – as quais são realizadas, respectivamente, de forma componencial, prosódica e periódica. Nesta seção, apresentarei estas três camadas de significado, estabelecendo como os sistemas principais de cada metafunção são realizados, além da forma como operam enquanto oração. Este procedimento servirá como o modo de se chegar aos sistemas mais detalhados da descrição sistêmica (...). [62]

Assim, o trabalho de Teruya (2004) começa com um panorama amplo do perfil metafuncional, operando na ordem mais ampla da escala de ordens, para, subseqüentemente, descrever os itens mais delicados.

Apesar de a visão metafuncional ser capaz de produzir as descrições mais abrangentes para a contextualização de itens do sistema lingüístico, no caso da descrição dos grupos tal qual está proposta nesta dissertação, esta pode não se apresentar como a única opção possível. Na verdade, pelo fato de o escopo desta dissertação ser, em termos da amplitude do sistema, bastante reduzido, a seleção da dimensão metafuncional não se apresenta como a opção mais adequada.

[62] From a functional perspective, Japanese is organized into three metafuncional layers of simultaneous meaning – ideational, interpersonal and textual – which are realized componentially, prosodically and periodically, respectively. In this section I will sketch these three layers of meaning, illustrating how the major systems of each metafunction are realized and how they resonate as a clause. This should serve as a way in to the more detailed systemic description (...).

Considerando que esta pesquisa tem por objetivo descrever a ordem do grupo relativamente às classes e, especificamente, às estruturas do grupo nominal, o ambiente mais amplo para sua descrição ainda assim é muito restrito e pode ser estabelecido da seguinte maneira:

- Na dimensão da estrutura, restringe-se à ordem do grupo.
- Na dimensão do sistema, envolve estruturas primárias, compostas por itens da ordem da palavra, e por classes primárias, que compõem estruturas na ordem da oração. No nível maior de delicadeza, o grupo é composto por estruturas secundárias que o especificam a partir da seleção de classes secundárias de palavras. Por exemplo, o grupo nominal é estruturado de forma a ser separado em subconjuntos pelos sistemas de Qualificação. Classes secundárias compõem os grupos neste nível de delicadeza. No caso do grupo nominal, outras classes de palavra, além dos substantivos e pronomes, são selecionadas, como adjetivos, artigos, entre outros.
- Na dimensão da estratificação, o grupo é restrito ao estrato lexicogramatical, de forma que não estabelece relação direta com a semântica (salvo os casos de mudança de ordem).
- Na dimensão metafuncional, os grupos são constituídos por complexos de palavras a partir da função de Ente, o que restringe sua constituição, em grande medida, aos componentes lógico e experiencial da metafunção ideacional.
- Na dimensão da instanciação, o ambiente mais amplo se restringe ao potencial lexicogramatical para a construção dos grupos (na matriz de função-ordem, às células relativas ao grupo).

Como se verifica, o ambiente mais amplo para o grupo ainda assim é restrito. Este fato leva às seguintes questões pelas quais a visão metafuncional pode não se configurar metodologicamente como a opção mais adequada:

- O foco da descrição seria, necessariamente, desviado do grupo, passando a se concentrar em ambientes mais amplos.
- A falta de uma descrição dos sistemas metafuncionais em português implicaria em 1) aguardar até que uma descrição surja ou 2) utilizar a descrição de outro sistema lingüístico e assumi-la empiricamente para o português.
- A descrição dos grupos de um ponto de vista metafuncional implicaria em um esforço desnecessário para o objetivo desta pesquisa, pois significaria partir do grupo, subir a escala de ordens para ganhar a oração e descrevê-la. Uma vez descritos os sistemas estruturais da oração (o que, necessariamente, passa pelas três metafunções), a descrição teria de descer a escala de ordens novamente para a ordem do grupo.
- Nenhuma das classes de grupos se estrutura simultaneamente conforme as três metafunções.

Diante destas questões, um passo metodológico importante para esta pesquisa foi adotar como ponto de partida para a descrição outra dimensão que não a metafuncional. Para tal seleção, os seguintes fatores foram levados em conta.

- O ambiente mais abrangente do grupo não ultrapassa o estrato lexicogramatical. Caso a dimensão selecionada fosse a estratificação, isto implicaria na necessidade de descrição mais ampla que o grupo para que se respondesse a questões como "o que o grupo realiza?".
- O grupo (especialmente o nominal) opera tanto com conjuntos abertos quanto com sistemas fechados. A base na dimensão do sistema teria de ser conduzida em três etapas separadas: sistemas indelicados (fechados), sistemas delicados (conjuntos abertos) e sistemas que matizam os recursos ao longo do contínuo. Esta postura indicaria apenas classes de grupos e não a forma como são selecionados na composição oracional, um dos objetivos desta pesquisa.

- A dissertação objetiva propor uma descrição característica do sistema como um todo. Apesar de as referências ao subpotencial serem necessárias, este não se configura como um trabalho de registro. Caso a seleção fosse pela dimensão da instanciação como a base, esta, necessariamente, iria se restringir ao pólo do potencial.
- O grupo é uma ordem. Esta constatação, aliada ao fato de um dos objetivos da dissertação ser descrever a oração "de baixo", levam à seleção da estrutura como a base.

Contudo, estes não foram os únicos pontos determinantes desta opção. Além deles outros fatores contribuíram:

- A possibilidade de caracterizar a unidade do grupo em face da unidade da oração, pois a estrutura da oração é composta pelas classes de grupos, e cada classe de grupo opera como um elemento na oração. Cabe ressaltar que isto é possível sem carecer de esforço adicional para a descrição, isto é, a necessidade de descrições paralelas, porque esta caracterização se dá limitada à escala de ordens.
- A possibilidade de manobrar dentro da escala de ordens e de descrever o grupo "de cima", "de baixo" e "ao redor" sem a necessidade da descrição de seus recursos semânticos.[63]
- A possibilidade de incorporar à descrição desde o primeiro momento a mudança de ordem, recurso freqüente na composição dos grupos, em particular na classe nominal.
- Entender como o grupo nominal é constituído por um "complexo de palavras", permitindo a descrição de seu componente lógico, que é uma estrutura.
- Descrever o grupo nominal relativamente à sua função principal, que é representar a experiência de permanência por meio de subconjuntos de seres. O que acontece em sua estrutura experiencial.

Apresentadas estas considerações, o passo metodológico seguinte foi localizar o grupo em seu ambiente mais amplo, tomando como base a dimensão da estrutura. Para tanto,

[63] Contrariamente ao que acontece com a oração que, na escala de ordens, utilizando-se a manobra, só pode ser descrita "de baixo". Para ser descrita "de cima", é necessário empregar recursos semânticos, como a constituição do espectro metafuncional.

é preciso antes retomar os trabalhos de Halliday relativos à relação entre as categorias teóricas (unidade, estrutura, classe, sistema) e as escalas. Esta relação pode ser encontrada mais explicitamente nos trabalhos desse autor desde o final dos anos de 1950 até meados da década de 1960, em específico os trabalhos de 1957, 1961, 1963, 1966, publicados, respectivamente como os Capítulos 1, 2, 3 e 5 no livro *On grammar* (HALLIDAY, 2002), além da obra de Halliday *et al.* (1964). Devido ao fato de o modelo do sistema desenvolvido por Halliday ter como base as categorias teóricas e as escalas de delicadeza, ordem e expoente, tal modelo passou a ser conhecido como a "gramática de escala e categoria". A FIG. 6 reproduzida a partir de Halliday (2002, p. 82) e traduzida, apresenta o esquema que dispõe a relação entre categorias e escalas.
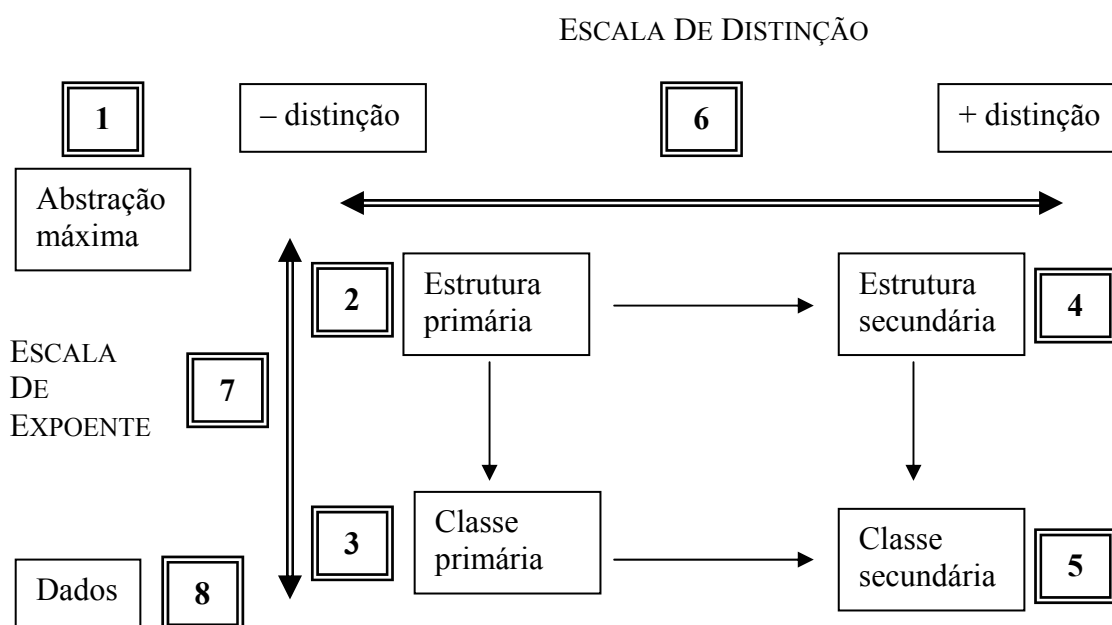
FIGURA 6 - Categorias e escalas
Fonte: HALLIDAY, 2002, p. 82.

Para entender o funcionamento do sistema proposto na gramática de escala e categoria, e com isto a forma de descrevê-lo, primeiramente, note-se o seguinte segmento lingüístico, retirado do córpus desta pesquisa, no texto 24:

Os barcos sairão do Centro Náutico Marinas às 07:00h [Texto 24].

A tentativa de descrever este segmento abre caminho para várias perguntas possíveis. Concentrando-se apenas nos itens 'os' e 'barcos', pode-se perguntar:

1. Por que se 'barcos' for substituído por outro termo, o item 'os' deve, igualmente ser substituído? Como por exemplo, se for substituído por 'lanchas', a probabilidade de ocorrência no sistema de "os lanchas" é próxima a zero. Ao mesmo tempo, se o item 'os' for substituído, 'barcos' também deve ser, isto porque não se observam ocorrências de "as barcos".
2. Por que se diz "os barcos (sairão)" e não "barcos os (sairão)", ou "(sairão) barcos os"?
3. Por que se diz "os barcos" e não "as barcos", ou "os estes barcos"?
4. Por que, neste caso específico, empregou-se 'os' para 'barcos', e não 'uns', 'estes', ou 'vários', todas alternativas possíveis?

Outras tantas perguntas podem ser feitas sobre este segmento. Isto acontece porque cada uma delas procura um tipo de resposta diferente em relação à totalidade do sistema lingüístico que foi capaz de produzir como um só elemento 'os barcos' neste ambiente.

Segundo a teoria geral de descrição sistêmica, o que estas perguntas fazem é procurar identificar características que não são exclusivas desta ocorrência apenas, mas dos padrões sistêmicos que permitiram sua realização. Se o caso fosse explicar apenas esta ocorrência, então, qualquer descrição se tornaria inoperante, pois, dadas as combinações, pode-se arriscar a dizer que a quantidade possível de itens similares a este apresentado em um sistema lingüístico é inumerável.

É necessário, portanto, lidar com cada ocorrência particular a partir do ambiente mais abstrato capaz de identificar a forma como determinado item foi produzido. Este é o motivo

de Halliday (2002) propor que o sistema seja compreendido a partir de categorias teóricas, e não de categorias descritivas, o modo pelo qual é possível libertar a teoria de descrição de categorias particulares dos sistemas lingüísticos e utilizar categorias abstratas o suficiente para ser aplicadas a qualquer sistema lingüístico. Como foi visto no capítulo anterior, elas são: unidade, estrutura, classe e sistema.

Isto posto, o próximo passo metodológico é buscar o ponto no qual o sistema lingüístico apresenta o padrão mais abstrato capaz de responder por uma ocorrência (representado na FIG. 6 pelo número 1), mas também pelo número máximo de ocorrências possíveis, o que pode ser feito a partir da análise das quatro perguntas colocadas anteriormente:

A **pergunta 1** se refere a uma relação hierárquica entre os itens. Isto é, parece haver algum padrão na ligação entre ‘os’ e ‘barcos’ que permite funcionarem juntos como um só elemento. O mesmo acontece com ‘sairão’, com ‘do Centro Náutico Marinas’ e com ‘às 7:00h’.

Neste caso, a indagação objetiva entender a forma composicional dos segmentos lingüísticos, o que, em termos do sistema acontece pela hierarquia composicional. Para a teoria de descrição, este fenômeno entende a forma de o sistema organizar ordens cuja função é compor ordens superiores. A unidade é a categoria que responde pela hierarquia entre as ordens, porém não explica a natureza, a ordenação (seqüência e posição) dos elementos, ou a forma de seleção destes padrões. Disto decorre o fato de a FIG. 6 representar uma unidade completa. Por exemplo, no caso de um sistema lingüístico abstrato com três ordens, suas unidades (representadas por algarismos indo-arábicos como 1, 2 e 3) podem ser representadas na FIG. 7.
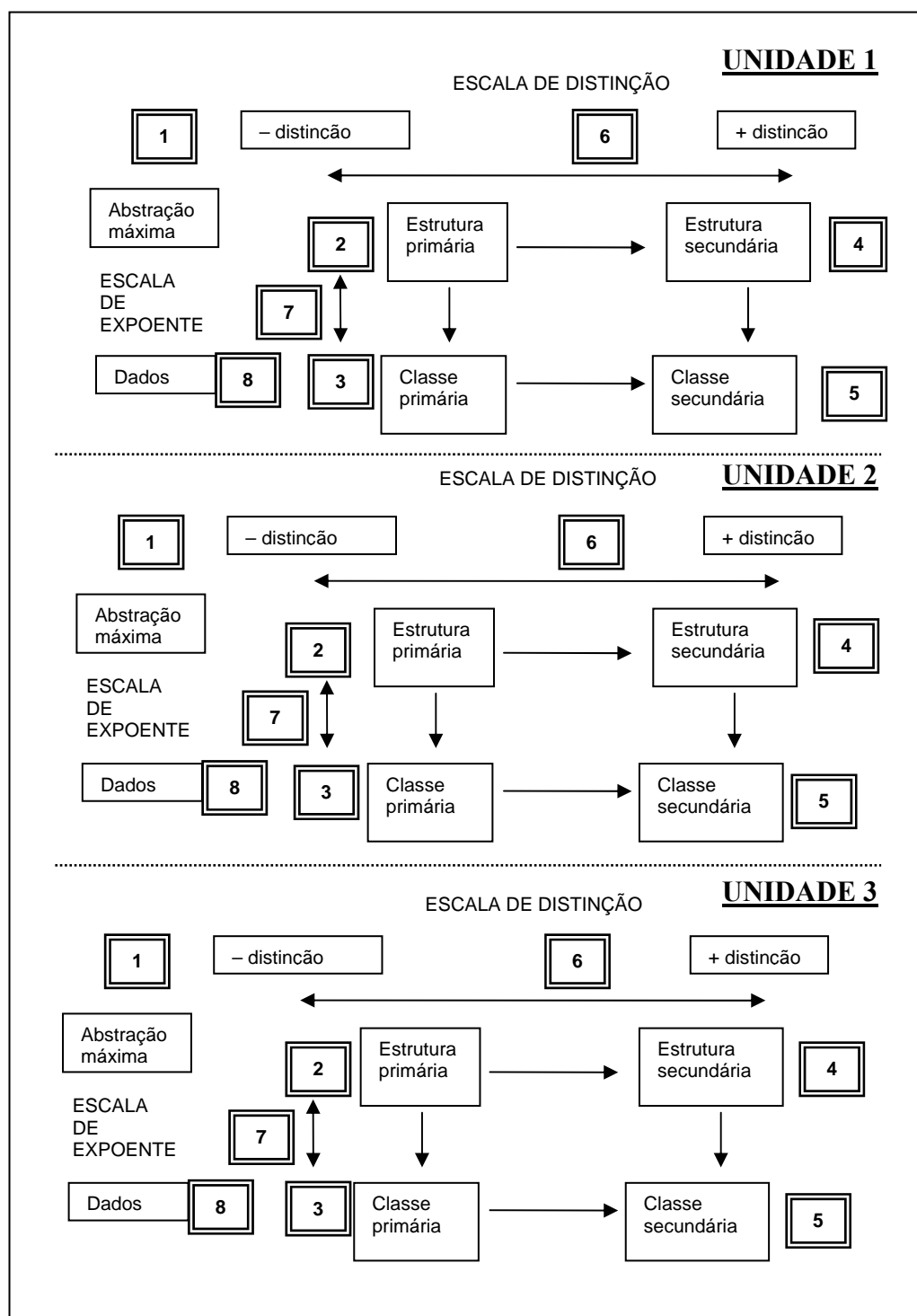
FIGURA 7 - Sistema de três unidades

A **pergunta 2** se relaciona à forma como o segmento está estruturado, isto é, qual a natureza dos padrões que a unidade encerra, indicando quais os elementos selecionados para

compô-la. Neste caso, a pergunta tem por base as relações sintagmáticas, isto é, em uma dada unidade, é possível identificar o que há de comum entre estes itens que os faz formar apenas um elemento. Para a teoria de descrição sistêmica, neste caso, o que há de comum é estes elementos carregarem um mesmo padrão lingüístico. Portanto, esta pergunta refere-se à semelhança entre os itens, categorizada como a estrutura. Na FIG. 6, esta se relaciona aos números 2 e 4, relativos à estrutura.

Cada estrutura é composta por uma ordenação de elementos e cada elemento ocupa uma posição na estrutura. A relação entre estrutura e unidade é que a estrutura é sempre *a estrutura de uma determinada unidade*. A relação entre estrutura (representada pelas letras cirílicas Й, Ҝ e **Ж**) e unidade está representada na FIG. 8.
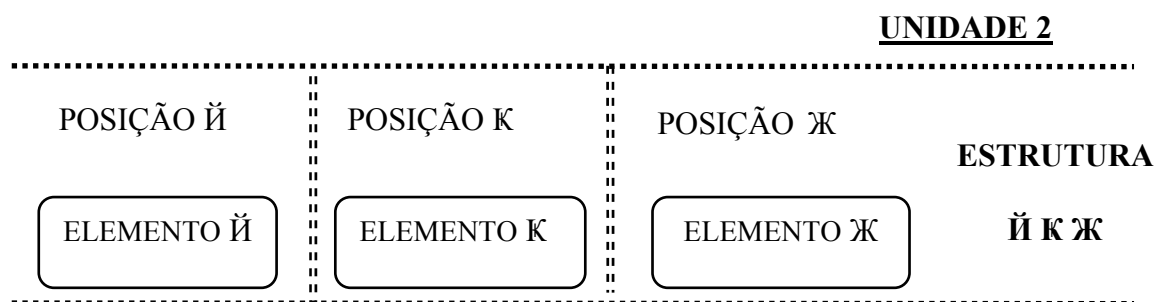
FIGURA 8 – Unidade e estrutura

A **pergunta 3** procura entender por que e um item poder ser selecionado para compor um elemento, ao passo que um outro item não pode. Dados os elementos que estabelecem a estrutura, a pergunta 3 procura entender quais os agrupamentos de itens responsáveis por constituir determinado elemento e, por conseguinte, o motivo de estes itens se agruparem, isto porque nem todos os agrupamentos constituem os mesmos elementos na estrutura. Com isto, é possível compreender como acontece a organização do sistema de forma paradigmática, ou como agrupamentos diferentes constituem elementos estruturais distintos. Esta é uma pergunta que se refere à classe. As classes são vistas na figura 6

representadas pelos números 3 e 5. A relação entre unidade, estrutura e classe (representada pelas letras gregas α, β, γ, δ, ε, ζ, η) pode ser vista na FIG. 9
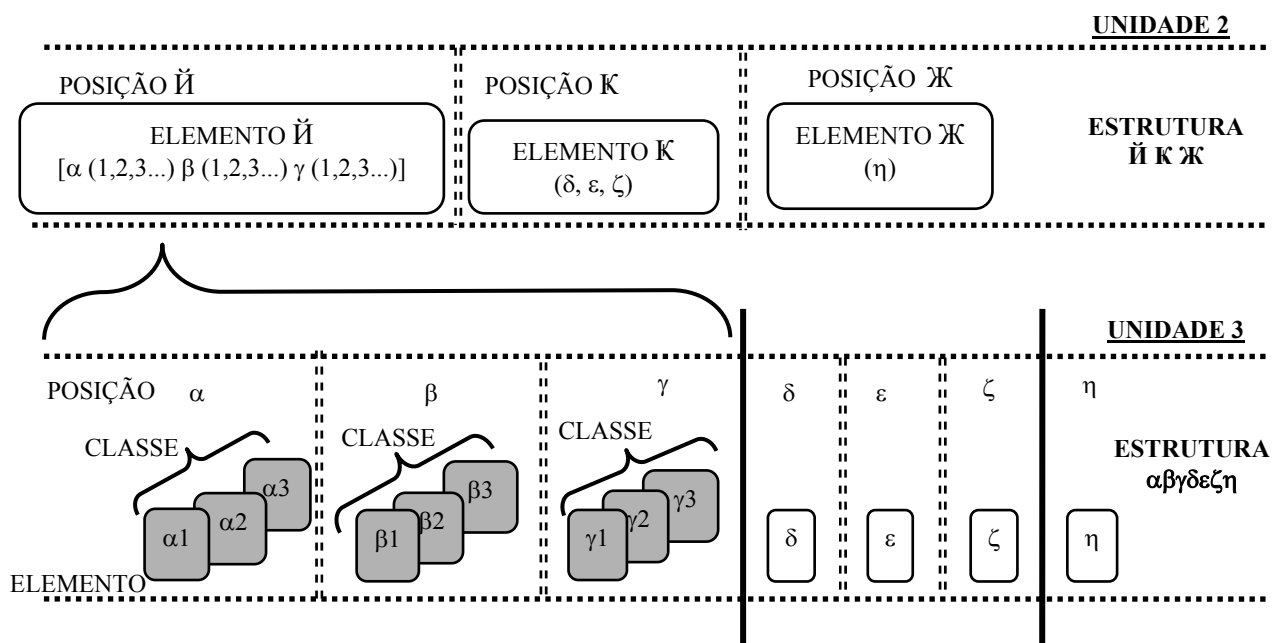
FIGURA 9 - Unidade, estrutura e classe

Como é possível entender pela FIG. 9, a estrutura sempre é compreendida em referência à ordem imediatamente inferior. No caso, os elementos **Й, Ҟ** e **Ж**, pertencentes à ordem da unidade 2, são constituídos por itens (α, β, γ) da ordem inferior, da unidade 3. Pelo mesmo princípio, a classe se refere à estrutura, constituindo a estrutura da ordem imediatamente superior. No caso, as classes α, β, γ, etc., cada uma sendo a seleção de um agrupamento (agrupamentos α1, α2, α3...; β1, β2, β3..., e assim por diante) da unidade 3 respondem pelos itens selecionados na composição dos elementos (**Й, Ҟ** e **Ж**) da estrutura na unidade 2. Já a classe só pode ser entendida em relação à estrutura no sentido de que os itens da classe de uma ordem inferior compõem as estruturas da ordem superior. Por exemplo, os itens α1, α2, α3 só podem ser entendidos enquanto classe se formarem um agrupamento capaz de, na unidade superior, contribuírem para a constituição do elemento **Й**.

A **pergunta 4** também se relaciona à classe, embora não à possibilidade de uma classe operar ou não em determinado elemento, mas, dentre os itens de uma classe, qual a propriedade que permite a seleção de um item possível, e não de outro, igualmente possível. Neste caso, a pergunta se refere ao tipo de orientação dentro da classe que permite a realização de um item e tem, igualmente, orientação paradigmática. A pergunta também indaga sobre o fator determinante de uma opção, e não de outra. Neste caso, dirige-se à possibilidade de se optar por diferentes termos e, dada a circunstância, selecionar apenas um deles. Esta é uma pergunta sobre o sistema.

Os sistemas são organizados em redes e, cada item de uma classe constitui um termo a ser selecionado. Assim, no exemplo, um sistema hipotético pode ser representado na FIG. 10:
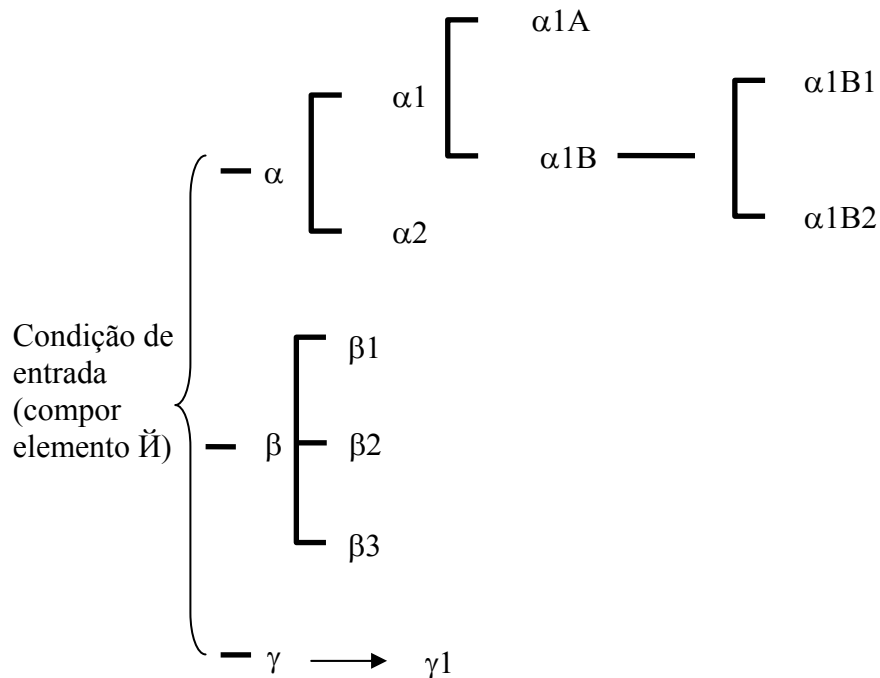
FIGURA 10 - Rede do sistema

Como é possível ver pela FIG. 10, dada um condição de entrada (compor elemento **Й**), três opções simultâneas são possíveis (α, β, γ). Caso ocorra uma nova condição de

entrada, por exemplo, para α, ela permite a seleção do termo $\alpha 1$ ou $\alpha 2$. Caso $\alpha 1$ seja selecionado, dada uma outra condição de entrada, o sistema abre possibilidade para novos termos, $\alpha 1A$ e $\alpha 1B$. Caso a seleção seja por $\alpha 1B$, apresentam-se mais dois termos, $\alpha 1B1$ e $\alpha 1B2$. Este processo ocorre para a seleção de todos os itens do sistema.

Quanto mais à direita as seleções são feitas no sistema, mais aumenta o nível de distinção entre os itens. Assim, o nível de delicadeza entre $\alpha 1$ e $\alpha 2$ é menor do que aquele entre $\alpha 1B1$ e $\alpha 1B2$. O princípio no sistema que responde por esta distinção entre os itens – a delicadeza – está representado na FIG. 7 pelo número 6, na escala de delicadeza.

É justamente esta propriedade que permite ao sistema separar estruturas primárias (na FIG. 7, número 2) e estruturas secundárias (na FIG. 7, número 4). As estruturas secundárias são compostas por estruturas primárias em um maior nível de delicadeza. Contrariamente às estruturas primárias que são compostas por itens da classe da ordem imediatamente inferior, os elementos da estrutura secundária não se referem à ordem inferior, mas aos elementos da mesma ordem em um nível de delicadeza mais alto.

As classes secundárias (na FIG. 7, número 5), por sua vez, são constituídas por classes primárias (na FIG. 7, número 3) em um nível maior de delicadeza. Além disto, a classe secundária também é derivada da estrutura secundária. Como pôde ser visto anteriormente, maior delicadeza no sistema implica, igualmente, em maior restrição no ambiente em que um item ocorre. Assim, em uma estrutura secundária, apenas uma parte do agrupamento da classe pode operar como classe nesta estrutura, constituindo, assim, a classe secundária.

Todo este movimento pelas estruturas, classes, seleções no sistema, seguindo o princípio de delicadeza, possui a função de produzir significado, indo do ponto mais abstrato no sistema até as ocorrências encontradas nos textos (na FIG. 7, número 8). A cada ponto que

a produção caminha da maior abstração para a ocorrência realizada, caminha-se na escala de expoente (na FIG. 7, número 7).

A proposta de descrição aqui realizada partiu deste funcionamento do sistema lingüístico, procurando entender, desde o ponto mais abstrato do sistema lingüístico do português, percorrendo a escala de expoente, até se chegar nos dados encontrados no córpus.

Assim, como será possível observar no Capítulo 3 da dissertação, obedecendo aos princípios fundamentados em Halliday (2002), foram identificadas as unidades do português e as classes de grupos. Focalizando o grupo nominal, foi possível identificar os elementos que o estruturam, as classes de palavra que operam nos elementos e as redes de sistemas que possibilitam a escolha dos itens das classes.

2.1.1 DEMAIS CONSIDERAÇÕES NA ABORDAGEM DO GRUPO

Pelo que se viu na seção anterior, para a condução da descrição aqui apresentada, foi necessário que a mesma se pautasse pela teoria de descrição concebida por Halliday tal como está na "gramática de escala e categoria". Apesar de esta ter servido como a fundamentação principal para a metodologia de descrição aqui proposta, dado o contexto no qual esta dissertação foi produzida, algumas considerações devem ser apontadas.

Desde a década de 1960, a teoria de descrição sistêmico-funcional tem se expandido, produzindo outros níveis de abstração para a compreensão da maneira como se organiza o sistema semiótico (ver, por exemplo, COUCHMAN, 2006). A evolução da teoria possibilitou que se expandisse de forma a estabelecer o diálogo com várias áreas do conhecimento, como as ciências sociais (HALLIDAY, 1978), o ensino de línguas (HALLIDAY *et al.*, 1964), a tradução (CATFORD, 1965), a cognição (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 1999), os estudos computacionais (HALLIDAY, 2005), entre outros.

Um fator que merece destaque é o desenvolvimento da teoria ter permitido que muitos sistemas lingüísticos fossem descritos (CAFFAREL *et al.*, 2004), levando as pesquisas a novos patamares, como, por exemplo, aos estudos tipológicos contrastivos (MATTHIESSEN, 2004). Porém, no que diz respeito à descrição do português, pode-se dizer que a base teórica das pesquisas constitui um fenômeno bastante peculiar.

Dentre os estudos que envolvem o sistema lingüístico do português, observa-se de um lado pesquisas inéditas em âmbito internacional, como aquelas realizadas no projeto CORDIALL, que incluem uma visão sistêmico-funcional da tradução (como produção multilíngüe de significado) aliada a estudos lingüísticos computacionais e aos estudos cognitivos. Mas, por outro lado, constata-se que, em certa medida, o desenvolvimento da descrição deste sistema ainda se encontra compatível com aquele do contexto de Halliday na década de 1960. Por exemplo, ainda não há trabalhos pautados pela teoria de descrição sistêmico-funcional que tenham respondido a perguntas como: "o que é uma oração em português?".

Como parte deste contexto, esta dissertação também foi produzida no espaço deste fenômeno peculiar. Assim, como forma de estabelecer uma metodologia rigorosa, foi necessário optar por prioridades teóricas e descritivas no momento de análise dos dados. Tal necessidade se deveu ao fato de adotar, como prioridade teórica, pelas razões apresentadas anteriormente, a dimensão da estrutura como base para a descrição.

Adotar a estrutura como dimensão base, e não a metafuncional, significa seguir os pressupostos da "gramática de escala e categoria" (HALLIDAY, 2002). Entretanto, considerou-se ser preciso fazê-lo de modo a não negligenciar os trabalhos publicados em descrição lingüística do português, e tampouco os últimos quarenta anos de evolução da teoria sistêmica. Desta maneira, complementarmente à base descritiva apresentada na seção anterior, passos metodológicos adicionais foram estabelecidos de modo a contemplar outros aspectos

na análise dos grupos (o grupo nominal em particular) em português. De uma forma geral, podem ser apresentados da seguinte maneira.

1) Adotar a base descritiva da "gramática de escala e categoria": apresentada com mais detalhes na seção anterior, esta dissertação toma a estrutura como base da descrição e, por conseqüência, estabelece o ambiente mais amplo para a compreensão do grupo a unidade da oração, além das classes e estruturas primárias, levando-se em conta os contínuos de delicadeza, realização e ordem.

2) Seguir o desenvolvimento da teoria de descrição lingüística sistêmico-funcional:

2.a) delimitar o ambiente mais amplo para a descrição do grupo em termos das outras dimensões não contempladas de modo direto na base descritiva, estratificação e metafunção (CAFFAREL *et al.*, 2004).

2.a.(i) partir do entendimento da oração como uma composição metafuncional (espectral) e não como uma estrutura unifuncional (por exemplo, HALLIDAY, 1970). Compreender a organização da oração de modo metafuncional implica em entender que esta é a base da organização lexicogramatical como um todo (MATTHIESSEN, 2004).

Nos primórdios da teoria sistêmica, Halliday (2002) reconhecia elementos funcionais na unidade da oração, mas não de modo metafuncional. Este fato implica em uma limitação descritiva, pois se torna mais difícil explicar como a "gramática de escala e ordem" forma um sistema unificado quando visto "de cima". Tal fato implicaria em descrevê-la a partir da função da linguagem no contexto, obrigatoriamente, externo à linguagem. Foi a identificação da oração como uma composição metafuncional que possibilitou ao sistema lingüístico ser organizado independente de funções externas. Pelo fato de a organização do grupo ocorrer fundamentalmente a partir da metafunção ideacional, em particular o grupo nominal

(estruturas experiencial e lógica), esta metafunção configurou-se como o ambiente mais amplo para a descrição do grupo nesta dimensão.

Assim, como parte da posição metodológica nesta dissertação, foi possível conservar um aspecto característico da "gramática de escala e categoria", unifuncionalidade das ordens, porém, a partir de uma perspectiva metafuncional, convertendo a base da descrição das unidades, por assim dizer, em "uniespectral".

2.a.(ii) ampliar para além do estrato lexicogramatical a descrição de aspectos funcionais do grupo. Apesar de o grupo ser uma unidade na escala de ordens, do ponto de vista da realização, seus elementos cumprem a função de produzir significado na oração, por exemplo, como Participante e Processo, ou Sujeito e Predicador, entre outros, bem como significados semânticos, como ente, qualidade ou processo.

2.b) estabelecer a relação entre a ordem do grupo e o discurso: quando o grupo é observado a partir da estratificação, verifica-se sua ligação imediata ao espectro ideacional do sistema. No entanto, elementos que estruturam, por exemplo, o grupo nominal, possuem função de localizar o subconjunto do Ente de forma referencial e espaço-temporal. Neste caso, esta função do grupo nominal contribui para a tessitura da unidade de significado, ligando-o de forma mais direta à metafunção textual. Assim, metodologicamente é importante que se verifique a relação entre o grupo e os sistemas textuais, principalmente com os sistemas coesivos, como a REFERÊNCIA, e com a coesão lexical.

2.c) estabelecer a ligação entre a ordem do grupo e o estrato semântico: este passo metodológico é um desdobramento do olhar para a estratificação. Halliday e Matthiessen (1999) afirmam que existe uma relação direta entre a ordem do grupo e o estrato semântico quando alguns recursos do sistema entram em operação. Em especial, os recursos de metaforização e da representação de macro- e metafenômenos, casos nos quais uma Figura é realizada por um grupo nominal.

3) Empregar a perspectiva trinocular do sistema: segundo Halliday (2002), o fato de o sistema ser estratificado permite que a gramática comporte ao mesmo tempo mais de um modelo de realidade, podendo, com isto, equilibrar os recursos de cada modelo dependendo da experiência a ser concebida, o que se faz em ocasiões diferentes de formas diferentes entre os estratos. Com isto, é possível encontrar padrões na utilização dos recursos; afinal, os eventos do mundo que são concebidos pelos falantes como Fenômenos similares tendem a ser categorizados de forma similar e, conseqüentemente, seu significado ser formalmente produzido na gramática de forma similar. Para que estes padrões sejam encontrados e descritos, Halliday (2002) propõe que a estratificação seja analisada sob uma perspectiva trinocular. Isto se faz "de cima", identificando-se as similaridades entre padrões da função no contexto; "de baixo", nas formas similares da constituição formal; "ao redor", em conjunto com outras categorias produzidas no sistema.[64]

4) Utilizar a agnação como forma de provocar a emergência de padrões: em um trabalho realizado por Halliday (2002, p. 395) para o processamento de linguagem natural, no qual desenhou uma rede do sistema do grupo verbal em inglês, o autor comenta um aspecto dos resultados encontrados da seguinte forma:

> Obviamente que há muitos erros nestas redes complexas, e a única forma de testá-las é programando-as para gerarem combinações aleatoriamente. Não é difícil gerar o paradigma de seleção de expressões de uma rede relativamente pequena (...) na qual é possível verificar a saída de dados e observar o que aconteceu de errado.[65]

[64] Com isto, é possível observar a relação metodológica para a descrição entre a perspectiva trinocular e a manobra; ambas propõem que se averigúem os itens lingüísticos "de cima", "de baixo" e "ao redor". A perspectiva trinocular, na dimensão da estratificação e a manobra na dimensão da estrutura.

[65] Of course there are lots of mistakes in these complex networks, and the only way to test them is by programming them and setting them to generate at random. It is not difficult to generate the paradigm of selection expressions from a reasonably small network (...) where you can inspect the output and see where it has gone wrong.

Como se vê pela citação, o fato de ser necessário excluir da rede termos que, apesar de possíveis de maneira combinatória, não fazem parte do sistema significa operar com todas as alternativas possíveis para a realização de um item em um determinado ambiente. Em termos sistêmico-funcionais, esta relação entre probabilidade de itens e ambientes é explicada pelo conceito de agnação.

No caso específico do grupo, utilizar o conceito de agnação na descrição significa trabalhar tanto com as realizações, quanto com outras possíveis realizações para um mesmo elemento. Neste caso, fala-se da maneira como as classes de palavras são agrupadas de forma a constituírem uma opção possível para a constituição de um elemento no grupo.

Neste sentido, constitui-se como um passo metodológico, especificamente na descrição apresentada para o grupo nominal, a utilização de acréscimos, substituições e subtração de itens das classes de palavras componentes do grupo; a inversão da estrutura interna do grupo; e a possibilidade de expansão ou retração dos termos do sistema para determinada função no grupo nominal. Tais "exercícios" de possibilidade são adotados como critério para se entender quais os itens que compõem uma classe e quais os itens que compõem outras classes distintas.

Além disto, é possível igualmente compreender quais os itens que combinados formam uma estrutura para o grupo nominal e quais não formam. Em outras palavras, este é um "exercício" para se encontrar as formas agnatas (restritas à mesma ordem e ao mesmo nível de delicadeza) que indicariam quais as probabilidades de ocorrência para um elemento na unidade do grupo, tanto as probabilidades maiores de ocorrência, quanto aquelas, por assim dizer, "probabilidades nulas" ou de ocorrência próxima a zero.

Este passo metodológico repete, em medida distinta, a programação sugerida por Halliday (2002) para as combinações na rede do sistema, com a diferença importante de que,

nesta dissertação, a "programação" não é automática ou aleatória, mas manual e motivada pelos dados retirados do córpus.

5) Observar aspectos das descrições já realizadas para o português: juntamente com outras línguas européias, o português é um sistema que foi amplamente descrito sob várias perspectivas teóricas. Dentre elas, destacam-se em importância para este trabalho, a gramática tradicional normativa, aqui representada pela obra de Tufano (2005), e a *Gramática de usos do português*, de Neves (2000).

Apesar das ressalvas à gramática tradicional normativa, como em muitos momentos apresentar explicações ambíguas, ou mesmo contraditórias, além de descrições parciais[66] devido ao número de exceções, é tomada como uma base importante para a proposta aqui apresentada, principalmente no que diz respeito às ordens inferiores, morfema e palavra. Fundamentais para a descrição da estrutura do grupo nominal, as classes de palavras respondem pela constituição de seus elementos. Esta descrição partiu, assim, da categorização detalhada das classes de palavras da gramática tradicional normativa como forma de separar as classes que compõem os grupos, quando estes são abordados "de baixo" e categorizou-as, quando necessário, de forma que atendessem à organização do sistema lingüístico do português, como forma de fazerem sentido, principalmente, nas categorias de classe e sistema.

A gramática de usos do português escrita por Neves (2000) foi importante para esta dissertação por ser um trabalho calcado na lingüística funcional, fator que implica em descrever os itens a partir da função comunicativa, ampliando-se o escopo do trabalho para além da descrição sintagmática e priorizando também as relações no paradigma. Um ponto importante a ser destacado da gramática de Neves (2000) foi ter sido escrita tendo por base os

[66] Por exemplo, casos como o do "pronome substantivo", no qual se confundem classe 'substantivo' com a função 'sujeito' ou 'objeto', de forma que o item poderia ser caracterizado como "pronome sujeito" ou "pronome objeto". Além de muitas categorias serem tomadas como "dado real", o que é o caso das unidades de 'palavra' e 'oração', e não como categorias criadas por uma sistematização teórica. Por último, a gramática tradicional normativa não reconhece o grupo como uma ordem entre a palavra e a oração.

dados retirados de um dos córpora mais extensos em português, o córpus armazenado na Unesp de Araraquara, composto por mais de 70 milhões de palavras no ano 2000. Tomando como ponto de partida as classes de palavras, o trabalho de Neves (2000) contribuiu, tal como o trabalho de Tufano (2005), com esta proposta de descrição principalmente na abordagem "de baixo" para o grupo nominal.

As descrições apresentadas nos trabalho de Tufano (2005) e de Neves (2000) para o grupo nominal serão discutidas com mais detalhe no Capítulo 3, quando será apresentada a análise dos dados relativa a esta proposta de descrição.

Após esta disposição da forma como a metodologia foi organizada, passa-se na seção seguinte à apresentação do córpus, a forma como foi anotado e a extração dos dados de maneira a possibilitar a análise.

2.2 O CÓRPUS

Partindo do objetivo desta dissertação, realizar uma descrição sistêmico-funcional da ordem do grupo em português a partir de seus elementos estruturais, verifica-se a necessidade de um córpus para extração de dados e posterior análise que seja representativo o suficiente de modo a contemplar o máximo de ocorrências diferentes em ambientes lingüísticos variados. Desta forma, a decisão para a seleção do córpus foi tomada com base no diagrama dos **processos sócio-semióticos** de Matthiessen, desenvolvido a partir do diagrama de Teruya, com base na tipologia de Jean Ure (COUCHMAN, 2006) para as possíveis relações entre a linguagem e os contextos de seu uso (URE, 1969a e 1969b).

No diagrama podem ser localizados os tipos de texto (registros) a partir de um ponto mais abstrato no contínuo da instanciação, mais próximo ao pólo do potencial, trabalho que promove mais agilidade para as análises tipológicas do que aquele realizado apenas a partir

dos registros. O diagrama contempla os oito tipos de processos sócio-semióticos nos quais a linguagem pode ser utilizada. Segundo a concepção de Ure desenvolvida por Teruya e Matthiessen (COUCHMAN, 2006), os tipos de produção de significado lingüístico, os tipos de texto, são agrupados segundo o uso no contexto da situação e representam esta face dos registros.

Além dos processos sócio-semióticos, o diagrama apresenta também o tipo de relação entre o produtor e seu receptor, no contínuo de proximidade/ distância, representado pelas faixas de monólogo e diálogo, bem como o modo de veiculação, no contínuo oral/ escrito. Em um estudo correlato, Couchman (2006), tendo o objetivo de descrever um registro da língua inglesa denominado "Nigerian Scam E-mail Text", adotou metodologia semelhante para a seleção de seu córpus, que, igualmente, foi coletado com base nos processos sócio-semióticos.

Para esta dissertação, o córpus foi compilado a partir de textos pertencentes aos registros apresentados segundo os processos sócio-semióticos, contemplando, sempre que possível, as modalidades escrito-monólogo, escrito-diálogo, oral-monólogo e oral-diálogo.

Aliando-se o diagrama da linguagem no contexto de cultura com alguns dos tipos de texto compilados para o córpus desta pesquisa, apresenta-se a seguir a FIG. 11, reproduzida e traduzida a partir de Couchman (2006, p. 220) e adaptada com exemplos dos tipos de texto do córpus desta dissertação.
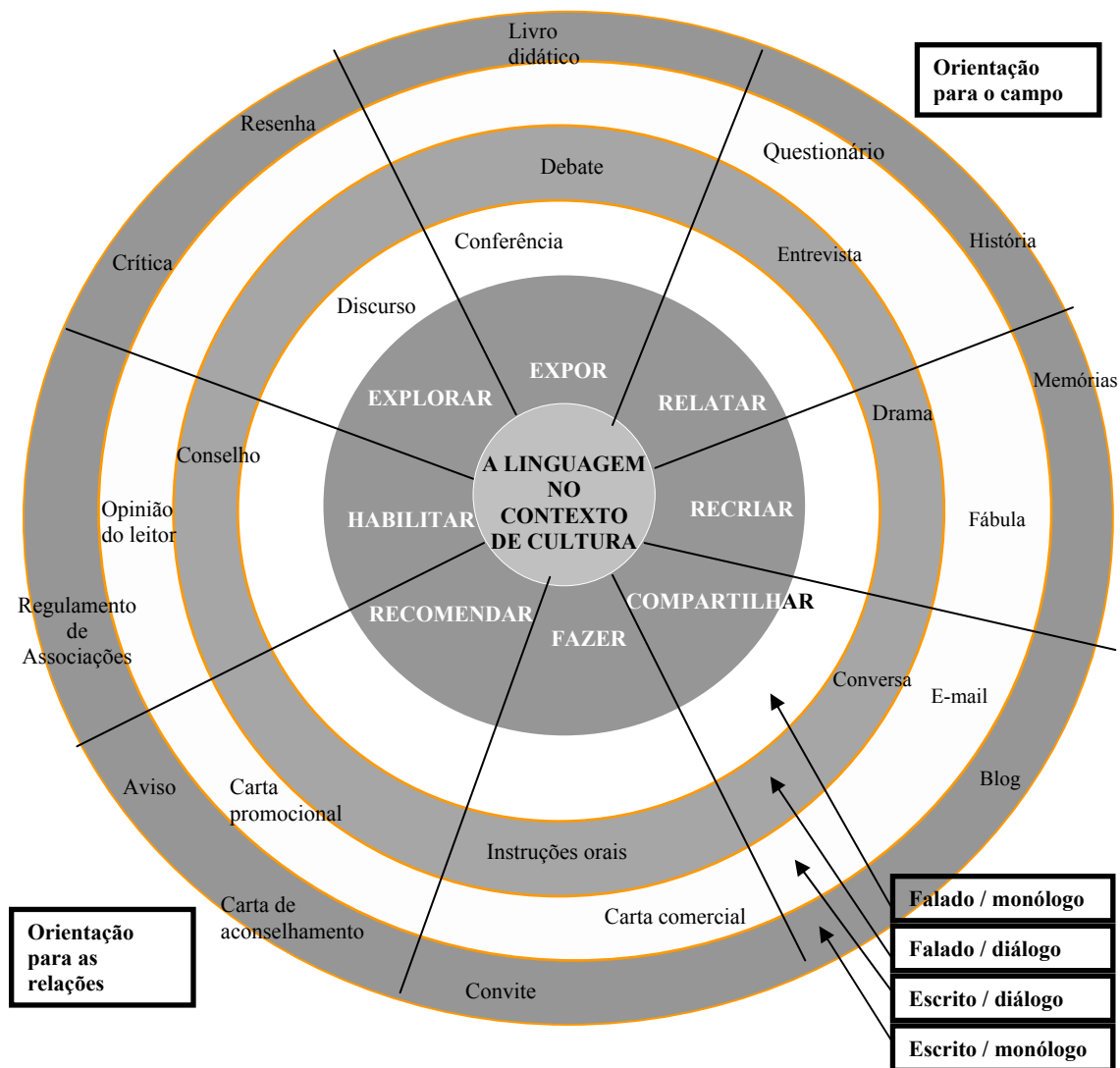
FIGURA 11 – A linguagem no contexto de cultura

Fonte: COUCHMAN, 2006, p. 220.

Em sua totalidade, o córpus da dissertação possui 12.000 mil palavras (*tokens*) e é representativo dos processos sócio-semióticos segundo o diagrama da linguagem no contexto da cultura. Como são oito os processos sócio-semióticos, então, cada um foi representado no córpus por um subcórpora, de 1.500 palavras. Somando-se os oito subcórpora, obtém-se o córpus completo, com suas 12.000 palavras.

Cada subcórpora de 1.500 palavras foi, por sua vez, representado por cinco registros selecionados de modo a contemplar o máximo de modalidades possível (escrito, oral, diálogo,

monólogo, e suas combinações), cada um compondo no córpus um texto de 300 palavras. Assim, cinco tipos de texto de 300 palavras formam o subcórpus de 1.500 palavras.

É importante observar que procurou-se coletar exatamente 300 palavras de cada registro, mas isto não foi sempre possível devido a dois fatores: ou bem os textos representativos dos registros possuíam mais de 300 palavras, ou menos de 300 palavras.

No primeiro caso, foi necessário retirar do texto a partir do qual compilou-se o córpus apenas 300 palavras, procurando eliminar, aleatoriamente, porções do texto, desde que, ao final o texto possuísse orações completas. Ainda assim, caso o número exato de 300 palavras não fosse alcançado, admitiu-se a tolerância de uma oração a mais, ou a menos, para que se chegasse o máximo possível perto do número 300. Assim, por exemplo, há textos com mais palavras, como 309 e 306. No caso de textos com menos palavras, há, por exemplo, textos com 294 ou 299 palavras.

Neste ponto, duas considerações devem ser feitas. A primeira é relativa à quantidade de textos representativos de um registro e registros representativos de um processo sócio-semiótico. Como foi dito anteriormente, a compilação do córpus completo de 12.000 palavras se baseou pelo critério dos processos sócio-semióticos, cada qual respondendo por um oitavo do córpus, portanto 1.500 palavras, que por sua vez, foram divididos em diferentes registros, cada um representado por um texto de 300 palavras. Neste sentido, importou mais na compilação que cada um dos subcórpora possuísse 1.500 palavras a cada registro possuir 300 palavras.

Isto significa que processos sócio-semióticos mais ricos em termos de registro (segundo o diagrama de Matthiessen), como o processo RECRIAR, puderam ser contemplados com mais de cinco textos (com menos de 300 palavras), podendo assim compor um escopo maior de representatividade do processo. Já processos menos ricos em termos de registros, como o processo FAZER, foram representados por um menor número de registros e,

portanto, com mais palavras. No caso do RECRIAR, a média de palavras por registro foi de 250 palavras. No caso do FAZER, a média foi de 500 palavras. Contudo, ambos os processos sócio-semióticos foram representados por 1.500 palavras.

Para a escolha de 1.500 palavras para cada processo, foram utilizados os estudos de Biber (1991) nos quais o autor apresenta critérios para a seleção do número de palavras capaz de representar um registro. Nesse trabalho, Biber (1991) normaliza (isto é, separa como unidades básicas de anotação e análise) os textos em um total de 1.000 palavras, pois, com base em estudos anteriores, afirma que este número é confiável para o estudo da distribuição dos itens lingüísticos presentes no texto.

Cabe ressaltar que, neste ponto, Biber (1991) entende que um texto de 1.000 palavras não é capaz de contemplar todos os padrões de um registro, apesar de quaisquer padrões encontrados no texto contribuírem para sua caracterização. Porém, esse autor ressalta que, além de aspectos da compilação e da análise, um outro aspecto deve, paralelamente ser levado em conta: a quantidade de textos de 1.000 palavras compilados. Biber (1991) afirma que a anotação manual de córpora é exaustiva e toma grande parte do tempo de uma pesquisa realizada nestes moldes. Assim, a quantidade de textos compilados deve variar conforme a capacidade de anotação para a pesquisa.

No caso desta dissertação, optou-se pela compilação do córpus de 12.000 palavras justamente pela anotação ser completamente manual. Além disto, para cada item anotado foram levadas em consideração cada uma das categorias teóricas da gramática de categoria e escala, o que aumentou consideravelmente o tempo para a anotação. Em outras palavras, o tempo de anotação de um item, nesta pesquisa, teve de ser multiplicado por seis, pois foi analisado em termos de 1) unidade, 2) estrutura, 3) classe, 4) sistema, além de sua função na oração 5) ideacional e 6) interpessoal. Ainda assim, o número de palavras sugerido por Biber

(1991) foi ampliado em cinqüenta por cento, para 1500 palavras, como forma de se contemplar o número maior de registros e de mais palavras por registro.

Apesar de o conceito de registro de Biber (1991) ser diferente daquele empregado pela lingüística sistêmico-funcional, este critério foi adotado porque, tanto o registro para Biber (1991), quanto os processos sócio-semióticos e os registros para a lingüística sistêmica podem ser identificados como pontos intermediários no contínuo da instanciação. A seguir apresenta-se a distribuição dos textos coletados e organizados segundo os critérios acima expostos.

QUADRO 6

Tipos de texto coletados para o córpus segundo os processos sócio-semióticos

TIPOS DE TEXTO + NÚMERO DE PALAVRAS (TOKENS)	**EXPOR TOTAL=1511**	**RELATAR TOTAL=1501**	**RECRIAR TOTAL=1500**	**COMPARTILHAR TOTAL=1511**
	Livro didático 309 palavras Texto 35	História 299 palavras Texto 6	Drama 259 palavras Texto 16	Conversa 297 palavras Texto 39
	Artigo acadêmico 300 Texto 20	Entrevista 301 palavras Texto 3	Jogral 299 palavras Texto 18	Chat 302 palavras Texto 41
	Divulgação científica 300 palavras Texto 21	Notícias 314 palavras Texto 5	Memórias 228 palavras Texto 14	E-mail 296 palavras Texto 30
		Questionário 287 palavras Texto 4	Fábula 299 palavras Texto 17	Carta (eletrônica) 316 palavras Texto 1
		Biografia 300 palavras Texto 7	Novela 292 Palavras Texto 15	Diário (blog) 300 palavras Texto 2
	Debate 312 Palavras Texto 38		Poesia 123 palavras Texto 19	

	Conferência 290 palavras Texto 42			

	FAZER **TOTAL= 1501**	**RECOMENDAR** **TOTAL= 1513**	**HABILITAR** **TOTAL= 1502**	**EXPLORAR** **TOTAL=1526**
TIPOS DE TEXTO + NÚMERO DE PALAVRAS (TOKENS)	Convite 504 palavras Textos 23, 24, 25	Carta promocional 307 palavras Texto 36	Manual 242 palavras Texto 13	Discurso 314 palavras Texto 22
	Carta comercial 457 palavras Textos 26 e 27	Cartas de aconselhamento 300 palavras Texto 29	Leis 254 palavras Texto 12	Editorial 310 palavras Texto 34
	Instruções orais 540 palavras 43	Aviso 300 palavras Texto 274	Receita 250 palavras Texto 10	Carta ao editor 306 palavras Texto 31
		Conselho 299 palavras Texto 37	Regulamento de associações 251 palavras Texto 8	Crítica 300 palavras Texto 32
		Anúncio 307 palavras Texto 40	Opinião do leitor 277 palavras Texto 9	Resenha 296 palavras Texto 33
			Ato parlamentar 228 palavras Texto 11	

Como é possível observar, o QUADRO 6 traz os tipos de textos coletados segundo os processos sócio-semióticos bem como o tanto de palavras que cada um possui e a etiqueta

que recebeu no córpus. Por exemplo, o texto **Notícias** pertence ao processo **REPORTAR**, possui **314 palavras** e foi etiquetado como **Texto 5**.

A coleta dos textos foi realizada a partir da busca de textos identificados como pertencentes aos registros dos processos sócio-semióticos. As fontes para os textos escritos foram materiais impressos, como livros, folhetos, revistas, e também textos em formato eletrônico, cujas principais fontes foram a Internet e o banco de dados do projeto CORDIALL. Quanto aos textos orais, estes foram coletados de gravações disponíveis em páginas eletrônicas, as gravações realizadas em pesquisa pelo projeto Expert@, desenvolvido no Laboratório Experimental de Tradução da FALE-UFMG e de gravações de conversa em situações de uso real de linguagem espontânea, coletadas com aparelho de gravação em formato mp.3. A fonte de cada texto, bem como o modo a partir do qual foi coletado, estão indicados com etiquetas no córpus compilado.

Na etiquetação do córpus, foram levados em conta todos estes fatores, importantes para a coleta e fundamentais para as análises posteriores. Desta forma, após ser coletado, cada texto foi etiquetado da seguinte forma:

1. **<NÚMERO DO TEXTO>**
2. **<processo sócio-semiótico> <modo de interação> <modo de veiculação>**
3. **<tipo de texto (registro)>**
4. **<título>**
5. **<autor> <data de produção do texto> <número de palavras>**
6. **<Nota>**

Assim, cada texto pode ser identificado no córpus segundo 1) o número do texto no córpus completo; 2) o processo sócio-semiótico do qual forma parte; 3) o registro ao qual pertence; 4) o título do texto, se possuir 5) o autor, se por ventura for possível coletar este dado; o ano de produção e o número de palavras que o texto possui; 6) a nota pode incluir

tanto a fonte da coleta, como a forma, quando possível de se ter acesso ao texto original, ou algum outro dado importante sobre o texto. Como exemplo, apresenta-se a seguir o primeiro texto do córpus.

<TEXTO 01>
<Compartilhar> <Monólogo> <Escrito>
<Carta>
<De volta>
<Autor: Bruno Profeta> <Data: 23/03/2006 > <Palavras: 316 >
<Nota: http://mail.google.com/mail/>

Este é o texto 1, pertence ao processo COMPARTILHAR, é um monólogo escrito, identificado como o tipo de texto 'carta'. Seu título é 'de volta', foi escrito por 'Bruno' em 23 de março de 2006 e possui 316 palavras. Este texto foi coletado na página http://mail.google.com/mail/.

Uma observação importante a ser feita é que, apesar de extenso em termos de tipos de texto, cerca de quarenta no total, cobrindo todos os processos sócio-semióticos, todas as modalidades, em número de ocorrências lingüísticas, de recursos do sistema e de fenômenos encontrados, o córpus é de um tamanho extremamente reduzido em relação ao córpus necessário para a descrição de uma língua. Com isto, durante a análise dos dados e da proposição da descrição, operações decorrentes da agnação, como a substituição e inserção de itens, permitiram que se identificassem estruturas no sistema que não foram encontradas no córpus. Em casos como este, recorreu-se ao córpus eletrônico disponível na Internet compilado por um projeto do NILC (núcleo interdisciplinar de lingüística computacional) da USP (Universidade de São Paulo), o Lácio-Web, encontrado na página www.nilc.icmc.usp.br/lacioweb/downloads.htm. Em tais casos, os exemplos na análise são

indicados segundo a marcação estabelecida para esse córpus, como por exemplo, [**Texto PE-CI-Pardo-set99.txt – Lácio-Web**].

A partir da coleta, realizou-se a anotação manual do córpus, que consistiu em duas etapas. Na primeira, visou-se produzir dados capazes de apontar para a existência da ordem do grupo em português e das classes que a compõem. Para isto, foi preciso entender como os grupos estruturam a oração. Devido ao fato de a oração ser estruturada de modo metafuncional, a primeira parte da anotação se deu da seguinte forma. Os textos foram segmentados em orações e cada oração separada em grupos. Identificaram-se quais as funções experiencial e interpessoal do grupo na oração, além dos grupos que formavam uma determinada classe. Para esta identificação de funções e categorias, utilizou-se como base as descrições e categorizações propostas pela lingüística sistêmico-funcional. Um exemplo desta anotação pode ser visto no QUADRO 7:

QUADRO 7

Exemplo de marcação

	vai	ser	tudo	totalmente	diferente
INTER.	Finito	Predicador	Sujeito	Adjunto	Complemento
EXP.	Relacional		Portador	Circ. Modo: Grau	Atributo
GRUPO	Verbal		Nominal	Adverbial	Nominal

Neste exemplo, a oração “vai ser tudo totalmente diferente” apresenta quatro grupos, distribuídos segundo as classes de grupos verbal, nominal, adverbial e, novamente, nominal. Se o grupo verbal for tomado como exemplo, constata-se que experiencialmente exerce a função de Processo:Relacional e, interpessoalmente, as funções de Finito e Predicador.

Devido ao tempo limitado para a marcação do córpus e a falta da descrição sistemática das metafunções e do complexo oracional em português, para esta dissertação,

foram anotados dois textos de cada processo sócio-semiótico, selecionados aleatoriamente, compondo, assim, um córpus anotado total de aproximadamente 4.800 palavras.

Especificamente para a descrição do grupo nominal, este foi separado a partir da marcação anterior e as classes de palavra que o compõem, bem como a forma como desempenham o papel de elemento na estrutura do grupo. Além disto, foram identificadas as classes secundárias de elementos que constituem as opções mais distintas para o grupo nominal. No caso do exemplo anterior, visto no QUADRO 8:

QUADRO 8

Anotação do grupo nominal

diferente
Complemento
Atributo
Nominal: Epíteto

Este é um grupo nominal realizado pela classe de palavras do adjetivo. Experiencialmente exerce a função de Epíteto e compõe o Núcleo do grupo em seu componente lógico (para maiores detalhes sobre esta análise, ver Capítulo 3).

A partir da identificação das categorias no córpus analisado, seguida da anotação, os resultados foram extraídos da base de dados para que, mediante análise, pudesse ser proposta uma descrição sistematizada da ordem do grupo em português, em particular das estruturas experiencial e lógica do grupo nominal.

Não houve extração de dados quantitativos, pois, pela forma como esta análise foi conduzida – a partir da teoria geral de descrição sistêmica, levando em conta ambientes amplos e restritos, as dimensões e as categorias teóricas – cada dado teve de ser analisado individualmente de forma qualitativa. Desta forma, a noção de probabilidade de ocorrência tal como está entendida nesta dissertação não está relacionada diretamente ao volume absoluto de

ocorrências para uma determinada instância, mas sim com a probabilidade de o sistema lingüístico do português ter os recursos necessários para produzi-la.

Por exemplo, a probabilidade absoluta de um grupo nominal operar como Circunstância na estrutura experiencial da oração é muito baixa quando comparada com a probabilidade de esta função ser desempenhada por frases preposicionais. No entanto, enquanto probabilidade sistêmica, ambas estão previstas da mesma forma, pois, em português há os recursos necessários para que uma Circunstância seja realizada tanto por um grupo nominal quanto por uma frase preposicional.[67]

Após esta apresentação dos passos metodológicos, esta dissertação passa agora ao Capítulo 3, no qual apresenta a análise dos dados extraídos a partir desta metodologia, de forma a compor a proposta de descrição da unidade do grupo para o sistema lingüístico do português. O capítulo ainda apresenta a discussão dos dados, mediante a qual procura articular os resultados desta pesquisa com o contexto no qual foi desenvolvida, especificamente com as abordagens sistêmico-funcionais da tradução.

[67] Como exemplo, cita-se: "**outro dia** eu esta pensando o quanto eu tinha coisas para fazer no Brasil" [Texto 1].

CAPÍTULO 3

DESCRIÇÃO SISTÊMICO-FUNCIONAL

DOS GRUPOS EM PORTUGUÊS

Como já foi apontado, Halliday (2002) afirma que o grupo é uma ordem na dimensão da estrutura compreendida acima da ordem da palavra e abaixo da ordem da oração. Conforme a tradição de descrição gramatical do português, esta ordem, durante muito tempo, não foi identificada e com isto tem sido muito pouco descrita. Segundo a descrição apresentada pela gramática tradicional normativa, as ordens estruturais do português são:

Morfema: apresentada na gramática tradicional nos capítulos relacionados à morfologia, como na *estrutura das palavras*, que compreende a descrição, por exemplo, de afixos, desinências e vogal temática; *processo de formação de palavras*, que se ocupa do estudo morfológico de derivação, composição e dos radicais.

Palavra: é descrita pela gramática tradicional normativa por meio da categoria da classe. Em sua apresentação da gramática do português, Tufano (2005, p. 49) afirma que "em nossa língua, as palavras são divididas em dez classes". São elas, substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronome, verbo, advérbio, interjeição, preposição e conjunção.

Frase/ Oração: comporta a frase, ou qualquer segmento de um enunciado "de sentido completo", e a oração, que é uma frase organizada em torno de um verbo.

Apesar de não reconhecer o grupo como uma ordem intermediária entre a palavra e a oração, a gramática tradicional, por vezes, procura interpretar itens desta unidade, principalmente quando analisa a organização sintática da língua portuguesa. Assim, itens sintáticos com as denominações objeto (direto e indireto), complemento nominal, sujeito, predicativo, entre outros, são funções que podem ser expressas em português por itens maiores que a palavra e menores que a oração. Uma conseqüência desta constatação é a noção de 'núcleo', que é, segundo a descrição tradicional, o elemento principal na função.

Assim, sujeito, objeto, complemento, predicativo, entre outros, possuem sempre um elemento mais importante. Por exemplo, quando Tufano (2005, p. 134) explica a função de sujeito, afirma: "damos o nome de núcleo do sujeito à palavra básica, à palavra de maior

importância semântica". Às palavras presentes nestas funções que não são o núcleo, a gramática tradicional normativa dá o nome de 'adjunto'.

Assim, a estrutura composta por [núcleo + adjunto] na descrição tradicional pode ser interpretada como uma ordem estrutural intermediária entre aquela da palavra e a da oração, que carrega padrões lingüísticos próprios. Contudo, ressalta-se que apenas nestes termos sua descrição é muito pouco produtiva.

Com o desenvolvimento de novas teorias dentro da ciência lingüística nas últimas décadas, foi possível descrever mais detalhadamente a língua portuguesa e, conseqüentemente, promover maior delicadeza entre as categorias presentes no sistema, inclusive sobre suas ordens estruturais. Um exemplo importante é a descrição funcional de Neves (2000).

Na descrição do português que apresenta da gramática funcional, a autora leva em conta, na sua base de análise, que a maior unidade de funcionamento lingüístico é o texto, composto por itens multifuncionais. Sobre os itens que compõem o texto, a autora afirma que a multifuncionalidade prevê "a verificação do funcionamento dos itens segundo diferentes limites de unidade (desde o texto até os sintagmas menores que a oração)" (NEVES, 2000, p. 15). Em sua descrição, a autora identifica o sintagma como a unidade lingüística entre a palavra e a oração, podendo ser sintagma nominal, verbal, adverbial, preposicional, entre outros.

A partir destes dois pressupostos, ainda que diversos, da descrição do português, é possível afirmar a existência da ordem intermediária entre a ordem da palavra e a da oração. Contudo, segundo a teoria geral de descrição sistêmico-funcional, é preciso articular esta ordem intermediária (denominada por HALLIDAY, 2002, a ordem do grupo) com as outras ordens desta dimensão, bem como descrever a forma como os itens que a compõem se relacionam com as outras dimensões do sistema lingüístico:

- Na instanciação, como o sistema desenvolve os recursos necessários para a construção dos grupos.
- No sistema, como os grupos se distinguem para exercer as várias funções lingüísticas, isto é, como as classes e estruturas primárias de grupos organizam sistemas de classes secundárias.
- Na estratificação, como os grupos contribuem para a produção de significado semântico e lexicogramatical, mediante as funções que desempenham nesses estratos.
- Na metafunção, quais os papéis metafuncionais desempenhados pelos grupos.

Como foi explicitado no capítulo metodológico desta dissertação, compilou-se o córpus da análise a partir dos oito processos sócio-semióticos para a obtenção de maiores probabilidades de ocorrência no sistema. A ordem do grupo foi analisada da seguinte forma. Em primeiro lugar, foram identificados os tipos de grupos existentes no sistema lingüístico do português. Em seguida, procurou-se observá-los a partir de seu ambiente mais amplo na estrutura, ou seja, a partir da oração. Para tanto, foi preciso verificar quais elementos compõem os grupos na ordem da oração como forma de se identificarem suas classes, o que se fez mediante o exame de seus papéis nos sistemas de TRANSITIVIDADE e MODO.

A seguir são apresentados oito exemplos, cada um pertencente a um processo sócio-semiótico em particular, de como se conduziu esta análise:

EXEMPLO 1 [Compartilhar]: [TEXTO 1][68]

	vai	ser	tudo	totalmente	diferente!
INTER.	Finito	Predicador	Sujeito	Adjunto	Complemento
EXP.	Relacional		Portador	Circ. Modo: Grau	Atributo
GRUPO	Verbal		Nominal	Adverbial	Nominal

[68] Todos os exemplos que apresentam a indicação [Texto "n"] foram retirados do córpus desta pesquisa, do texto respectivo ao número "n".

EXEMPLO 2 [Relatar]: [TEXTO 3]

	mas	eu	não...	assim...	detalhes,	assim...
INTER.		Sujeito	Adjunto	Adjunto		
EXP.						
GRUPO	Conjuntivo	Nominal	Adverbial	Adverbial	Nominal	Adverbial

EXEMPLO 3 [Habilitar]: [TEXTO 11]

	RESOLUÇÃO Nº 17,	DE 1989	aprova	o Regimento Interno da Câmara dos Deputados
INTER.	Sujeito	Adjunto	Predicador+Finito	Complemento
EXP.	Ator	Circ. Localização	Material	Meta
GRUPO	Nominal	F. Prep.	Verbal	Nominal

EXEMPLO 4 [Recriar]: [TEXTO 15]

	O alienista	foi	recebê	-la,	com o boticário, o Padre Lopes os vereadores e vários outros magistrados.
INTER.	Sujeito	Finito	Predicador	Complemento	Adjunto
EXP.	Ator	Material		Meta	Circ. Acompanhamento
GRUPO	Nominal	Verbal		Nominal	F. Prep.

EXEMPLO 5 [Expor]: [TEXTO 20]

	As competições de ultra-resistência	representam	um grande desafio no mundo esportivo.
INTER.	Sujeito	Predicador+Finito	Complemento
EXP.	Identificado	Relacional	Identificador
GRUPO	Nominal	Verbal	Nominal

EXEMPLO 6 [Explorar]: [TEXTO 22]

	Eu	queria	dizer	para vocês
INTER.	Sujeito	Finito	Predicador	Adjunto
EXP.	Dizente	Verbal		Receptor
GRUPO	Nominal	Verbal		F. Prep.

EXEMPLO 7 [Fazer]: [TEXTO 24]

	A secretária de Agricultura e Meio Ambiente	promove	no sábado dia 25 de novembro,	o Dia do Rio.
INTER.	Sujeito	Predicador+Finito	Adjunto	Complemento
EXP.	Ator	Material	Circ. Localização	Meta
GRUPO	Nominal	Verbal	F. Prep.	Nominal

EXEMPLO 8 [Recomendar]: [TEXTO 28]

	O IBGE	não	faz	censo on line.
INTER.	Sujeito	Adjunto	Predicador+Finito	Complemento
EXP.	Ator		Material	Meta
GRUPO	Nominal	Adverbial	Verbal	Nominal

A partir desta marcação aplicada ao córpus, foi possível produzir dados que, ao serem analisados, apontam que no sistema lingüístico do português os grupos são, em um primeiro nível de delicadeza (*delicacy*), de cinco classes primárias: nominal, verbal, adverbial, conjuntiva e preposicional. Seguindo a separação apresentada por Halliday e Matthiessen (1999) entre grupo e frase, é possível ainda adicionar a esta categorização a frase preposicional.

Nestas bases, pode-se então produzir a relação entre as classes primárias de grupo e sua relação funcional com as dimensões do sistema lingüístico. Além disto, aumentando-se o nível de delicadeza, mediante a descrição das classes secundárias de grupos (especificamente o nominal nesta dissertação), é possível também visualizar quais classes de palavras compõem as estruturas secundárias dos grupos.

Na dimensão *estrutural*, verificam-se quais as classes de palavra compõem o grupo; na dimensão *metafuncional*, identificam-se quais funções desempenham os grupos nos sistemas gramaticais; e na *estratificação*, observam-se quais funções semânticas e lexicogramaticais os grupos realizam. A relação entre as classes de grupos e palavras, sistemas lexicogramaticais e elementos semânticos pode ser vista no QUADRO 9.

QUADRO 9
Grupos em relação às dimensões do sistema em português

Classe		Função do grupo na oração		Estratificação	
Grupo	**Palavra**	**MODO**	**TRANSITIVIDADE**	**Semântica**	**Léxico-gramática**
Nominal	pronome substantivo artigo adjetivo verbo preposição advérbio numeral conjunção	Sujeito Complemento Adjunto	**Participante:** Ator Atributo Cliente Dizente Escopo Existente Experienciador Fenômeno Identificado (característica ou valor) Identificador (característica ou valor) Meta Portador Receptor Verbiagem **Circunstância:** Localização Modo:Meio Modo:Comparação Extensão	ente, qualidade circunstância	Participante Circunstância
Verbal	verbo preposição conjunção	Finito Predicador	**Processo**: Mental Relacional Material Verbal Existencial	processo	Processo
Adverbial	advérbio preposição pronome verbo substantivo	**Adjunto:** Circunstancial Modal	**Circunstância:** Localização Extensão Modo:Grau Modo:Comparação	circunstância	Circunstância
Conjuntivo	conjunção advérbio substantivo preposição			conector	Conjunção

Preposiciona l	preposição advérbio				
Frase Preposiciona l	preposição substantiv o adjetivo artigo verbo pronome numeral advérbio conjunção	Adjunto Sujeito	**Circunstância:** Acompanhamento Localização Extensão Assunto Causa:Benefício Papel Modo:Comparação Modo:Meio Modo:Qualidade Ângulo **Participante:** Portador Ator Receptor	circunstânci a	Circunstânci a

No QUADRO 9, à esquerda estão as classes, tanto as primárias de grupo quanto as de palavra que formam elementos na ordem do grupo. Em seguida, ao centro, as funções que os grupos ocupam nos sistemas oracionais, de TRANSITIVIDADE e MODO. Por fim, à direita, dispõem-se as funções semânticas e lexicogramaticais realizadas pelos grupos.

Como está previsto pela teoria de descrição sistêmico-funcional, observa-se pelo QUADRO 9 que o grupo nominal é estruturado por um número maior de classes de palavras, além de ocupar mais funções na ordem oracional. Isto porque, segundo Halliday e Matthiessen (1999) o grupo nominal é o mais complexo e suas funções primárias divididas em Qualidade e Ente são capazes de representar, praticamente, qualquer fenômeno como permanente, o que implica em "encaixar" dentro do grupo elementos típicos de outras classes de grupos, como o verbal, por exemplo.

Além disto, destaca-se o fato de muitas classes de palavras também operarem na frase preposicional. Isto se deve ao fato de esta classe ser composta por [preposição+grupo nominal] e de ser exatamente o grupo nominal que responde por esta diversidade de elementos.

Estabelecidas assim as classes primárias do grupo em português, bem como as classes de palavras que operam como seus elementos, a partir deste momento a análise passa a caminhar mais à direita na escala de delicadeza, procurando entender como são organizadas as estruturas secundárias dos grupos. Para tanto, duas considerações precisam ser feitas.

Primeiro, como foi anunciado desde a Introdução, esta proposta de descrição se concentra mais especificamente na estruturação do grupo nominal, portanto, a partir deste momento as análises serão exclusivamente relativas a esta classe de grupo.

Segundo, para que as estruturas secundárias do grupo nominal sejam descritas, é preciso, como se estabeleceu na metodologia aqui adotada (ver Capítulo 2), determinar, da mesma forma, as estruturas secundárias de grupos nominais. Contudo, para estas estruturas serem determinadas, é preciso descrever como os itens agrupados nas classes de palavras que lhes servem de elementos são organizados em termos de sistemas.

Assim, a análise apresentada a partir da Seção 3.1 procura lidar tanto com as questões relativas às classes de palavras que compõem as estruturas secundárias do grupo nominal, quanto com as classes secundárias deste grupo, fruto dos agrupamentos de palavras bem como das estruturas secundárias.

Visando este objetivo, cada elemento componente da estrutura do grupo está examinado, sempre quando possível (ou seja, quando a análise dos dados do córpus apresentou-se produtiva o suficiente para tanto), "de baixo", procurando apresentar os agrupamentos de classes de palavras que operam como elementos no grupo; "de cima", indicando qual função (por exemplo: qualificar, classificar, representar a experiência de permanência, operar como elemento dominante, etc.) exercem no grupo; "ao redor", apontando a posição que cada elemento ocupa na estrutura.

3.1 GRUPO NOMINAL

3.1.1 ESTRUTURA EXPERIENCIAL DO GRUPO NOMINAL

Esta seção procura apresentar a forma como o sistema lingüístico do português desenvolveu os recursos gramaticais necessários para constituir o grupo nominal, ou a estrutura complexa de sistemas, organizada de forma a realizar duas funções experienciais amplas:

- promover a "semanticização" dos Fenômenos de permanência dos quais o falante é Experienciador;
- qualificar os Elementos de permanência de forma a separar um subconjunto sobre o qual a experiência será representada, permitindo que funcionem como itens em outros sistemas de ordem e estrato superior, contribuindo para a produção de significados gramaticais, na ordem da oração, e semânticos, na base experiencial.

Esta segunda função ainda pode ser divida em duas etapas: localizar dentre os Fenômenos, o Elemento da permanência em relação aos outros fenômenos, da experiência do mundo; da experiência filogenética; da experiência logogenética. Classificar Elementos de permanência mais restritos em relação a outros Elementos mais gerais, permitindo sua subclassificação.

Para a compreensão de como o sistema lingüístico do português "semanticiza" os Elementos de permanência, é preciso antes compreender como o sistema representa a experiência, distinguindo os Elementos de permanência dos Elementos de transitoriedade, bem como a forma como o sistema os relaciona. Estes dois tipos de Elementos podem ser encontrados em praticamente todas as produções de significado pelo sistema lingüístico do português, como se verifica no seguinte exemplo.

EXEMPLO 9: <u>Geólogos</u> **descobriram** na Groenlândia <u>rochas que se formaram à medida que o fundo do oceano se expandia</u> há 3,8 bilhões de anos, quando <u>a Terra</u> ainda **era** <u>um planeta adolescente</u>. <u>O material</u> **constitui** <u>a mais antiga amostra conhecida da crosta terrestre</u> e **prova** que <u>a tectônica de placas – mecanismo que regula o movimento e a evolução dos grandes blocos rochosos que compõem a crosta terrestre</u> – já **estava** em ação muito antes do que **imaginavam** <u>os cientistas</u>. <u>A equipe de Harald Furnes</u>, da Universidade de Bergen, na Noruega, **mostrou** que <u>as rochas encontradas na Groenlândia</u> se **formaram** em cadeias montanhosas situadas no fundo dos mares – <u>as cordilheiras meso-oceânicas</u>. [Texto 21]

Neste exemplo, estão representados, de forma ampla, dois conjuntos de fenômenos que aconteceram com Elementos permanentes e transitórios: o primeiro é a experiência de geólogos descobrirem determinado tipo de rocha; o segundo, a evolução da crosta terrestre. Observando o EXEMPLO 9, é possível entender como a gramática do português distingue os Elementos permanentes dos transitórios, além da forma como se relacionam.

Os Elementos permanentes se repetem ao longo do texto e participam de eventos distintos, como, por exemplo, os cientistas e as rochas. Já os Elementos transitórios representam os próprios eventos no texto e, exatamente por este motivo, conservam natureza transitória. Isto significa dizer que, ao serem representados no texto, os Elementos permanentes são sempre mais duradouros, já os transitórios ocorrem apenas uma vez. Os primeiros estão grifados no texto <u>sublinhados</u>, os últimos, em **negrito**.

Assim, as "rochas que se formaram a 3,8 bilhões de anos" são, neste texto, as mesmas "rochas encontradas por cientistas na Groenlândia". Por outro lado, um Elemento transitório, como "formaram", embora tenha ocorrido duas vezes no texto, pode representar duas instâncias distintas, cada qual ocorrendo apenas uma vez; no primeiro caso, [Formaram ➔ à medida que o fundo do oceano se expandia] e no segundo [Formaram ➔ em cadeias montanhosas situadas no fundo dos mares].

As naturezas permanente e transitória dos Fenômenos produzem implicação direta na forma como os Elementos são construídos na gramática do português. Os Elementos

permanentes funcionam, salvo poucas exceções, semanticamente como participantes, e na ordem da oração como Participante. Os Elementos transitórios funcionam semanticamente como processo e, nos sistemas lexicogramaticais, como Processo. Assim, no exemplo apresentado acima, é possível constatar que os cientistas, ou o material geológico, funcionam como Participante em diferentes estruturas experienciais da oração. Os Participantes ocorrem com diferentes Processos:

- Cientistas (geólogos, equipe): Material, Mental, Verbal.
- Rochas (crosta terrestre, material): Material, Relacional.

O QUADRO 10 apresenta a análise transitiva dos Participantes 'cientistas' e 'rochas' do EXEMPLO 9.

QUADRO 10

Função experiencial dos Elementos

Geólogos	descobriram	na Groenlândia	rochas que se formaram (...)
Participante: Ator	Processo: Material	Circ. Localização	Escopo

imaginavam	os cientistas
Processo: Mental	Participante: Experienciador

A equipe (...)	mostrou
Participante: Ator	Processo: Verbal

as rochas encontradas na Groenlândia	se	formaram	em cadeias montanhosas situadas no fundo dos mares
Participante: Ator	Participante: Meta	Processo: Material	Circ. Extensão

O material	constitui	a mais antiga amostra conhecida da crosta

		terrestre
Participante: Característica	Processo: Relacional	Participante: Valor

Cabe ressaltar, contudo, que a propriedade de separar os Fenômenos em permanentes e transitórios não é particular do sistema lingüístico do português. Segundo Halliday e Matthiessen (2004), cada língua desenvolveu seus próprios recursos para distinguir os Fenômenos permanentes dos transitórios. Com isto, pode-se afirmar que permanência e transitoriedade são as formas de organização da experiência lingüística. Elas são complementares no sentido de que a primeira é responsável por representar a experiência espacial, ao passo que a segunda representa a experiência temporal. Como foi possível observar nos exemplos anteriores, na gramática da experiência em português, os Elementos permanentes são realizados por Participantes e os transitórios por Processos.

Sobre a ligação semântica entre Elementos, participantes e processos, e grupos, Halliday e Matthiessen (2004, p. 178) afirmam:

> O contraste entre participantes e processos explica a razão de haver nomes para participantes individuais, "nomes próprios", além dos nomes das classes de participantes, os "nomes comuns". Porém, existem apenas nomes de classes de processos, pois todos os verbos lexicais são verbos "comuns". Este contraste também se reflete na organização dos grupos nominal e verbal de duas maneiras: enquanto o grupo nominal desenvolveu o sistema de DETERMINAÇÃO como forma de localizar os referentes no espaço referencial, os grupos verbais desenvolveram o sistema de TEMPO VERBAL, como forma de localizar uma ocorrência única de um processo no tempo.[69]

Assim, a descrição do grupo nominal constitui a forma de se entender como a gramática constrói, na ordem do grupo, a experiência de permanência.

---

[69] The contrast between participants and processes explains why there are names of individual participants – 'proper names', as well as names of classes of participants – 'common nouns', but only names of classes of processes: all lexical verbs are 'common verbs'. The contrast is also reflected in the organization of nominal groups and verbal groups in two ways: while nominal groups have evolved the system of DETERMINATION for locating referents in a referential space, verbal groups have evolved the system of TENSE for locating a unique occurrence of a process in time.

A função do núcleo semântico do grupo nominal é denominada, em termos sistêmico-funcionais, Ente. Desta maneira, a gramática do grupo nominal oferece os recursos necessários para que o Ente possa ser capaz de representar a experiência de permanência e, ao mesmo tempo, funcionar como participante nas figuras.

A análise desenvolvida nas subseções seguintes busca descrever para o sistema lingüístico do português a função do Ente, bem como a forma pela qual a gramática do grupo nominal é responsável por localizá-lo no espaço e no discurso do falante, através dos sistemas de qualificação, permitindo que seus subconjuntos sejam localizados, qualificados e classificados.

3.1.1.1 Ente[70]

Halliday e Matthiessen (2004, p. 325) afirmam: "o elemento ao qual chamamos 'Ente' é o núcleo semântico do grupo nominal, podendo ser um substantivo comum, substantivo próprio, ou um pronome (pessoal)".[71] Quando examinado "de baixo", da ordem da palavra, constata-se que os Entes são realizados pelo sistema lingüístico do português igualmente pela classe de palavras dos substantivos e pelos pronomes pessoais.

Segundo a gramática tradicional normativa, o substantivo é uma das classes de palavras variáveis "que usamos para designar seres, coisas, idéias" (TUFANO, 2005, p. 49). Tufano (2005) afirma que os substantivos podem ser, quanto à formação, simples, compostos, primitivos ou derivados. Já em sua classificação, segundo Tufano (2005), são divididos em:

---

[70] Seguindo a tradição gramatical em língua inglesa, Halliday utiliza a palavra 'thing' com o sentido de (1) "coisa que existe no mundo" (grafada com letra minúscula), como a utiliza para os termos sistêmico-funcionais que indicam (2) a representação semântica dos eventos de permanência (igualmente grafada com letra minúscula) e (3) a função gramatical no grupo nominal de representar o elemento semântico (grafada com letra maiúscula). Nesta dissertação, optou-se por representar as coisas do mundo com o item "ser", seguindo a tradição gramatical em português, e para os termos sistêmicos, optou-se por outra representação: os eventos de permanência como "entes" (grafados com minúscula) e a função gramatical no grupo nominal como "Ente". Assim, a relação entre as representações em português e inglês para estes itens é (1) ser – thing; (2) ente – thing; (3) Ente – Thing.

[71]The element we are calling 'Thing' is the semantic core of the nominal group. It may be common noun, proper noun or (personal) pronoun.

- Comum: empregados para designar qualquer elemento dentro de um conjunto de seres.
- Próprio: quando particularizam um elemento do conjunto.
- Concreto: utilizados para designar seres e coisas reais ou imaginários.
- Abstrato: servindo na designação de ações, qualidades ou estados.

Esse autor ainda destaca o substantivo coletivo, ou aquele que, mesmo sendo expresso na forma singular é utilizado para se referir a um conjunto de seres com a mesma natureza.

Ao apresentar a flexão dos substantivos, Tufano (2005) afirma que esta pode ser de gênero, número e grau. Segundo a classificação da gramática tradicional, os substantivos podem ser uniformes ou biformes. Os primeiros apresentam uma única forma para se referirem a seres masculinos ou femininos; já os últimos possuem uma forma para cada gênero gramatical. Quanto ao número, os substantivos podem estar no singular ou no plural. Neste ponto, Tufano (2005, p. 52) destaca que há substantivos cuja forma é apenas singular ou apenas plural, "como, por exemplo, fé, caridade, parabéns, pêsames". Por fim, os substantivos apresentam grau aumentativo ou diminutivo.

Neves (2000, p. 67), em sua gramática de usos do português, afirma que "os substantivos são usados para referir-se às diferentes entidades (coisas, pessoas, fatos, etc.) denominando-as". A autora divide os substantivos em comuns e próprios.

Segundo Neves, os substantivos próprios são utilizados para nomes específicos, que podem ser de pessoa, lugar, órgãos, associações, e assim por diante. Sobre a natureza dos substantivos comuns, Neves (2000, p. 68) entende que pode ser definida segundo a função de denominação, ou a capacidade de os substantivos designarem "entidades cognitivas e/ ou culturais (como 'homem', 'livro', 'inteligência')" que possuem certas propriedades categorizadas no mundo extralingüístico". A autora afirma que a natureza dos substantivos ainda pode ser caracterizada segundo a função de definição descritiva do referente, que é a

capacidade do substantivo comum de se referir a uma classe de seres ao mesmo tempo que coloca o ser denominado como parte dessa classe.

Já os substantivos próprios não preservam em sua natureza a capacidade de denominarem qualquer ser dentro de uma classe, mas, conforme aponta Neves (2000, p. 69) "identificando um referente único com identidade distinta dos demais referentes".

Dentre os subconjuntos que pode assumir o substantivo comum, Neves (2000) aponta dois de caráter instancial, pos são constituídos no enunciado e não, como acontece em outros casos, no léxico. São eles:

- Substantivos concreto e não-concreto (abstrato)
- Substantivos contáveis e não-contáveis (de massa)

Sobre as subcategorias relativas à contagem, Neves (2000, p. 82) afirma:

> "a) os substantivos contáveis se referem a grandezas discretas, descontínuas e heterogêneas, suscetíveis de contagem e, portanto, de pluralização. Trata-se de referência a elementos individualizados de um conjunto passível de divisão em conjuntos unitários. b) os substantivos não-contáveis referem-se a grandezas contínua, descrevendo entidades não-suscetíveis de numeração. Trata-se de referência a uma substância homogênea, que não pode ser dividida em indivíduos, mas apenas em massas menores, e que pode ser expandida indefinidamente, sem que sejam afetadas suas propriedades cognitivas e categoriais".

A autora faz uma consideração importante sobre a ligação entre as propriedades contável/ não-contável e a referenciação. É somente na referenciação apresentada no enunciado que as propriedades de contagem podem, ou não, se apresentar. Como exemplo a autora cita (retirados de NEVES, 2000, p. 82): contável→ "*já mostrara os galos, mostrou então os* ***três frangos***". Não-contável→ "*segundo especialistas em nutrição, a opção de usar* ***frango*** *para a alimentação de peixes pode não ser boa*".

Assim como na subcategorização por contagem, Neves (2000) entende que é apenas na referenciação do enunciado que se podem determinar as propriedades de um substantivo

concreto ou abstrato. A autora afirma: “os substantivos concretos têm referentes individualizados, enquanto os abstratos remetem a referentes que se abstraem de outros referentes” (NEVES, 2000, p. 88).

A partir do arcabouço da lingüística sistêmico-funcional, Halliday e Matthiessen (2004) sugerem para a categorização dos diferentes tipos de Entes, em um primeiro nível de delicadeza (*delicacy*) no sistema, que estes sejam examinados a partir de três vetores: contagem, generalidade e animação. Quando a análise dos Entes em português é posta em face destes vetores, observa-se:

1) Contagem: em português, como apontou Neves (2000), uma das propriedades do sistema é representar os seres como individualizados ou contínuos (de massa). Tal propriedade produz impacto na possibilidade de tais elementos serem ou não-contáveis. Halliday e Matthiessen (2004) afirmam que a distinção entre contável e não-contável se relaciona com a concretude ou abstração do ser representado. Assim, quanto mais concreto o Ente é construído, mais individualizado e, assim, maior a chance de assumir a forma plural. No caso da abstração, acontece justamente o contrário. Quanto mais abstrata é a representação do Ente, mais contínuo ele se torna e, com isto, sua chance de possuir forma plural é reduzida.

A propriedade de contagem na representação do Ente mantém relação gramatical com as funções de determinação e quantificação no grupo nominal. Assim, os termos sistêmicos para a seleção de Dêiticos e de Numerativos depende da natureza do Ente realizado. Exemplos de Entes contáveis e não-contáveis são vistos nos próximos exemplos.

EXEMPLO 10: Acrescente <u>os tomates</u> [Texto 10]
EXEMPLO 11: 1 colher (sopa) de purê de <u>tomate</u> [Texto 10]

Como se vê pelos exemplos, no caso do EXEMPLO 10, foi possível acrescentar o Dêitico não-seletivo (definido e específico) ‘os’ na forma plural, indicando a natureza

contável dos tomates. Contudo, no EXEMPLO 11, isto não aconteceu, pois ‘tomate’ foi construído como grandeza contínua. Pelos exemplos, um mesmo Ente, ‘tomate’, é representado de duas maneiras distintas (note-se que os dois exemplos foram retirados do mesmo texto), ora contável, ora não-contável.

Isto implica em dizer que a distinção entre os níveis de delicadeza entre os tipos de Entes não é rígida, possibilitando o estabelecimento de um contínuo de contagem, indo desde o (+) contável até o (–) contável, como é possível ver na FIG. 12:

4 tomates... os tomates... tomates... tomate
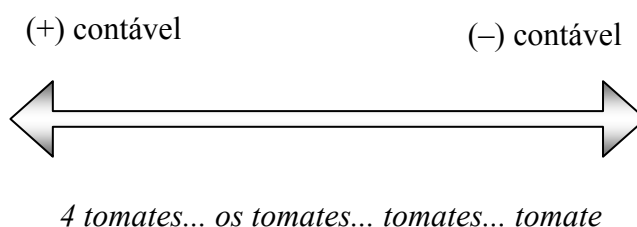
FIGURA 12 – Contínuo de contagem

2) Generalidade: Em português, os Entes são representados gramaticalmente segundo taxonomias. Assim, em geral, é possível se recorrer a um Ente que representa o mesmo ser de modo mais genérico ou mais específico. Por exemplo:

> EXEMPLO 12: Nos ***textos*** que compõem este número, são abordados assuntos que envolvem o **Provão**, o **ENADE**, o **Sistema** Educacional Chileno, a **Auto-avaliação** Institucional, os **Conselhos** Municipais de Educação do Rio Grande do Sul, a **Evasão** Escolar, a **Responsabilidade** Social e a **Rede** Municipal de Recife (...). Robert Evan Verhine, Lys Maria Vinhaes Dantas e José Francisco Soares, no **artigo** intitulado "Do Provão ao ENADE: uma análise comparativa dos exames nacionais utilizados no Ensino Superior Brasileiro", procedem a um estudo que compara os mencionados ***exames***, identificando diferenças e similaridades entre eles. [Texto 34]

No grupo nominal, esta propriedade do Ente está relacionada às funções de qualificação e, mais estreitamente à classificação (ver subseção 3.1.4.2 a diante). Desta forma, a partir do EXEMPLO 12, observa-se que ‘a avaliação’ é um tipo de ‘exame’, e a ‘Auto-avaliação’ é um tipo de ‘avaliação’, por sua vez a ‘Auto-avaliação Institucional’ é um tipo de ‘Auto-avaliação’. Isto também se verifica em outra relação de generalidade no exemplo: “Do Provão ao ENADE: uma análise comparativa dos exames nacionais utilizados no Ensino Superior Brasileiro” é um **artigo**, que por sua vez é um ***texto***.

Como é possível perceber, a gramática do português possui recursos para generalizar ou particularizar os Entes. Assim, como no caso da propriedade da contagem, é possível estabelecer um contínuo entre Entes mais genéricos e outros mais particulares, como se vê na FIG. 13:

objeto (semiótico)... exame... avaliação... auto-avaliação... auto-avaliação institucional
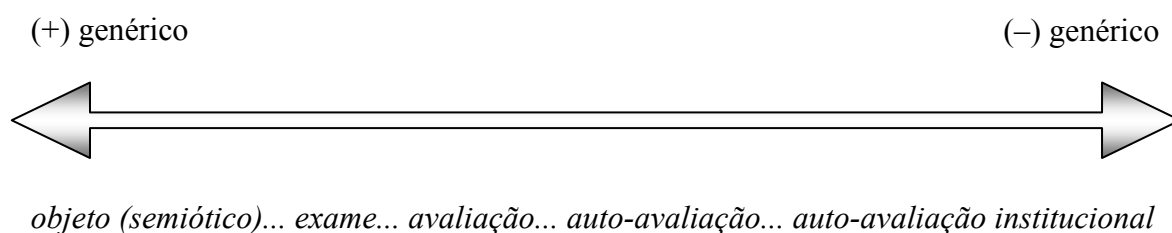
FIGURA 13 – Contínuo de generalidade

3) Animação: o exame do córpus permitiu identificar em português uma propriedade do sistema prevista em muitas línguas pela teoria sistêmica, os níveis de delicadeza entre seres conscientes e não-conscientes, que por sua vez são representados de forma distinta na gramática.

Prototipicamente, os Entes conscientes são aqueles capazes de funcionar como Experienciador na gramática ideacional da oração em Processos Mentais (caracterizado por um humano adulto), e os não-conscientes são os Entes concebidos como Fenômeno de um Processo Mental, a rigor, as abstrações semióticas. Isto se observa no seguinte exemplo.

EXEMPLO 13: Portanto quando sinto saudade (mas não tristeza), penso sempre no quanto essa experiência é boa pra mim [Texto 1]

No EXEMPLO 13, uma pessoa (Experienciador) sente (Processo Mental) saudade (Fenômeno – abstração semiótica).

O emprego do vetor de animação para se caracterizar o Ente em português não foi bastante explorado por outras descrições. Já as propriedades de contagem e generalização da construção dos seres em português foram identificadas e descritas por Neves (2000) com bastante detalhamento. A gramática tradicional (TUFANO, 2005) apenas classifica os seres em concretos e abstratos, o que se constitui como uma generalização de características de mais de um vetor (contagem e animação), portanto, uma generalização de mais de uma propriedade.

Contudo, com respeito à animação, Tufano (2005) categoriza os seres como seres, coisas, idéias, ações, qualidades, estados, seres imaginários e coisas imaginárias. Neves (2000) o faz como: coisas, pessoas, fatos, entidades cognitivas e entidades culturais. Como se vê, ambos os autores entendem que os Entes podem ser mais ou menos animados; contudo, não utilizam esta propriedade gramatical do português como forma de descrição.

Esta mesma questão foi encontrada por Halliday e Matthiessen (1999) nas descrições prévias do sistema lingüístico do inglês. Devido ao fato de esses autores entenderem que a primeira distinção a ser feita entre os tipos de Ente deve proceder a partir do vetor da animação, propõem que as classificações gramaticais prévias para os tipos de Entes com respeito à animação sejam tomadas como base para a construção de uma taxonomia de base sistêmico-funcional.

Esta opção de Halliday e Matthiessen (1999) se deve à constatação de que as outras propriedades identificadas a partir dos outros vetores se relacionam, em primeiro lugar, com a animação. Assim, partindo das descrições dos tipos de seres por outras gramáticas, Halliday e

Matthiessen (1999) propõem uma taxonomia para o Ente desde o mais consciente ao menos consciente: consciente (humano), animal, objeto material, substância, abstração material, instituição, objeto semiótico, abstração semiótica.

Em um primeiro nível de delicadeza (bastante amplo), é possível aplicar a proposta de Halliday e Matthiessen ao português, tomando-a como base, juntamente com as categorizações de Tufano (2005) e Neves (2000), como é possível ver pela classificação apresentada pelos primeiros autores e pelos exemplos apresentados pelos últimos, no QUADRO 11:

QUADRO 11

Taxonomia comparada para o Ente

Halliday e Matthiessen (1999)	**Tufano (2005)**	**Neves (2000)**
consciente	seres, seres imaginários	pessoas
animal	seres, seres imaginários	
objeto material	coisas, coisas imaginárias	coisas
substância	coisas	coisas
abstração material		
instituição		entidades culturais
objeto semiótico	qualidades, ações	fatos, entidades cognitivas
abstração semiótica	idéias, ações, qualidades, estados	fatos, entidades cognitivas

Dando seqüência na caracterização dos tipos de Ente, Halliday e Matthiessen (1999) propõem que sejam examinadas tanto a relação entre os vetores quanto a função exercida pelos Entes na gramática experiencial.

Desta forma, o vetor da contagem, no aspecto de concretude e abstração dos Entes, pode ser relacionado ao vetor de animação e, com isto, observa-se que humanos, animais e objetos são mais freqüentemente particularizados, ao passo que substância e abstração não são. Correlacionando os vetores de animação e generalidade, é possível encontrar Entes

genéricos capazes de representar toda uma classe. No córpus de análise foram encontrados como exemplo:

- ***Humano***: todo mundo, pessoas, gente, mulher, cara.
- ***Animal***: animais, espécie.
- ***Objeto***: coisa, negócio.
- ***Substância***: chão, água, crosta.
- ***Instituição***: pessoas, organização.
- ***Abstração***: assunto, fato, evento.

Relativamente à caracterização seguinte, para entender quais as funções desempenhadas pelos Entes na gramática da TRANSITIVIDADE em português, foi necessário antes seguir os seguintes passos: 1) no córpus anotado, foi identificada a célula correspondente à combinação das linhas do grupo nominal e da função experiencial; 2) foi identificado, no grupo nominal, o Ente. Por exemplo, na seguinte marcação, apresentada na FIG. 14:
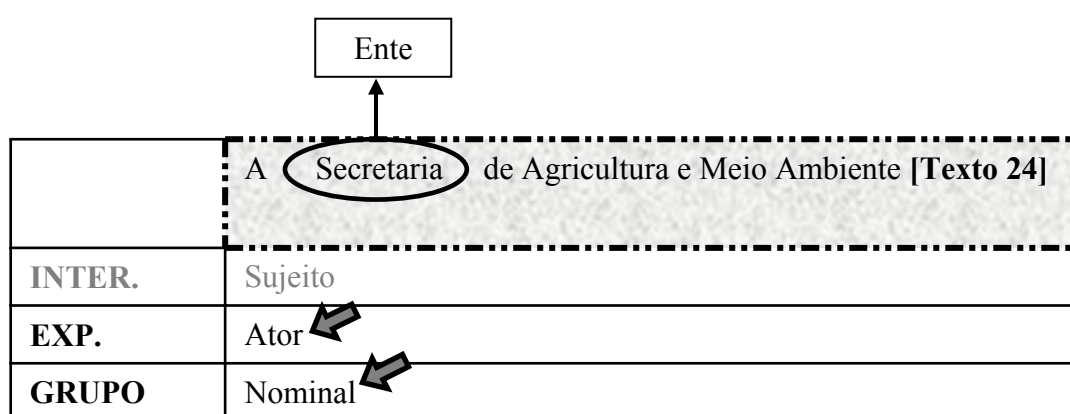
FIGURA 14 – Identificação da célula do Ente

A 'Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente' é localizada na célula onde se combinam a função experiencial da classe do grupo nominal e a função experiencial de Ator. No caso do exemplo, o núcleo semântico do grupo nominal é a 'Secretaria', exercendo, com

isto, a função de Ente na estrutura do grupo. 3) A partir desta identificação nas demais células identificadas no córpus anotado, foi possível produzir uma lista com os Entes presentes no córpus desta pesquisa. O QUADRO 12 traz alguns exemplos retirados da lista e é organizado conforme a função experiencial dos Entes na estrutura da oração.

QUADRO 12

Entes e sua função experiencial na oração

FUNÇÃO EXPERIENCIAL	EXEMPLO
Experienciador	eu, você, todo mundo, Mateus, Câmara
Atributo	coisas, dias, população, competência, atendimento, respeito, saúde, segurança, proteção, melhoria, transparência, harmonia, princípios
Ator	a gente, todos, eu, Iraque, Autoridades, tanques, celebrações, pessoas, partidários, manifestantes, resolução, mesa, alienista, opinião, gente, versões populares, esposa, tia, mulher, comitiva, suplementação, Câmara
Portador	eu, isso, medida, ruas, Regimento, Política, gasto
Recebedor	me, te, se, lhe
Dizente	eu, ele, porta-voz, Abdel Karim, Congresso, código, médico, Monese, equipe
Identificado	eu, privacidade, projetos, arts., Presidente da Câmara, apresentação, consumidor, fornecedor, serviço, produto, competições
Identificador	pontos, viagem, se, pessoa, bem, atividade, objeto, admiração, cárcere, produto, desafio
Meta	me, toque, vigilância, medidas, cartazes, veredicto, Nouri al Maliki, Regimento Interno, projeto, normas, Comissões, proposições, lei, atitudes, expressão, mais, -se, pessoas, crédito, nada, -la, estratégias, TCM
Fenômeno	me, saudade, tristeza, Saddam, ex-colaboradores, ex-presidente, meio-irmão de Saddam, Burzan Ibrahim, ex-chefe , -o, momento
Verbiagem	slogans, execução, normas, se
Existente	vítimas, feridos,
Escopo	ruas, estado, texto, intestino, rochas

A partir do que se pode observar no QUADRO 12, é possível dividi-los segundo a primeira taxonomia proposta para os Entes por Halliday e Matthiessen (1999). Dentre os critérios apresentados por Halliday e Matthiessen (1999) para a taxonomia do Ente, foi

possível verificar mediante a análise que, para a identificação dos tipos de Ente em português, são produtivos os critérios apresentados no QUADRO 13 a seguir:

QUADRO 13

Critérios de categorização sistêmica dos Entes

	CONSCIENTE
papel típico	Experienciador, Dizente, Ator
pronome	Eu, você, ele, ela (e respectivas formas plurais)
generalização	todo mundo, pessoas, gente, mulher, cara
contagem	contável
características	desempenha ação voluntária de pensar, dizer e agir
exemplos: **Eu** acho que o cd não vai acabar. [Texto 38] A Casa Verde é um cárcere privado, disse um **médico** sem clínica. [Texto 15] Outros 400 **manifestantes** marcharam em Samarra [Texto 5]	
	ANIMAL
papel típico	Ator, Experienciador (em figuras de percepção)
generalização	animal, espécie, bicho
contagem	contável
características	desempenha ação própria de movimento e de percepção
exemplo: (...) a **aranha** não pula nem ladra como o **cão**, não mia como o gato, não cacareja como a **galinha**, não zune nem morde como o **mosquito**, não nos leva o sangue e o sono como a **pulga**. [Texto s\LI-LT-PR-Assis-papeisavulsos_09.txt]	
	OBJETO MATERIAL
papel típico	Meta, Ator (processo involuntário)
generalização	coisa, negócio
contagem	contável
características	delimitado espacialmente e representado como unidade.
exemplos:	

Amanhã nós vamos comprar seu **filtro** solar [Texto 39]

Seca-se a **erva**, e caia sua **flor**. [Texto 18]

	SUBSTÂNCIA
papel típico	Ente "encaixado" em frases preposicionais, ente como parte de Circunstância (Localização e Extensão)
generalização	chão, água, lugar, etc.
contagem	não-contável
características	não possui delimitação espacial, é quantificável por mensuração

exemplos:

A motivação poderá cair no **chão** a qualquer momento. [Texto 29]

(...) só porque a gente saiu do **lugar** por alguns meses, quando voltarmos vai ser tudo totalmente diferente! [Texto 1]

	ABSTRAÇÃO MATERIAL
papel típico	Fenômeno, Portador, Valor
contagem	incontável
características	não possui espacialidade e se caracteriza como um parâmetro de escala para qualidades ou processos

exemplos:

Estufa para **determinação** de umidade: 2.000W, 220V, com renovação mecânica de ar, **temperatura** de trabalho até 200ºC e **variação** regulada de temperatura em 1ºC [Texto 27]

A Direção do IBGE no Rio de Janeiro informa aos jornalistas e à população em geral, que este não é, em nenhuma hipótese, o **procedimento** da Instituição [Texto 28]

	INSTITUIÇÃO
papel típico	Dizente, Ator, Experienciador
pronome	ele, ela, nós
generalização	pessoas, casa, organização
contagem	contável (geralmente, singular)
características	desempenha ação semiótica voluntária; tem como base a autoridade do coletivo (verbal: ordem; mental: julgar, decidir; material: decretar,

	estabelecer); é comumente expressa por siglas e acrônimos.

exemplos:

A Câmara dos Deputados, considerando a necessidade de adaptar o seu funcionamento e processo legislativo próprio à Constituição Federal, resolve: [Texto 11]

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei: [Texto 12]

O **IBGE** ainda obedece a Lei do Sigilo [Texto 28]

	OBJETO SEMIÓTICO
papel típico	Extensão em Processo Verbal, Dizente
contagem	contável
características	pode existir também como objeto material

exemplos:

mp3 ajuda você conhecer coisas que poderiam estar distantes [Texto 38]

Observe que o poeta, à medida que descreve o **corpo** de Cristo, revela o valor espiritual e resgatador do sofrimento físico. [Texto 35]

	ABSTRAÇÃO SEMIÓTICA
papel típico	Extensão de Processo Verbal ou de Processo Mental; Atributo (posse)
generalização	assunto, fato, evento, idéia
contagem	não-contável
características	não possui existência material

exemplos:

O IBGE acaba de tomar **conhecimento** de que alguém, que se intitula Sérgio da Costa Neto de Andrade e que se apresenta como "Diretor do IBGE Brasil" [Texto 28]

Camilo Pereira da Silva, dono de uma **preguiça** atroz que só vivia lendo, deitado na rede. [Texto 33]

A partir desta classificação dos tipos de Ente em português, pôde-se, nesta dissertação, seguir a Halliday e Matthiessen (1999, p. 190) quando apresentam uma primeira

taxonomia dos tipos de Ente para o inglês, e propor uma taxonomia para o sistema do português, disposta na FIG. 15:
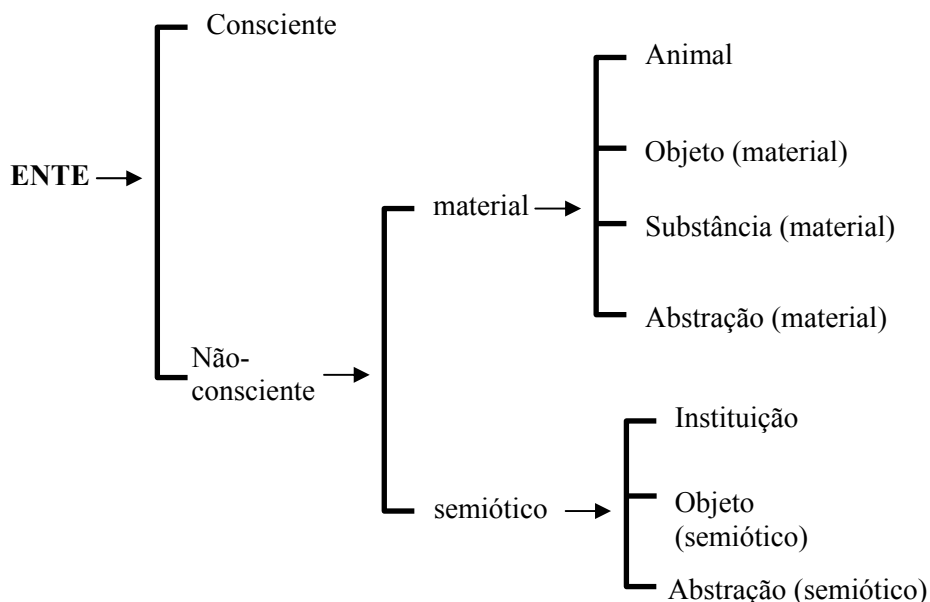
FIGURA 15 – Taxonomia do Ente em um primeiro nível de distinção

3.1.1.2 Dêitico

Halliday e Matthiessen (2004) afirmam que o Dêitico é a função de determinar no grupo nominal um subconjunto do Ente sobre o qual o falante diz alguma coisa. A determinação pode acontecer em termos de definição e especificidade, bem como de localização em relação às pessoas do discurso.

3.1.1.2.1 Dêitico não-seletivo

Segundo a gramática tradicional normativa do português, este tipo de determinação é expresso pela classe de palavras do artigo, ou pela não expressão de artigo algum, como no

caso das referências genéricas. Devido ao fato de a gramática tradicional trabalhar sua categorização a partir das classes de palavras, Tufano (2005, p. 57) conceitua o artigo como “*a palavra que se usa antes de um substantivo para lhe dar um sentido definido ou indefinido*”. Em seguida, o autor classifica os artigos como definidos, expressos pela palavra ‘o’ e suas variações, e indefinidos, expressos pela palavra ‘um’ e suas variações. Além disto, o autor traça algumas considerações sobre a natureza e o emprego dos artigos, dentre as quais assumem relevância para este trabalho as seguintes.

Sobre o artigo definido, Tufano (2005) observa que se for utilizado com substantivos próprios transmite idéia de familiaridade, como no exemplo, “***O*** *Carlos e* ***a*** *Maria estiveram aqui ontem*” (retirado de TUFANO, 2005, p. 58). Além disto, qualquer palavra seguida de artigo, é substantivada: “*Não sei* ***o*** *porquê de sua atitude / Como é triste* ***o*** *meu viver*” (retirados de TUFANO, 2005, p. 58). Em outra consideração, o autor afirma que se usa a palavra ‘todo’ precedendo o artigo quando se quer transmitir a idéia de totalidade, pois é equivalente à estrutura [artigo definido + substantivo + ‘todo’], assim: “*Todo* ***o*** *colégio pode participar da festa*” é equivalente a “***O*** *colégio todo pode participar da festa*” (retirados de TUFANO, 2005, p. 58).

Na descrição funcional de Neves (2000), a determinação, bem como a indeterminação, também são classificadas segundo a classe de palavras do artigo. A descrição apresentada pela autora também os distribui entre artigos definidos e indefinidos. No entanto, classifica-os de forma distinta justamente por sua função discursiva. Segundo Neves (2000), o artigo definido é entendido como uma palavra pronominal com a função de fazer referenciação, tendo assim função fórica. Além dos artigos definidos, incluem-se também como itens que realizam esta função os pronomes pessoais de terceira pessoa, os pronomes possessivos e os pronomes demonstrativos. A autora afirma: “dessas palavras de referenciação textual se diz que são endofóricas, isto é, que fazem referência a elementos que

estão dentro do texto" (NEVES, 2000, p. 390). Assim, segundo essa autora, a utilização do artigo definido é sempre endofórica.

Especificamente sobre a posição na estrutura do sintagma nominal, Neves (2000), assim como Tufano (2005), constata que sempre precede o substantivo. Quanto à ocorrência, a autora afirma que depende da maneira como o falante comunica uma experiência, o que acontece, em geral, nos sintagmas referenciais. A referência, então, se divide em direta e indireta. A referência direta ocorre quando um elemento ao qual o falante se refere está presente na situação de enunciação e é, com isto, exofórica. Também ocorre quando se faz referência a uma porção anterior do texto (anáfora) ou posterior (catáfora) e é também endofórica. Por sua vez, a referência indireta acontece quando à entidade sobre a qual se faz a referência existe conhecimento compartilhado pelos interlocutores, constituindo-a como exofórica. A referência indireta pode, similarmente, ser endofórica, quando é associada, como é possível ver pelo exemplo: "*É sua lâmpada de Aladino a <u>bicicleta</u> e, ao sentar-se n***o** *<u>selim,</u> liberta o gênio acorrentado no pedal*" (retirado de NEVES, 2000, p. 392). Além destas formas, observa-se que é possível também transmitir a idéia de referência genérica utilizando o artigo definido, como se vê no exemplo: "***A*** *abelha também é usada em homeopatia*" (retirado de NEVES, 2000, p. 392).

Quanto à natureza do artigo definido, Neves (2000) aponta que determina o substantivo como um objeto único particular identificado (caso esteja no singular) ou genérico, caso ocorra a referência adequada. Desta forma, para Neves (2000), o artigo definido possui funções que podem ser caracterizadas como determinação, quando determina um nome; e substantivação, quando substantiva outro elemento, como adjetivos, numerais, verbos, entre outros. A autora segue traçando considerações sobre a não expressão do artigo (artigo zero, neste caso). Este fenômeno acontece em geral com sintagmas nominais indeterminados e não-específicos.

O artigo indefinido é classificado por Neves (2000) como um dos elementos indefinidos, cuja natureza é não-fórica. Isto porque tais elementos não são capazes de indicar itens recuperáveis no texto, tampouco na situação, além de não fornecerem informação sobre a natureza dos objetos, restando-lhes, assim, a função de se empregarem sobre um subconjunto delimitado de antemão. Os artigos indefinidos são utilizados antes de substantivos

> quando não se deseja apontar ou indicar a pessoa ou a coisa a que se faz referência, nem na situação nem no texto. Assim, o sintagma nominal com artigo indefinido apresenta uma pessoa ou coisa simplesmente por referência à classe particular à qual ela pertence, ou seja, apresenta-a como elemento de uma classe (NEVES, 2000, p. 513).

Com isto, a autora entende que o artigo indefinido é empregado a qualquer membro da classe, de forma que opera como um tipo de generalização.

Além disto, duas características importantes no emprego do artigo indefinido destacadas pela autora são, primeiro, a utilização do artigo indefinido na introdução de um referente no discurso; e segundo, o artigo indefinido pode ter sua capacidade referencial / não-referencial alterada segundo o tempo verbal da oração operando como oração encaixada, como é possível ver nos exemplos, retirados de Neves (2000, p. 514):

- Uso referencial: "*Não posso crer na sinceridade de* **um** *homem [que* <u>*vende*</u> *a todas as mulheres o que deveria dar, por amor, a uma só]*".
- Uso não-referencial: "*Não posso crer na sinceridade de* **um** *homem [que* <u>*venda*</u> *a todas as mulheres o que deveria dar, por amor, a uma só]*".

Em seu trabalho, Neves (2000, p. 515) constata que além do artigo indefinido, a referência à classe pode ser realizada por: "a) substantivo no plural não acompanhado de determinante; b) substantivo no plural acompanhado de artigo definido; c) substantivo no singular acompanhado de artigo definido" .

A natureza do artigo indefinido tem seu valor na oposição por um lado ao artigo definido e à ausência e, por outro, ao numeral cardinal. Com isto, o artigo indefinido ocorre em sintagmas nominais indeterminados específicos, quando o referente é identificado pelo falante (mas não pelo ouvinte) e em sintagmas nominais indeterminados não-específicos quando não há identificação do referente por parte dos interlocutores. A autora ressalta que este último pode ser alternado com o pronome indefinido 'qualquer', como em: "*Rompendo o branco desta folha como quem guia* **um** *carro pela neblina, eu compreendo que só tenho o tempo que passou*", que poderia ser substituído por "*Rompendo o branco desta folha como quem guia* ***qualquer*** *carro /* ***um*** *carro* ***qualquer*** *pela neblina, eu compreendo que só tenho o tempo que passou*" (retirados de NEVES, 2000, p. 517).

O artigo indefinido ocorre em oposição ao numeral cardinal 'um' quando indica indeterminação, contrariamente à singularidade. Segundo Neves (2000, p. 518), o artigo indefinido significa "*pelo menos um*", ao passo que o numeral significa "*exatamente um*" .

As funções do artigo indefinido são distribuídas em três: adjunção, pronominalização e substantivação. No primeiro caso, seria o adjunto de um substantivo; no segundo, ocorre como núcleo quando é utilizado como pronome; e no terceiro, de preceder elementos como orações, pronomes e advérbios, entre outros, quando, na ausência de um substantivo, passa a substantivá-los.

Sob o exame sistêmico-funcional, quando os Dêiticos são abordados "de cima", Halliday e Matthiessen apresentam uma relação próxima entre a função dos Dêiticos específicos e não-específicos e o sistema da coesão de REFERÊNCIA, o qual confere status textual de identificação ao referente. Os autores afirmam que "determinantes não-específicos são utilizados na introdução do referente discursivo do Ente, ao passo que os determinantes

específicos servem para localizá-lo no desenvolvimento do texto”[72] (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, p. 312).

No sistema lingüístico do português, desta forma, faz-se necessário também entender esta articulação com o sistema de REFERÊNCIA para a compreensão de como funcionam as opções de especificidade dentro do sistema de DETERMINAÇÃO.

Segundo Halliday e Matthiessen (2004) a referência é utilizada como uma das formas de se guiar o receptor através do texto. O status textual conferido pelo sistema de REFERÊNCIA é o de identificação, isto é, a capacidade de o receptor tomar determinado elemento como identificável em relação a um outro ou, de outra forma, como elemento não-identificável e novo. A partir da identificação do elemento, então a ele pode ser conferido o status textual de identificável a partir da referência, como se vê no exemplo.

> EXEMPLO 14: A coelhinha remou até estar fora do alcance do lobo. Que grande susto! **Ela** reconsiderou suas atitudes (...). [Texto 17]

No exemplo, o referente ‘a coelhinha’ é apresentado e, mais adiante, o pronome ‘ela’ é empregado para a ele fazer referência.

A referência pode, em um primeiro nível de delicadeza (*delicacy*), apontar para “fora” ou para “dentro” do texto. Cada uma destas direções é respectiva a uma destas formas:

- Exofórica, na qual o referente pode ser recuperado do ambiente no qual o texto é produzido.
- Endofórica, quando a identidade do referente é recuperável no próprio texto.

Cabe ainda ressaltar sobre a direção endofórica que ela pode ser subdividida em dois tipos. Quando o referente antecede o elemento de referência, é denominada referência anafórica; quando o segue, ela é, então, catafórica. Isto se vê nos exemplos:

---

[72] Non-specific Determiners are used to introduce the discourse referent to the Thing, and specific determiners are used to track this referent in the text.

EXEMPLO 15: Leia este manual atentamente e guarde-o, pois na última página está o seu certificado de garantia. [Texto 13]

EXEMPLO 16: Foi no Tiro que encontrou Fausto de Almeida Prado Penteado e, através **deste**, conheceu seu primo Yan de Almeida Prado. [Texto 7]

EXEMPLO 17: "**Essa** era a minha linguagem aos vinte e um anos (...)". [Texto 14]

No EXEMPLO 15, é apresentada uma referência exofórica, na qual o Dêitico 'este' aponta para o manual, que está fora do texto, o manual que "existe no mundo", por assim dizer, não apenas para um referente textual. No EXEMPLO 16, a referência se faz ao 'Fausto', citado anteriormente, portanto, a referência é anafórica. Já no EXEMPLO 17, a referência é catafórica, pois, o elemento 'essa', que abre o texto, aponta para o referente 'minha linguagem' e é apresentado anteriormente.

Ainda sobre a referência, Halliday e Matthiessen (2004) afirmam que as unidades lingüísticas são primordialmente organizadas de forma semântica e que o texto é um evento resultante das escolhas sistêmicas para as unidades lingüísticas. Assim, é possível entender que a organização textual se dá conforme o conjunto das seleções sistêmicas que constroem o texto, a instanciação, que ocorre quando um dos pólos do sistema lingüístico, o potencial do sistema, é instanciado como texto no outro pólo.

O texto instanciado é, dentre as possíveis opções sistêmicas, a seleção daquelas que resultarão na construção de um significado, isto é, da constituição logogenética. Esta seleção é feita com o objetivo de se criarem padrões à medida que o texto se desenvolve. A partir deste entendimento, é possível compreender que, quando se fala em referência endofórica, na verdade se fala sobre "*o sistema de instanciação de significado criado no desenvolvimento do texto*" (2004, p. 552).[73]

[73] The instantial system of meaning created as the text unfolds.

Quando se observa a relação entre os sistemas de DETERMINAÇÃO e REFERÊNCIA realizadas pelo Dêitico, vê-se que são complementares tendo em vista que a DETERMINAÇÃO trata da especificidade do referente, o que, em termos do status textual de identificação no sistema de REFERÊNCIA apresenta o subconjunto do Ente delimitado pelo Dêitico como um elemento que já faz parte da cadeia referencial (identificado) ou não (novo). Assim, verifica-se a convergência das funções de determinação (específico, não-específico ou ainda genérico) e de identificação (identificado ou novo) no Dêitico.

Desta forma, são as próprias relações de identificação criadas no desenvolvimento do texto que conferem ao referente seu caráter de identificado ou de novo, fato que produz impacto direto sobre a escolha do Dêitico, se será específico, não-específico, ou genérico. Isto posto, é possível apresentar as escolhas de Dêiticos para os seguintes padrões de instanciação, representados pelos exemplos no QUADRO 14:

QUADRO 14

Convergência entre os sistemas de REFERÊNCIA e DETERMINAÇÃO

SISTEMA →	REFERÊNCIA		DETERMINAÇÃO	
	Identificação	**Referente**	**Definição**	**Especificidade**
EXEMPLO 18 [Texto 16]	(...) porque você não passa de **um** amarelo muito safado!			
	Não-identificado	Antecedente	Indefinido	Não-específico
	Identificado	Sucedente	Indefinido	Não-específico
EXEMPLO 19 [Texto 22]	Vocês sabem que nessa tomada de posse, aqui dentro do Palácio, **os** ministros não falam, porque eles vão falar na hora da transmissão,			
	Identificado	Antecedente	Definido	Específico
	Não-identificado	Sucedente	Definido	Específico
EXEMPLO 20 [Texto 15]	O alienista dizia que só eram admitidos **os** casos patológicos,			
	Identificado	Antecedente ou Sucedente	Definido	Genérico (= todos, quaisquer)
EXEMPLO 21 [Texto 18]	Bem-aventurados são os que ouvem **a** palavra de Deus e a guarda!			

	Identificado	Antecedente ou Sucedente	Definido	Genérico (= todo, qualquer)
EXEMPLO 22 [Texto 1]	**Privacidade** é algo tão importante			
	Identificado	Antecedente ou Sucedente	Indefinido	Genérico (de massa)
EXEMPLO 23 [Texto 5]	**Autoridades iraquianas** mantiveram o toque de recolher em Bagdá			
	Identificado	Antecedente ou Sucedente	Indefinido	Genérico (contável)
EXEMPLO 24 [Texto 11]	**A** Câmara dos Deputados, considerando a necessidade de adaptar o seu funcionamento e processo legislativo próprio à Constituição Federal, resolve:			
	Identificado	Externo	Definido	Específico

Uma primeira consideração trata da apresentação de Neves (2000, p. 533) ao pronome indefinido, quando afirma: “uma palavra indefinida não necessariamente é indeterminada, já que ser indefinido significa ser não-particularizado, não-restrito, e ser indeterminado significa ter uma extensão não-determinada, não fixa”. Assim, apesar de o QUADRO 14 apresentar itens indefinidos, é preciso dizer que são todos determinados e, desta forma, previstos pelo sistema de DETERMINAÇÃO do português.

Como mostra o QUADRO 14, apesar de não ser rigorosamente necessário analisar um sistema para se obter a análise do outro, a justaposição deles permite que se tenha uma dimensão maior da localização realizada “na ordem” do texto pela referência e sua correspondente, dentro do grupo nominal, realizada pela dêixis.

Os Dêiticos não-seletivos podem ser específicos, não-específicos e genéricos no sistema do português. Contudo, os genéricos assumem maior nível de delicadeza entre si. Os EXEMPLOS 20 e 21 correspondem, respectivamente, às formas não-seletivas do Dêitico não-específico plural e do Dêitico não-específico seletivo, porém estes são genéricos exatamente por não distinguirem entre não-específico total ou parcial (ver subseção dos Dêiticos não-específicos adiante). Já nos EXEMPLOS 22 e 23, ambos genéricos indefinidos, a distinção se

faz pelo fato de, no primeiro caso, o Ente ser tratado como massa e no segundo como particularizado (ver subseção anterior sobre o Ente).

No caso do EXEMPLO 24, a classificação é "identificado se externo, e definido e específico". Isto significa dizer que o artigo 'a' de 'câmara dos deputados' opera como se fosse um Dêitico de proximidade neste caso. Quando um falante diz "a câmara dos deputados", é natural se esperar que todos os falantes saibam de qual câmara dos deputados se trata, pois, afinal, existe apenas uma câmara dos deputados, ou, como afirmam Halliday e Matthiessen (2004), apenas uma relevante no texto do exemplo.

Curiosamente, é apenas neste caso, quando a câmara dos deputados é entendida como única, que pode ser identificada. É este também o motivo de o Dêitico não-seletivo operar como se fosse um Dêitico de proximidade, apontando para a câmara.

3.1.1.2.2 Dêitico seletivo orientado para a proximidade

Conforme a gramática tradicional normativa do português, este tipo de determinação é realizado pela classe de palavras dos pronomes demonstrativos. Segundo Tufano, "*os pronomes demonstrativos são aqueles que indicam a posição dos seres no tempo ou no espaço, relacionando-os com as três pessoas do discurso*" (2005, p. 81). Quanto à natureza destes pronomes, Tufano (2005) afirma que são divididos entre pronomes adjetivos e pronomes substantivos. No primeiro caso, sempre acompanham algum substantivo, como em: "*Você fez todos **estes** cartazes?*", já no outro caso, não acompanham substantivos: "*Não, fiz apenas **aquele***" (exemplos retirados de Tufano, 2005, p. 81).

Seguindo sua apresentação desta classe de palavras, o autor acrescenta outros itens que podem operar como pronomes demonstrativos. São eles:

- ‘o’, ‘a’, ‘os’, ‘as’ quando podem ser substituídos por ‘aquele(s)’, ‘aquela(s)’, ‘isto’, ‘isso’, ‘aquilo’.
- ‘tal’, ‘tais’, quando podem ser substituídos por ‘este(s)’, ‘esta(s)’, ‘esse(s)’, ‘essa(s)’, ‘aquele(s)’, ‘aquela(s)’.
- ‘mesmo’ e ‘próprio’, quando significam ‘idêntico’ ou ‘em pessoa’.
- ‘o’ quando pode ser substituído por uma oração inteira.

Tufano (2005) aponta que os pronomes demonstrativos ‘este’ e ‘aquele’ são empregados para substituir termos utilizados em uma oração anterior, cabendo a ‘este’ substituir o último termo e a ‘aquele’ o primeiro.

Em sua gramática de usos, Neves (2000) afirma que o pronome demonstrativo possui natureza fórica e por isto cumpre sempre a função de referenciação, tanto ao contexto quanto à situação do discurso. Assim como no caso de Tufano (2005), essa autora também apresenta os pronomes demonstrativos distribuídos segundo as pessoas do discurso, como é possível ver no QUADRO 15.

QUADRO 15

Pronomes demonstrativos relacionados às pessoas do discurso

Variáveis			**Invariáveis**			**Reforçador de identidade *(1ª, 2ª e 3ª pessoas)***
	Masculino	***Feminino***		***Não selecionam pessoa (são de 3ª pessoa)***	***Não seleciona pessoa ou número***	
1ª	este(s)	esta(s)	isto		‘o’ invariável	mesmo, próprio
2ª	esse(s)	essa(s)	isso			
3ª	aquele(s)	aquela(s)	aquilo	tal, tais, o, a, os, as		

Sobre a posição dos demonstrativos, Neves (2000) aponta que ocorrem como determinantes de um nome (podendo este estar elíptico), ou como predicativos. Já os demonstrativos invariáveis ocorrem como núcleo do sintagma nominal, pois são pronomes substantivos. Os outros demonstrativos ocorrem da seguinte forma:

- tal, tais: como determinantes de um nome, podendo ou não haver a presença de artigo; como pronome substantivo quando precedidos de artigo.
- o, a, os, as: ocorrem sempre especificados por um sintagma de valor adjetivo ou por uma oração adjetiva.
- o (invariável): aponta uma predicação já expressa (anáfora) ou a ser expressa (catáfora).

Neves (2000) entende o emprego do demonstrativo como endofórico quando é aplicado como referenciador textual e exofórico quando é referenciador da situação. No primeiro caso, refere-se a uma porção anterior do texto, como se vê no seguinte exemplo, retirado de Neves (2000, p. 495): "*Se a verdade é relativa, a mentira é relativa.* ***Esse*** *aforismo é do Nietzsche*".
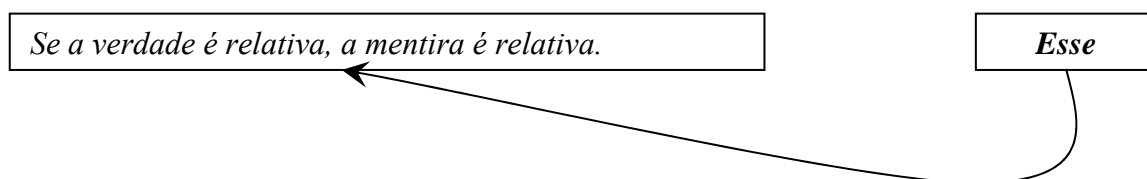
FIGURA 16 – Referência endofórica (retirada de Neves, 2000, p. 495)

Assim, no exemplo, 'esse' se refere ao aforismo, representado como o complexo oracional em destaque. Além disto, o demonstrativo como referenciador textual pode ser empregado cataforicamente, podendo se referir a um aposto, a uma oração adjetiva, a um adjunto adnominal, a um sintagma do tipo [de + substantivo], a uma oração completiva infinitiva ou a um enunciado. Como exemplo, cita-se: "*Fantásticos tempos,* ***aqueles*** *em que dois colecionadores milionários emergiam da sombria Rússia czarista*", retirado de Neves (2000, p. 497). Neste exemplo, o demonstrativo 'aqueles' precede uma oração adjetiva.

Em seu emprego exofórico, Neves (2000) entende que os demonstrativos variáveis são empregados segundo as pessoas do discurso, ocorrendo, portanto, com os advérbios de lugar da seguinte maneira:

- Este → aqui.
- Esse → aí.
- Aquele → lá.

A partir desta categorização, a autora apresenta os demonstrativos, concebendo-os como: " 'este' refere-se mais diretamente ao falante (1ª pessoa)" (NEVES, 2000, p. 499); já o pronome " 'esse' refere-se mais diretamente ao ouvinte" (NEVES, 2000, p. 500); " 'aquele' não se refere nem ao falante nem ao ouvinte, mas a algo ou alguém que não constitui pessoa do discurso (uma não-pessoa)" e completa "a referência com 'aquele' pode remeter a algo que esteja na própria situação de fala, mas nunca indica proximidade das pessoas do discurso" (NEVES, 2000, p. 501).

A autora argumenta que 'este' indica tanto a proximidade espacial e temporal ao falante quanto proximidade corporal, o que se vê no exemplo retirado de Neves (2000, p. 500), no qual se indicam simultaneamente proximidade espacial e proximidade temporal: "*Foi armado por alguém que se encontra aqui, agora, n**esta** casa*". 'Esse', por sua vez, indica proximidade temporal e espacial com o ouvinte, como no exemplo: "*Você vai querer que eu engula* ***essa*** *conversa*" retirado de Neves (2000, p. 500). Tanto para a primeira pessoa quanto para a segunda, podem ocorrer projeções para o passado e para o futuro, que se ligam às referências relativas ao falante e ao ouvinte, como em: "*Nós o viemos educando, durante* ***esses*** *meses... ou anos como se já fosse um homem*" retirado de Neves (2000, p. 501).

Um tópico importante ressaltado pela autora é o compartilhamento referencial entre falante e ouvinte além do afrouxamento na ligação entre o pronome demonstrativo e as pessoas. No caso do compartilhamento, pode haver a alternância entre 'este' e 'esse', quando a referência é compartilhada pelas duas pessoas (1ª e 2ª). Como exemplo, cita-se: "***Esse*** *pessoal daqui fala demais*" retirado de Neves (2000, p. 501).

No afrouxamento, diminuem-se as ligações entre 'este' e a primeira pessoa, ocasionando um envolvimento entre a 1ª e a 2ª pessoas. Este mesmo fenômeno se repete para o uso de 'esse', quando a ligação com a segunda pessoa se afrouxa, incluindo-se assim a primeira pessoa, o que pode ser visto nos seguintes exemplos retirados de Neves (2000). "*O menino chegou todo ensangüentado, aí mesmo **neste** lugar onde tu estás*" (p. 500), e em "*Doutor, tira **esse** guardanapo de cima de mim*" (p. 501).

Sobre o uso do pronome de terceira pessoa, 'aquele', a autora afirma que é empregado no distanciamento das pessoas do discurso, que pode ser espacial ou temporal, como em: "*Quem era **aquela** criatura modelada em mármore que, todos os anos, **naquela** praça aberta ao mar, recebia a festa das escolas?*" (retirado de Neves, 2000, p. 502).

Dentre as particularidades do emprego dos demonstrativos apresentada por Neves (2000), destacam-se aqui a posição do demonstrativo em relação ao elemento recuperado, posposto com oração adjetiva restritiva e anteposto com substantivo qualificado. Exemplos destas particularidades são vistas nestes exemplos, retirados de Neves (2000). Posposto:

> "*(...) levava à idéia de que a ação anestésica devia depender de uma depressão da respiração celular, **idéia essa** que não estava muito afastada das modernas concepções (...)*" (p. 505). Anteposto: "*Até o filho de Joana da Graça, **aquele** leproso todo inchado, estava ali perto (...)*" (p. 505).

Além disto, na organização textual, a autora aponta que cada um dos pronomes demonstrativos, 'este', 'esse' e 'aquele', refere-se a partes distintas do texto, quando há, com mais clareza, a oposição entre 'este' e 'aquele'. Assim, no caso de dois referentes anafóricos, 'este' se refere, então, ao mais próximo e 'aquele' ao mais distante. Caso haja apenas um referente anafórico, não é necessário que esteja próximo para ser referido por 'este'.

Examinando-se as funções orientadas para a proximidade conforme o faz a lingüística sistêmico-funcional "ao redor", Halliday e Matthiessen descrevem o sistema de DETERMINAÇÃO afirmando que os chamados " *'artigo definido', **the**, e 'artigo indefinido',*

***a(n)**, são termos, respectivamente, dos sistemas específico e não-específico da dêixis nominal*"[74] (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, p. 315). Com isto, é possível compreender que este tipo de determinação, que não é seletiva por qualquer outro sistema de orientação dêitica, realizado em português pelos itens 'o' e 'um', juntamente com suas variações, constitui a base para o restante dos termos do sistema de DETERMINAÇÃO. O sistema de orientação específica e seletiva é realizado pelo sistema de ORIENTAÇÃO e particularmente no que diz respeito aos demonstrativos em português, estes se relacionam à orientação para a proximidade relativa às pessoas do discurso.

De uma forma geral e ampla, pode-se dizer que os demonstrativos (i.e., os Dêiticos seletivos orientados para a proximidade) em português, quando abordados "de cima", mediante a investigação de alguns registros particulares, por exemplo, os registros escritos cuja produção se pauta pela norma culta, cumprem sua função da maneira como se aponta tanto pela gramática tradicional normativa quanto pela gramática de usos do português (NEVES, 2000); assim, emprega-se um tipo de demonstrativo para a proximidade a cada pessoa do discurso, incluindo-se também a terceira pessoa.

A partir de uma visão do sistema lingüístico do português, procurando entender a função dos demonstrativos na estruturação experiencial do grupo nominal, portanto, "ao redor", vê-se que têm sua função no grupo nominal desenvolvida a partir do termo específico do sistema de DETERMINAÇÃO. Diante disto, é possível entender que os Dêiticos de proximidade em português são itens constituídos pela fusão[75] do item da função de

[74] 'Definite article' *the* and 'indefinite article' *a(n)*, are terms in, respectively, the specific and non-specific systems of nominal deixis.

[75] A utilização do termo 'fusão' nesta passagem tem por base a seguinte afirmação: "As ocorrências sucessivas das várias unidades não estão todas sempre delimitadas com clareza para nós (…). Há casos nos quais elas vêm sobrepostas umas às outras; já em outros, ocorrem umas dentro das outras. As realizações destes dois tipos de casos – uma na qual há sobreposição e outra, na qual há 'inclusão' – são denominadas, respectivamente, de FUSÃO e DESCONTINUIDADE. '*Was*', por exemplo, é a fusão de dois morfemas: '*be*' mais '(tempo passado)', assim como '*feet*' é '*foot*' mais '(plural)'; não se questiona, pois, onde um morfema começa e o outro termina. A fusão é mais comum entre as unidades menores; a descontinuidade, por sua vez, é mais freqüente entre as unidades maiores" (HALLIDAY *et al*. 1964, p. 27).

especificidade mais a função de proximidade. Note-se que a fusão é morfológica, porém é, igualmente, funcional. Tal fato implica na sobreposição (fusão) de sistemas: ESPECIFICIDADE e PROXIMIDADE. Desta forma, pode-se dispor o QUADRO 16:

QUADRO 16

As funções de especificidade e proximidade dos Dêiticos de proximidade em português

ESPECIFICIDADE		PROXIMIDADE		DÊITICO
'O'	+	Próximo ao falante	=	Este
'O'	+	Próximo ao ouvinte	=	Esse
'O'	+	Distante do falante e do ouvinte	=	Aquele

Quando se examinam realizações dos Dêiticos de proximidade, nota-se seu emprego segundo situações nas quais o Ente por eles determinado é sempre específico, como é possível constatar nos exemplos seguintes. Além disto, estes Dêiticos também indicam qual o subconjunto do Ente sobre o qual se fala, ou seja, se é próximo ou distante.

EXEMPLO 25: Perdoe-me se no decorrer desta conversa eu for por demais saudosista, este é um vicio dos poetas. [Texto 2]

EXEMPLO 26: Estas minhas palavras no vosso coração e na vossa alma. [Texto 18]

EXEMPLO 27: Sem dúvida, essas organizações estão interessadas em uma nova publicação que trate de literatura. [Texto 9]

EXEMPLO 28: O gentílico "brasileiro" surgiu no século XVI e se referia inicialmente aos que comercializavam aquela madeira (...). [Texto 6]

Em todos estes quatro exemplos, a função do Dêitico de proximidade é, em primeiro lugar, torná-los específicos. Com isto, nos exemplos anteriores, verifica-se a fusão das funções de especificidade e proximidade na determinação do grupo nominal. Por exemplo, em

TRADUÇÃO DE: The successive occurrences of the various units are not always clearly delimited for us (...). Sometimes they overlay one another; sometimes they occur one inside the other. Exponents of the two types, one which overlaps with another and one which 'includes' another, are called respectively FUSED and DISCONTINUOUS. 'Was', for example, is a fusion of two morphemes 'be' and '(past tense)', as in 'feet' of 'foot' and '(plural)'; there is no question of saying where one ends and the other begins. Fusion is more common among the smaller units, discontinuity among the larger ones.

"estas palavras", a função do Dêitico indica algumas palavras em particular, "as palavras", sobrepostas a "palavras próxima à primeira pessoa".

Além disto, todos exercem a função de manter alguma relação de proximidade com as pessoas do discurso. Isto significa dizer que, nestes exemplos, é possível produzir uma forma agnata não-seletiva do Ente como Portador em uma configuração relacional entre esta e um Atributo, a proximidade apontada pelo Dêitico, seguida de uma Circunstância de Localização ou de Extensão, {Dêitico não-seletivo ^ Subconjunto do Ente (Portador) ^ [Qualificador: Processo Relacional ^ Atributo (Proximidade à pessoa do discurso) ^ Circunstância de Localização ou de Extensão]}. Aplicando-se a forma aos exemplos, temos:

EXEMPLO 29: Perdoe-me se no decorrer desta conversa eu for por demais saudosista, [o vício que está próximo à 1ª pessoa é um vício dos poetas. [Texto 2]
EXEMPLO 30: Minh'as palavras que estão próximas à 1ª pessoa no vosso coração e na vossa alma. [Texto 2]
EXEMPLO 31: Sem dúvida, as organizações que estão próximas à 2ª pessoa estão interessadas em uma nova publicação que trate de literatura. [Texto 9]
EXEMPLO 32: O gentílico "brasileiro" surgiu no século XVI e se referia inicialmente aos que comercializavam a madeira que está próxima à 3ª pessoa. [Texto 6]

A partir da fusão entre as funções de especificidade e orientação para a proximidade nestes determinantes, torna-se necessário examiná-los também "de cima", o que neste caso se faz, segundo Halliday e Matthiessen (2004) por meio do papel destes em relação ao sistema de REFERÊNCIA.

Como se apontou em Tufano (2005) e em Neves (2000), os Dêiticos de proximidade possuem função fórica, pois são capazes de se referir a outros elementos (os referentes) fora do texto, na situação; ou dentro do texto, no discurso. Esta última forma pode ser ainda anafórica ou catafórica. Sobre a relação de referência entre o Dêitico de proximidade e o

referente, Halliday e Matthiessen (2004) dizem que este tipo de Dêitico é capaz de criar uma estratégia de referenciação denominada referência demonstrativa.

Segundo esses autores, a referência demonstrativa pode ser tanto exofórica ou endofórica (anafórica e catafórica). Do ponto de vista do sistema de REFERÊNCIA, o Dêitico não-seletivo, conforme foi visto na subseção anterior, é entendido como uma forma de demonstrativo, mas que aponta apenas para a identidade do Ente determinado. Já os demonstrativos, "não apenas indicam que a identidade é conhecida, ou reconhecível, mas aponta explicitamente como a identidade deve ser estabelecida"[76] (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, p. 558).

Deste modo, quando justaposta à análise sobre as funções do Dêitico específico não-seletivo apresentada anteriormente neste trabalho, a compreensão sobre as funções referenciais do Dêitico de proximidade se amplia, o que possibilita sua distribuição da seguinte forma:

QUADRO 17

Convergência entre os sistemas de REFERÊNCIA e ORIENTAÇÃO PARA A PROXIMIDADE

SISTEMA →	REFERÊNCIA		PROXIMIDADE	
	IDENTIFICAÇÃO	**REFERENTE**	**DEFINIÇÃO**	**ESPECIFI-CIDADE**
EXEMPLO 33 [Texto 6]	Chamaram de Brasil por ser vermelho e ter semelhança de brasa e daqui ficou **esta** terra.			
	Identificado ***Identidade → próximo à 1ª pessoa***	Externo, Antecedente ou Sucedente	Definido	Específico
EXEMPLO 34 [Texto 3]	Eu já li **esse** texto na... na minha dissertação.			

[76] (…) not only signal that the identity is known, or knowable; they state explicitly how the identity is to be established.

	Identificado ***Identidade → próximo à 2ª pessoa***	Externo, Antecedente ou Sucedente	Definido	Específico
EXEMPLO 35 [Texto 14]	Seguramente a opinião liberal teve muito mais poder sobre **aquele** Ministério (...).			
	Identificado ***Identidade → próximo à 3ª pessoa***	Externo, Antecedente ou Sucedente	Definido	Específico

Em português, quando um Ente é determinado por um Dêitico de proximidade, este possui a função de localizar dentre todos os Entes pertencentes ao mesmo conjunto apenas um subconjunto específico, ou mesmo apenas um Ente único. Além disto, o Dêitico de proximidade possui a função de especificar a qual subconjunto ou Ente único se refere o falante, especificação que é dada pela oposição entre proximidade (espacial ou temporal) e distância.

Assim, cumpre apontar que a fusão das funções de especificidade e proximidade nesta função de determinação é o fator que possibilita a expressão de apenas um dos dois tipos de Dêiticos (não-seletivo ou seletivo de proximidade) na determinação do grupo nominal. Do contrário, a mesma função seria expressa mais de uma vez, em dois sistemas estruturados. Por isto, verificam-se ocorrências em português previstas no sistema como:

> EXEMPLO 36: Contrato de adesão é aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas (e não "Contrato de adesão é o aquele cujas cláusulas tenham sido aprovada"). [Texto 12]
> EXEMPLO 37: (...) o que produz esta preferência por uma monarquia sem hereditariedade (...) (e não "o que produz a esta preferência por uma monarquia sem hereditariedade"). [Texto 14]

Ressalta-se ainda que o sistema de ORIENTAÇÃO para a proximidade, assim como todo sistema, produz significado mediante a oposição de seus termos ou, em outras palavras, uma instanciação é compreendida como opção selecionada para um dado conjunto em face

das outras opções que não foram selecionadas. Quando o sistema de ORIENTAÇÃO para a proximidade é observado mais de perto, tem-se, por exemplo, "o que está próximo ao falante" como opção no sistema em oposição a "o que está longe do falante".

Segundo as constatações apresentadas em Tufano (2005) e em Neves (2000), a oposição entre os termos deste tipo de determinação em português se faz conforme:

- as três pessoas do discurso, quando o emprego dos determinantes se condiciona à posição do Ente que está sendo determinado em relação ao falante (primeira pessoa), ao ouvinte (segunda pessoa) ou à terceira pessoa.
- a distância espacial ou temporal e a posição do referente no discurso, o que acontece principalmente na referenciação textual, quando existe oposição mais delimitada entre 'este' e 'aquele', sob a qual 'este' é empregado para o referente mais próximo (último) e 'aquele' para o referente mais distante (primeiro).

No entanto, a pesquisa e o trabalho gramatical de Neves (2000) já apontam para um outro fenômeno que parece constituir a formação do sistema de orientação para a proximidade em português, principalmente quando visto "de cima" a partir da gramática da oração, bem como da dimensão metafuncional. Como foi apontado anteriormente, o grupo nominal possui a função experiencial de Participante no sistema de TRANSITIVIDADE e de Elemento na Figura. Esta constatação implica em entender que, cada tipo de grupo nominal realizado (isto é, cada estruturação experiencial distinta instanciada de cada um dos sistemas que compõem o grupo nominal) contribui para a constituição de um Elemento distinto e, conseqüentemente, de um Participante distinto. Com isto, nos exemplos,

EXEMPLO 38: [Texto 1]

	É	<u>incrível</u>	como a gente pensa
INTER.	Predicador+Finito	Complemento	Sujeito

EXP.	Relacional	Atributo	Portador
GRUPO	Verbal	Nominal	F. Preposicional

EXEMPLO 39: [Texto 1]

	Outro dia	eu	estava	pensando
INTER.	Adjunto	Sujeito	Finito	Predicador
EXP.	Circ. Localização	Experienciador	Mental	
GRUPO	Nominal	Nominal	Verbal	

EXEMPLO 40: [Texto 1]

	o quanto	eu	tinha	coisas pra fazer no Brasil
INTER.	Adjunto	Sujeito	Predicador+Finito	Complemento
EXP.	Circ. Modo: Grau	Portador	Relacional	Atributo
GRUPO	Nominal	Nominal	Verbal	Nominal

a escolha do tipo de elemento para a composição do grupo nominal determina sua função na ordem da oração. No primeiro caso, EXEMPLO 38, o grupo nominal realizado pelo item 'incrível', da classe de palavras do adjetivo e com a função de Epíteto, é decisiva para desempenhar a função experiencial de Atributo. 'Outro dia', no EXEMPLO 39, compõe um grupo nominal estruturado pelo sintagma de um Dêitico não-específico e um Ente, no caso, possibilitando que funcione na oração como Circunstância de Localização. Já no EXEMPLO 40, 'o quanto', a estruturação de um Dêitico específico não-seletivo seguido por um Numerativo permite que cumpra a função experiencial de Circunstância de Modo: Grau.

A partir desta consideração, Halliday e Matthiessen (2004) afirmam que o sistema de DETERMINAÇÃO compõe parte da estruturação experiencial do grupo nominal. Neste momento, faz-se importante a compreensão de que a análise desta estrutura se relaciona com o entendimento do "grupo nominal como representação", ou a maneira como subconjuntos de Entes são determinados, classificados, enumerados e qualificados de forma a constituírem um

item funcional na gramática experiencial da oração, desempenhando o papel de Participante ou Circunstância no sistema de TRANSITIVIDADE, e de Elemento na Figura.

Assim, a estruturação do grupo nominal é importante do ponto de vista da experiência por dois motivos. O primeiro é a própria escolha do “núcleo semântico”, o Elemento a ser representado como Participante na gramática da transitividade, realizado pelo Ente no grupo nominal. O segundo é a delimitação de qual Ente em específico se trata certa representação.

Devido ao fato de a seleção do subconjunto (ou Ente único) não se dar de forma lógica, como acontece no caso das opções para, por exemplo, o grupo verbal[77], é que se necessita da análise experiencial dos itens que acompanham o Ente para se entender como a organização do núcleo semântico mais seus delimitadores possibilita a constituição de um Participante, ou Circunstância, e Elemento determinados.

Desta forma, as noções de proximidade e distância espaço-temporais são, na verdade, representações construídas pelo falante em seu discurso, assim como o são as configurações de transitividade para, por exemplo, a escolha do tipo de Processo. Conseqüentemente, não é necessário entender a utilização do sistema de ORIENTAÇÃO para a proximidade como uma correspondência unívoca e imutável entre pessoas do discurso e proximidade no sistema do português, o que, de fato, não se verifica na análise do córpus. Mas, diversamente, como representações do falante na construção de seu discurso.

Retomando um ponto discutido anteriormente, o sistema de DETERMINAÇÃO se liga aos sistemas de coesão primeiro pela complementaridade com o sistema de

---

[77] “O resultado é que o tempo relativo – antes, depois e ‘precisamente em’ uma referência temporal determinada – passou a ser interpretado, na semântica do inglês, como um tipo de relação lógica; uma forma de subcategorização dos eventos similar àquela dos seres, salvo pelo fato de esta última ser multidimensional (e, portanto, lexicalizada), ao passo que a primeira se baseia em uma única dimensão semântica e pode, com isto, ser expressa totalmente de forma gramatical” (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, p. 346).
TRADUÇÃO DE: What has happened is that relative time – before, at or after a defined time reference – has come to be interpreted, in the semantics of English, as a kind of logical relation; a way of subcategorizing events similar to the subcategorization of things, except that the latter is multidimensional (and hence lexicalized), whereas the former is based on a single semantic dimension and can therefore be expressed entirely by grammatical means.

REFERÊNCIA; em segundo lugar, pela possibilidade de criação de padrões logogenéticos. Quando uma escolha experiencial é realizada para a determinação de um Ente em um dado texto, levam-se em conta, todas as outras opções de determinação espaço-temporal relativas a este primeiro Ente determinado, tanto no que diz respeito aos outros Entes presentes no texto, quanto para o mesmo Ente quando mencionado em outro momento do texto. Isto pode explicar ocorrências como:

> EXEMPLO 41: Pero Magalhäes de Gandauo (?-1579) na "História da prouincia Sãcta Cruz que vulgarme[n]te chamamos Brasil" escreve que depois que o pau da tinta começou a chegar ao reino chamaram de Brasil à província de Santa Cruz "Chamaram de Brasil por ser vermelho e ter semelhança de brasa e daqui ficou esta terra com este nome de Brasil"[1]. (...) O gentílico "brasileiro" surgiu no século XVI e se referia inicialmente aos que comercializavam aquela madeira e, mais tarde, aos portugueses que chegavam àquele lugar exótico em busca de fortuna. [Texto 6]

Neste exemplo, a produção logogenética das relações espaciais pelos Dêiticos de proximidade pode ser entendida como a relação entre os Entes atribuídos à colônia e aqueles à metrópole. Cabe às referências sobre Portugal a relação de maior proximidade com as pessoas do discurso, ao passo que as referências ao Brasil estão longe das pessoas do discurso. Interessante ainda é destacar que na citação de Pero Magalhäes de Gandauo, a Circunstância de Localização 'aqui' faz referência exofórica a Portugal, ao passo que os Dêiticos de proximidade 'esta' e 'este' são referência anafórica ao 'Brasil' citado anteriormente no complexo oracional.

> EXEMPLO 42: Essa era a minha linguagem aos vinte e um anos; nela encontra-se um mínimo de monarquismo e um máximo de republicanismo, o que produz esta preferência por uma monarquia sem hereditariedade, sem cerimonial, sem veneração, toda ao nível comum, como a magistratura popular da Casa Branca. É só gradualmente que a influência do sistema monárquico vai crescendo e prevalecendo sobre esse radicalismo espontâneo, esse igualitarismo inflexível. Aos 21 anos de certo eu não teria compreendido esta máxima política

de meu pai no Senado: "A utilidade relativa das leis prefere à utilidade absoluta"; o relativo não existia para mim. [Texto 14]

No texto deste exemplo, em um primeiro nível de delicadeza, o falante faz oposição entre dois níveis de proximidade, mediante opções pelos Dêiticos 'essa(e)' e 'esta'. No caso da primeira expressão de 'essa', o falante estipula a distância temporal entre a época dos vinte e um anos e a atual.

Em seguida, 'esta' faz referência à preferência por um sistema contrário ao monárquico, a "monarquia sem hereditariedade", constituindo o emprego do Dêitico, desta vez, relativamente à proximidade espacial, embora tal preferência faça parte do passado.

Já na expressão de 'esse', nas duas vezes, observa-se que ambos os Entes por eles apontados, "**radicalismo** espontâneo" e "**igualitarismo** inflexível", conservam relação de sinonímia com a "monarquia sem hereditariedade", embora, desta vez, não sejam referidos pelo item tradicionalmente apontado como relativo à primeira pessoa do discurso, 'este'. Por fim, a última ocorrência de 'esta' determina a "máxima" que será apresentada em seguida, portanto, apontando uma proximidade dentro do próprio texto.

EXEMPLO 43:

A Coelhinha das Orelhas Grandes

Aquela coelhinha era tão branca como as outras. Mas havia nela alguma coisa que a tornava diferente das demais; o seu entusiasmo pelas próprias orelhas. Acreditava que eram as maiores e mais bonitas de toda a região.

- Ah, como me sinto bem com essas belíssimas orelhas! Exclamou, um belo dia à porta de sua toca. São tão grandes e tão belas! [Texto 17]

Neste exemplo, o texto é aberto por uma referência de distanciamento da "coelhinha" referida e as pessoas do discurso pela opção realizada do Dêitico 'aquela'. Mais adiante, quando a coelhinha produz um texto, referindo-se às próprias orelhas emprega o Dêitico de

proximidade ‘essas’. Como se verifica neste exemplo, esta opção no sistema pode acrescentar outros usos para os Dêiticos de proximidade. Ressalta-se ainda que, apesar de Neves (2000) haver descrito a utilização do item ‘esse(a)(s)’ com a primeira pessoa, isto se faria principalmente em situações nas quais haveria envolvimento entre as duas primeiras pessoas. No entanto, a única pessoa no texto produzido pela coelhinha é a primeira pessoa.

Mediante estas observações, o que se pode ver é que de fato não há uma delimitação clara entre o emprego das formas dêiticas de proximidade e as pessoas do discurso, pois a cada texto, e por vezes dentro do mesmo texto, o emprego varia de acordo com a experiência representada pelo falante para cada Ente que é determinado por seu respectivo Dêitico de proximidade.

Nestes exemplos, as escolhas para o sistema de ORIENTAÇÃO para a proximidade provocam a criação de uma rede coesiva estabelecida conforme as opções no sistema de REFERÊNCIA ao mesmo tempo que o falante constrói uma representação das proximidades e distâncias entre os conjuntos de Entes, nas relações espaciais, temporais e dentro do próprio texto.

Exatamente por conta destes dois fenômenos é possível observar em textos diferentes empregos distintos para os Dêiticos de proximidade e que não os relacionam de forma rígida às pessoas do discurso conforme prevêem as prescrições. Isto se verifica em exemplos como:

EXEMPLO 44:

P2: Você já tinha lido <u>esse</u> texto antes?

S: Olha, certamente sim. Eu já li <u>esse</u> texto na...na minha dissertação. É...mas eu...eu não lembro de detalhes, eu...eu conheço <u>esses</u> autores... [Texto 3]

Caso a relação entre os Dêiticos de proximidade e as pessoas do discurso fosse lógica, então poderia se esperar que, quando o primeiro interlocutor, ‘P2’ diz ‘esse texto’,

espera-se que, então, o texto esteja próximo ao outro interlocutor, ‘S’, no caso a segunda pessoa. Contudo, quando ‘S’ se torna a primeira pessoa, opta pelo Dêitico ‘esse’ igualmente. Para este exemplo cabem duas interpretações complementares, a primeira, apontada por Neves (2000), é o afrouxamento entre as duas primeiras pessoas do discurso. Porém, a partir de uma perspectiva sistêmico-funcional, na qual a interação é uma forma de produção de significados a partir da negociação, pode-se entender que ambos os interlocutores constroem juntos o espaço referencial, de proximidade e distanciamento.

Desta maneira, o que parece acontecer é a escolha dos Dêiticos de proximidade obedecer a uma representação da proximidade espaço-temporal constituída experiencialmente e, em conjunto, o estabelecimento de cadeias coesivas entre estas proximidades e distâncias segundo o sistema de REFERÊNCIA e a criação, por cada falante, texto a texto, de um espaço referencial logogeneticamente construído e diverso.

O exame do córpus parece indicar que este tipo de cadeia referencial está relacionado a uma distância relativa do referente em face de outros referentes, motivo pelo qual é entendida neste trabalho como logogeneticamente constituída. Exatamente por isto, a DETERMINAÇÃO orientada para a proximidade em português parece operar não com pontos, mas com regiões de probabilidade, o que implica em sua natureza difusa ao mesmo tempo em que amplia os “recortes” possíveis de determinada parte da experiência.

Assim, se um contínuo de proximidade e distância for apresentado, tendo como pólos (+) próximo e (–) próximo das pessoas do discurso, utilizando-se as Circunstâncias de Localização, como por exemplo, em ‘aqui’, ‘aí’, ‘ali’ e ‘lá’, a alternância entre os Dêiticos aqui tratados e as Circunstâncias de Localização parece estabelecer, na verdade, um contínuo de proximidade, indo do mais próximo ao mais distante, como se pode ver na FIG. 17:

PESSOAS DO DISCURSO
(+) PRÓXIMO (–) PRÓXIMO

este aqui, este aí, este ali
esse aqui, esse aí, esse ali, esse lá
aquele aí, aquele ali, aquele lá
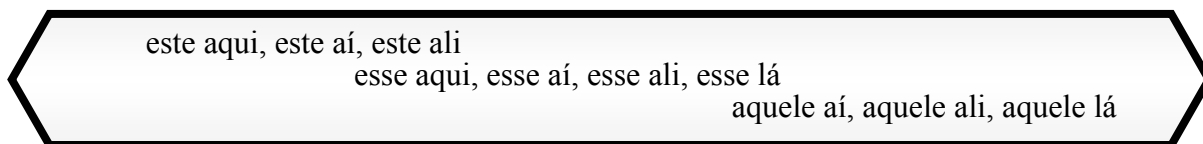
FIGURA 17 – Contínuo de proximidade

A verificação desta análise leva a entender que o sistema de DETERMINAÇÃO orientado para a proximidade em português opera em dois níveis. No primeiro, menos delicado, há uma separação espaço-temporal entre o que está próximo ao discurso (i.e., 1ª e 2ª pessoas) e o que está distante (3ª pessoa). Em seguida, em um nível maior de delicadeza, há todas as possíveis opções no contínuo de proximidade/ distanciamento, no qual se incluem as três pessoas e as possíveis combinações com as Circunstâncias de Localização. Assim, pode-se entender por que 'este' é encontrado comumente em configurações de transitividade com as Circunstâncias 'aqui' e 'aí'; 'aquele', com as Circunstâncias 'ali' e 'lá'; e 'esse' com 'aqui', 'aí', 'ali' e 'lá'.

Por fim, é preciso ainda tratar de ocorrências como:

> EXEMPLO 45: Entretanto, qualquer um desses aspectos pode se valer, inclusive, do módulo explicativo já desenvolvido, aspecto este que reitera o potencial de tal ferramenta. [Texto PE-CI-Pardo-set99.txt – Lácio-Web]

nas quais o demonstrativo vem posposto ao Ente, sempre qualificado por uma oração encaixada.

Em termos sistêmico-funcionais, neste caso, o demonstrativo não cumpre a função de determinar o subconjunto do Ente, pois sempre este é apresentado como identificado e indefinido, contudo, por outro lado, possui a função de limitá-lo a uma subclasse. Assim, em

‘este aspecto’, o que se observa é a determinação de um aspecto (oposto a outros aspectos). Já em ‘aspecto este’, o item ‘este’ indica um dos aspectos na classe do Ente ‘aspecto’. Em comparação:

- Este aspecto [em oposição, por exemplo, àquele aspecto].
- Aspecto este [em oposição, por exemplo, a aspecto inicial, aspecto histórico, etc.].

Note-se que, no primeiro caso, é possível acrescentar um Classificador ao grupo nominal, assim tem-se “este aspecto inicial / este aspecto histórico”; fonologicamente, esta configuração forma só um grupo entoacional. Já no segundo, parece não haver probabilidade significativa entre os sistemas de estruturação do grupo nominal para opções como: “aspecto este inicial / aspecto este histórico”, salvo quando os adjetivos ‘inicial’ e ‘histórico’ operam como Epítetos, provocando a expressão de dois grupos fonológicos: / aspecto este / inicial /.

3.1.1.2.3 Dêitico seletivo orientado para a pessoa

Vistos “de baixo”, da ordem da palavra, os Dêiticos de pessoa, segundo Tufano (2005), são realizados por pronomes possessivos. Esse autor afirma que os pronomes possessivos são aqueles que expressam idéia de posse relacionada às pessoas do discurso, 1ª, 2ª e 3ª. Desta forma, na gramática tradicional normativa, os Dêiticos de pessoa são expressos pela classe de palavras dos pronomes possessivos.

Assim como no caso dos pronomes demonstrativos, os possessivos também podem ser adjetivos, quando acompanham um substantivo; ou substantivos, quando estiverem sozinhos na oração, como se vê pelos exemplos: “*Aqui está* **meu** *livro. Onde está o* **seu**?”, nos quais o primeiro caso é de um pronome adjetivo possessivo e o segundo, de um pronome substantivo (retirados de Tufano, 2005, p. 80).

Em Neves (2000) estes itens possessivos são colocados também como pertencentes à classe de palavras dos pronomes. Em sua apresentação, a autora afirma que a natureza dos pronomes possessivos é bipessoal. Isto significa que a utilização deste tipo de determinante implica em relacionar um possuidor, que pode ser uma das três pessoas do discurso e algo que possui, que é, em português, necessariamente expresso pela terceira pessoa. Um esquema com esta apresentação pode ser visto no QUADRO 18, reproduzido a partir de Neves (2000, p. 471).

QUADRO 18

A natureza bipessoal dos possessivos

	POSSESSIVO	SUBSTANTIVO
	1ª, 2ª, 3ª pessoa	***3ª pessoa***
1ª e 3ª	Todas as ***minhas***	predileções vão para o passado.
2ª e 3ª	Tenho a ***tua***	ficha.
3ª e 3ª	Cada país tem ***seu*** cada roca tem ***seu***	uso, fuso.

Fonte: NEVES, 2000, p. 471.

Em português, são cinco os pronomes possessivos, que se flexionam conforme os vetores singular/ plural e masculino/ feminino, assim:

QUADRO 19

Os pronomes possessivos em português

	SINGULAR		**PLURAL**	
Referência à	***masculino***	***feminino***	***masculino***	***feminino***
1ª singular	meu	minha	meus	minhas
2ª singular	teu	tua	teus	tuas
3ª singular	seu	sua	seus	suas
1ª plural	nosso	nossa	nossos	nossas

2ª plural	vosso	vossa	vossos	vossas
3ª plural	seu	sua	seus	suas

Fonte: NEVES, 2000, p. 472.

Neves (2000) chama ainda a atenção para o fato de os pronomes de tratamento, tidos como de terceira pessoa, embora empregados com a segunda pessoa, provocarem a utilização do ‘seu’ com a segunda pessoa, o que ocorre, por exemplo, no caso de ‘você’. Apesar de, em outras ocorrências, mesmo a presença de ‘você’ não impossibilitar a expressão dos pronomes possessivos de segunda pessoa.

Quanto à posição ocupada pelo possessivo na estrutura do sintagma nominal, Neves (2000, p. 474-75) afirma: “o possessivo funciona como determinante do nome, ocupando a segunda posição no sintagma nominal. Assim, ele pode vir precedido dos determinantes que ocupam a posição 1 nesse grupo e também do elemento todo, que é um pré-determinante”. Além disto, a autora ressalta a possibilidade do deslocamento do possessivo para a posição posterior ao substantivo, mesmo havendo um determinante da posição 1 expresso, ainda que seja o pronome indefinido ‘um’. Isto se vê nos exemplos (retirados de Neves, 2000, p. 475): “*cada um tem **a sua** maneira de reagir*”; e “*queria uma palavra **sua***”.

Semanticamente, “a denominação **possessivo** refere-se a um dos resultados de sentido que um grupo formado por esse elemento mais um substantivo pode apresentar” (NEVES, 2000, p. 476). Com isto, o possessivo é empregado na indicação da posse, assim como também em relações de pertença, relação espacial e oposição semântica.

A pertença é compreendida como a posse inalienável, que implica em uma relação tal entre o possuído e o item que possui de forma que este não existe sem aquele. Tal configuração acontece via de regra nas relações parte/ todo, como por exemplo, com as partes do corpo. A pertença é verificada em exemplos como (retirados de Neves, 2000, p. 477): “***teu***

olho está claro"; "***teu** lado machista tem vindo para fora*". Além disto, a pertença pode ser expressa pelo artigo definido, como em (retirado de Neves, 2000, p. 477): "*moveu lentamente **os** pés*".

Outra forma de pertença é vista nas relações de inclusão, quando o que se inclui é expresso pelo possessivo, ao passo que o conjunto ao qual se inclui é indicado pelo substantivo, como se vê em (retirado de Neves, 2000, p. 477): "*Na **minha** rua, no **meu** bairro, na **minha** cidade, no **meu** país... rapaz, nada disso é teu*". Esta modalidade de pertença ocorre quando há também inclusão de determinada extensão temporal, classe e grupo, produto, atividade, ou instituição.

A relação espacial é compreendida como posse em relação ao possuidor, quando o possessivo remete a este enquanto o substantivo o faz em relação à localização espacial, como em (retirados de Neves, 2000, p. 478): "*à **minha** esquerda fica o guarda-roupa*"; "*à **sua** volta acontecem prodígios*".

A oposição semântica se dá quando na relação possessiva encontram-se itens em relação de antonímia, em geral por complementaridade (retirado de Neves, 2000, p. 478): "*parece **minha** avó falando*" (o possessivo remete a(o) neto(a) como única oposição possível para o item 'avó').

Sob a análise sistêmico-funcional, para o entendimento de como operam no grupo nominal os Dêiticos orientados para a pessoa, é possível começar examinando-os "ao redor", o que, neste caso, significa examinar as possíveis ocorrências deste tipo Dêitico em relação aos outros elementos da estrutura experiencial do grupo nominal. Dentre as ocorrências encontradas no córpus dos itens possessivos (classe de palavras de pronomes possessivos), além de formas agnatas e inserções possíveis de outros itens na estrutura, observam-se as classes secundárias de grupos nominais com um elemento desempenhando a função de Dêitico de pessoa:

QUADRO 20

Exemplos de ocorrências de itens possessivos

Cada um estava só no seu canto, cuidando de afazeres existentes no barco ou simplesmente ao léu (como era **o meu** caso). [Texto 30]
Quanto mais ágeis e robustas forem, melhor para nós, costumavam dizer-lhes **suas** companheiras. [Texto 17]
pois **estas minhas** palavras no vosso coração e na vossa alma [Texto 18]
E fechamos **os nossos [dois] olhos**. [Inserção do Numerativo 'dois' no excerto do Texto 2]
Contribuiu muito para isso o fato de vir ele a receber uma herança de **um seu parente** esquecido que vivia em Portugal. [Texto LI-LT-PR-Barreto-javanes_14.txt – Lácio-Web]
A noite foi excelente, tão excelente que **um inimigo seu**, que padecia do coração, faleceu antes das dez horas. [Texto LI-LT-PR-Assis-reliquias_03.txt – Lácio-Web]
A noite foi excelente, tão excelente que **este inimigo seu**, que padecia do coração, faleceu antes das dez horas. [Substituição da opção do Dêitico não-seletivo pelo Dêitico de proximidade no exemplo do Texto LI-LT-PR-Assis-reliquias_03.txt – Lácio-Web]
É mesmo, é **bondade minha.** [Texto 16]
Costumavam dizer-lhes **[duas] companheiras suas**. [Inserção do Numerativo 'duas' no excerto do Texto 17]
Costumavam dizer-lhes **[as] [duas] companheiras suas**. [Inserção do Dêitico não-seltivo 'as' e do Numerativo 'duas' no excerto do Texto 17]

Classificando os elementos na estrutura dos grupos nominais que apresentam itens possessivos dos exemplos apresentados no QUADRO 21, verifica-se:

QUADRO 21

Classificação de elementos de grupos nominais com possessivos

o	meu	caso
Dêitico não-seletivo (específico)	Dêitico de pessoa	Ente
suas	companheiras	
Dêitico de pessoa	Ente	

estas	minhas	palavras	
Dêitico de proximidade	Dêitico de pessoa	Ente	
os	nossos	[dois]	olhos
Dêitico não-seletivo (específico)	Dêitico de pessoa	Numerativo	Ente
um	seu	parente	esquecido
Dêitico não-seletivo (não-específico)	Dêitico de pessoa	Ente	Classificador
um	inimigo	seu	
Dêitico não-seletivo (não-específico)	Ente	Classificador	
este	inimigo	seu	
Dêitico de proximidade	Ente	Classificador	
bondade	minha		
Ente	Classificador		
[duas]	companheiras	suas	
Numerativo	Ente	Classificador	
[as]	[duas]	companheiras	suas
Dêitico não-seletivo (específico)	Numerativo	Ente	Pessoa

Por meio destes exemplos, tem-se que o item possessivo pode operar como Dêitico, anteposto ao Ente, ou como Classificador, posposto ao Ente (para maiores detalhes, consultar a subseção dos Classificadores). Por este motivo, a análise concentra-se a partir deste ponto nos Dêiticos de pessoa.

Dando ainda um passo adiante na verificação sintagmática experiencial deste grupo é possível inserir alguns itens e observar na estrutura a forma como os itens são realizados. Por exemplo, com a inserção de um Epíteto (para maiores detalhes, consultar a subseção dos Epítetos). Como exemplo, apresenta-se:

EXEMPLO 46: Minha única pretensão é a de transformar imaginação em palavras. [Texto 2]

QUADRO 22

Inserção de itens em grupos nominais com Dêiticos de pessoa

Ocorrências prováveis na estrutura	Probabilidade de ocorrência nula ou próxima a zero
A minha [***única***] pretensão	A [***única***] minha pretensão
Minha [***única***] pretensão	[***única***] minha pretensão
Esta minha [***única***] pretensão	Esta [***única***] minha pretensão
As duas minhas [***únicas***] pretensões	As [***únicas***] minhas [***únicas***] duas pretensões
Uma minha [***única***] pretensão	Uma [***única***] minha pretensão

Este exercício de construção de formas agnatas e de inserção de possíveis itens para os sistemas previstos no grupo nominal aponta para se entender a estrutura do grupo nominal no que diz respeito ao Dêitico de pessoa, de maneira que, conjuntamente com os outros Dêiticos, formem um só bloco de determinação para o grupo nominal, pois não é possível separá-los com a inserção de um item, como se constatou em: "o meu"; "este meu"; "um meu", nos quais se apresentam Dêiticos não-seletivos, Dêiticos de proximidade e Dêiticos possessivos.

A partir desta constatação, pode-se dizer que, em português, o sistema de ORIENTAÇÃO para a proximidade torna o Ente determinado, então: "***este*** carro" significa "o carro, e somente o carro, que está próximo ao falante (podendo também estar próximo ao ouvinte)", pois, como foi visto na subseção anterior, na análise do Dêitico de proximidade, 'este' implica na fusão entre os sistemas de determinação não-seletiva e de proximidade. Nesse sistema, o contraste é feito entre as proximidades e distâncias, isto é, 'este' está em oposição a 'esse' ou 'àquele'. Com isto, em tais casos, não está em questão se o Ente é ou não determinado e específico, mas como se dará sua especificidade – se está próximo ou distante das pessoas do discurso.

Já no caso dos Dêiticos de pessoa, parece haver um contínuo de determinação sendo realizado paralelamente ao sistema de ORIENTAÇÃO para a pessoa. Assim, no exame de

ocorrências como: "**o meu** parente", observa-se a oposição no sistema orientado para a pessoa entre "parente da primeira pessoa" e, por exemplo, "parente da segunda pessoa", ou então "parente da terceira pessoa". Todavia, ainda é possível constatar também outra oposição relativa à determinação do Ente, assim: "**o meu** parente" pode também estar em oposição a "**meu** parente", "**um meu** parente" ou mais destacadamente com o possessivo funcionando como Classificador em "**um** parente **meu**".

Note-se que, quanto à proximidade, não é possível acrescentar qualquer item capaz de realizar o contraste entre um Ente específico e outro não-específico, pois em: "***Este/ Esse/ Aquele*** meu parente", há sempre determinação e especificidade, ou em outras palavras, trata-se de "o parente, e somente o parente, que está próximo/ distante do falante". Mediante o exame do córpus é possível destacar exemplos nos quais a realização apenas do Dêitico de pessoa é capaz de particularizar o Ente em termos de especificidade, como em:

EXEMPLO 47: a minha metáfora. [Texto 2]

Contudo, a determinação ainda pode ser expressa na escolha pela realização do Dêitico não-seletivo.

EXEMPLO 48: Perdoe-me se porventura eu seja meio clichê em minha metáfora. [Texto 2]

Quando se comparam estas realizações, no EXEMPLO 47, a determinação do item como "um de um subconjunto" é realizada por uma opção no sistema de DETERMINAÇÃO. Já EXEMPLO 48, o resultado da compreensão de o Ente ser visto como "um de um subconjunto" requer interpretações de natureza coesiva, neste caso anafórica, na medida em que o ouvinte necessita compreender a particularidade da 'metáfora' em questão.

Entretanto, é necessário ressaltar que, consoante com a teoria de descrição sistêmico-funcional, não é possível estabelecer delimitações claras entre os significados produzidos em

cada um dos exemplos, pois é sempre difusa. Principalmente quando a tarefa envolver delimitações semânticas. A difusão é vista no exemplo seguinte, quando o EXEMPLO 48 é, por outra feita, comparado com a seguinte realização:

EXEMPLO 49: uma minha metáfora.

Assim, a não-realização de itens para o sistema de DETERMINAÇÃO não-seletiva parece mais particularizadora que aquela na qual está presente o Dêitico não-seletivo não-específico.

Diante destas observações, esta análise procura interpretar a DETERMINAÇÃO como um sistema que estabelece um contínuo que se estrutura paralelamente ao sistema de ORIENTAÇÃO para a pessoa. Suas combinações podem ir desde o mais específico ao menos específico, como demonstra a FIG. 18, desenvolvida a partir do exemplo do texto 2 (os itens de determinação são apresentados em *itálico*, e os de orientação em **negrito**):
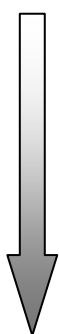
FIGURA 18 – A estrutura dos sistemas de DETERMINAÇÃO e ORIENTAÇÃO em português

Duas considerações devem ser feitas acerca desta interpretação. Ela está pautada pela descrição do sistema de Dêiticos de pessoa; portanto, pretende ser generalizável a todas as

ocorrências produzidas no sistema. Assim, pode haver registros nos quais a estruturação destes dois sistemas ocorra de forma restrita frente à descrição mais ampla, impossibilitando determinadas ocorrências. Com isto, os falantes diante de uma situação na qual necessitem utilizar o subsistema para uma situação determinada podem não selecionar uma ou outra opção, considerada como não pertencente ao registro em questão.

Esta consideração vai em favor da observação tão disseminada de que a estrutura composta por 'Dêitico não-seletivo + Dêitico de pessoa' ocorre em "contextos informais", como aponta Tufano (2005), e pertence ao "registro da oralidade", ou ainda que os usos são opcionais, o que, em certa maneira se vê na apresentação de cunho sintagmático de Neves (2000). Contudo, são necessários ainda estudos de registro baseados em córpus para que se averigúem tais afirmativas.

Apesar disto, do ponto de vista do principio da instanciação dos sistemas de DETERMINAÇÃO em português, estas ocorrências não podem ser descritas apenas contextualmente, ou "de cima", o que acontece quando as explicações se resumem a probabilidades em registros selecionadas semanticamente pelo analista, mas, como se procurou fazer aqui, "de baixo", pela ordem da palavra buscando entender quais os sistemas de classes que selecionam as opções para os elementos e também "ao redor", com a apresentação da relação entre elementos que estruturam o grupo nominal.

A segunda consideração talvez possa ser averiguada a partir de uma perspectiva filogenética. Apesar de tal estudo fugir do escopo desta dissertação, pode-se aqui ainda apontar que em sistemas lingüísticos que compartilham muitos traços tipológicos com o português, como é o caso do espanhol, bem como de outras línguas românicas, este tipo de determinação não possui os termos necessários no sistema para estas opções, provavelmente por o sistema de ORIENTAÇÃO encerrar o Dêitico seletivo tanto para a proximidade quanto para a pessoa. Este fenômeno também pode ser observado no sistema inglês. Provavelmente

por isto não é possível encontrar ocorrências como "***La mi*** *casa es hermosa*"; ou "***El mi*** *coche es viejo*" em espanhol, ou "***the my*** *house is beautiful*" e "***this my*** *car is old*" em inglês.[78] A partir de então, é possível produzir o QUADRO 23, que procura dispor os termos do sistema de determinação em português, bem como dos principais itens que os realizam:

QUADRO 23

Termos e itens do sistema da DETERMINAÇÃO em português

Especificidade	Não-especificidade	Pessoa	Proximidade	Exemplo
+				o, a, os, as
	+			um, uma, uns, umas
+			+	este(a)/esse(a)/ aquele(a)
		+		meu, minha, meus, minhas
+		+		o meu
	+	+		um meu
+		+	+	este meu

3.1.1.2.4 Modo de dêixis – dêiticos interrogativos de proximidade

Além do tipo de dêixis, no sistema de DETERMINAÇÃO se encontram os termos para o Modo, que pode ser declarativo, como visto nas seções anteriores, ou interrogativo. No que diz respeito às classes de palavras utilizadas pela gramática tradicional normativa para o Modo interrogativo de dêixis, Tufano (2005) aponta que é realizado pela classe dos pronomes interrogativos, que se referem de maneira imprecisa à terceira pessoa do discurso. São eles: que, quem, qual, quais, quanto e quantos.

Neves (2000) coloca o pronome interrogativo entre os pronomes indefinidos, sob uma categorização mais ampla. De acordo com a autora, a característica que permite sua classificação é a indefinição semântica, podendo ser indefinidos de identidade ou de

[78] Exemplos apresentados apenas a título de ilustração, pois, como não é possível encontrá-los no sistema, são inventados.

quantidade. Neves (2000, p. 539) afirma: "há (...) pronomes indefinidos que operam atos ilocutórios, isto é, que definem a natureza interativa do enunciado". Quando empregados no Modo interrogativo, estes pronomes definem, pois, a natureza interrogativa do enunciado.

No caso dos Dêiticos interrogativos, pertencem ao grupo dos indefinidos de identidade. Halliday (1970, p. 161-62), quando explica a organização temática para o Modo interrogativo, faz uma consideração válida para o elemento 'wh-', expresso pela classe da palavra pelo pronome interrogativo:

> quando fazemos uma pergunta é porque, em geral, buscamos a resposta. Por isto, o Tema característico de uma pergunta é o pedido por alguma informação. Assim, colocamos em primeiro lugar na interrogativa o elemento que indica o pedido pela informação: aquele que carrega a polaridade em uma pergunta de sim/ não, e o elemento sobre o qual se quer saber, variando com as perguntas 'wh-'.[79]

Os tipos de informação requisitada pelos pronomes interrogativos podem ser divididos em dois grupos. No primeiro, os pronomes interrogativos carregam o pedido de informação para um elemento ao qual substituem na pergunta, como em:

EXEMPLO 50: <u>Que</u> outra passagem, por exemplo? [Texto 3]

EXEMPLO 51: <u>Quem</u> não tem do carnaval a sua aventura? [Texto LI-LT-PR-Rio-noite_11.txt – Lácio-Web]

EXEMPLO 52: <u>Qual</u> o seu estado civil? [Texto 4]

EXEMPLO 53: Resta saber <u>quais</u> são os processos de composição do sentido da sentença, em função dos significados lexicais. [Texto PE-CI-Martins-set99.txt – Lácio-Web]

Nestes exemplos, as ocorrências dos Dêiticos interrogativos funcionam como forma de se recuperar alguma informação, que, via de regra, pode ser representada por um

[79] If we ask a question, it is usually because we want to know the answer, so that the typical Theme of an interrogative is a request for information. Hence, we put first, in an interrogative clause, the element that contains this request for information: the polarity-carrying element in a yes/ no question, and the questioning element in a 'wh-' question.

subconjunto do Ente, portanto, em um grupo nominal. No segundo, a informação necessária é a quantidade ou a ordem numérica do elemento, como:

EXEMPLO 54:
- Quanto?
- Não posso dizer nada a este respeito, porque realmente só uma coisa muito modesta.
-Quinhentos mil-réis? [Texto Papéis Avulsos\LI-LT-PR-Assis-papeisavulsos_08.txt – Lácio-Web]
EXEMPLO 55: Quantos irmãos você tem? [Texto 4]
EXEMPLO 56: Qual o número aproximado de estudantes por turma? [Texto 4]

Já nestes casos, os pronomes interrogativos não funcionam propriamente como Dêiticos, mas como numerativos de pergunta, pois, na resposta, não irão apresentar um subconjunto do Ente apenas, mas a quantidade presente neste subconjunto.

Na classe dos pronomes interrogativos, alguns funcionam como Dêiticos interrogativos (que, quem, qual e quais) e outros (quanto, quantos, qual e quais) como Numerativos interrogativos (ver a seção dos Numerativos a seguir). Assim, os Dêiticos específicos em português podem ser apresentados no QUADRO 24:

QUADRO 24
Os sistemas da DETERMINAÇÃO em português – tipo e modo

Não-seletivo	**Pessoa**	**Proximidade**	**Modo**	**Exemplo**
+			Declarativo	o, a, os, as, um, uma, uns, umas
+		+	Declarativo	este(a)/ esse(a)/ aquele(a)
	+		Declarativo	meu, minha, meus, minhas
Interrogativo				qual, quais, que, quem

3.1.1.2.5 Dêiticos não-específicos

Os Dêiticos não-específicos em português são itens agrupados na classe de palavras dos pronomes. Conforme a categorização da gramática tradicional normativa, estes são classificados como pronomes indefinidos, apresentados por Tufano (2005, p. 83) como: "aqueles que se referem à 3ª pessoa do discurso de modo indeterminado". O autor identifica uma subdivisão entre estes pronomes que é comum aos outros tipos de pronome, aquela entre os pronomes adjetivos, quando acompanham um substantivo, e os pronomes substantivos, quando não há a presença de outro substantivo. Neves (2000) também aponta estes itens como pronomes indefinidos, classificando-os como nucleares (quando são pronomes substantivos) ou periféricos (quando são pronomes adjetivos). Tufano (2005, p. 84) apresenta os pronomes indefinidos no QUADRO 25:

QUADRO 25

Os pronomes indefinidos

Variáveis	algum, nenhum, certo, muito, outro, pouco, tanto, todo, um, vário, qualquer, quanto
Invariáveis	algo, alguém, ninguém, demais, mais, menos, cada, nada, outrem, tudo, quem

Fonte: TUFANO, 2005, p. 84.

Observando estes itens diante da análise sistêmico-funcional, pode-se concluir que, exatamente como no caso dos pronomes interrogativos, alguns dos pronomes indefinidos operam como Dêiticos, por exemplo, 'qualquer' e 'algum'; outros como Numerativos, por exemplo, 'pouco' e 'menos'. Além disto, outros pronomes indefinidos funcionam ainda como Núcleo na estrutura lógica do grupo nominal, como 'algo' e 'alguém'. Observando a ocorrência destes itens no córpus, constata-se que os pronomes indefinidos que funcionam

como Dêiticos não-específicos são apenas os pronomes adjetivos, que podem ser apresentados da seguinte forma:

QUADRO 26

Os Dêiticos não-específicos em português

		Singular		**Plural**	
		Apenas um	***Qualquer um***	***Dois***	***Mais de um***
Total	***Positivo***	cada	todo	ambos	todos
	Negativo	nenhum			
Parcial	***Seletivo***	certo	qualquer, outro, algum		quaisquer, outros, alguns, certos, demais
	Não-seletivo	um			uns

Outros trabalhos gramaticais e semânticos já apresentaram os modos de uso destes pronomes. Para as especificações semânticas e o emprego de cada um destes determinantes, consultar, por exemplo, Neves (2000) nas páginas de 540 a 585. A seguir, são apresentados exemplos dos Dêiticos não-específicos retirados do córpus de análise desta dissertação:

EXEMPLO 57: Privacidade é algo tão importante, e todo mundo se importa tanto com os outros que mudam de comportamentos e ouvem alguma coisa de você. [Texto 1]

EXEMPLO 58: algumas construções, tipo, por exemplo...é... "o presente trabalho visa fornecer" [Texto 3]

EXEMPLO 59: A verdade é que o Ministério Rio Branco foi um Ministério reformista como desde o Gabinete Paraná não se tinha visto outro e não se viu nenhum depois. [Texto 14]

EXEMPLO 60: Nosso dicionário, enciclopédia, manual, pra toda hora e todo assunto. [Texto 18]

EXEMPLO 61: O encontro é aberto a todas as partes interessadas. [Texto 25]

EXEMPLO 62: Não importa o que os outros digam, a não ser que o entusiasmo nasça no coração e seja uma expressão da energia interior, a motivação poderá cair no chão a qualquer momento. [Texto 29]

EXEMPLO 63: Estender, bater ou secar tapetes ou lençóis e quaisquer roupas, bem como vasos de plantas e objetos de peso nas janelas [Texto 8]

EXEMPLO 64: adjetivo que se aplica a certos animais de pelo avermelhado e que, com variantes, passou a designar a cor vermelha em várias línguas de influência celta. [Texto 6]

EXEMPLO 65: Não vivia para outra coisa. [Texto 17]

EXEMPLO 66: dizem poetas ou que observam a vida com outros olhos. [Texto 2]

EXEMPLO 67: Cada porção contém: Calorias 525, Proteínas 33g, Carboidratos 75g, Fibras 1g, Gordura total 7g, Gordura saturada 1g, Sódio 364mg [Texto 10]

EXEMPLO 68: Art. 2º Dentro de um ano, a contar da promulgação desta resolução, a Mesa elaborará e submeterá à aprovação do Plenário o projeto de Regulamento Interno das Comissões e a alteração dos Regulamentos Administrativo e de Pessoal. [Texto 11]

EXEMPLO 69: No período das 22:00 às 8:00 hs. da manhã, cumpre aos moradores guardar silêncio evitando a produção de ruídos ou sons que possa perturbar o sossego e o bem estar dos demais moradores. [Texto 8]

EXEMPLO 70: O momento em que D. Evarista pôs os olhos na pessoa do marido é considerado pelos cronistas do tempo como um dos mais sublimes da história moral dos homens, e isto pelo contraste das duas naturezas, ambas extremas, ambas egrégias. [Texto 15]

3.1.1.3 Numerativo

Halliday e Matthiessen (2004) apontam a função dos elementos Numerativos como parte da estrutura experiencial do grupo nominal, pois indicam em um subconjunto do Ente alguma característica numérica.

Segundo a gramática tradicional normativa, os itens que apresentam as características numéricas para os seres são os numerais. Tufano (2005, p. 69) afirma que “o numeral é a palavra que quantifica os seres ou que indica a posição que eles podem ocupar em uma série. Os numerais se dividem em cardinais, ordinais, multiplicativos e fracionários”. O autor segue afirmando que os cardinais indicam quantidades determinadas; os ordinais, a ordem ou o lugar; os multiplicativos, a multiplicação das quantidades (por exemplo, o quádruplo); e, finalmente, os fracionários, a divisão das quantidades (por exemplo, um quarto).

Para Neves (2000), a função numerativa é expressa pela classe de palavras dos numerais. Segundo a autora, os numerais podem ser agrupados segundo subclasses,

coincidentes com aquelas apresentadas pela gramática tradicional normativa, que são cardinal, ordinal, multiplicativa e fracionária. A autora ainda destaca que a utilização de cardinais de alto valor pode exprimir quantidade indeterminada devido ao exagero. O mesmo pode acontecer para os valores muito baixos, como em (exemplos retirados de Neves, 2000, p. 590): "*pedimos* ***mil*** *desculpas por estarmos aqui esta hora*", e em "*olhava para uma jovem qualquer na rua e logo esta me lembrava Ângela em* ***dois*** *ou* ***três*** *traços fisionômicos*". Quanto aos ordinais, a autora destaca que 'primeiro' e 'segundo' são adjetivos qualificadores, utilizados em série com outros adjetivos, como 'último', 'penúltimo', 'anterior' e 'posterior'.

Segundo a lingüística sistêmico-funcional, Halliday e Matthiessen (2004) afirmam que a função dos Numerativos pode ser tanto de quantidade ou ordem, como também de precisão ou imprecisão. Aplicando as constatações ao exame do córpus, pode-se, em português, apresentar as funções dos Numerativos na FIG. 19:
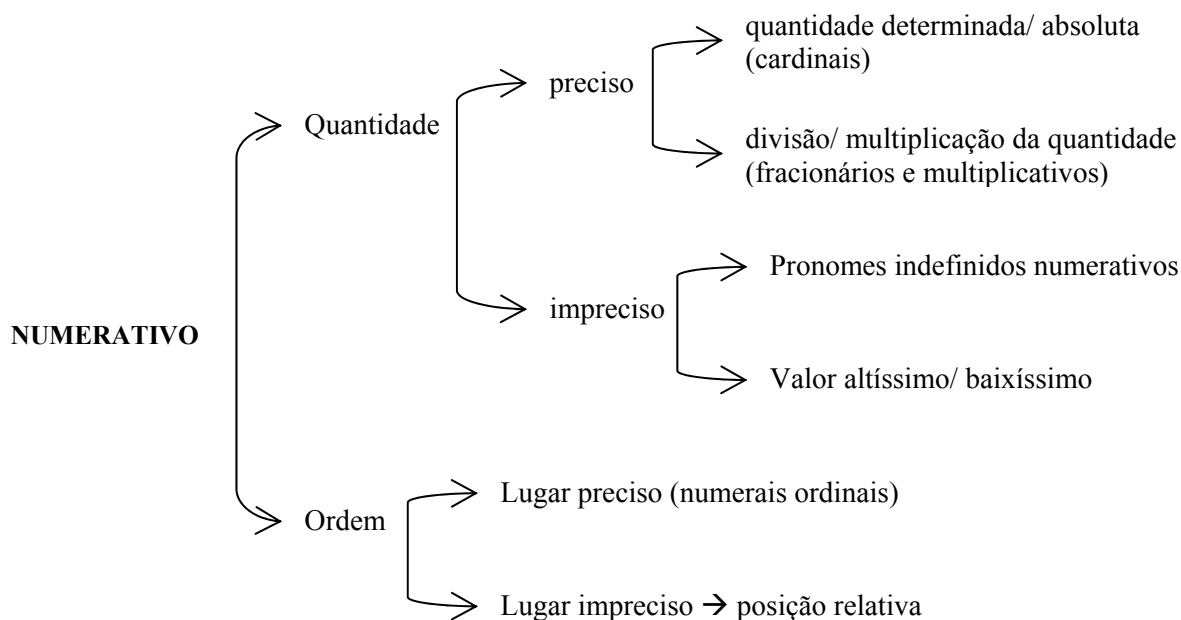
FIGURA 19 – As funções numerativas em português

De acordo com a FIG. 19, é possível observar que os Numerativos são selecionados para dois eixos distintos, a precisão e a ordem, da seguinte maneira:

QUADRO 27

Funções de precisão e ordem nos Numerativos

FUNÇÃO	ORDEM	PRECISÃO
Lugar preciso	+	+
Lugar impreciso	+	–
Quantidade precisa	–	+
Quantidade imprecisa	–	–

Exemplos de ocorrências para estas opções podem ser vistos em:

EXEMPLO 71 (*lugar preciso*): Não pude deixar de notar que, das 18 cartas de apoio publicadas no primeiro número. [Texto 9]

EXEMPLO 72 (*lugar impreciso*): Triste! Triste, não fez mais do que condenar-se; no dia seguinte, foi recolhido à Casa Verde. [Texto 15]

EXEMPLO 73 (*lugar impreciso*): não há tarefa de predição do próximo elemento da seqüência [Texto PE-CI-Bonfante-nov98.txt – Lácio-Web]

EXEMPLO 74 (*quantidade precisa*): Awad Ahmed al Bandar, (...) e Burzan Ibrahim (...) foram considerados culpados pela morte de 148 xiitas em Dujail, em 1982. [Texto 5]

EXEMPLO 75 (*quantidade imprecisa*): (...) mecanismo que regula o movimento e a evolução dos grandes blocos rochosos que compõem a crosta terrestre – já estava em ação muito antes do que imaginavam os cientistas. [Texto 21]

EXEMPLO 76 (*quantidade imprecisa*): O alienista foi recebê-la, com o boticário, o Padre Lopes os vereadores e vários outros magistrados. [Texto 15]

Halliday e Matthiessen (2004, p. 322) afirmam que o ordenativo opera como um superlativo de grau absoluto dos quantificativos: "um número ordinal é um tipo de superlativo do cardinal: *terceiro = 'três-íssimo'*, ou seja, é identificado como aquele que está no número três".[80] Isto implica em a ordem compor um eixo contínuo para as opções dentro do sistema dos Numerativos de forma que pode ir do menos ordenado (a quantidade absoluta) ao mais ordenado (o lugar preciso). Por exemplo, o quarto elemento em uma ordem expressa a opção

[80] An ordinal is a kind of superlative cardinal: *third = 'three-est'*; that is, identified by being at number three.

para o elemento que é “o mais quatro de todos”, ou o “quatríssimo”. A partir de então, os ordenativos podem ser vistos como a opção seletiva das quantidades, pois além da especificação de uma quantidade determinada (por exemplo, em “o quinto”, há um conjunto de, pelo menos, cinco elementos), selecionam também a ordem.

Sempre quando um falante expressa uma escolha para a estrutura experiencial do grupo nominal, o que faz do ponto de vista da instanciação é representar um subgrupo do Ente. Em outras palavras, esta escolha consiste em separar o subgrupo do Ente de todas as outras opções que constituiriam a totalidade do Ente. De certo modo, a escolha por um subgrupo é feita sempre com a seleção de alguma quantidade, podendo ser precisa, imprecisa, ou como um Ente único (uma forma de quantidade precisa).

A partir daí, os Numerativos cumprem a função de também precisarem a quantidade de elementos do subconjunto do Ente ao qual o grupo nominal se refere. É portanto sob a escolha no eixo da precisão que tais opções são relacionadas, desde os menos precisos aos conjuntos com um número exato de elementos. Assim, a escolha precisa pode ser vista como a opção seletiva da escolha de um subconjunto delimitado de um Ente.

3.1.1.4 Epíteto e Classificador

Halliday e Matthiessen (2004) afirmam que os Epítetos possuem a função de apontar alguma qualidade do Ente ao qual se referem. Os autores ressaltam que a noção de ‘qualidade’ compreende tanto traços objetivos do subconjunto do Ente qualificado (por meio da função do Epíteto experiencial), como também alguma avaliação do falante sobre o grupo nominal em questão (por meio do Epíteto interpessoal). Conseqüentemente, os Epítetos são agrupados segundo sua função orientada para a representação da experiência ou para a negociação de significados, como é possível observar nos exemplos:

EXEMPLO 77: Na Idade Média, os artesãos começaram a usar um corante vermelho extraído da madeira. [Texto 6]

EXEMPLO 78: Aqueça o azeite numa panela grande antiaderente. [Texto 10]

EXEMPLO 79: Limpe sempre as marcas das mãos com um pano macio e seco, após tocar. [Texto 13]

Nestes, a qualidade tem caráter objetivo, isto é, pode ser constatada pelos interlocutores segundo algum padrão ou regra. No caso do EXEMPLO 77, a regra é estabelecida a partir das várias cores que o sistema do português seleciona como opção. Assim, 'vermelho' é visto objetivamente como uma cor que não é, por exemplo, azul ou verde, além de tantas outras tonalidades. No EXEMPLO 78, a panela é qualificada como grande, segundo um padrão para os tamanhos de panelas, não segundo a opinião sobre o tamanho que possuiria o falante. No EXEMPLO 79, o pano deve ser macio e seco, contrariamente a, por exemplo, áspero e úmido, de forma que não é qualificado assim pelo falante, mas pode ser assim compreendido pelo interlocutor.

Para os Epítetos interpessoais, apresentados nos exemplos seguintes, a qualidade impressa ao Ente não pode ser constatada pelo ouvinte, pois os padrões e regras de qualificação dizem respeito apenas ao falante.

EXEMPLO 80: quando observei minha mãe caminhando, cuidando de flores plantadas em pequenos vasos em um canto do navio. [Texto 30]

EXEMPLO 81: O gentílico "brasileiro" surgiu no século XVI e se referia inicialmente aos que comercializavam aquela madeira e, mais tarde, aos portugueses que chegavam àquele lugar exótico em busca de fortuna. [Texto 6]

EXEMPLO 82: Rodopiando ao som de Pour Elise ou de outra canção, uma canção singela, daquelas que ouvimos nas caixinhas de música e que através de suas doces notas uma bailarina desliza silente e alheia diante de nossos olhos. [Texto 2]

No caso do EXEMPLO 80, ‘pequenos’ não tratam exatamente do tamanho dos vasos, mas de alguma qualidade que o falante resolveu a eles imprimir (talvez no que diz respeito à sua delicadeza). O mesmo acontece com o ‘lugar exótico’, que não necessariamente precisa possuir excentricidade para assim ser qualificado (em tal caso, ‘exótico’ conserva mais semelhanças com ‘esquisito’ e ‘extravagante’ do que com ‘estrangeiro’ ou ‘forasteiro’).

Por último, os Epítetos ‘singela’ para a canção e ‘alheia’ para a bailarina expressam a forma como o falante percebe ambas, não sendo possível realizar qualquer oposição entre estes itens e outros de uma norma prévia. Note-se que para a bailarina, o falante produziu também um outro Epíteto, ‘silente’. Neste caso, o item é classificado como experiencial por ser, objetivamente, colocado em oposição, por exemplo, a ‘ruidosa’.

Os Classificadores indicam, conforme afirmam Halliday e Matthiessen (2004), uma subclasse do Ente. Neste momento, faz-se necessário expor algumas considerações, começando pela diferença no nível de delicadeza entre subconjunto e subclasse no sistema lingüístico do português.

Para a descrição da estrutura experiencial do grupo nominal, subconjunto e subclasse não estão em oposição, pois ambos se referem a um grupo delimitado do Ente em questão. Isto significa que, a escolha de um falante para um núcleo semântico implica em outras opções apresentadas pela gramática do português de forma a delimitá-lo segundo os sistemas que estruturam o grupo para funções como especificidade, quantidade ou ordem, entre outras.

Assim, o subconjunto encerra a delimitação “espacial” dos Entes que, segundo as opções instanciadas para os sistemas do grupo nominal os separam desta ou daquela forma. Já a subclasse não trata especificamente de um grupo de Entes apenas, mas do tipo de subconjunto em relação a outros subconjuntos. Exemplos de subconjunto e subclasse são apresentados a seguir:

EXEMPLO 83 [SUBCONJUNTO]: Após a chuva, como em todo <u>bom sonho</u>, o sol voltou [Texto 30]
EXEMPLO 84 [SUBCLASSE]: A Casa Verde é um <u>cárcere **privado**</u>, disse um médico sem clínica. [Texto 15]

No EXEMPLO 83, o sonho é qualificado pelo falante como 'bom', separando de todo o conjunto de Entes denominado 'sonho' aqueles sonhos que para o falante não são, por exemplo, ruins. Já no EXEMPLO 84, o item 'privado' separa não um grupo de Entes de um conjunto denominado 'cárcere', mas divide as possíveis ocorrências deste Ente em classes (classes de cárcere). Neste caso, o Ente é compreendido não a partir do conjunto delimitado de "cárceres que são privados", mas sim frente a outras classes possíveis deste mesmo conjunto delimitado (subconjunto). Note-se que tal delimitação do Ente, em classes, não impede que dele possa ainda ser separado um subconjunto como em "cárcere privado ruim".

Outra consideração importante a ser feita é que não há um limite claro entre um Epíteto experiencial e um Epíteto interpessoal, ou entre um Epíteto e um Classificador. Apesar de haver implicações gramaticais capazes de distinguir as funções, a diferenciação se torna mais difusa, principalmente quando os itens são abordados "de baixo", da gramática da palavra, ou "de cima", do plano semântico. Quando vistos "de baixo", observa-se que todos conservam as mesmas propriedades gramaticais na ordem da palavra (por exemplo, variações de gênero, número e, salvo o Classificador, também o grau), além de serem, quase sempre, expressos pela classe de palavras do adjetivo.

Semanticamente, a função de um item depende de outros itens para ser identificada, por exemplo, em "hoje foi um dia **<u>perfeito</u>**", o item 'perfeito' pode ser, dependendo do contexto, interpretado tanto como Epíteto experiencial, como uma qualidade objetiva do 'dia', compartilhada pelos interlocutores; como Epíteto interpessoal, pela expressão da avaliação do falante sobre o "dia de hoje"; ou mesmo como Classificador, expressando o Ente 'dia' como pertencente à classe dos "dias perfeitos" em oposição aos "dias imperfeitos".

Contudo, quando abordados “ao redor”, na estrutura experiencial do grupo nominal, observa-se que a gramática do sistema lingüístico do português faz distinções claras entre estas funções, com implicações tanto nas ordens inferiores, quanto no estrato semântico, conforme será visto nas subseções seguintes.

Em alguma medida, a difusão entre estas funções acontece pelo tipo de mobilidade dos itens que realizam estas funções dentro do grupo nominal e pelo fato de Epítetos e Classificadores em português serem quase sempre realizados pela classe de palavras dos adjetivos.

Na gramática tradicional normativa, “adjetivo é a palavra que modifica o substantivo, atribuindo-lhe uma característica” (TUFANO, 2005, p. 60). Esse autor afirma que os adjetivos são palavras flexionáveis quanto ao gênero (uniforme/ biforme), número (singular/ plural), grau comparativo (superioridade, inferioridade e igualdade) e grau superlativo (absoluto ou relativo).

Segundo o autor, o grau comparativo é empregado no confronto entre as características expressas pelo adjetivo a dois grupos opostos de seres, como em: “Pedro é mais ***alto*** que Maurício” (exemplo retirado de Tufano, 2005, p. 65). O grau superlativo é empregado quando a característica do ser é expressa no grau mais alto possível, o que pode ser visto em: “Ele é ***fortíssimo***; Ele é ***muito forte***” (exemplos retirados de Tufano, 2005, p. 65).

Neves (2000) diz que a classe dos adjetivos é empregada na atribuição a uma categoria do substantivo, podendo qualificar ou subcategorizar. Segundo a autora, os adjetivos são qualificadores ou classificadores. No que diz respeito aos adjetivos que qualificam,

> indicam para o substantivo que acompanham, uma propriedade que não necessariamente compõe o feixe das propriedades que o definem. Diz-se que esses adjetivos qualificam o substantivo, o que pode implicar uma característica mais, ou menos, subjetiva, mas sempre revestida de certa vaguidade (NEVES, 2000, p. 184-85).

A autora segue apontando características dos adjetivos qualificadores e afirma que são graduáveis (isto é, admitem graus comparativo e superlativo), são intensificáveis, além de poderem ser empregados para modalizar e avaliar. Neves (2000) classifica ainda a modalização dos qualificadores como epistêmica, expressando o conhecimento ou a opinião do falante, e a avaliação como psicológica, ou a expressão de propriedades do substantivo tal como as determina o falante.

Os adjetivos classificadores são definidos pela autora da seguinte forma:

> esses adjetivos colocam o substantivo que acompanham em uma subclasse, trazendo em si uma indicação objetiva sobre essa subclasse. Eles constituem, pois, uma verdadeira denominação para a subclasse, e, portanto, são denominativos, e não predicativos, possuindo um caráter não-vago (NEVES, 2000, p. 186).

Assim, os adjetivos classificadores são empregados para delimitar, restringindo o que é referido pelo substantivo. Neves (2000) afirma que este tipo de adjetivo pode ser empregado em uso metafórico, passando a cumprir a função de adjetivo qualificador, como se vê no exemplo (retirado de Neves, 2000, p. 199):

"A personalidade ***polivalente*** de César Salgado (...)" [CLASSIFICADOR]

"A ***polivalente*** personalidade de César Salgado (...)" [QUALIFICADOR]

Quanto à posição dos adjetivos em face do substantivo, podem ser expressos antepostos ou pospostos, dizendo respeito, segundo Neves (2000), ao comportamento das duas subclasses, de adjetivos qualificadores e classificadores. O adjetivo qualificador pode ser posposto, constituindo-se esta sua forma não-marcada, ou anteposto – a forma marcada – indicando, geralmente, maior subjetividade.

A autora aponta algumas particularidades na posição dos qualificadores representados por formas de substantivos, que são com freqüência pospostos. Podem também

ocorrer antepostos quando advindos de alguma intertextualidade, como se vê em (exemplos retirados de Neves, 2000, p. 202-03): "Bancada ***gelatina*** troca votos por dinheiro" e "Indefeso homem, frágil máquina, arremete ***impávido*** colosso (...)". A posição dos adjetivos classificadores é, segundo a autora, freqüentemente posposta, salvo em construções cristalizadas, como "***pátrio*** poder" (NEVES, 2000, p. 211).

Nas subseções seguintes, Epítetos e Classificadores serão examinados de modo mais detido.

3.1.1.4.1 Epíteto

O exame do córpus possibilitou identificar padrões para as ocorrências de Epítetos no sistema lingüístico do português. Assim como na apresentação de Halliday e Matthiessen (2004), é possível verificar no sistema lingüístico do português a existência de Epítetos experienciais e interpessoais. Constata-se, pois, que a gramática do português produz implicações distintas para cada um destes tipos de Epítetos.

Epítetos experienciais e interpessoais do sistema lingüístico do português preservam em comum a função de imprimir alguma qualidade ao subconjunto do Ente no grupo nominal.

Contudo, a gramática para os Epítetos experienciais procura referi-los à experiência compartilhada entre os interlocutores, remetendo sempre a uma "referência endofórica" ou a uma "referência exofórica"[81] mediante as quais a experiência da qualidade apresentada pelo Epíteto experiencial pode assumir caráter objetivo.

Neste sentido, a "referência endofórica" diz respeito a uma porção anterior do texto na qual a qualidade apresentada pelo Epíteto experiencial já foi compartilhada pelos interlocutores. A "referência exofórica" implica em uma compreensão objetiva da qualidade

[81] Os termos são usados entre aspas (" ") por não conservarem o sentido primeiro apresentado, por exemplo, em Halliday e Matthiessen (2004, Capítulo 9). Neste caso, 'referência' é empregado no sentido de "remete a".

pelos interlocutores com base no contexto ou na experiência do mundo construída pela gramática do português. Isto se verifica em exemplos como:

> EXEMPLO 85 (referência endofórica): Manter aberta a porta de elevador somente o tempo **necessário** para a entrada e saída de pessoas, salvo nos casos de manutenção, carga ou descarga. [Texto 8]
>
> EXEMPLO 86 (referência exofórica): 600 ml de caldo de galinha **quente** [Texto 10]

No EXEMPLO 85, observa-se que 'necessário' é um Epíteto experiencial qualificando o 'tempo'. No entanto, tal Epíteto pode assumir teor interpessoal, pois pode ser interpretado de maneiras diferentes pelos falantes. Assim, a quantidade de tempo constituída como necessária teve de ser construída como significado no próprio texto como o tempo para "a entrada e saída de pessoas". Assim, o Epíteto 'necessário' faz "referência" a esta produção de significado encontrada dentro do texto, portanto, endofórica.

No EXEMPLO 86, 'quente', Epíteto experiencial empregado como qualidade relativa à caloria do caldo de galinha. Neste caso, a quantidade de calor impressa ao caldo não é construída no texto, mas baseada na forma como o sistema lingüístico do português representa as várias temperaturas (gelado, frio, morno, quente, etc.). Neste caso, pois, o Epíteto faz "referência exofórica".

No caso do Epíteto interpessoal, a gramática do português o constrói como uma qualidade a ser negociada pelos interlocutores. Desta forma, pode-se dizer que encerra a avaliação (*attitude*) do falante em relação ao Ente qualificado. Conseqüentemente, o Epíteto interpessoal não possui "referência fórica", pois não diz respeito à representação feita pelo sistema lingüístico do português da experiência do mundo. Exemplos deste Epíteto são:

> EXEMPLO 87: Fiquei muito **feliz** em enfim encontrar uma revista que fale de livros. [Texto 9]

EXEMPLO 88: O pobre Mateus, apenas notou que era objeto da curiosidade ou admiração do primeiro (...). [Texto 15]

Nestes exemplos, o Epíteto interpessoal 'feliz' expressa como se sente o falante de uma forma não quantificável desta qualidade, isto é, não há uma medida de 'feliz' compartilhável pelos falantes frente à "uma revista que fale de livros". No segundo, o Epíteto interpessoal 'pobre' expressa a forma como o falante enxerga Mateus, mas não necessariamente que este seja, de fato, um sofredor.

A partir do potencial destas funções, verifica-se em português, consoante com o que apresentam Halliday e Matthiessen (2004), que o Epíteto experiencial é capaz de definir, enquanto o interpessoal não possui tal propriedade. Com isto, no exemplo:

EXEMPLO 89: Bem iluminadas e com mobiliário **satisfatório**, embora sejam mal ventiladas e pequenas em relação ao número de estudantes. [Texto 4]

Observa-se que 'mobiliário' pode ser definido pelo emprego do Dêitico específico não-seletivo 'o', em "**o** mobiliário satisfatório". Este emprego se faz relativamente à "referência", neste caso exofórica, que os interlocutores possuem para a qualidade 'satisfatório', em oposição, por exemplo, a 'sofrível' ou a 'inaceitável'. No entanto, se este 'mobiliário' fosse qualificado com um Epíteto interpessoal, como 'lindo', em 'mobiliário lindo':

EXEMPLO 90: Bem iluminadas e com mobiliário **lindo**, embora sejam mal ventiladas e pequenas em relação ao número de estudantes. [inserção do Epíteto interpessoal 'lindo' no exemplo extraído do Texto 4]

Mesmo se houvesse a realização do Dêitico específico, não seria possível defini-lo, pois não há qualquer tipo de "referência" que possa ser feita à experiência que o ouvinte tem do mundo

para definir a “lindeza” do mobiliário objetivamente de forma que possa ser compartilhada com o falante.

Um outro ponto ressaltado por Halliday e Matthiessen (2004) passível de ser observado no sistema do português é a utilização do grau superlativo para distinguir um Ente dentre outros Entes que possuem todos a mesma qualidade. No caso dos Epítetos experienciais, a gramática emprega o superlativo para definir o Ente, como no exemplo:

EXEMPLO 91: A morte da protagonista é curtíssima. [Texto RE-IF-F-hu-fev03_02.txt – Lácio-Web]

No EXEMPLO 91, a duração da morte, que acontece em pouco tempo, pode ser definida dentre outras durações de morte. De outro modo, no caso do Epíteto interpessoal, o superlativo funciona como uma forma de intensificação da qualidade, preservando seu caráter interpessoal, portanto não o relaciona à experiência (pela referência fórica) e não o define. Por exemplo:

EXEMPLO 92: João Grilo, querido João Grilo, nós também estamos satisfeitíssimos com o senhor. [Texto 16]

No caso deste exemplo, ainda que o falante procure definir assim sua “satisfação”, o ouvinte não seria capaz de também fazê-lo da mesma forma, por, justamente, não compartilhar a “experiência de satisfação” com o falante. Caso o faça, o Epíteto, então, possuirá função experiencial. Assim, a partir destes exemplos, é possível apresentar suas formas agnatas como:

EXEMPLO 93: A morte da protagonista é a morte mais curta.
EXEMPLO 94: João Grilo, querido João Grilo, nós também estamos muito satisfeitos com o senhor.

Um ponto importante a ser destacado neste momento é o caráter difuso e a divisão imprecisa entre a ocorrência de um Epíteto experiencial e a de um interpessoal em instanciações com as dos exemplos anteriores.[82] Isto se deve a alguns fatores previstos pelo sistema lingüístico do português e apontados pela teoria de descrição sistêmico-funcional (HALLIDAY, 2002).

O primeiro se refere especificamente ao caráter difuso que assume a linguagem humana sob a perspectiva sistêmico-funcional, que estabelece contínuos entre os sistemas e entre itens nos sistemas, em lugar de delimitações abruptas entre eles (HALLIDAY, 2005). Tal fenômeno se relaciona à forma como a linguagem e a espécie humana (biologia e relações sociais) evoluíram simultaneamente, construindo ambientes semióticos mais complexos a partir de milhares de experiências novas vivenciadas pelos agrupamentos humanos e por suas interações crescentemente variadas (HALLIDAY, 1978; MATTHIESSEN, 1998; HALLIDAY e MATTHIESSEN, 1999).

Deste modo, estando os agrupamentos humanos diante de um conjunto virtualmente ilimitado de experiências representadas semioticamente e da necessidade de negociar significados novos na gama complexa das interações sociais, surgiu no sistema gramatical a possibilidade de desenvolver contínuos entre os significados, adaptando e modificando, por exemplo, a forma de representar as experiências, ou modo de interação entre os falantes, em lugar de sempre seguir um mesmo padrão determinado.

A necessidade de se entender a difusão entre os significados para a posição teórica da lingüística sistêmico-funcional vai ao encontro da posição adotada pelos estudos da neurociência, principalmente a partir do avanço técnico que permitiu maior compreensão

---

[82] Leitores diferentes para estes exemplos podem interpretá-los também de formas diferentes. Assim, um pode concordar com a análise apresentada aqui. Já outro pode entender que nem o primeiro nem o segundo Epíteto são definidores. Ambas as interpretações são a rigor corretas. Por este motivo, os critérios gramaticais são imprescindíveis.

acerca do funcionamento do cérebro, incluindo, necessariamente, a relação interorganismo (HALLIDAY, 1978; 2002). Além disto, a adoção de contínuos ao longo dos eixos do sistema possibilita uma construção teórica que prescinde da noção de sistema modular. Conseqüentemente, o sistema lingüístico, como é concebido na teoria sistêmico-funcional, está calcado nas categorias teóricas da teoria geral de descrição lingüística (HALLIDAY, 2002), cada qual responsável por uma dimensão do sistema (ordens, estratos, metafunções, sistema, instanciação), bem como pelos contínuos que as relacionam (instanciação, delicadeza, metafunção e realização).

Caso contrário, uma posição rígida para a classificação de cada item do sistema implica na concepção de módulos conectados por interfaces e envolve, por conseguinte, o processamento combinatório e seu resultado de saída em cada interface. Em casos como este último, como demonstra o desenvolvimento científico na ciência lingüística e em outras ciências afins, uma argumentação recorrente é analisar o processamento combinatório dos itens nos módulos do sistema, além do tipo de resultado que se comunica nas interfaces, sempre respeitando alguma categoria colocada, via de regra, em outro plano que não o do próprio sistema (MATTHIESSEN, 1998).

Uma das categorias utilizadas com mais freqüência para organizar e responder pelo sistema, quando se trata do sistema lingüístico, é a mente (HALLIDAY, 1978, 1994; MATTHIESSEN, 1998; HALLIDAY e MATTHIESSEN, 1999). Assim, sem a mente para ordenar o processamento nos módulos e executar os cálculos combinatórios dos itens de cada módulo em determinada formulação lingüística, não há forma de se articular a teoria.

É importante ressaltar ainda que no sistema lingüístico concebido pela lingüística sistêmico-funcional, é possível a localização de itens no sistema, o que pode ser feito a partir da convergência de outras coordenadas, obrigando a descrição lingüística a ser multidimensional. Do mesmo modo, permite que uma ocorrência seja examinada a partir de

pontos distintos e, por isto, que seja entendida com referência à totalidade do sistema. A produção de significado em contínuos assume importância para a lingüística sistêmico-funcional também por seu caráter difuso realizar de modo natural a imprecisão da experiência em relação aos eventos do mundo, tanto os naturais, quanto os sociais e semióticos (HALLIDAY, 2005).

Especificamente um dos contínuos do sistema, a delicadeza (*delicacy*), no qual quanto mais se move à direita da rede do sistema, maior se torna a delicadeza entre os itens, observa-se que, quando são colocados dois itens lexicais de uma mesma classe de palavras, como por exemplo, dois adjetivos, de forma que ambos sejam termos válidos na seleção do sistema, a distinção entre eles se dá no nível de delicadeza mais alto do sistema, pois são termos no extremo à direita da rede. Com isto, distinguir itens como 'belíssimo' de 'lindíssimo' se torna uma tarefa impossível "de baixo", da ordem da palavra (ambos são: adjetivo, singular, masculino, superlativo); bastante controversa "de cima", do estrato semântico; e árdua do ponto de vista gramatical.

Contudo, se a análise gramatical não se detiver ao extremo à direita do sistema, mas, ao contrário, percorrer a extensão do contínuo, como expõe a teoria geral de descrição lingüística, apresentada por Halliday (2002), é possível observar como a gramática produz sistemas para a instanciação deste ou daquele item lexical. Este fato implica em aumentar o potencial da capacidade de descrição por ser capaz de prever uma quantidade maior de ocorrências.

Uma análise pontual pode ser contestada no que diz respeito à distinção de itens próximos, como por exemplo, um Epíteto experiencial e outro interpessoal, em:

EXEMPLO 95: Era uma <u>casa enorme</u> que parecia estar deserta. [Texto LI-LT-PR-Barreto-javanes_14.txt – Lácio-Web]

Neste caso, um ouvinte desta ocorrência pode considerá-la objetivamente, fazendo "referência" às outras casas, ou a uma outra casa presente anteriormente na interação com o falante. Ou, contrariamente, pode tomá-la como mera expressão avaliativa do falante. A saída apontada pela lingüística sistêmico-funcional para questões como esta é sempre examinar os sistemas gramaticais.

No caso específico dos Epítetos, algumas funções distintas produzidas no sistema gramatical do português foram apresentadas, como por exemplo, a "referência fórica" e a delicadeza. Além destas, os Epítetos também podem ser analisados ainda outra vez "de baixo", do estrato fonológico, segundo o recurso prosódico da entoação; "de cima", do subpotencial do sistema, a partir da distribuição dos sistemas de qualificação pelos processos sócio-semióticos; e "ao redor", relativamente à sua posição no grupo nominal. A entoação e a distribuição pelos processos sócio-semióticos será tratada a seguir. Já a posição no grupo nominal será abordada quando se fizerem considerações sobre a estrutura lógica do grupo nominal.

Qualquer assertiva sistêmico-funcional sobre os aspectos fonológicos do sistema lingüístico do português carece de maiores pesquisas e da descrição da escala de ordens fonológica, bem como de quais as funções gramaticais que realiza. No entanto, é possível que, ainda no escopo desta pesquisa, algumas considerações fonológicas sejam traçadas e apresentadas em conjunto sob a forma de um dos aspectos na descrição dos Epítetos.

Halliday (2002) afirma que os significados interpessoais são expressos na ordem da oração por meio de diferentes recursos estruturais (linguagem como campo). Assim, o MODO e a modalização, a conotação de determinados itens lexicais e a avaliação do falante são recursos que contribuem para a constituição do significado interpessoal. Dentre estes, o autor destaca como um dos mais importantes o contorno entoacional, por ser responsável pela

expressão de afirmativas, perguntas, hesitação, dentre outras formas que pode assumir a proposição.

Segundo esse autor, a expressão da entoação se distribui por toda a oração: "ela é simplesmente uma linha melódica sobreposta a toda a oração, percorrendo-a do início ao fim"[83] (HALLIDAY, 2002, p. 205). O exame deste recurso do ponto de vista do eixo da realização, tal como se dá no estrato da expressão, mostra que tais traços interpessoais são realizados fonologicamente nos padrões prosódicos, pois, é esta a propriedade fonológica responsável por colocar em oposição no sistema, por exemplo, as opções de Modo, além de outros significados interpessoais, como a dúvida, o acanhamento, a admiração, entre outros (HALLIDAY, 2002).

No que diz respeito aos elementos do grupo nominal em português, o Epíteto interpessoal responde pela expressão de uma parte do significado interpessoal realizado na oração, a saber, a avaliação do falante. Quando examinado "de baixo", do estrato fonológico, observa-se que o Epíteto interpessoal seleciona uma opção fonológica para a entoação de parte da avaliação do falante. Este recurso prosódico torna-se mais perceptível quando é estruturado em anteposição ao Ente, como se vê em:

EXEMPLO 96: As palmas estrugiram; e, dentro do grande salão iluminado, pareceu-lhe que recebia as palmas da Terra toda. [Texto <Sua Excelência> <Lima Barreto> <1998> <nota: data da segunda edição do livro Histórias Fantásticas]

Neste exemplo, a avaliação do falante sobre o salão como grande permite que dois fenômenos fonológicos aconteçam. No primeiro, a altura da vogal tônica aumenta (*rising tone*), provocando uma entoação típica da interpessoalidade na expressão destes Epítetos. Caso o Epíteto imprimisse ao salão uma qualidade objetiva, relativa a seu tamanho,

[83] It is simply a melodic line mapped on the clause as a whole, running through from beginning to end".

probabilisticamente seria estruturado em posição de Pós-modificação, como em "salão grande". Neste caso, a altura abaixa (*falling tone*), o que indicaria a forma não marcada de se expressar qualidade objetiva.

No segundo, uma linha melódica particular é expressa, com a vogal tônica mais longa /ã/ em /'gr**ã:**dʒi/ além de uma pausa maior entre o Epíteto e o Ente em virtude de serem realizados por unidades diferentes.[84]

Nos casos de anteposição, frente ao exame fonológico, é possível que pesquisas mais aprofundadas apontem com maior segurança o que se observou neste trabalho na análise de textos orais, que as vogais das sílabas tônicas nos Epítetos interpessoais possuem maior duração.

Halliday e Matthiessen (2004) afirmam que a relação entre estas configurações fonológicas e a gramática é natural no sentido de que a oposição entre, neste caso do exemplo, uma vogal tônica com maior duração e outra, com menor duração, permitem que se realizem significados interpessoais distintos. Isto se vê na seguinte comparação:

- **<u>Grande</u>** / salão / iluminado [Epíteto interpessoal]
- Salão **<u>grande</u>** / iluminado [Epíteto ideacional]

Diante destas expressões distintas, a análise permite um outro ponto de distinção entre Epítetos experienciais e interpessoais, possibilitando entender que este recurso fonológico – a maior duração da vogal tônica – não é realizado comumente pelos Epítetos experienciais em português, como em:

---

[84] Esta análise não conta com uma descrição da escala de ordens fonológica do português, portanto, não há formas de previamente afirmar a quais unidades pertencem estes itens. Contudo, aplicando os princípios da teoria de descrição lingüística sistêmico-funcional (HALLIDAY, 2002), é possível, através de recursos como pausa, ritmo, linha melódica, entre outros, identificar os limites entre as unidades em português na dimensão da estrutura fonológica.

EXEMPLO 97: 600 ml de caldo de galinha quente [Texto 10]

no qual a vogal tônica do Epíteto experiencial ‘quente’, /ẽ/ é expressa com maior duração, /'k**ẽ:**tςi/.[85] Porém, este recurso parece não ocorrer com Classificadores:

EXEMPLO 98: Disposições <u>constitucionais</u> / kõstςitusio'na:is/ [Texto 11]
EXEMPLO 99: Avaliação <u>profissional</u> /profisio'na:*U* / [Texto 30]

Outro elemento de distinção entre as escolhas sistêmicas para a realização de Epítetos interpessoais e experienciais apontado pelo exame do córpus parece ser sua distribuição segundo os processos sócio-semióticos. Isto implica em entender que as variações de registro, o subpotencial, determinam a probabilidade de os tipos de Epítetos serem termos nos sistemas que qualificam o Ente. A seguir são apresentados dois excertos de instanciações textuais pertencentes a dois processos sócio-semióticos distintos. Os Epítetos experienciais são sublinhados e grifados em <u>*itálico*</u>; os interpessoais em <u>**negrito**</u>.

EXEMPLO 100: Comprei a revista EntreLivros na banca de jornal. Como leitor, fiquei <u>encantado</u> em saber que meu acesso às novidades ficou <u>*mais fácil*</u>; como escritor, fiquei <u>feliz</u> em perceber que o mercado editorial está <u>*maduro*</u> ao ponto do nascimento da revista. Parabéns. [Texto 9, processo sócio-semiótico: habilitar – escrito – diálogo]

EXEMPLO 101: A reunião tem por objetivo continuar o processo de elaboração das normas técnicas do turismo de aventura. O encontro é <u>*aberto*</u> a todas as partes <u>*interessadas*</u>: consumidores, empresários, profissionais, condutores, entidades esportivas, academia, poder público, entidades de pesquisa e tecnologia. [Texto 25, processo sócio-semiótico: fazer – escrito – monólogo]

O primeiro texto pertence ao processo habilitar e ao tipo de texto “carta do leitor”. Já o segundo é do tipo de texto “convite”. No EXEMPLO 100, observa-se ocorrência dos dois

[85] Salvo quando esta avaliação do falante também esteja sendo expressa, o que coloca este tipo de Epíteto mais próximo do interpessoal.

tipos de Epíteto, tanto do falante imprimindo qualidades objetivas à revista e ao mercado editorial, quanto da expressão de sua opinião nas qualidades subjetivas sobre si próprio na condição de leitor da revista.

No EXEMPLO 101 foi possível encontrar apenas ocorrências de qualidades objetivas, o que pode ser entendido sob vários aspectos. O primeiro é o texto ser monólogo, possibilitando que o falante não precise ser, obrigatoriamente, um ser consciente, mas uma instituição, bastante comum, exercendo a função experiencial de Dizente, o que limita sua capacidade de expressar opinião subjetiva, já que é a "entificação" de um juízo coletivo. Além disto, o texto é um convite e, espera-se que o interlocutor o aceite pelas qualidades objetivas, no caso, da reunião sobre turismo, e não com base na simples opinião do falante sobre a reunião.

3.1.1.4.2 Classificador

Até este momento, todas as funções descritas para a estrutura experiencial do grupo nominal podem ser categorizadas, de um modo amplo, como recursos localizadores do Ente. Dêiticos, Numerativos e Epítetos são funções desenvolvidas pelo sistema gramatical do português como formas de localizar dentre todos os Entes possíveis apenas um subconjunto. Dependendo das opções realizadas em cada um dos sistemas, a localização do Ente se dá, por exemplo, em termos da distância das pessoas do discurso, ou da especificidade; da quantidade, ou da qualidade.

Em português, os recursos de localização de um subconjunto do Ente em face de todo o conjunto de seres possíveis representados pelo Ente são capazes de explicar a relação estreita de complementaridade entre estas funções, particularmente os Dêiticos e os Epítetos, com o sistema de REFERÊNCIA. Afinal, quando um falante opta pela expressão de um determinado subconjunto do Ente deve poder, juntamente com o interlocutor quando assim

for necessário, ter a capacidade de localizá-lo na experiência que representa, bem como no próprio texto. No sistema lingüístico do português, estas funções se desenvolveram em conjunto, construindo relações de interdependência direta umas com as outras, possibilitando-as, por exemplo, operar como um grande bloco de pré-modificação do Ente (ver seção da estrutura lógica do grupo nominal adiante).

Partindo de um outro ponto na forma de se referir ao núcleo semântico em português, a função do Classificador, diferentemente, se constituiu na gramática do grupo nominal não para contribuir com a localização de um subconjunto, mas para delimitar o Ente em termos de subclasse. O exercício desta função implicou no desenvolvimento de recursos gramaticais distintos daqueles das funções apresentadas anteriormente: se estas contribuem com a localização complementarmente ao sistema de REFERÊNCIA, o Classificador se relaciona de modo complementar a um outro tipo de relação coesiva, a coesão lexical, mais especificamente à hiponímia.

Halliday e Matthiessen (2004, p. 574) afirmam que a hiponímia "se baseia na classificação (de específica para generalizada): o primeiro item lexical representa uma classe de seres e o segundo (...) uma superclasse ou uma subclasse".[86] A relação hiponímica se apresenta também como um recurso coesivo no sistema lingüístico do português, e pode ser apresentada no seguinte exemplo:

> EXEMPLO 102: O artista que não desiste até encontrar a nota perfeita que transforma em <u>música</u>, alcança o estado da <u>arte</u>. [Texto 29]

No EXEMPLO 102, a arte é uma superclasse, que engloba todas as expressões artísticas; já a música é apresentada como uma subclasse da arte.

---

[86] (...) is based on classification (specific to general): the first lexical item represents a class of things and the second either (...) a superclass or a subclass (...)

Assim, quando a função do Classificador em português é compreendida como o recurso gramatical responsável por separar da totalidade do Ente uma subclasse, ela o apresenta sempre como um hipônimo da totalidade (da classe) do Ente. Neste sentido, é possível estabelecer a complementaridade entre o recurso coesivo da hiponímia e a função do Classificador. Assim, nos exemplos a seguir verifica-se que a função do Classificador é indicar a qual subclasse pertence o Ente (ou, em outras palavras, de qual classe o Ente é hipônimo).

EXEMPLO 103: A mensagem tem chegado aos usuários de Internet, através de seus e.mails pessoais [Texto 28]
EXEMPLO 104: Pórtico móvel com 3 m de altura por 3 m de largura, com rodas para deslocamento, capacidade para até 3,0 ton., com talha e trole de ação manual [Texto 27]

A função dos Classificadores nestas ocorrências permite observar que o Ente do EXEMPLO 103, 'e.mails', é representado como 'e.mails pessoais', pertencendo, portanto, à subclasse 'pessoal' da totalidade das classes de e.mails. No EXEMPLO 104, 'pórtico' é subclassificado como 'móvel', hipônimo da superclasse 'pórtico', que inclui, por exemplo, "pórticos fixos"; já 'ação manual' é apresentada como uma subclasse de todas as ações, como por exemplo, "ações automáticas", "manuais", "seqüenciais", entre outras.

Cabe ressaltar que para a compreensão da função do Classificador dentro do grupo nominal, principalmente no cotejo com outras funções semelhantes (como, por exemplo, os Epítetos, que também são realizados por adjetivos), pode ser aplicada prova similar àquele das relações de hiponímia. Assim, "o [Ente+Classificador X] é um tipo de [Ente], em oposição a [Ente+Classificador Y]", por exemplo, "o [pórtico móvel] é um tipo de [pórtico] em oposição a [pórtico fixo]". Compare-se com a aplicação da prova a um Epíteto experiencial, na qual não produz efeito. Exemplo: Meu irmão pequeno dormia [Texto 19]: "o [irmão pequeno] é um tipo de [irmão] em oposição a [irmão grande]".

Esta constatação permite entender que em português o Classificador não possui função de definir um subconjunto do Ente em termos de suas características, assim como faz o Epíteto experiencial. Uma ocorrência como "caldo de galinha **quente**" [Texto 10] permite que o subconjunto do caldo de galinha em questão possa ser definido em relação a outros subconjuntos de caldo de galinha (por exemplo, do frio, do saboroso, do velho, etc.). Quando instanciado nos graus comparativo ou superlativo, permite até mesmo que um Ente em específico seja distinguido como o próprio subconjunto, como em:

EXEMPLO 105: caldo de galinha mais quente/ quentíssimo [adaptado do Texto 10]

Como o Classificador apresenta uma subclasse do Ente respectivamente a uma classe, não pode defini-lo. Disto decorre o fato de o Classificador não possuir graus comparativo ou superlativo, tampouco intensificação. Isto se verifica na seguinte comparação:

EXEMPLO 106: [CLASSIFICADOR] Cerca de 80% a 100% dos AGCM presentes em todo o fluxo portal são captados pelo fígado e a parcela remanescente segue pela corrente sangüínea [Texto 20]➔ corrente mais sangüínea / sangüiníssima (não há previsão no sistema para esta ocorrência).
EXEMPLO 107: [EPÍTETO] Em compensação, blocos mais velhos da crosta são "engolidos" de volta pelo manto [Texto 21] ➔ blocos velhíssimos.

Isto se deve ao fato de o Epíteto ser capaz de separar um subconjunto do Ente, mas, ao mesmo tempo, generalizar a qualidade que imprime ao subconjunto, tratando-o como Ente único e não como apenas uma parte sua. Já a natureza do Classificador implica em funcionar lidando com apenas uma parte do Ente, porque, na condição de subclasse, sempre estabelece a relação hipotática com toda a classe.

De acordo com a exposição sobre a natureza dos substantivos que realizam a função de Ente no sistema lingüístico do português, estes podem ser mais particulares, os substantivos próprios, ou mais gerais, os substantivos comuns, obviamente guardando as

possíveis variações instanciais, logogenéticas e de registro (ver subseção do Ente apresentada anteriormente).

Quando os subconjuntos do Ente são examinados na perspectiva de particularidade/ generalidade, observa-se que aqueles realizados por substantivos comuns se aproximam mais da função dos Classificadores, delimitando uma classe para os seres aos quais designam. Estabelecendo-se então um contínuo, a particularidade maior no emprego da função do Ente recai sobre os seres únicos (realizados por substantivos próprios em um contexto específico), em seguida à classe do Ente (realizada por substantivos comuns), depois sobre os Classificadores, que se referem apenas hipotaticamente à classe, e, ao final os Epítetos, que funcionam imprimindo alguma qualidade ao Ente único; à classe do Ente; à subclasse do Ente.

Ao descreverem a forma como os seres são representados e categorizados no sistema lingüístico, Halliday e Matthiessen (2004, p. 327) apresentam como exemplo: "o morango silvestre é um tipo de morango; o morango é um tipo de fruto carnoso; o fruto carnoso é um tipo de fruto (...). Contudo, no nível mais amplo, o morango é um tipo de ser".[87] Com isto, quando um falante representa um ser com o item lexical "morango", neste item está, na verdade, a rede das subclassificações necessárias para se entender de qual Ente o falante trata (por exemplo, ser – fruto – carnoso – silvestre).

Caso alguém não saiba qual o item lexical em português que representa esse "espécime sem gosto"[88] (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, p. 327), poderia procurar representá-lo, por exemplo, assim: "infrutescência carnosa (e não fruto) de uma erva da família das rosáceas (Fragaria vesca), de origem européia, prostrada e com folhas compostas, na qual estão uns grânulos duros, que são os verdadeiros frutos" (DICIONÁRIO AURÉLIO SÉCULO XXI, verbetes 'morango' e 'morangueiro'). Como se vê nesta representação do que

[87] A wild strawberry is a kind of strawberry, a strawberry is a kind of berry, a berry is a kind of fruit (...). But at the most general level, a strawberry is a kind of thing.
[88] Tasteless specimen.

é o ser “morango” o falante lança mão de outros Entes, orações relacionais, frases preposicionais funcionando como Circunstância de Localização, orações encaixadas. Contudo, dentre estas, uma das formas mais prováveis de se representar a experiência dos seres é procurar alocá-la, em primeiro lugar, em uma superclasse e/ ou em uma subclasse, pois esta é a constituição do Ente (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 1999), como no exemplo, ‘infrutescência’ e ‘carnosa’, respectivamente.

Por conseqüência, a relação entre o Classificador e o Ente é, dentro do grupo nominal, a mais estreita. Segundo Halliday e Matthiessen (2004, p. 320), “Uma seqüência de Ente+Classificador pode estar tão intimamente ligada que se aproxima bastante de um substantivo composto, particularmente quando o Ente é um substantivo de uma classe geral”.[89] Desta forma, a estrutura Ente+Classificador pode ser parafraseada como “[Ente+Classificador] é uma parte de [Ente] restrita à subclasse [Classificador]; [Infrutescência carnosa] é uma parte de [Infrutescência] restrita à subclasse [carnosa]”.[90]

Ao ser examinado a partir do outro pólo do contínuo particularidade/ generalidade, observa-se que, se por um lado o Classificador preserva como característica de sua função funcionar como um “aspecto do Ente”, pois o subclassifica; por outro lado, apresenta também uma característica do Ente que o distingue de outros Entes, conservando, dentro da subclasse uma unidade. Neste sentido, o Classificador aproxima-se da função do Epíteto experiencial por generalizar, ainda que restrito à subclasse, uma característica do Ente.

Assim, o Classificador pode ser interpretado na gramática do grupo nominal em português como um ponto intermediário no contínuo entre a delimitação mais particular de um ser do mundo, representado lingüisticamente no grupo nominal pela função do Ente, e seus traços mais gerais, ou as qualidades impressas pela função do Epíteto.

---

[89] A sequence of Classifier+Thing may be so closely bonded that it is very like a single compound noun, especially where the Thing is a noun of a fairly general class.

[90] Nesta ocorrência, ‘carnosa’ não indica uma qualidade dos frutos, mas uma subclasse, apenas a dos que possuem o mesocarpo suculento.

Esta posição intermediária do Classificador na forma de categorizar os seres permite que a gramática do português utilize nesta função tanto itens da classe dos substantivos – contudo apenas os comuns, e nunca os próprios – quanto dos adjetivos – embora não possua os graus comparativo, superlativo, ou tampouco a intensificação.

Por isto, às vezes é difícil, quando se apresenta uma estrutura [Ente+Classificador], identificar se há aí uma estrutura com um núcleo semântico e sua subclasse, ou apenas um Ente, como por exemplo: lista telefônica (é uma classe de listas, ou os dois itens formam um Ente, que não pertence mais à categorização como lista?); febre amarela (é uma classe de febres, ou é um outro Ente, que não se relaciona com a febre na condição de subclasse?).

Halliday e Matthiessen (1999, p. 184-85) afirmam que

> semanticamente, os Classificadores (...) são como os seres e podem ser derivados de seres, mas, diferentemente, não gozam de existência independente, pois não podem ser estabelecidos no espaço referencial ou tampouco identificados novamente no desenvolvimento do discurso (...). Gramaticalmente, os Classificadores são realizados por 'substantivos' ou por 'adjetivos', e esta indeterminação da classe gramatical representa seu status de qualidades que são como seres.[91]

Como exemplos retirados do córpus desta pesquisa apresentam-se:

EXEMPLO 108: [Ente+Classificador (substantivo comum)]➔ Você acaba de adquirir um instrumento **Weril**, com qualidade internacionalmente comprovada. [Texto 13]

EXEMPLO 109: [Ente+Classificador (substantivo comum)]➔ A verdade é que o Ministério **Rio Branco** foi um Ministério reformista como desde o Gabinete **Paraná** não se tinha visto outro e não se viu nenhum depois. [Texto 14]

EXEMPLO 110: [Ente+Classificador (adjetivo)]➔ O encontro é aberto a todas as partes interessadas: consumidores, empresários, profissionais, condutores, entidades **esportivas**, academia, poder **público**, entidades de pesquisa e tecnologia. [Texto 25]

EXEMPLO 111: [Ente+Classificador (adjetivo)]➔ Incentivar o uso de equipamentos **eletrorrurais**, com comprovada eficiência energética [Texto 27].

[91] Semantically, Classifiers (...) are like things and may be derived from things, but unlike things, they do not have independent existence – they cannot be established in referential space and reidentified in running discourse (...) Grammatically, Classifiers are realized by 'substantives' or by 'adjectives', and this indeterminacy in grammatical class is symbolic of their status as qualities which are like things.

3.1.1.5 Qualificador

O Qualificador é, dentre os itens aqui apresentados, o último componente do grupo nominal. Este também exerce a função de caracterizar o Ente; no entanto, devido à forma como o Qualificador opera no grupo nominal, a caracterização impressa por ele se apresenta bastante distinta das demais.

Uma característica compartilhada pelas outras funções do grupo nominal em português é que todas são realizadas no grupo por elementos da ordem da palavra. Uma implicação importante é produzir os nominais longos, como "*estes dois excelentes projetos editoriais maduros*" (adaptação do Texto 9, ver Seção seguinte). Como se verifica neste grupo nominal, cada função é realizada em uma palavra (incluem-se, também, as palavras compostas). Portanto, é possível traçar um paralelo entre estas funções e a classe de palavras que as realizam:

QUADRO 28

Funções do grupo nominal em português e classes de palavra

Função	**Classe de palavra mais provável**	**Ocorrências com outras classes de palavra**
Ente	substantivo, pronome pessoal	verbo (fenômeno)
Dêitico	artigo, pronome	
Numerativo	numeral	pronome
Epíteto	adjetivo	verbo
Classificador	adjetivo, substantivo	pronome, numeral

Como mostra o QUADRO 28, a relação entre as classes de palavra e as funções é apresentada no que diz respeito à maior ou menor probabilidade de ocorrência, pois, quando Halliday e Matthiessen (2004, p. 178) apresentam a distinção entre Processos transitórios e Participantes permanentes, afirmam:

> O limite entre estes dois é indeterminado, pois é a lexicogramática de cada língua que irá definir a discrepância na forma de lidar com os fenômenos no

> discurso. Afinal, as lexicogramáticas das diferentes línguas traçam os limites em diferentes lugares.[92]

Desta constatação decorre o fato de Processos poderem ser construídos como nominalizações na ordem da palavra e, assim, abrirem a possibilidade para elementos da classe de palavras 'verbo' funcionar no grupo nominal. Como exemplo:

> EXEMPLO 112: É proibido: depositar objetos ou outros materiais em qualquer das áreas de uso comum [Texto 8].

Caso a organização da mensagem seja invertida, a oração, em sua posição não-marcada seria: "Depositar objetos ou outros materiais é proibido em qualquer das áreas de uso comum". Analisada em termos de grupos:

Depositar objetos ou outros materiais	é proibido	em qualquer das áreas de uso comum
Oração não-finita	Grupo verbal	F. Preposicional

No EXEMPLO 112, o grupo verbal 'depositar' não funciona como o Processo da oração finita, que é Processo Relacional 'é proibido'. Isto é possível devido a um recurso da gramática do português denominado mudança de ordem. Na escala de ordens, cada ordem é hierarquicamente inferior à ordem superior por composição, o que significa dizer que os itens de uma ordem compõem os itens da ordem imediatamente superior.

Quando ocorre a mudança de ordem, no entanto, um item entra na composição da estrutura em sua própria ordem, como no caso de grupos funcionando como partes de grupos, ou em uma ordem inferior. Este é o caso do exemplo, no qual a oração não-finita (da ordem da oração) compõe a estrutura do grupo.

---

[92] The border between these two is indeterminate; the lexicogrammar of every language will allow considerable discretion in how phenomena are treated in discourse, and lexicogrammars of different languages draw borderline in different places.

Assim, a oração não-finita mudada de ordem opera na estrutura da oração finita, neste caso funcionando no lugar do Ente. Entretanto, semanticamente é clara a distinção entre algum outro Ente, como por exemplo, "**flauta**", "**caldo** de galinha", ou "**projeto** editorial" e "depositar objetos ou outros materiais". Esta diferença está na forma como os fenômenos são divididos na base ideacional do sistema lingüístico do português.

Quando os Fenômenos foram apresentados na primeira seção do capítulo, foi dito que em português estes se dividem em Elementos de transitoriedade (realizados por processos) e Elementos de permanência (realizados por participantes que, por sua vez, podem ser Entes, Qualidades ou Circunstâncias). No entanto, o sistema lingüístico possui um recurso de forma a representar Elementos de transitoriedade como permanentes.

Halliday e Matthiessen (1999) afirmam que "para alcançarem a condição de permanência no texto, os processos devem ser reconstruídos como participantes. Quando isto acontece, podem então ser estabelecidos e conservados enquanto referentes no texto".[93] No caso do EXEMPLO 112, isto acontece quando o grupo verbal 'depositar', cujo emprego congruente é exercer a função de processo é reconstruído como participante.

Na Seção 3.1.1.1 foi visto que em sua taxonomia, o Ente pode ser construído como consciente ou não-consciente, caso seja este último, como material ou semiótico, e assim por diante. Porém, gramaticalmente falando, esta classificação se restringe a um tipo de Ente que pertence ao "domínio das coisas que existem", ou seja, são o núcleo semântico de um grupo nominal funcionando como participante. Este tipo de Ente é denominado Ente simples.

Já no caso do EXEMPLO 112, "depositar objetos ou outros materiais" não é um Ente simples, posto que não é um "ser que existe", configurando-se, por assim dizer, como uma metáfora de um Ente. Isto se deve ao fato de este participante não ser realizado pelo núcleo semântico de um grupo nominal juntamente com sua qualificação, mas por uma oração

---

[93] To achieve persistence in text, processes have to be reconstrued as participants, when processes are construed as if they were participants, they can be established and maintained as referents in a text.

mudada de ordem operando na estrutura dos grupos, ou a oração como uma "metáfora para o grupo". Assim, para a produção do significado nesta configuração, duas operações metafóricas aconteceram.

Conforme a categorização sistêmico-funcional, este tipo de recurso sistêmico é descrito como metáfora gramatical. Segundo Halliday e Matthiessen (1999, p. 227),

> (...) seqüências, figuras e elementos são realizados de modo congruente na gramática da seguinte maneira [seqüência: complexo oracional; figura: oração; elemento: grupo]. Entretanto, estes recursos podem se expandir, assumindo novas opções segundo o princípio de realização; por exemplo, seqüências podem ser realizadas por orações, ou até mesmo por grupos. A esta operação referimo-nos como metáfora gramatical.[94]

Com isto, os processos "metaforizados" que operam na ordem do grupo realizando a função do Ente simples, são denominados macro-entes. Os macro-entes representam as características dos Elementos de permanência para "ações, eventos e fenômenos"[95] (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, p. 438). Na gramática da oração, os macro-entes funcionam como fenômenos complexos que, por sua vez, podem ser de dois tipos: macrofenômenos, ou atos e metafenômenos, ou fatos. Halliday e Matthiessen (2004, p. 204-5) afirmam:

> O ato é a configuração de um processo, os participantes nele envolvidos mais as possíveis circunstâncias adjacentes (...). O fato está em um nível mais alto de abstração que os seres simples ou que os atos (...). Assim, apesar de o ato ser mais complexo que os seres simples, ainda se restringe à mesma esfera material. Por outro lado, o fato não é um fenômeno material, mas, semiótico.[96]

---

[94] (...) sequences, figures and elements are congruently realized in the grammar as follows [sequence: clause complex; figure: clause; element: group]. But these resources may be expanded by taking up further options in realization; for example, sequences may be alternatively realized by clauses and even groups. This is what we refer to as grammatical metaphor.

[95] Action, event and phenomenon.

[96] An act is a configuration of a process, participants involved in that process and possibly attendant circumstances (...). A fact is on a higher level of abstraction than an ordinary thing or an act (...). Thus, while an act is more complex than an ordinary thing, it still exists in the same material realm. In contrast, a fact is not a material phenomenon, but rather a semiotic one.

No caso do EXEMPLO 112, a oração funciona como um ato. Outros exemplos de atos são:

EXEMPLO 113: Para fazer a manutenção e limpeza do seu instrumento, você vai precisar dos seguintes materiais: [Texto 13]

EXEMPLO 114: Porque a palavra do Senhor é reta e todo o seu proceder é fiel. [Texto 18]

Exemplos de fatos:

EXEMPLO 115: Chamaram de Brasil por ser vermelho [Texto 6]

EXEMPLO 116: Como leitor, fiquei encantado em saber que meu acesso às novidades ficou mais fácil [Texto 9]

A forma congruente para macrofenômenos é ser constituídos no grupo nominal como qualidade do Núcleo, na condição de Pós-modificadores. O Ente ao qual qualificam é sempre o ato. Já no caso dos metafenômenos, qualificam sempre o fato. Assim, a forma agnata congruente dos exemplos é:

EXEMPLO 117: Para O ATO DE fazer a manutenção e limpeza do seu instrumento, você vai precisar dos seguintes materiais: [Texto 13]

EXEMPLO 118: Porque a palavra do Senhor é reta e todo o seu ATO DE proceder é fiel. [Texto 18]

EXEMPLO 119: Chamaram de Brasil pelo FATO DE ser vermelho [Texto 6]

EXEMPLO 120: Como leitor, fiquei encantado pelo FATO DE saber que meu acesso às novidades ficou mais fácil [Texto 9]

Os diferentes recursos gramaticais utilizados para a construção de fenômenos, macrofenômenos e metafenômenos engendram várias implicações gramaticais, que por sua vez expandem o potencial do sistema. Como exemplo, é possível citar que uma destas implicações é o tipo de Participante que atos e fatos são capazes de realizar. Por exemplo, em

inglês[97], atos podem ser, além de Fenômeno (em Processos Mentais de percepção), Atributo, Identificador, Ator, Comportante. Já os fatos funcionam como Atributo ou Fenômeno (em Processos Mentais de emoção).

Para este trabalho, a implicação mais importante é que, na gramática do grupo, na verdade, o que se observa tanto para atos quanto para fatos é que se constituem como uma oração, ou um grupo verbal, funcionando como um item caracterizador do Ente no grupo nominal. Assim, este exemplo apresenta um item dentro do grupo nominal que não possui relação com a ordem da palavra, inferior na hierarquia; mas com a ordem da oração, ou do grupo. Tais itens são categorizados como Qualificadores.

QUADRO 29

Grupo nominal com Qualificador

<table>
<tr><td>O</td><td>ato</td><td>de</td><td></td><td>fazer a manutenção</td></tr>
<tr><td>O</td><td>ato</td><td>de</td><td>proceder</td><td>é fiel</td></tr>
<tr><td>O</td><td>fato</td><td>de</td><td></td><td>ser vermelho</td></tr>
<tr><td>O</td><td>fato</td><td>de</td><td></td><td>saber que meu acesso (...)</td></tr>
<tr><td colspan="2">Grupo nominal</td><td>Grupo preposicional</td><td>Grupo verbal</td><td>Oração</td></tr>
<tr><td>Dêitico</td><td>Ente</td><td colspan="3">Qualificador</td></tr>
<tr><td colspan="5">GRUPO NOMINAL</td></tr>
</table>

Segundo Halliday e Matthiessen (2004), o Qualificador pode ser realizado por uma frase preposicional, por uma oração encaixada ou por uma oração não-finita. Na classificação da gramática tradicional normativa, bem com na de Neves (2000), estes são tratados respectivamente como locução (adjetiva e adverbial), oração adjetiva restritiva e oração reduzida.

[97] Não há estudos descritivos sobre as funções na gramática da oração para atos e fatos em português, embora os exemplos apresentados indiquem certa semelhança tipológica com o sistema do inglês. Ato: ‘fazer manutenção’ e ‘proceder’ [Processo: Material]; Fato: ‘fiquei encantado’ [Processo: Mental: Emotivo]; ‘ser vermelho’ [Processo: Relacional: Atributo].

Segundo Tufano (2005), a locução adjetiva é a expressão de uma preposição seguida de um substantivo de forma a, em conjunto, funcionarem como adjetivo. A locução adverbial, por sua vez, é a ocorrência de duas ou mais palavras com valor de advérbio, que podem ser de lugar, afirmação, modo, entre outras. Neves (2000) entende que as locuções adjetivas são adjetivos perifrásticos, em oposição aos adjetivos simples, e são principalmente formadas por [preposição (geralmente 'de', 'em', 'a', 'sem') + substantivo]. A autora identifica, igualmente, os advérbios como simples e perifrásticos, sendo que o segundo grupo encerra as locuções adverbiais.

Segundo Tufano (2005, p. 165), as orações adjetivas restritivas "restringem, limitam ou especificam o sentido da palavra a que se referem". Neves (2000) afirma que a oração adjetiva restritiva é definida como aquela que introduz a informação com a função de identificar um subconjunto de um conjunto, assim, no exemplo (retirado de NEVES, 2000, p. 375): "*(...) as empresas <u>que trabalham em setores mais competitivos</u> conseguiram reduzir seus preços entre 15% e 20% nos últimos dois anos*", a oração restritiva serve para destacar do conjunto das empresas apenas aquelas "*que trabalham em setores mais competitivos*".

Segundo Tufano (2005, p. 169) as orações reduzidas são as "que se apresentam com o verbo numa das formas nominais (infinitivo, gerúndio e particípio) e não são introduzidas por conjunção ou pronome relativo". Neves (2000, p. 335) define a oração encaixada como: "orações (...) integradas em uma outra oração, considerada matriz, ou principal, na denominação tradicional. Equivalendo a um sintagma nominal, as orações desse tipo exercem todas as funções que o sintagma nominal pode exercer". A seguir, apresentam-se exemplos de Qualificadores realizados por:

Frase preposicional:

EXEMPLO 121: a vigilância <u>sobre eventuais represálias dos partidários de Saddam</u> [Texto 5]

EXEMPLO 122: normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social [Texto 12]

EXEMPLO 123: objeto da curiosidade ou admiração do primeiro [Texto 15]

Oração encaixada:

EXEMPLO 124: É uma crítica psicológica que dá uma realização artística do olhar do escritor sobre a realidade contemporânea. [Texto 32]

EXEMPLO 125: toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.[Texto 12]

EXEMPLO 126: são abordados assuntos que envolvem o Provão [Texto 34]

Oração não-finita:

EXEMPLO 127: a necessidade de adaptar o seu funcionamento e processo legislativo próprio à Constituição Federal [Texto 11]

EXEMPLO 128: várias estratégias para melhora do desempenho [Texto 20]

EXEMPLO 129: recursos para implementar os cuidados preventivos e terapêuticos recomendados [Texto 31]

3.2. ESTRUTURA LÓGICA DO GRUPO NOMINAL

3.2.1 QUALIFICAÇÃO, MODIFICAÇÃO E NÚCLEO

Segundo Halliday e Matthiessen (2004), o princípio que opera por trás da estruturação experiencial do grupo nominal é o da qualificação. A análise na seção anterior mostrou como a gramática da estrutura experiencial do grupo nominal em português permite que a qualificação do Ente se mova à esquerda, mas também à direita. À esquerda, verifica-se qualidade, quantidade e determinação, como no exemplo,

EXEMPLO 130: essas [duas] belíssimas orelhas [adaptado do Texto 17]

no qual cabem as perguntas acerca do princípio de qualificação: “qual a qualidade das orelhas?”, “quantas?”, “quais?”. Com isto:

QUADRO 30

Princípio de qualificação à esquerda

essas	duas	belíssimas	orelhas
Dêitico	**Numerativo**	**Epíteto interpessoal**	**Ente**

Contudo, diferentemente do princípio em inglês, no sistema do português há também qualificação à direita, em classe e qualidade. Desta forma, no exemplo:

EXEMPLO 131: E, justamente hoje, dia em que vou ter que encarar uma avaliação profissional [longa] durante um dia inteiro [adaptado do Texto 30]

A qualificação se dá perguntando: “Qual tipo de avaliação?”, “qual a qualidade deste tipo de avaliação?”. Portanto:

QUADRO 31

Princípio de qualificação à direita

avaliação	profissional	longa
Ente	**Classificador**	**Epíteto experiencial**

Seguindo o movimento da qualificação no grupo em português, constata-se que as perguntas à esquerda e à direita são: ***Qual? Quantos? Qual qualidade? | Ente | Que tipo? Qual qualidade?*** Assim, para exemplos como

EXEMPLO 132: Sucesso para estes [dois] excelentes projetos editoriais [maduros]. [adaptado do Texto 9]

tem-se o QUADRO 32, o qual apresenta itens para os sistemas que compõem o "nominal" do grupo nominal em português (salvo, obviamente, os casos de complexos grupais):

QUADRO 32

Princípio de qualificação do grupo nominal em português

estes	dois	excelentes	projetos	editoriais	maduros
Dêitico	**Numerativo**	**Epíteto interpessoal**	**Ente**	**Classificador**	**Epíteto experiencial**

Até este momento, a estrutura do grupo nominal, no que diz respeito à qualificação, acontece mediante o exame do ponto de vista experiencial. Isto significa dizer que a preocupação se concentra na forma como a seleção das diferentes opções para os termos dos sistemas que compõem esta estrutura do grupo nominal contribui para a produção de um significado experiencial do subconjunto (e subclasse) do Ente em questão. Todavia, a estrutura entre os itens é também analisada de outra forma, complementar, na qual não se observam os papéis de cada item na estrutura do grupo, mas a relação entre eles. O princípio que organiza a relação entre os itens é denominado modificação.

Como foi visto anteriormente, o núcleo semântico é realizado na gramática do grupo nominal em português pela função do Ente, no que diz respeito à sua estrutura experiencial. No entanto, quando o exame passa à análise do componente lógico do grupo, então, o núcleo lógico é realizado na função do Núcleo.

Devido ao fato de a qualificação ter como ponto de partida o Ente, isto é, de as perguntas de qualificação – qual tipo? Qual qualidade? Quantos? Qual? – sempre se referirem, em primeiro lugar, ao núcleo semântico, pode-se constatar que a probabilidade é alta de sobre um mesmo item convergirem as funções de Ente e Núcleo. Porém, cabe ainda apontar que há casos nos quais esta convergência não ocorre, a saber, quando o Ente não está

expresso no grupo nominal, ou quando se emprega um recurso gramatical no qual o Ente é encaixado dentro de uma frase preposicional.

O exame realizado a partir do componente lógico do grupo nominal em português permite entender a semelhança na relação entre os itens (estrutura de variável única), segundo a qual um item principal, neste caso o Núcleo, é à esquerda modificado por um item secundário (experiencialmente, o Epíteto), que por sua vez é modificado por um item terciário (experiencialmente, o Numerativo), e assim por diante.

Pelo fato de haver modificação tanto à esquerda, quanto à direita do Núcleo, estas podem ser separadas em dois blocos de submodificação. No caso do exemplo apresentado anteriormente:
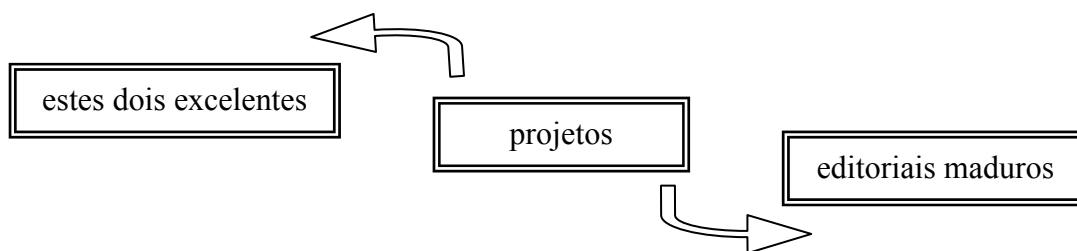
FIGURA 20 – Representação dos blocos de submodificação em português

No que diz respeito ao estudo da submodificação, Halliday e Matthiessen (2004, p. 330) afirmam: "o que faz a análise lógica é apresentar a base hipotática da pré-modificação no grupo nominal, o que também explica sua tendência para a criação de cadeias longas de nomes".[98] Além disto, os autores distinguem as duas posições possíveis para os itens que modificam o Ente, os Pré-modificadores e os Pós-modificadores. Como a estrutura do grupo nominal em inglês opera a modificação lógica apenas à esquerda do Núcleo, consideram-se em sua análise lógica apenas os itens Pré-modificadores. Por outro lado, em português, ambas

[98] What the logical analysis does is to bring out the hypotactic basis of premodification in the nominal group, which then also explains its penchant for generating long strings of nouns.

as direções da modificação, com Pré-modificadores e Pós-modificadores, devem ser consideradas na análise.

Para a compreensão deste recurso, primeiro é necessário traçar algumas considerações sobre a hipotaxe, que no grupo nominal em português responde pelo princípio de modificação. Halliday e Matthiessen afirmam que o sistema responsável pelo grau de interdependência entre os itens relacionados de forma lógico-semântica é denominado TAXE. Itens relacionados no sistema de TAXE podem estar, entre si, em relação de parataxe, segundo a qual os itens possuem o mesmo status, ou hipotaxe.

Segundo Halliday e Matthiessen (2004, p. 374) "hipotaxe é a relação entre um elemento dependente e outro dominante, do qual o primeiro depende".[99] Na gramática do grupo nominal, a relação entre o Núcleo e seus modificadores é sempre hipotática, cabendo àquele o status de dominante (principal) e a estes de dependentes. Desta maneira, a análise lógica se ocupa da "base hipotática" da modificação, o que permite a constatação de que, em português, o primeiro elemento dependente a modificar o Núcleo é o Classificador.

QUADRO 33

Primeiro elemento modificador

projetos	editoriais
Ente	**Classificador**

É possível afirmar que o Classificador é o primeiro elemento a modificar o Núcleo porque, quando comparado com outros itens do grupo nominal, por exemplo, com o Epíteto,

QUADRO 34

Primeiro elemento modificador

excelentes	projetos

[99] Hypotaxis is the relation between a dependent element and its dominant, the element on which it is dependent.

Epíteto interpessoal	**Ente**

verifica-se que o último modifica não apenas o Núcleo, mas também a relação estabelecida entre este e o Classificador. Portanto, em “excelentes projetos editoriais”, as perguntas de modificação acontecem na seguinte ordem de probabilidade:

- P: Quais projetos? R: Projetos editoriais.
- P: Quais projetos editoriais? R: Excelentes projetos editoriais.

E não ao contrário, como seria em:

- P: Quais excelentes projetos? R: Excelentes projetos editoriais.

Em outras palavras, o Epíteto interpessoal ‘excelentes’ qualifica os ‘projetos editoriais’, e não ‘editoriais’ classifica ‘excelentes projetos’. Cabe ressaltar ainda que esta ocorrência poderia ser possível desde que ‘excelentes’ funcionasse como um Classificador, separando a subclasse dos “projetos excelentes” em, por exemplo, os “projetos excelentes editoriais”, “projetos excelentes financeiros” entre outros.

Desta maneira, adotando a notação sistêmico-funcional para o componente lógico da metafunção ideacional[100], particularmente para o grupo nominal, o alfabeto grego, sendo ‘α’ o Núcleo e ‘β, γ, δ, ε, ζ, η’ os itens dependentes na submodificação hipotática, o exemplo é assim representado:

QUADRO 35

Submodificação do grupo nominal em português

<table>
<tr><td>estes</td><td>dois</td><td>excelentes</td><td>projetos</td><td>editoriais</td><td>maduros</td></tr>
<tr><td colspan="3">γ</td><td rowspan="2">α</td><td colspan="2">β</td></tr>
<tr><td>γγ</td><td>γβ</td><td>γα</td><td>βα</td><td>ββ</td></tr>
</table>

[100] As estruturas hipotáticas serão representadas pela notação das letras gregas (…) utilizadas para a modificação na estrutura do grupo nominal (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, p. 375). **TRADUÇÃO DE:** Hypotactic structures will be represented by the Greek letter notation (...) used for modification in the structure of the nominal group.

No QUADRO 35, os itens à direita, os Pós-modificadores, são representados pela letra ‘β’, pois são os primeiros estabelecidos em relação hipotática ao Núcleo. Dentre eles, ganha status de dominante o Classificador, seguido pelos Epítetos. Caso haja um Epíteto experiencial e outro interpessoal em posição de pós-modificação, o exame do princípio de submodificação mostra que o Epíteto experiencial assume posição principal. Assim, em um exemplo como:

EXEMPLO 133: projetos editoriais maduros excelentes

A análise é:

QUADRO 36

Submodificação com dois Epítetos

<table>
<tr><td>projetos</td><td>editoriais</td><td>maduros</td><td>excelentes</td></tr>
<tr><td rowspan="2">α</td><td colspan="3">β</td></tr>
<tr><td>βα</td><td>ββ</td><td>βγ</td></tr>
</table>

porque o Epíteto interpessoal ‘excelentes’ modifica os “projetos maduros”, e não o contrário.

Pelo mesmo princípio, os itens à esquerda, os Pré-modificadores, modificam o Núcleo juntamente com o bloco dos Pós-modificadores, e, relativamente a estes, também são hipotáticos. Por isto, o bloco dos Pré-modificadores é representado pela letra ‘γ’. Além disto, os itens da pré-modificação obedecem igualmente ao princípio da base hipotática entre si, caminhando para a esquerda, com o Epíteto (geralmente interpessoal) em posição dominante, seguido pelo Numerativo e, por fim, o Dêitico.

Observando este movimento a partir da posição dominante, em uma configuração que tenha o Ente como Núcleo, os elementos dependentes se organizam hierarquicamente da forma como se vê no próximo quadro:

QUADRO 37

Divisão do trabalho gramatical para a submodificação em português

Ordem da modificação	Status mais provável	hierarquia	
Ente	Núcleo	α	
Classificador	dependente 1	βα	
Epíteto experiencial	dependente 2	ββ (Pós)	γα (Pré)
Epíteto interpessoal	dependente 3	βγ (Pós)	γα ou γβ (Pré)
Numerativo	dependente 4	γβ	
Dêitico	dependente 5	γγ	

3.2.2 EPÍTETO E CLASSIFICADOR

Durante a análise do córpus, foi possível constatar como os Epítetos são estruturados logicamente dentro do grupo nominal. Alguns exemplos desta estruturação podem ser vistos em seguida:

EXEMPLO 134: Eu já passei por situações pesadas assim [Texto 02]

EXEMPLO 135: Em uma espécie de reality show que minha família inteira estava participando [Texto 02]

EXEMPLO 136: O clima era extremamente tedioso, mas o céu anunciava uma grande chuva. [Texto 02]

EXEMPLO 137: Mariscos e mexilhões, ingredientes essenciais da paella, têm baixo teor de gordura [Texto 10]

EXEMPLO 138: Graças a uma amiga, também ávida por informação, soube dessa nova e indispensável revista EntreLivros. [Texto 09]

EXEMPLO 139: Quanto mais ágeis e robustas forem, melhor para nós, costumavam dizer-lhes suas companheiras. [Texto 17]

EXEMPLO 140:

- Importa-me pouco que seja bonita, contanto que seja justa.

- Bonita e justa, redargüiu ele com amabilidade. [Texto LI-LT-PR-Assis-reliquias_07.txt – Lácio-Web]

EXEMPLO 141: Já por esse tempo este gênero de residência florescia no Rio de Janeiro. Aquela era pequena e tranqüila. [LI-LT-PR-Assis-reliquias_02.txt – Lácio-Web]

EXEMPLO 142: E se todo mundo é assim, eu também sou, da melhor maneira possível. [Texto 01]

A classificação destes Epítetos é apresentada no QUADRO 38:

QUADRO 38

Classificação de Epítetos em português

1	situações	**pesadas**			
		INTERPESSOAL			
2	minha	família	**inteira**		
			EXPERIENCIAL		
3	uma	**grande**	chuva		
		INTERPESSOAL			
4	**baixo**	teor	de gordura		
	EXPERIENCIAL				
5	essa	**nova**	e	**indispensável**	revista EntreLivros
		INTERPESSOAL		INTERPESSOAL	
6	Quanto	mais **ágeis**	e	**robustas**	
		EXPERIENCIAL		EXPERIENCIAL	
7	**Bonita**	e	**justa**		
	INTERPESSOAL		EXPERIENCIAL		
8	**Pequena**	e	**tranqüila**		
	EXPERIENCIAL		INTERPESSOAL		
9	a	**melhor**	maneira	**possível**	
		INTERPESSOAL		EXPERIENCIAL	

Segundo estes exemplos encontrados no córpus, é possível entender a posição dos Epítetos na estrutura sempre em relação ao Ente, e em seguida em relação a outros Epítetos. Nestes exemplos examinados, depreende-se que os Epítetos interpessoais podem ser

instanciados em anteposição ao Ente, ao passo que os experienciais em geral são instanciados pospostos.

Cabe ressaltar que no quarto exemplo ocorre um Epíteto experiencial anteposto ao Ente, 'baixo teor'; no entanto, esta instância provavelmente se constitui como uma colocação. Além disto, em muitos exemplos identificados no córpus, existe a formação de complexos de grupos, como em 'bonita e justa' ou 'ágeis e robustas'. Contudo, a análise de tais ocorrências foge ao escopo deste trabalho.

Quanto aos Classificadores, observa-se sua estruturação em ocorrências como as dos exemplos a seguir:

EXEMPLO 143: O interessante é soltar-se e abusar d<u>as expressões **faciais** e **corporais**</u>. [Texto 18]

EXEMPLO 144: Quem espera <u>estímulo **externo**</u> para se motivar se coloca numa posição de dependência que enfraquece a vontade. [Texto 29]

EXEMPLO 145: Obrigações da Beneficiária em conjunto com a Executora, tomar todas <u>providencias **técnicas**</u> necessárias para que não haja consumo de energia elétrica no Horário de Ponta [Texto 26]

A análise dos Classificadores é apresentada no QUADRO 39.

QUADRO 39

Classificadores em português

as expressões	**faciais**	e	**corporais**
	CLASSIFICADOR		CLASSIFICADOR
estímulo	**externo**		
	CLASSIFICADOR		
providências	**técnicas**	necessárias	
	CLASSIFICADOR	EPÍTETO IDEACIONAL	

Como se observa, os Classificadores sempre aparecem em posição de Pós-modificação, podendo formar complexos, como no primeiro caso, ou virem seguidos por um elemento dependente, o que acontece com "técnicas necessárias", no qual o Classificador é modificado por um Epíteto. Além disto, os Classificadores também podem ocorrer em complexos de grupos, como 'faciais e corporais'.

Como foi visto no início desta seção, os itens que modificam o Núcleo são dispostos em relação de interdependência entre si. Por isto, quando mais de um Epíteto é instanciado, ou um Classificador juntamente com Epítetos, o que se observa é sempre uma relação de hipotaxe entre os itens, que pode ser de projeção, verbal (" ") ou mental (' '), bem como de elaboração (=), extensão, (+), ou intensificação, (x).

Por exemplo, é possível observar que a relação em 'situações pesadas' é de projeção emotiva (α^'βα). Já com o Classificador 'estímulo externo' a relação é de elaboração, α^+βα mas em 'técnicas necessárias' a relação é de projeção mental, α^'βα. A propriedade dos Epítetos de operar como Pré- ou Pós-modificadores permite que o bloco modificador venha anteposto ou posposto ao Ente. Os Classificadores sempre se apresentam pospostos.

Partindo da identificação de padrões dos quais estas ocorrências são exemplos, juntamente com a possibilidade de outras ocorrências, baseadas nas variações e permutação dos itens na estrutura, como forma de procurar uma descrição mais ampla de sua estruturação, além daquela encontrada no córpus de análise, é possível traçar as possibilidades previstas no sistema para a posição destes itens no grupo nominal[101].

Se, para efeitos de análise, forem considerados dois itens à esquerda e dois à direita do Núcleo, o primeiro passo seria levar em conta as relações possíveis entre os Classificadores e Epítetos (experienciais e interpessoais) tanto de hipotaxe (α, β...), quanto

[101] É importante deixar claro que este quadro é apenas parcial, pois para que a posição de qualquer constituinte do grupo nominal seja estabelecida, é preciso antes haver a descrição completa de sua estrutura lógica. Especificamente neste caso, a análise caminharia para a descrição das relações de interdependência nos complexos grupais.

lógico-semântica de projeção, verbal (“ ”) ou mental (‘ ’), e de expansão: elaboração (=), extensão (+), intensificação (x), aliadas à constatação de que o complexo dos itens pode preceder ou suceder o Ente, também em relação de elaboração, extensão ou intensificação.

Além disto, a análise das combinações leva em conta que, entre os elementos Pré-modificadores e Pós-modificadores, os primeiros estão em relação de hipotaxe com os últimos; assim, o Núcleo é representado por ‘α’, os Pós-modificadores por ‘β’ e os Pré-modificadores por ‘γ’. A partir da análise dos exemplos, aplicados à previsão aqui proposta, tem-se as seguintes ocorrências possíveis dadas as combinações:

QUADRO 40

Ocorrências previstas para Epítetos e Ente

Pré-modificadores				**Pós-modificadores**				
=		=			=		=	
+		+			+		+	
x	γ (	x	β^α) ^ α	α ^	x	β (α	x	β)
‘		‘			‘		‘	
“		“			“		“	

É importante ressaltar que estas possibilidades entre Pré- e Pós-modificadores podem ser somadas às ocorrências de itens antepostos e pospostos concomitantemente, além da ocorrência de mais dois itens em cada bloco de modificação. O tipo de relação depende do tipo de qualidade semântica do Epíteto e do Classificador, tanto com o Ente quanto entre as qualidades (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 1999).

O que se verifica, no entanto, é que, apesar de Epítetos funcionarem como experienciais em outras configurações, quando ocorrem em posição pré-modificadora, operam como Epítetos interpessoais. A probabilidade de os Classificadores ocorrerem em posição anteposta é bastante baixa. Além disto, é necessário ressaltar que, apesar de estas serem as permutações possíveis destes itens, algumas destas estruturas possuem probabilidade de ocorrência muito baixa no sistema, principalmente quando mais de um item é realizado em

posição pré-modificadora, γ (β^α) ^ α sem que qualquer item tenha sido realizado na posição posposta.

Outro ponto a ser destacado é que, mesmo quando um item comumente funcionando como Epíteto ideacional é instanciado, mas seguido de outro Epíteto, passa a ocupar a posição $\beta\alpha$, freqüentemente constituindo-se como Classificador.

Diferentemente do bloco de pré-modificação, os Pós-modificadores podem ser Classificadores e Epítetos experienciais ou interpessoais, sendo os primeiros sempre dominantes em relação aos últimos.

3.2.3 QUALIFICADOR

Na forma congruente de estruturação do grupo nominal, existe uma relação entre a disposição experiencial dos elementos e sua disposição lógica. Isto é, o elemento que funciona como Ente na estrutura experiencial é também o elemento dominante (α) na estrutura lógica. Por sua vez, os elementos que funcionam como Qualidade na estrutura experiencial operam, na organização lógica, como Pré- e Pós-modificadores ($\gamma\alpha$, $\gamma\beta$, ...; $\beta\alpha$, $\beta\beta$, ...). Assim, como afirmam Halliday e Matthiessen (2004), a confluência das funções de Ente e Núcleo forma o cerne do grupo nominal. Contudo, há no sistema lingüístico um recurso pelo qual as funções de Ente e Núcleo são dissociadas, permitindo maior variação na maneira de se produzir significado, o que se faz pelo emprego do Qualificador.

Em português, isto acontece quando algum dos elementos modificadores é realizado por um grupo nominal mudado de ordem (em lugar de ser realizado congruentemente por uma palavra) e o Ente é colocado como um elemento em uma frase preposicional, operando como Qualificador, como se vê nos próximos exemplos.

EXEMPLO 146: Tomei a minha xícara de café quente e acendi um cigarro, disposto à leitura dos jornais do dia. [Texto LI-LT-PR-Azevedo-demonios.txt – Lácio-Web]
EXEMPLO 147: Os pés pregados reforçam a idéia de sofrimento. [Texto 35]

Os Entes do primeiro exemplo, 'café', e do segundo exemplo, 'sofrimento', foram deslocados da posição de Núcleo pelo fato de outro grupo nominal, 'a minha xícara' e 'a idéia' terem sido mudados de ordem para compor um elemento dentro do grupo, provocando a mudança de posição de 'café' e 'sofrimento' para as frases preposicionais 'de café quente' e 'de sofrimento', desempenhando a função de pós-modificar o Núcleo como Qualificadores.

Este recurso no sistema lingüístico do português é capaz de aumentar o potencial de produção de significado em diferentes aspectos. Em primeiro lugar, as funções de Sujeito e Participante dos grupos nominais são dissociadas, de maneira que a organização interpessoal pode ser negociada de forma relativamente independente da representação da experiência, o que não acontece com as realizações congruentes. Nos exemplos, isto é observado quando um aspecto do elemento sobre o qual se negocia é alterado por outra opção (gerando implicações na estrutura do Finito), por exemplo, o acréscimo da função de plural ao grupo.

EXEMPLO 148 [acréscimo da função de plural ao grupo nominal]: Tomei a(s) minha(s) xícara(s) de café quente e acendi um cigarro, disposto à leitura dos jornais do dia.

Note-se que não houve qualquer alteração na constituição do item operando como Ente, 'café', pois este está dissociado da função de Sujeito nesta configuração, que é 'xícara(s)'.

Por outro lado, quando se focaliza o Participante, constata-se que esta é uma função desempenhada pelo Ente, como se vê no EXEMPLO 149 a seguir:

EXEMPLO 149: Tomei a minha xícara de café quente

Neste exemplo, o elemento 'café' é a Meta do Processo 'tomar', e não o elemento 'xícara'. Afinal, não se representa pela oração do exemplo a experiência de alguém "tomar

uma xícara", mas apenas o líquido o qual ela comporta. No exemplo, 'a minha xícara' funciona como a medida de capacidade para o 'café quente'.

A partir desta observação é possível entender uma segunda maneira de a produção de significado se expandir mediante o emprego deste recurso da dissociação entre Núcleo e Ente a partir do emprego de um Qualificador ao grupo nominal. Esta se configura como o fato de qualquer elemento, que na forma mais congruente opera como Qualidade, ocupar a posição dominante na estrutura lógica e funcionar na ordem da oração como Sujeito. Por exemplo:

> EXEMPLO 150 [DÊITICO]: Eu, pelo menos há 30 anos, da vida sindical à Presidência da República, e vocês, alguns de primeiro mandato, e outros já de muitos e muitos mandatos. [Texto 22]
>
> EXEMPLO 151 [NUMERATIVO]: A evidência mais antiga de seu funcionamento era de menos de 2 bilhões de anos atrás. [Texto 21]
>
> EXEMPLO 152 [EPÍTETO]: A determinação está ligada à motivação e à perseverança de manter o objetivo em mente até conquistá-lo. [Texto 29]
>
> EXEMPLO 153 [CLASSIFICADOR]: A equipe de Harold Furnes, da Universidade de Bergen, na Noruega, mostrou que as rochas encontradas na Groenlândia se formaram em cadeias montanhosas [Texto 21]

Por fim, a terceira forma de se expandir a produção de significado a partir deste recurso é a capacidade de o sistema lingüístico do português "criar" Entes a partir de Núcleos. Para a melhor compreensão deste processo, é necessário antes voltar ao EXEMPLO 149. Nesse exemplo, observou-se que o Participante (Meta) é o café. Contudo, em uma outra representação possível, com o emprego de outro Processo, a interpretação é distinta:

> EXEMPLO 154 [Substituição do Processo 'tomar' por 'quebrar' no exemplo 149]: Quebrei a minha xícara de café.

O Participante é 'a minha xícara de café' e o elemento funcionando como Ente é 'xícara'. Neste caso, 'de café' opera experiencialmente no grupo como o Qualificador, mas

desta vez, separando dentre todos os Entes representados pelo item ‘xícara’, apenas os da subclasse ‘de café’. Este é um exemplo no qual se verifica uma grande proximidade entre Qualificadores e Classificadores, no sentido de que ambos possuem a função de separar do Ente uma subclasse. No sistema do português, em muitas ocorrências encontram-se inclusive formas agnatas para este tipo de subclassificação, realizadas com Classificadores e Qualificadores, como se observa nos próximos exemplos:

EXEMPLO 155: realização artística [Texto 32] (*Realização artística → realização de arte*).
EXEMPLO 156: através de e.mails particulares e identificatórios [Texto 28] (*e-mails identificatórios → e-mails de identificação*).
EXEMPLO 157: aulas teóricas [Texto 4] (*aulas teóricas → aulas de teoria*).
EXEMPLO 158: aparelho respiratório [Texto 31] (*aparelho respiratório → aparelho de respiração*).

Contudo, há casos em que o sistema não oferece estas duas opções como forma de subclassificar, podendo haver apenas Classificador, ou apenas Qualificador. No caso do EXEMPLO 149, para a ‘xícara de café’, a subclassificação só é possível por meio do Qualificador.[102] A partir dos EXEMPLOS 149 e 154 é possível observar a análise dos dois empregos do Qualificador:

QUADRO 41

Análise do grupo nominal nos EXEMPLOS 149 e 154

EXEMPLO 149: Tomei	minha	xícara	de	café
	Dêitico	***Numerativo***		***Ente***
	Pré-modificador	***Núcleo***	***Pós-modificador***	

EXEMPLO 154: Quebrei	minha	xícara	de	café
	Dêitico	***Ente***	***Qualificador***	
	Pré-modificador	***Núcleo***	***Pós-modificador***	

[102] Talvez, uma forma com Classificador para este exemplo, se houvesse, seria algo como xícara “cafeeira”.

Como se viu na análise experiencial do Qualificador, esta função do sistema lingüístico do português contribui para a representação de eventos transitórios realizados como eventos permanentes, através da construção de macro-Entes (fenômenos). Do ponto de vista lógico, esta propriedade do grupo nominal se relaciona aos elementos da experiência capazes de ser negociados, ou, em outras palavras, colocar determinado elemento na função de Sujeito. Halliday e Matthiessen (2004, p. 57) afirmam que "o Sujeito (...) é aquele sobre o qual se predica a afirmação, no que diz respeito ao elemento sobre o qual a oração é válida e, portanto, pode ser negociada em termos de verdadeira ou falsa".[103] Assim, quando se pretende negociar um elemento, é preciso que este desempenhe a função de Sujeito, conseqüentemente representando um elemento de permanência.

Contudo, há casos nos quais é necessário que o falante negocie Processos. Isto fica mais evidente, por exemplo, em registros como o científico, no qual a pesquisa visa identificar vários processos e fenômenos, relacionados a seu objeto e campo de estudo. Além disto, é parte da produção científica negociar com a comunidade tanto os fenômenos quanto os processos. Nestes casos, um dos recursos mais freqüentes utilizados da gramática do português é o emprego da metáfora ideacional. Aliado à função metafórica, o recurso da dissociação entre Núcleo e Ente contribui para a representação da transitoriedade como permanência. Por exemplo, o seguinte trecho, retirado do primeiro capítulo da obra de divulgação científica de Stephen Hawking (1988)[104], mostra como este movimento acontece.

> EXEMPLO 159: A história de que Newton fora inspirado por uma maçã que lhe caíra na cabeça muito provavelmente é apócrifa. Tudo o que o próprio Newton sempre disse foi que concebeu a idéia da gravidade quando estava sentado, "contemplativamente", e "foi surpreendido pela queda de uma maçã".

[103] Subject (...) is the one of whom the statement is predicated – in respect of whom the clause is claimed to be valid, and therefore can be argued about as true or false.
[104] HAWKING, S.W. *Uma breve história do tempo*: do big bang aos buracos negros. Trad. Maria Helena Torres. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

Neste exemplo, a experiência transitória de cair é representada de modo congruente na oração encaixada "que lhe **caíra** na cabeça" operando como Qualificador do Ente 'maçã'. Em uma situação hipotética, se o grupo 'uma maçã que lhe caíra na cabeça' funcionar como Sujeito, é o elemento 'maçã' que deve ser negociado, pois funcionaria como Núcleo também.

No entanto, mais adiante, o Processo 'cair' é representado metaforicamente pelo elemento 'queda', funcionado no grupo nominal como Núcleo, e o Ente 'maçã' passa a encaixado na frase preposicional 'de uma maçã', operando como Qualificador. Caso o grupo nominal 'a queda da maçã' funcione como Sujeito, é possível agora negociar o Processo 'cair' em sua forma 'queda', e não mais a maçã.

O funcionamento deste recurso é ilustrado de modo mais amplo no QUADRO 42, que traz todas as ocorrências na sua ordem de aparição no texto da representação do processo de descobrir no primeiro capítulo de Hawking (1988) pelos principais astrônomos da tradição ocidental.

QUADRO 42

O processo de descobrir no primeiro capítulo de Hawking (1988)

1	Ao focalizar o planeta Júpiter, Galileu descobriu que ele se fazia acompanhar de vários pequenos satélites, ou luas, que giravam à sua volta.
2	Tendo descoberto quase por acidente que se adequavam às observações ele não pôde reconciliá-las com sua idéia
3	Esta descoberta finalmente trouxe a questão do começo do universo ao domínio real da ciência.
4	Por outro lado, pode se rejeitar qualquer teoria ao se descobrir uma única observação que contrarie suas previsões.
5	Provou-se que é muito difícil descobrir uma teoria que descreva todo o universo.
6	É certamente verdadeiro que, no passado, o que chamamos de inteligência e descoberta científica constituíram uma sobrevivência vantajosa.
7	Não é tão claro, entretanto, que este raciocínio permaneça válido: nossas descobertas científicas podem perfeitamente nos destruir a todos, e mesmo que não o façam uma teoria completa e unificada
8	A descoberta de uma teoria unificada e completa, portanto, talvez não ajude a sobrevivência de nossa espécie.

No referido capítulo, foram encontradas oito ocorrências do processo de descobrir. Primeiramente, o processo de descobrir é representado de forma congruente, operando como Processo (exemplos 1 e 2). Deste ponto em diante, é realizado apenas de forma metafórica, como uma nominalização (exemplo 3) e como metafenômeno (exemplos 4 e 5). No oitavo exemplo, repete-se o procedimento visto no exemplo com a 'maçã'. O Ente 'teoria' é deslocado da posição de Núcleo, dando lugar para o Processo 'descobrir' em sua forma nominalizada, 'descoberta' e ocupando posição encaixada na frase preposicional 'de uma teoria unificada e completa', operando como Qualificador. Como decorrência, é a descoberta que funciona como Sujeito, podendo assim ser negociada.

Mas é nos exemplos 6 e 7 que se observa o modo mais desenvolvido deste recurso do português. Neles vê-se o ciclo completo desta forma de produção de significado, em todas as suas fases:

1) A experiência de transitoriedade, representada em sua forma congruente, é metaforizada como um elemento de permanência: descobrir →*nominalização*→ descoberta.

2) Conseqüentemente, a 'descoberta' é capaz de funcionar como Núcleo, cabendo ao Ente ocupar a posição de frase preposicional, exercendo a função de Qualificador: descoberta^[preposição + Ente].

3) Devido à proximidade na relação entre Qualificador e Classificador e o potencial do sistema para produzir formas agnatas tanto com Qualificadores como com Classificadores, o Qualificador é substituído por um Classificador. Assim, o que antes era um Ente passa a funcionar como Qualidade; o que primeiramente foi um Processo passou a Núcleo. E agora, por fim, passa a ser também Ente, tornando-se o cerne do grupo nominal, operando como seu Núcleo lógico e semântico, podendo, além de funcionar como Sujeito, funcionar, também, como Participante: descoberta^Classificador.

Esquematicamente, estas fases são representadas na FIG. 21:
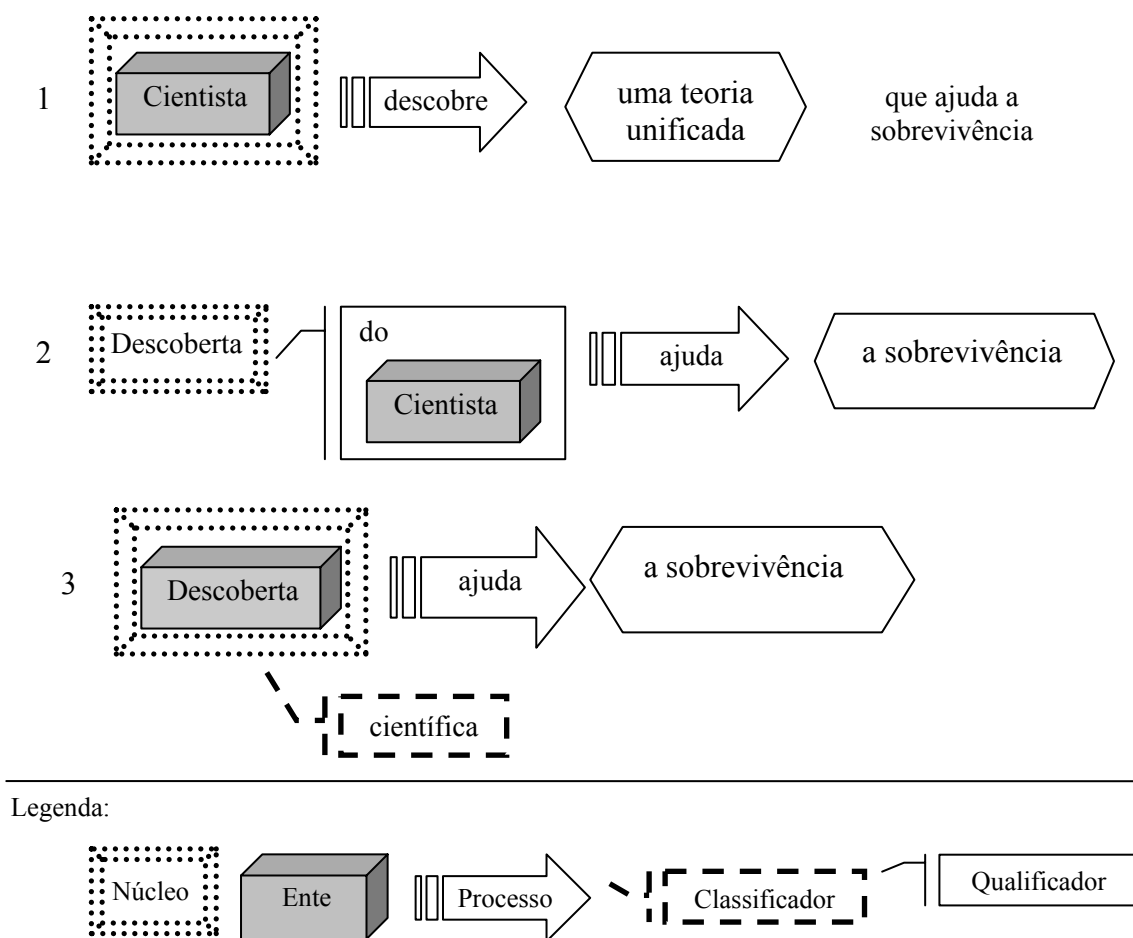
FIGURA 21 – Representação da dissociação entre Núcleo e Ente

<u>3.3 DISCUTINDO OS RESULTADOS: O PAPEL DE UMA DESCRIÇÃO DA ORDEM DO GRUPO E DA ESTRUTURA DO GRUPO NOMINAL EM PORTUGUÊS A PARTIR DA VISÃO LINGÜÍSTICO-FUNCIONAL DA TRADUÇÃO</u>

O fato de esta pesquisa se afiliar explicitamente aos estudos da tradução, particularmente à uma abordagem sistêmico-funcional que adota uma visão lingüístico-funcional da tradução, implica em entender a descrição lingüística como um passo fundamental para a investigação da tradução. Tal entendimento decorre de o objeto de estudo desta abordagem – a tradução – ser caracterizado como um aspecto particular da relação mais

abrangente estabelecida quando mais de um sistema lingüístico está envolvido na produção de significado. Portanto, para as pesquisas que se realizam nesta abordagem, é imprescindível que os sistemas lingüísticos dos quais se investiga a relação tradutória estejam descritos.

Esta pesquisa, tomando este entendimento como motivação, pois, até o momento não há conhecimento de uma descrição sistemática da ordem do grupo ou da estruturação do grupo nominal em português, assumiu a tarefa de propor uma descrição desta parte reduzida do sistema lingüístico total. Contudo, como pôde ser percebido nas seções de análise, os resultados aí apresentados podem contribuir para pesquisas sobre o sistema lingüístico de uma maneira geral. Assim, como forma de articular os resultados da análise desta dissertação com estudos anteriores que, igualmente, pautam-se pela visão lingüístico-funcional da tradução, passa-se agora à apresentação de aspectos particulares da ordem do grupo e do grupo nominal em português que possam contribuir para pesquisas em tradução.

Isto se fará na forma de uma apresentação contrastiva entre os dados presentes nesta proposta e da descrição encontrada em Halliday e Matthiessen (2004) para a estruturação do grupo nominal em inglês. Cabe ressaltar que a seleção do inglês para o contraste não confere a esse sistema a condição de parâmetro, já que um estudo contrastivo pode ser realizado entre quaisquer sistemas lingüísticos (MATTHIESSEN, 2004). A escolha da descrição do inglês se deveu basicamente ao fato de estar sistematizada em níveis mais altos de delicadeza e disposta de forma tal que permite o contraste com os dados aqui encontrados.

3.3.1 A DIMENSÃO DA ESTRUTURA

A partir da análise aplicada, observando a teoria geral de descrição sistêmico-funcional, ao córpus compilado para esta pesquisa, foi possível verificar a constituição da dimensão da estrutura em português.

Neste sistema lingüístico, identificam-se mais imediatamente, como provam descrições gramaticais anteriores, duas ordens: a palavra e a oração. Isto acontece por vários motivos previstos pela teoria sistêmica. Se a questão for abordada “de cima”, encontram-se motivos como o fato de as classes de palavras representarem os seres e os processos do mundo externo, as orações representarem os *quanta de mudança* (realizarem Figuras). Abordada “de baixo” constata-se o imediato reconhecimento destas duas ordens, em virtude, principalmente do estrato da expressão.

Fonologicamente, identifica-se a ordem da palavra devido às pausas realizadas na fala, somadas ao fato de acontecerem, via de regra, imediatamente após uma palavra e, por isto, imediatamente antes de outra. O mesmo é válido para a oração, quando se verificam pausas após a expressão de um *quantum de mudança*. Grafologicamente, o trabalho de identificação das ordens da palavra e da oração é menor devido ao fato de os itens da ordem da palavra serem separados por espaços e os da segunda por marcadores gráficos (como *! ? . ; , ...* etc.) ou por conectores (como *que, e, portanto, mas,* etc.).

Porém, estas duas ordens não são capazes de responder por todos os padrões estruturais do sistema, porque há elementos que formam padrões na estrutura os quais itens da palavra ou da oração não são capazes de comportar. Parte destes padrões é identificada em unidade menor que a palavra e parte é identificada em unidade maior que a palavra.

Os primeiros itens, identificados inclusive pela tradição de descrição gramatical, são aqueles menores que a palavra, os morfológicos, que formam classes para exercer alguma função na ordem da palavra, como, por exemplo, caracterizá-la na forma plural, ou superlativa, feminina, diminutiva, entre outras. É neste sentido que possuem um mesmo padrão compartilhado e, por isto, são entendidos como uma ordem.

Os últimos, respondem por itens que compõem elementos na oração, mas, por sua vez, são compostos por classes de palavras. Isto se deve ao fato de a análise reconhecer que as

palavras isoladamente não são capazes de formar classes suficientemente completas do ponto de vista gramatical para formar elementos na estrutura da oração. Além disto, a análise permitiu a constatação de um recurso do sistema do português que possibilita a produção de “complexos de palavras”, de forma tal que estes são capazes de operar na ordem oracional. Por exemplo, [Qualidade + Ente]: uma palavra não é capaz de realizar um Ente e, ao mesmo tempo, caracterizá-lo como determinado, quantificado, qualificado e classificado.

Uma vez identificada a unidade estruturada a partir de classes de palavras, é possível localizá-la: sua estrutura é organizada em uma ordem superior à palavra e inferior à oração. Caso ela seja observada do estrato da expressão, “de baixo”, os segmentos que carregam o padrão desta unidade possuem estrutura fonológica específica, com ritmo e pausas características, capaz de identificá-los. Grafologicamente, da mesma forma, observam-se os padrões desta ordem intermediária, delimitada por sinais gráficos (como *: - . ; ! ? ...* espaços, etc.), ou pela possibilidade de seus elementos serem transportados pelas posições na estrutura da oração.[105]

A partir dos estratos formais do sistema, “de cima”, observa-se, igualmente, a maneira como esta ordem intermediária opera, exercendo funções experienciais e interpessoais na oração que, apenas em casos restritos, os elementos da ordem da palavra são capazes de fazê-lo. Um exemplo simples, encontrado freqüentemente no córpus de análise, é a função experiencial das Circunstâncias, como Assunto, Papel e Acompanhamento, as quais elementos da ordem da palavra não são capazes de desempenhar na oração.

Por estes motivos, a análise aqui realizada pode indicar que há quatro unidades em português e que a escala de ordens deste sistema lingüístico possui quatro ordens, a oração

[105] É interessante observar que, devido ao fato de existir esta ordem intermediária, ela possui recursos compartilhados com a palavra (como, por exemplo, pode ser separada grafologicamente por espaços, o que não é característico da oração) e com a oração (por exemplo, pode ser separada grafologicamente por ponto final, o que não é característico da palavra), contudo, possui padrões próprios, como seus elementos poderem ser mudados de posição na ordem superior, o que não é possível acontecer, com a mesma freqüência com a palavra, ou ser impossível com a oração.

como a ordem mais alta na hierarquia, uma ordem imediatamente inferior, a ordem da palavra e, por último, a ordem do morfema, sendo esta a mais baixa e, por isto, incapaz de possuir estrutura.

Seguindo a nomenclatura estabelecida por Halliday (2002) à ordem intermediária entre a oração e a palavra, deu-se aqui o nome de ordem do grupo, sendo que seus segmentos carregam os padrões característicos da unidade do grupo. Na ordem do grupo foi possível encontrar dois padrões de itens que possuem características comuns, embora apresentem características distintas.

Em comum, ambos os tipos de itens operam como elementos selecionados de uma classe na estrutura oracional. Como característica distinta, um conjunto dos elementos possui o padrão de ser estruturado por classes de palavras, ao qual, obedecendo a nomenclatura da teoria geral de descrição, deu-se o nome de **grupo**. Já o segundo conjunto é estruturado por classes de palavras e classes de grupos mudadas de ordem. Pelo fato de estes elementos terem sempre presente uma preposição, são denominados **frases preposicionais**. Assim, a escala de ordens do português descrita nesta pesquisa pode ser representada na FIG. 22:
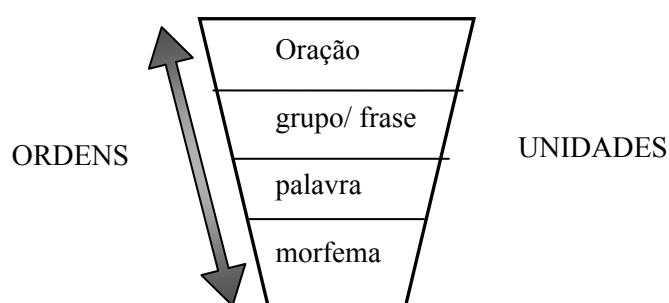
FIGURA 22 – A escala de ordens do português

Através da análise apresentada nesta pesquisa, é possível observar que a ordem do grupo examinada “de baixo” é composta pelas classes de palavras e “de cima” constitui os elementos estruturais da oração. A partir desta última perspectiva, foi possível identificar na

análise que nem todos os grupos podem operar em todos os elementos da oração, mas ao contrário, são agrupados em classes distintas.

Pela análise, foi possível observar que agrupamentos distintos de grupos operam experiencialmente na estrutura oracional como Participante, Processo, Circunstância; interpessoalmente como Sujeito, Predicador, Complemento, Finito, Adjunto; textualmente como Conector. Segundo a natureza principal do elemento (o núcleo do grupo, se é nominal, verbal, etc.), as classes primárias de grupos identificadas no português são nominal, verbal, adverbial, conjuntiva e preposicional, além da frase preposicional (preposição + grupo nominal).

No contraste com o sistema do inglês é possível observar, conforme apontaram estudos anteriores (TEICH, 1999; MATTHIESSEN, 2004), que os sistemas lingüísticos apresentam maior congruência em ambientes mais amplos e são menos congruentes entre si em ambientes mais restritos. Isto significa que quanto mais baixo for o nível de delicadeza, mais semelhantes tipologicamente são os sistemas. Assim, tanto os sistemas do português quanto do inglês possuem quatro ordens que são: morfema, palavra, grupo/ frase e oração.

Entretanto, a descrição aqui apresentada aponta para algumas diferenças entre as funções exercidas pelos elementos de cada ordem na produção de significado. Isto é, enquanto determinadas funções são exercidas por uma ordem em português, são exercidas por outra em inglês.

Por exemplo, em português o Qualificador desempenha um papel importante na subclassificação de itens, bem como na dissociação das funções de Ente e Núcleo. Devido ao fato de o Qualificador ser um elemento mudado de ordem, pode-se dizer que estas funções se realizam inteiramente na ordem do grupo; afinal, as classes (secundárias) de elementos são selecionadas nesta mesma unidade. Já em inglês, tanto a subclassificação quanto a dissociação das funções de Ente e Núcleo podem se dar inteiramente dentro de um grupo nominal sem

Qualificador. Isto implica em dizer que tais funções se realizam pelo trabalho na ordem da palavra, como se verifica no seguinte exemplo:

EXEMPLO 160:
De acordo com a lei de Newton, as estrelas suplementares não iriam fazer qualquer diferença no cômputo médio das originais (...). [excerto extraído de Hawking, *Uma breve história*... 1988.]
According to Newton's law, the extra stars would make no difference at all to the original ones on average (...). [excerto extraído de Hawking, *A brief history*... 1988.]

Pelo exemplo, observa-se que, ao passo que em português uma frase preposicional encaixada em um grupo exerce a função de subclassificar a 'lei', em inglês, a 'lei' é caracterizada pelo Dêitico de pessoa 'Newton's'. Conseqüentemente, uma distinção como esta entre os dois sistemas leva a formas diferentes de os itens se agruparam em classes, quais itens da ordem inferior constituem elementos, como funciona a mudança de ordem. No caso do EXEMPLO 160, em português foi selecionada uma frase preposicional; em inglês uma palavra + morfema. Em português, as classes de palavras identificadas são preposição e substantivo; em inglês, substantivo. Pode-se verificar que, apesar de ambos os sistemas possuírem as mesmas quatro ordens, cada ordem tem funcionamento particular em seu respectivo sistema.

3.3.2 ESTRUTURAS E CLASSES

No grupo nominal, as classes secundárias são determinadas por sistemas de classes de palavras. À medida que a descrição caminhou mais à direita no contínuo de delicadeza, foi possível observar o funcionamento de sistemas também mais delicados, com opções cada vez mais seletivas capazes de distinguir elementos muito próximos. Assim grupos nominais, que em um primeiro nível de delicadeza possuem as funções de representar e qualificar os seres, podem ser classificados segundo vários tipos de representações de seres e vários tipos de

qualidades. No caso da função do Ente, as classes de palavras mais comuns são substantivo e pronome (pessoal). Para a Qualidade, as classes mais utilizadas são artigo, pronome, adjetivo, numeral e preposição.

No que diz respeito à organização lógica do grupo nominal, as classes primárias com função distinta são as de Núcleo e de Modificador. A classe responsável por operar como Núcleo na forma congruente é aquela operando como Ente na estrutura experiencial, portanto substantivo e pronome pessoal. Contudo, elementos operando como Dêitico, Numerativo, Epíteto e Classificador também podem funcionar como Núcleo. Os modificadores são realizados pelos elementos que operam como Qualidade experiencialmente. Seguindo a hierarquia entre Pré- e Pós-modificadores, os primeiros podem ser constituídos pelas classes artigo, pronome, numeral e adjetivo; já os últimos, por adjetivo, preposição e substantivo.

Caminhando mais um pouco no contínuo de delicadeza, é possível entender como se deram seleções sistêmicas para itens delicados pertencentes à mesma classe que, embora ambos pudessem ser selecionados por pertencerem ao mesmo agrupamento, um, e não outro, se fez como termo selecionado, devido às condições de entrada ainda mais distintas.

Neste nível de delicadeza do sistema, quando se opera com opções válidas em uma mesma classe, a descrição trabalhou com os sistemas de classe, como se viu neste capítulo de análise, ao longo das Seções 3.1 e 3.2.

3.3.3 SISTEMAS DE CLASSES: ENTE E QUALIDADE

3.3.3.1 Entes simples

Partindo dos vetores apontados por Halliday e Matthiessen (2004) para a caracterização do Ente: contagem, generalidade e animação, é possível observar que são

vetores aplicáveis à categorização do Ente tanto em português quanto em inglês. Isto acontece porque tais vetores buscam caracterizar o Ente a partir de suas funções mais amplas, em um nível de delicadeza muito baixo. Diante de tal situação, igualmente ao que se observa em outros sistemas, a congruência entre o português e o inglês é alta.

No caso da contagem, verifica-se que possui um papel importante na constituição do grupo nominal em inglês, pois a gramática desse sistema desenvolveu recursos para delimitar mais claramente os tipos de Ente que são contáveis ou não-contáveis. Por exemplo, um dos recursos relacionado a esta propriedade dos Entes em inglês é a forma como são selecionados os Dêiticos não-seletivos para estes Entes.

Em inglês, no caso de o Ente ser não-contável e o grupo nominal específico, então o número empregado é o singular (não-plural). Por outro lado, quando o Ente é não-contável, mas o grupo nominal é não-específico, então o Ente é interpretado junto com o plural, na forma denominada não-singular.

Neste aspecto, o sistema lingüístico do português se caracteriza por uma maior mobilidade na construção dos Entes, podendo ser, em geral, tanto contáveis ou não-contáveis. Para isto, o sistema tem desenvolvidos recursos particulares, como a seleção por Dêiticos não-seletivos específicos como forma de particularizar Entes contínuos.

No que diz respeito à generalidade, ambos os sistemas são capazes de produzir relações taxonômicas nas quais um Ente mais amplo funciona como hiperônimo de outros Entes que se abrem com termos em níveis mais altos de delicadeza. O que é possível apontar, com isto, é o tipo de representação mais empregada para os Entes em cada sistema.

Assim, dadas as circunstâncias, por exemplo, aspectos como o registro, ou o tipo de representação construída, bem como a avaliação do falante acerca do Ente, além do contexto (relações exofóricas) influem no grau de generalização assumido para um Ente. Uma questão importante sobre a generalização que pode ser apontada, apesar de fugir aos objetivos desta

pesquisa, seria entender como a generalização procede nos dois sistemas em níveis mais altos de delicadeza, por exemplo, procurando-se entender quais esferas da experiência são mais lexicalizadas em cada sistema lingüístico (logo, produzindo Entes mais particulares) e quais são menos lexicalizadas (empregando-se Entes mais gerais).

No vetor da animação, tanto o sistema do português quanto o do inglês possuem as mesmas classes de Entes, que variam desde o consciente (humano) à abstração semiótica. Contudo, os critérios para a classificação de Entes nesta taxonomia variam segundo os sistemas lingüísticos. Por exemplo, em inglês, um critério importante para a classificação taxonômica é o emprego do pronome pessoal capaz de substituir o Ente, uma diferença marcante entre Entes conscientes e não-conscientes, com a utilização do pronome '*it*' para estes últimos. Em português, o critério dos pronomes como forma de categorização tem aplicação mais restrita, podendo ser válido apenas para identificar Entes que são consciente (eu, você, ela, ele) ou instituição (ela, ele, nós).

Um outro critério importante, que merece maior análise do que aquela aqui realizada, é a capacidade de os Entes se movimentarem ao longo do contínuo de animação. Halliday e Matthiessen (1999) afirmam que a distinção entre os Entes de uma classe e os Entes de outra não é rígida e que varia dependendo de muitos fatores. Segundo esses autores, varia até mesmo para um mesmo falante em momentos de desenvolvimento diferentes em um mesmo texto. Assim, em um nível maior de delicadeza na taxonomia do Ente, é possível entender quais os princípios que permitem a "flutuação" de um Ente por classes diferentes.

Neste aspecto, esta dissertação pode contribuir na medida em que estabelece várias classes secundárias para grupos nominais e abre a possibilidade para a constatação de outras classes. Assim, dados os tipos de Ente que entram como elemento nestas classes secundárias, é possível entender como um Ente é construído ora como, por exemplo, objeto semiótico, e ora como objeto material.

3.3.3.2 Determinação

Em um nível menos delicado, tanto no sistema do português quanto no do inglês, os Dêiticos se configuram como opções no sistema de DETERMINAÇÃO, que, em ambas as línguas tem uma primeira divisão entre específicos e não-específicos. Porém, a partir deste ponto, à proporção que o nível de delicadeza aumenta, os sistemas começam a apresentar traços tipológicos diferentes.

Halliday e Matthiessen (2004) observam que o sistema de DETERMINAÇÃO em inglês cujos termos desempenham as funções dos Dêiticos é realizado pela classe dos determinantes (*determiners*) e obedece, em primeiro lugar, à subdivisão entre determinantes específicos e não-específicos. A FIG. 23, reproduzida de Halliday e Matthiessen (2004, p. 313) traz a rede do sistema de DETERMINAÇÃO do inglês.
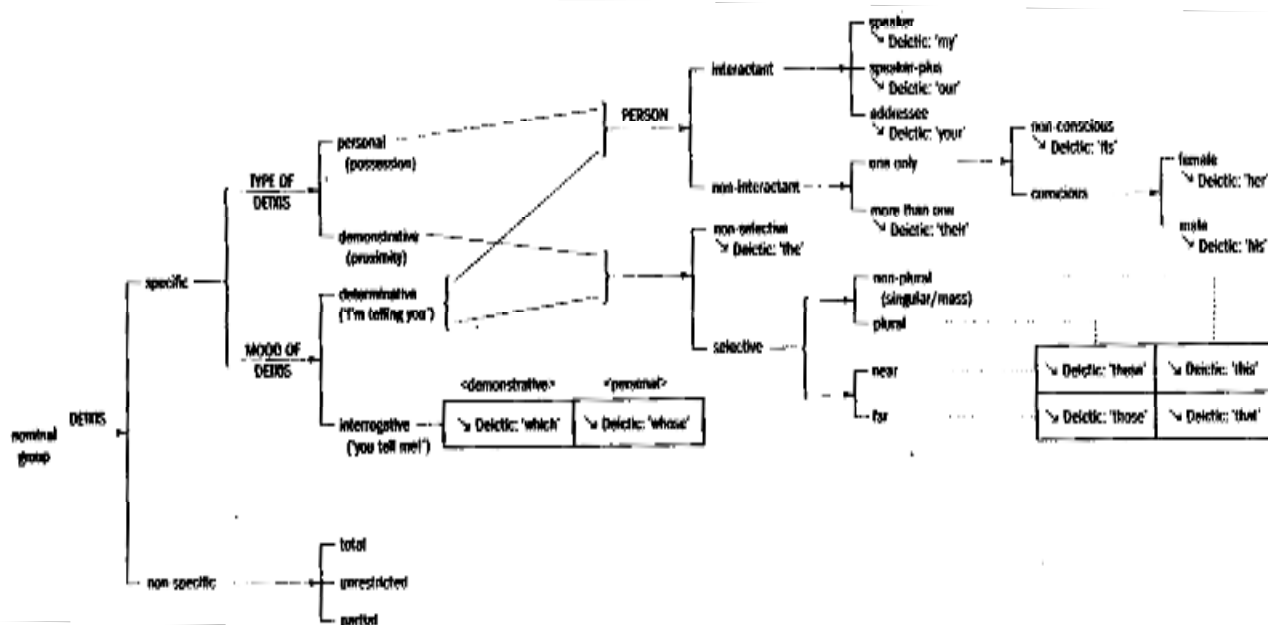
FIGURA 23 – O sistema de DETERMINAÇÃO em inglês

Fonte: HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, p. 313.

Como é possível observar na FIG. 23, a determinação do grupo nominal em inglês parte da escolha de opções para dêixis, ou a orientação para um subconjunto do Ente. As duas primeiras opções excludentes no sistema, representadas pelo colchete, são entre os Dêiticos específicos e os não-específicos. Para os específicos, é possível identificar um conjunto de opções concomitantes para o tipo de dêixis, que se relaciona em inglês com a orientação relativa à pessoa ou à proximidade e para o modo de dêixis, relacionado ao MODO.

A orientação relativa à pessoa é assim denominada porque a determinação se faz indicando a posse das pessoas do discurso. Assim, '*my*' significa '*the one I own*'; '*your*', '*the one you own*' e assim por diante. A orientação relativa à proximidade, do mesmo modo, se refere às pessoas do discurso, porém, indicando a proximidade que o elemento orientado pelo Dêitico mantém do falante. Assim, '*this*' significa '*o que está próximo ao falante*'; e '*that*', '*o que não está próximo ao falante*' (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, p. 314).

Em português, como foi visto na subseção 3.1.1.2, o tipo de dêixis também está relacionado com a orientação para a proximidade e para a pessoa e o modo de dêixis ao MODO. Quando vistos "de baixo", o tipo de dêixis em inglês é constituído por itens da classe de palavras dos determinantes. Em português, o elemento que desempenha a função de Dêitico de proximidade é constituído por itens da classe de palavras dos pronomes demonstrativos e o Dêitico de pessoa pelo pronome possessivo.

No que diz respeito à determinação que não é orientada, o sistema apresenta ainda um outro termo, excludente à determinação de pessoa e de proximidade, produzindo no sistema outro conjunto de opções entre Dêiticos seletivo e não-seletivo. O Dêitico não-seletivo é expresso em inglês pelo item '*the*'. Este item indica, conforme o apresentam Halliday e Matthiessen (2004), a identificação do subconjunto do Ente, porém, não apresenta delicadeza funcional suficiente o bastante para ser possível identificá-lo, isto é, não orienta o receptor relativamente à pessoa ou à proximidade.

Em português, o Dêitico não-seletivo também está presente como termo do sistema e se subdivide em específico e não-específico. Contudo, ao passo que no inglês o termo do Dêitico não-seletivo é uma das possíveis seleções para o tipo de dêixis, em português, a opção não-seletiva forma a base para o restante do sistema de DETERMINAÇÃO.

O Dêitico não-seletivo específico em português desempenha uma função intimamente relacionada com a dos Dêiticos seletivos, de proximidade e pessoa. Já em inglês, '*the*' é freqüentemente acompanhado por algum outro elemento que faz as vezes do tipo de determinação necessária, o que pode ser feito por pós-Dêiticos, Epítetos, Classificadores ou Qualificadores.

O Dêitico de proximidade em português desempenha as funções de Dêitico específico não-seletivo e seletivo orientado para a proximidade. Neste aspecto, é topologicamente semelhante ao inglês, pois os itens nos dois sistemas cumprem funções bastante próximas. Entretanto, no sistema do português, esta opção se abre como um termo seletivo do Dêitico específico, sendo localizada e com isto descrita, de forma diferente.

Outra distinção entre os sistemas é que em português há três termos de Dêiticos de proximidade (este, esse, aquele, e suas variações), ao passo que em inglês há apenas dois (*this*, *that*, e suas variações). Além disto, a relação entre os Dêiticos de proximidade e as pessoas do discurso em inglês parece, segundo afirmam Halliday e Matthiessen (2004), estar relacionada ao falante (Ente próximo ou distante do falante).

Em português, por outro lado, a proximidade e a distância estão relacionadas aos Dêiticos de modo mais livre, pois são delimitadas de modo a construir uma representação do espaço referencial e do espaço experiencial representado, o que aconteceria, necessariamente, de forma logogenética. Este fato produz várias implicações que contribuem para diferenças nas unidades de significado produzidas em cada um destes sistemas lingüísticos, como por

exemplo, para os textos dialogados, nos quais o espaço é passível de maior negociação do que o espaço em inglês.

Comparativamente, os Dêiticos de proximidade em português e inglês podem ser representados na FIG. 24:
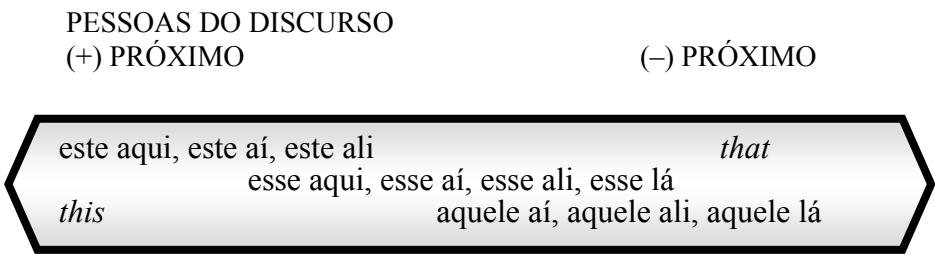
Figura 24 – Contínuo para os Dêiticos de proximidade em português e inglês

No que diz respeito aos Dêiticos de pessoa, em ambos os sistemas são empregados relativamente às pessoas do discurso. A diferença principal entre este tipo de determinante entre os sistemas do português e do inglês está no fato de em português o Dêitico de pessoa não selecionar a opção específico e, por isto, abrir espaço para que um outro Dêitico componha com ele uma unidade de especificação (ou não-especificação) e orientação para a pessoa. Comparativamente, esta função dos sistemas do português e do inglês pode ser representada na FIG. 25:
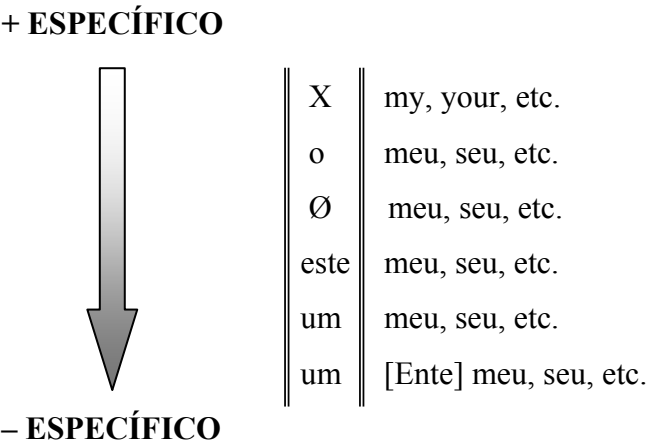
FIGURA 25 – Relação entre Dêiticos possessivos e outros tipos de Dêiticos em português e inglês

Passando à análise sobre os Dêiticos não-seletivos, Halliday e Matthiessen (2004) apontam que, discursivamente, estes Dêiticos, específicos e não-específicos, operam em inglês de forma integrada. Isto é, os não-específicos introduzem um referente no discurso e os específicos o localizam ao longo do desenvolvimento do texto. Em português esta forma de integração é apenas uma das opções possíveis; porém, acontecem com freqüência ocorrências nas quais o referente é introduzido por um Dêitico não-seletivo específico. Diferentemente do inglês, os Dêiticos não-seletivos em português se relacionam ao sistema de REFERÊNCIA de maneira mais próxima ao aspecto da identificação, quando um referente é apresentado como parte ou não da cadeia referencial.

Assim, enquanto em inglês a localização do referente no desenvolvimento do texto se dá por seu caráter específico e não-específico da determinação, em português isto acontece pelo aspecto da identificação. Por este motivo, em inglês necessita-se apenas da investigação da especificidade para se compreender o motivo pelo qual um dado item da classe dos Dêiticos não-seletivos foi selecionado para exercer esta função no grupo nominal, ao passo que em português é importante observar, igualmente, a identificação do elemento. As seleções para estas funções são vistas comparativamente na FIG. 26:

			INGLÊS	
	PORTUGUÊS			
SISTEMA ➔	REFERÊNCIA		DETERMINAÇÃO	
	Identificação	**Referente**	**Definição**	**Especificidade**

FIGURA 26 – REFERÊNCIA e DETERMINAÇÃO relativas às funções de Dêiticos não-seletivos em português e inglês

No sistema de DETERMINAÇÃO, o termo de opção para os Dêiticos não-específicos compreende determinantes totais e parciais, que são utilizados quando o falante se refere a um conjunto não-específico do Ente. Os determinantes totais são empregados quando

o elemento apontado pela função do Dêitico tem o sentido de ‘*all*’, ‘*each*’, ‘*every*’, entre outros. Ao passo que os parciais podem ser seletivos quando indicam o sentido de ‘*one*’, ou não-seletivos, expressos pelo item ‘*a(n)*’.

O modo de dêixis se subdivide em duas opções excludentes conforme os modos verbais nos quais se utilizam determinantes: declarativo e interrogativo. No modo interrogativo, os determinantes podem também ser orientados tanto para a pessoa, ‘*which person’s*’, ‘*whose(ever)*’, quanto para a proximidade, ‘*which(ever)*’, ‘*what(ever)*’ (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, p. 314).

Além do tipo de dêixis, tanto o sistema do português quanto o do inglês possuem termos no sistema para o modo de dêixis. Ambos os sistemas possuem Dêiticos interrogativos. Ganha destaque o fato de o sistema do inglês possuir um Dêitico especificamente utilizado para interrogar sobre o Dêitico de pessoa, ‘*whose*’. Em português, a pergunta sobre a posse se faz de forma mais ampla, e o mesmo Dêitico interrogativo pode se referir também a outros elementos.

Um quadro comparativo entre os termos do sistema de DETERMINAÇÃO em português e inglês é visto a seguir:

QUADRO 43

Termos e itens do sistema da DETERMINAÇÃO em português e inglês

Especificidade		**Não-especificidade**		**Pessoa**		**Proximidade**		**Exemplo**	
Port.	***Ingl.***	***Port.***	***Ingl.***	***Port.***	***Ingl.***	***Port.***	***Ingl.***	***Port.***	***Ingl.***
+	+							o, a	the
		+	+					um, uma	a
+						+	+	esta, essa, aquela	this, that
				+	+			minha, minhas	my, her
+				+				o meu	
		+		+				um meu	
+				+		+		esta minha	
Interrogativo								qual, que, quem	which, what
					+				whose

Halliday e Matthiessen (2004) ressaltam ainda a importância do sistema de número para o grupo nominal em inglês, particularmente no que diz respeito ao Dêitico. Os autores constatam que diante da opção por Dêiticos específicos, o sistema de número se comporta pela oposição entre plural e não-plural, cabendo aos elementos não-contáveis (de massa) se agruparem com o singular; quando a opção é pelo termo dos Dêiticos não-específicos, o sistema opõe os elementos entre singular e não-singular, sendo que os não-contáveis se somam ao plural. Isto pode ser visto nos QUADROS 44 e 45, retirados de Halliday e Matthiessen (2004, p. 315-16).

QUADRO 44

O sistema de número no grupo nominal específico em inglês

<table>
<tr><th colspan="2">Não-plural</th><th rowspan="2">Plural</th></tr>
<tr><th>Singular</th><th>Não-contável (de massa)</th></tr>
</table>

QUADRO 45

O sistema de número no grupo nominal não-específico em inglês

<table>
<tr><th rowspan="2">Singular</th><th colspan="2">Não-Singular</th></tr>
<tr><th>Não-contável (de massa)</th><th>Plural</th></tr>
</table>

Em português, a diferença entre ocorrências como:

EXEMPLO 161:

1 colher (sopa) de azeite de oliva [Texto 10]

Aqueça o azeite numa panela grande antiaderente. [Texto 10]

parece estar apenas na determinação impressa pelos Dêiticos aos Entes e não em seu caráter não-singular ou não-plural, pois ambas as ocorrências se referem a um Ente simples: substância, porém, no segundo caso, construído como objeto material.

Halliday e Matthiessen (2004) fazem também duas considerações importantes sobre os Dêiticos em inglês: uma relativamente à não-realização do elemento determinante e a outra

à função do pós-Dêitico. Quanto à não-realização do determinante, os autores ressaltam, em primeiro lugar, que ainda assim é significativo para o sistema dos Dêiticos, implicando na expressão de um grupo nominal não-específico e não-singular.

Além do elemento Dêitico, é possível, segundo esses autores, haver um segundo elemento no grupo nominal responsável por acrescentar maior identificação ao subconjunto do Ente apontado pelo Dêitico que, em termos sistêmico-funcionais, denomina-se pós-Dêitico. A função do pós-Dêitico é identificar o subconjunto do Ente no que diz respeito às suas semelhanças (ou diferenças) em relação a um outro subconjunto, além de se referir a seu status no texto. Em geral, exercendo a função de pós-Dêiticos em inglês encontram-se palavras da classe dos adjetivos, comumente expressando algum tipo de avaliação do falante. Além disto, seu uso pode ser interpretado segundo as categorias de expansão (isto é, elaborando, estendendo ou intensificando o subconjunto do Ente) e de projeção (de idéia, fala, modalização e modulação).

Com relação ao Pós-dêitico, pode-se dizer que, tendo em vista a limitação do córpus analisado nesta pesquisa, sob a metodologia aqui empregada, não foi possível observar elementos desempenhando esta função na estrutura do grupo nominal em português. Isto porque a função do Pós-dêitico em inglês é desempenhada por outros elementos em português, basicamente os Dêiticos não-específicos e os Epítetos interpessoais. Do ponto de vista lógico, muitos dos itens que em inglês ocupam a posição do elemento exercendo a função de Pós-dêitico, em português são selecionados para a posição pós-modificadora, funcionando como Epíteto, por exemplo:

EXEMPLO 162:

esse igualitarismo ***inflexível*** [Texto 14]

those ***lovely*** two evenings [exemplo retirado de Halliday e Matthiessen (2004, p. 317)]

3.3.3.3 Quantificação

No que diz respeito aos Numerativos, ambos os sistemas lingüísticos apresentam termos que cumprem a função de quantificar, tanto em quantidade como em ordem, o subconjunto do Ente. No caso do inglês, a seleção dos itens se dá a partir da classe de palavras dos numerais e dos pronomes indefinidos. Em português, além dos numerais e pronomes indefinidos, os Numerativos podem ser elementos que comportam itens da classe dos pronomes interrogativos. Isto se deve ao fato de, em português, os Numerativos poderem possuir modo interrogativo, diferentemente do inglês, por exemplo:

EXEMPLO 163: Quantos irmãos você tem? [Texto 4]

Para o restante das classes secundárias de Numerativos, parece haver uma congruência maior entre os sistemas lingüísticos. Ambos os sistemas possuem, inclusive, recursos de submodificação como forma de tornar um numerativo preciso em impreciso, como por exemplo:

EXEMPLO 164:
um dos mais sublimes da história moral dos homens [Texto 15]
Saddam e dois de seus ex-colaboradores [Texto 5]

About ten trains; almost the last train [exemplos retirados de Halliday e Matthiessen (2004, p. 318)]

3.3.3.4 Epítese e subclassificação

Do ponto de vista experiencial, estas são funções tipologicamente bastante semelhantes nos dois sistemas lingüísticos. Isto se vê quando são examinadas em face de sua localização no sistema.

Observados “de baixo”, Epítetos e Classificadores em português e em inglês são realizados tipicamente por adjetivos, embora em português, provavelmente por causa da estrutura lógica, pronomes possessivos e demonstrativos operando na posição do elemento Pós-modificador βα exerçam a função de Classificador, assim como em inglês, substantivos e verbos nas posições β, γ, etc. operam como Classificadores e Epítetos. “Ao redor”, Epítetos e Classificadores em português e em inglês compõem elementos no grupo nominal e se relacionam mais diretamente ao Ente, portanto, modificando-o e sendo modificados pelos elementos de localização e quantificação. “De cima”, Epítetos e Classificadores fazem parte da função mais ampla de Qualificação, os Epítetos imprimem alguma qualidade ao Ente e os Classificadores separam-lhe uma subclasse.

O QUADRO 46 apresenta as principais características dos Epítetos e Classificadores em português e em inglês.

QUADRO 46

Principais características dos Epítetos e Classificadores em português e em inglês

	Português	**Inglês**
EPÍTETO EXPERIENCIAL	x	x
Separa subconjunto do Ente	x	x
Traços objetivos do Ente	x	x
Representação da experiência	x	x
Constatação por padrão ou regra	x	x
Variação em gênero, número	x	
Variação em grau	x	x
Referência “endofórica” e “exofórica”	x	x
Propriedade de definir	x	x
Superlativo define o Ente	x	x
Não seleciona padrões fonológicos interpessoais	x	x
Distribuição mais ampla pelos processos sócio-semióticos	x	x
Relaciona-se ao sistema de REFERÊNCIA da coesão	x	x
Generaliza a qualidade do subconjunto para o Ente como um todo	x	x

EPÍTETO INTERPESSOAL		
Separa subconjunto do Ente	x	x
Avaliação do falante	x	x
Negociação de significados	x	x
Não pode ser constatado objetivamente pelo ouvinte	x	x
Variação em gênero e número	x	
Variação em grau	x	x
Não possui referência "fórica"	x	x
Não possui a propriedade de definir	x	x
Superlativo funciona como intensificação	x	x
Seleciona opção para padrões fonológicos interpessoais	x	x
Distribuição mais restrita pelos processos sócio-semióticos	x	x
Relaciona-se ao sistema da coesão de REFERÊNCIA	x	x
Generaliza a qualidade do subconjunto para o Ente com um todo	x	x
CLASSIFICADOR		
Separa subclasse do Ente	x	x
Variação em gênero e número	x	
Distribuição mais ampla pelos processos sócio-semióticos	x	x
Não pode selecionar padrões fonológicos interpessoais	x	x
Relaciona-se à coesão lexical	x	x
Lida apenas com uma parte (hiponímia) do Ente	x	x
Elemento dependente imediatamente hipotático ao Ente	x	x

3.3.3.5 Qualificadores

A função do Qualificador é desempenhada em ambos os sistemas lingüísticos por um elemento que não é constituído por itens da ordem da palavra, mas é, de outra forma, mudado de ordem, tanto da própria ordem do grupo, no caso das frases preposicionais quanto da ordem da oração.

Halliday e Matthiessen (2004) afirmam que a função do Qualificador em inglês é caracterizar o Ente sob algum aspecto. Especificamente no caso da frase preposicional, o

português, pelo que se pôde observar na análise conduzida neste trabalho, aproxima a função do Qualificador daquela do Classificador. Assim, enquanto o Qualificador em inglês exerce a função de caracterizar de uma forma mais ampla o Ente, o Qualificador em português também possui uma função específica bastante característica que é separar do Ente uma subclasse.

3.3.4 SISTEMAS DE CLASSE: NÚCLEO E MODIFICADORES

A observação da estrutura lógica para o grupo nominal em inglês e em português aponta para uma congruência entre os sistemas no sentido de que em ambos o elemento dominante é o Núcleo do grupo nominal e os elementos hipotáticos são seus modificadores. Em ambos os sistemas, a forma congruente de estruturação é que um mesmo elemento opere como Ente e Núcleo, pois assim constitui o cerne do grupo nominal. Porém, devido aos recursos de modificação particulares de cada sistema, o potencial de significado produzido pode ser ampliado quando ocorre a dissociação destas funções.

Para a língua inglesa, a qualificação ocorre da direita para a esquerda: "a base da subcategorização obviamente se alterna à medida que movemos para a esquerda: 'que tipo de...?', 'que qualidade de...?', 'quantos de...?', e assim por diante" (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, p. 329).[106] Já em português, os recursos desenvolvidos pelo sistema permitem à modificação ocorrer tanto à direita quanto à esquerda do Ente.

Em inglês há também modificação à direita. Neste caso é possível afirmar que ambos os sistemas possuem elementos Pré- e Pós-modificadores. Contudo, os Pós-modificadores em inglês são Qualificadores. Devido ao fato de os Qualificadores serem um elemento mudado de ordem, não contribuem, como o fazem os Pré-modificadores, para a construção dos nominais complexos em inglês. Já em português, tanto os Pré-modificadores quanto os Pós-modificadores são capazes de entrar nesta formação.

[106] The basis of subcategorization of course shifts as we move to the left: 'what type of...?', 'what quality of...?', 'how many...?' and so on.

Do ponto de vista dos elementos modificadores, em ambos os sistemas, obedecem a uma mesma ordem hierárquica a base hipotática. A partir do Ente são: Classificador, Epíteto experiencial, Epíteto interpessoal, Numerativo, Pós-dêitico (somente para o inglês) e Dêitico. Pelo fato de o sistema do português estabelecer complementarmente uma hierarquia também entre as posições de pré- e pós-modificação, a relação hipotática entre os modificadores carece de um nível de interpretação intermediário.

Devido à diferença na distribuição da modificação entre os sistemas lingüísticos do inglês, tal qual o apresentam Halliday e Matthiessen (2004), e do português, como pôde ser visto acima, é possível produzir um quadro comparativo, apresentando como se divide o trabalho gramatical entre Pré-modificadores e Pós-modificadores nos dois sistemas:

QUADRO 47

Divisão do trabalho gramatical para a submodificação em português e em inglês

Ordem da modificação	**Status mais provável**	**Português**		**Inglês**
Ente	Núcleo	α		α
Classificador	dependente 1	βα		β
Epíteto experiencial	dependente 2	ββ (Pós)	γα (Pré)	γ
Epíteto interpessoal	dependente 3	βγ (Pós)	γα ou γβ (Pré)	δ
Numerativo	dependente 4	γβ		ε
Dêitico	dependente 5	γγ		ζ

Pela apresentação do QUADRO 47 é possível observar que em português o recurso da modificação assume disposição distinta daquela do inglês, principalmente no que diz respeito às relações de interdependências possíveis.

Enquanto em inglês a ausência do Ente provoca a necessidade de a gramática desenvolver recursos para a expressão de um item na posição alfa[107], em português, a divisão do trabalho gramatical entre Pré- e Pós-modificadores possibilita o estabelecimento das relações de interdependência de forma tal que o primeiro elemento dependente passa a assumir a posição de Núcleo na falta do dominante.

Por conseguinte, na falta do Ente, elementos como Classificador, Epíteto e Numerador, que em inglês ocupam a posição de Núcleo em poucos ambientes funcionais – por exemplo, os Epítetos funcionando como Atributo em configurações relacionais – em português podem servir como Núcleo em praticamente todos os grupos nominais e, portanto, exercer a função interpessoal de Sujeito.

---

[107] Por exemplo o substitutivo 'one' (ver HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, p. 331).

CONCLUSÃO

Afiliada aos estudos da tradução, esta dissertação adotou uma visão sistêmico-funcional de forma a entender a tradução dentro de um conjunto de fenômenos mais amplos observados pela teoria sistêmica. Como foi apontado na Introdução deste trabalho, Malmkjær (2005) afirma que as pesquisas em tradução envolvem duas concepções de tradução: 1) quando são vistas como objeto de estudo próprio dos estudos da tradução, em geral, aplicam-se os conhecimentos de outra teoria para explicar a tradução. 2) quando o que se procura nas pesquisas é o desenvolvimento de uma teoria de tradução, aplicam-se os conceitos de outra teoria aos fenômenos envolvidos na tradução, fazendo-a, conseqüentemente, tornar-se uma subárea desta outra teoria.

No capítulo de revisão teórica, observou-se que, historicamente, as abordagens à tradução de base sistêmico-funcional tiveram início com a busca por uma teoria de tradução que esboçasse a teoria sistêmica de modo particular. Contudo, o desenvolvimento desta vertente do campo disciplinar permitiu que as pesquisas mais recentes pudessem ser localizadas entre estas duas concepções de tradução, objetivando a produção de uma teoria de tradução com base na lingüística sistêmico-funcional, porém conservando o objeto de estudo próprio.

Isto se deve ao fato de a tradução passar a ser examinada sob a dimensão instancial do sistema, como foi apontado no capítulo de revisão teórica, principalmente a partir dos trabalhos de Teich (1999) e Matthiessen (2001). Nesta dimensão, a produção de significado é disposta no contínuo da instanciação que, a rigor, tem como o pólo do potencial os recursos mais amplos para a produção de significado humana e, como o outro pólo, as expressões de significado materializadas, como os sons (característicos da linguagem oral) e as marcas "no papel" (características da linguagem escrita).

Entender a produção de significado humano pela instanciação abre a possibilidade de se explicar o funcionamento desta produção em vários sistemas semióticos, bem como em

suas variações: internas, distribuídas pelos subpotenciais (registros), e externas, mediante o contato entre os sistemas (estudado pela lingüística comparada, pelos estudos tipológicos e, especificamente quanto à produção de significado a partir da criação de novos registros, pelos estudos da tradução). Nesta dissertação, a tradução foi, em primeiro lugar, entendida como uma forma de produção de significado que se dá a partir do contato entre sistemas. Assim, é vista como uma relação entre sistemas, mais especificamente, uma relação entre sistemas lingüísticos.

Desta forma, a opção nesta dissertação foi por adotar a postura teórica da visão lingüístico-funcional da tradução (TEICH, 1999; MATTHIESSEN, 2001; STEINER, 2002), na qual a tradução não é estudada propriamente como um fenômeno, mas como uma forma de os sistemas lingüísticos se relacionarem. Foi possível observar nos Capítulos 1 e 3 desta dissertação que a relação entre sistemas lingüísticos pode ser estudada por mais de um campo disciplinar (como os estudos da tradução, a lingüística comparada e a tipologia contrastiva). Contudo, os estudos da tradução conservam um olhar particular para a relação entre sistemas. Este possibilita, segundo Teich (1999) que a investigação do contato entre sistemas seja suficiente para a produção de novos significados, ou, em outras palavras, que o contato entre sistemas lingüísticos gere novos subpotenciais.

Apesar de a tradução não ser entendida nesta dissertação como um fenômeno, isto não significa que esteja impedida de ser um objeto próprio dos estudos da tradução. Como foi apontado no primeiro capítulo desta dissertação, sendo um ponto no contínuo de instanciação entre o potencial de produção de significado no contato entre sistemas lingüísticos e a expressão de textos produzidos a partir deste contato, a tradução pode ser entendida, assim como o foi nesta pesquisa, como um olhar particular para esta relação que define a região do contínuo na qual se encontra. Tal localização permite, por exemplo, indicar qual relação entre

a tradução e a tipologia contrastiva, que também se apresenta como um outro ponto deste contínuo.

Contudo, para se localizar a tradução, foram considerados nesta dissertação três fatores decisivos no estudo deste objeto: (i) a descrição dos sistemas lingüísticos relacionados, (ii) a comparação e o contraste entre unidades e de recursos produtores de significado destes sistemas e, por fim, (iii) a determinação para as seleções dos recursos que instanciaram as unidades dos sistemas envolvidos. Assim, sem que se cumpram estes requisitos, conquanto tenham valor para a produção de novos conhecimentos, as pesquisas têm seu impacto diminuído (STEINER, 2002) justamente por não possuírem os subsídios necessários para a análise ou, por se verem limitadas a tomar como ponto de partida as descrições, comparações e motivações para escolhas tradutórias retiradas das pesquisas com outros sistemas lingüísticos.

É importante destacar que, para uma análise especificamente da tradução, baseada em descrições amplas, é preciso que haja descrições. No capítulo metodológico foi possível observar, com respeito ao desenvolvimento das pesquisas sistêmico-funcionais, as quais têm como um dos sistemas na relação tradutória o português. Pelo fato de se encontrarem em um momento particular, no qual não há descrições sistemáticas o suficiente, de modo a possibilitar comparações e contraste entre unidades de significado, esta dissertação procurou conduzir, no Capítulo 3, uma análise de modo a apresentar uma proposta de descrição de uma parte do sistema lingüístico do português que, embora de dimensões reduzidas, pudesse servir como base para futuras pesquisas em tradução pautadas pela visão sistêmico-funcional. Para tanto, adotou como metodologia, como foi visto no Capítulo 2, os fundamentos da teoria geral de descrição sistêmico-funcional.

A opção desta dissertação foi entender como a oração se estrutura em português. Para tanto, foi necessário entender qual a ordem que fornece os elementos que realizam as

funções oracionais, o que requereu, primeiramente, a descrição da escala de ordens em português. Para tanto, foi necessário, no desenho metodológico, tomar como ambiente mais amplo da descrição a dimensão da estrutura. Cabe ressaltar que, nas descrições sistêmico-funcionais que se realizam atualmente, com se apontou no capítulo de metodologia, a dimensão adotada como ponto de partida é a metafuncional, exatamente por ser o ambiente mais amplo; afinal, são as metafunções que organizam a semântica e a lexicogramática. Porém, a opção pela estrutura provou ser mais apropriada, tendo-se em vista o caráter inicial desta pesquisa.

Com base na gramática de escala e categoria, procurou-se definir quantas unidades possui o sistema lingüístico do português a partir do exame de quais os padrões lingüísticos apresentados por cada unidade, além de quais elementos da ordem inferior, quando agrupados, formavam classes para compor elementos. Assim, foi possível constatar que a escala de ordens em português possui quatro ordens: morfema, palavra, grupo (e frase) e oração.

Além disto, um segundo objetivo foi identificar qual a ordem que fornece elementos para a estruturação da oração, identificada como a ordem do grupo. Seguindo a esta identificação, a dissertação se concentrou na descrição da estrutura de uma das classes de grupo, a classe nominal. Para isto, a metodologia aplicada à identificação de quais as classes de grupos que servem como elementos à oração foi repetida em uma unidade inferior: quais as classes de palavras que servem como elemento na ordem do grupo (nominal).

A partir desta metodologia foi possível conduzir a análise apresentada no Capítulo 3, a qual identificou quais as classes de palavras que operam como elementos na estrutura do grupo nominal, tanto em um primeiro nível de delicadeza, quanto em níveis mais altos de delicadeza no sistema, como classes secundárias de elementos. A análise conduzida nesta

dissertação descreveu a forma como se estrutura o grupo nominal em português, o que é feito de forma experiencial e lógica.

Experiencialmente, os elementos presentes nesta classe de grupo cumprem as funções de ***Qualidade***:

- Dêiticos: não-seletivo (específico e não-específico), seletivo de proximidade, seletivo de pessoa, indefinido, interrogativo.
- Numerativo: ordenativo, quantitativo, interrogativo.
- Epíteto: experiencial, interpessoal.
- Classificador: várias classes (material, origem, característica, etc.).

E função de ***Ente***: consciente, animal, objeto material, substância, abstração material, instituição, objeto semiótico, abstração semiótica.

Além disto, outros elementos encaixados no grupo nominal foram identificados, os Qualificadores, que podem ser:

- Frase preposicional
- Oração não-finita
- Oração finita

Quanto à estrutura lógica, observou-se que em português esta possui um elemento operando como Núcleo e outros elementos operando como Pré- e Pós-modificadores. Foi possível também observar que a posição de pós-modificação exerce dominância em relação de pré-modificação, permitindo que os elementos Pós-modificadores sejam modificados pelos Pré-modificadores.

Cumprida a fase de descrição, o passo seguinte adotado pela dissertação, ainda no Capítulo 3, foi então promover a comparação e o contraste entre o português e um outro sistema lingüístico com o qual pode-se estabelecer a relação tradutória. No caso desta pesquisa, a seleção foi pelo sistema lingüístico do inglês, que já conta com uma descrição exaustiva.

No contraste tipológico entre os sistemas, observou-se, como apontam Teich (1999) e Matthiessen (2001), que os sistemas mantêm maior congruência entre si em níveis mais baixos de delicadeza, ao passo que em níveis mais altos, são menos congruentes. No contraste entre português e inglês constatou-se, em nível mais baixo de delicadeza que:

- Ambos os sistemas possuem quatro ordens
- Possuem a classe do grupo nominal
- Possuem estruturas experiencial e lógica do grupo nominal.
- Na estrutura experiencial, ambos possuem as funções de Qualidade e Ente.
- Na estrutura lógica, possuem Núcleo, Pré-modificadores e Pós-modificadores.

Em nível mais alto de delicadeza:

- O trabalho de produção de significado realizado por cada ordem é diferente em português e em inglês, por exemplo, o estabelecimento de subclasses de Entes em inglês se realiza por elementos da ordem da palavra (os Classificadores), ao passo que em português este recurso também é operado pela ordem do grupo (além dos Classificadores, também os Qualificadores).
- O grupo nominal em português realiza funções distintas na ordem da oração em relação ao grupo nominal em inglês, como por exemplo, Circunstância de Modo: meio e comparação.
- A estrutura experiencial do grupo nominal em português desenvolveu funções diferentes daquelas do inglês, como por exemplo, em português não há a função do Pós-dêitico; porém, a posição do Epíteto interpessoal cumpre a função de determinar o Ente, como o faz o Pós-dêitico em inglês.
- A estrutura lógica do grupo nominal em português distribui os elementos de forma diferente nas posições de pré- e pós-modificação em relação ao inglês. No primeiro caso, α; $\beta\alpha$, $\beta\beta$, $\beta\gamma$...; $\gamma\alpha$, $\gamma\beta$, $\gamma\gamma$...; no segundo, α, β, γ, δ, ε, ζ...

A proposta de descrição apresentada na análise, seguida do contraste com um outro sistema lingüístico, foi capaz de seguir os preceitos das pesquisas que possuem uma visão lingüístico-funcional da tradução de forma a contribuir para análises futuras nesta vertente do campo disciplinar.

Retomando os objetivos propostos na Introdução desta dissertação, pode-se afirmar que esta pesquisa chega ao fim cumprindo seus objetivos gerais, pois:

- Pôde contribuir para os estudos da tradução, em análises de comparação e motivação tradutória, bem como para uma futura teoria de tradução.
- Pôde contribuir para a descrição sistêmico-funcional do português.
- Pôde contribuir com os estudos sistêmico-funcionais aplicados à língua portuguesa.
- Pôde corroborar os resultados alcançados pelas abordagens à tradução de base sistêmico-funcional.
- Pôde contribuir para a ampliação das pesquisas desenvolvidas pelo projeto CORDIALL, desenvolvido na Faculdade de Letras da UFMG.

A dissertação também cumpriu seus objetivos específicos, pois:

- Foi capaz de promover a identificação e propor uma descrição sistêmico-funcional da oração abordada “de baixo”, ou, em outras palavras, a identificação e uma descrição da unidade imediatamente inferior que a compõe na escala de ordens, a ordem do grupo/ frase.
- Com base na teoria geral de descrição sistêmico-funcional (HALLIDAY, 2002), foi capaz de propor uma descrição dos sistemas que compõem as estruturas experiencial e lógica do grupo nominal no sistema lingüístico do português.

SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS

Como toda pesquisa acadêmica, é fundamental entender que este estudo revela apenas a importância da descrição do contraste tipológico entre os sistemas lingüísticos em relação tradutória para uma maior produtividade nas análises conduzidas nesta vertente do campo disciplinar. Assim sendo, destaca-se aqui a necessidade de pesquisas futuras de dois tipos.

Um primeiro, que possa ampliar a descrição, principalmente para os sistemas oracionais, os quais estruturam a oração em seu próprio nível. Tais estudos necessitam partir de uma perspectiva metafuncional, capaz de apresentar descrições mais amplas do sistema. Isto se fará com a "subida" tanto na escala de ordens, para a descrição da ordem da oração, quanto com a "subida" na estratificação, para a descrição de sistemas lexicogramaticais metafuncionais, de importância fundamental para a descrição do sistema, como por exemplo, os sistemas de TRANSITIVIDADE, MODO e TEMA.

Especificamente para a tradução, as descrições metafuncionais contribuirão de forma complementar a esta pesquisa, que apresentou uma descrição da dimensão da ordem, possibilitando a construção de matrizes de função-ordem, capazes de explicar a relação tradutória em vários aspectos da produção de significado, desde os mais amplos, como o sistema empregado, até os mais específicos, como escolhas de colocação, lexicais, ou mesmo morfológicas.

Um segundo tipo de estudo seria aquele capaz de verificar a validade da descrição, isto é, entender em que medida se aplicam as características apontadas nesta proposta, quais carecem de complementação e quais devem ser reformuladas. Alguns pontos que fugiram ao escopo deste trabalho podem ser apontados como: a descrição dos complexos de grupos, a relação com os estratos semântico e fonológico, a descrição dos grupos a partir de uma perspectiva metafuncional.

Além destes, são necessários também estudos quantitativos que expliquem a probabilidade de ocorrência de determinadas classes identificadas nesta pesquisa como forma de produzirem análises mais produtivas de tradução, como por exemplo, a probabilidade de ocorrência para Epíteto e Ente em português, incluindo os complexos, ou a relação de classificação entre Classificador e Qualificador, inclusive no que diz respeito a seu potencial metafórico.

LIMITAÇÕES

Dentre as limitações desta pesquisa, destaca-se que o sistema de anotação dos dados se constituiu como uma das mais importantes. Conduzida de forma manual, a anotação impôs restrições tanto para a investigação do córpus, quanto para a extração e análise dos dados. No caso do córpus, este teve de, necessariamente, ter suas dimensões reduzidas, pois a anotação manual demanda tempo e esforços grandes. Para a extração dos dados, devido ao fato de não terem sido compilados em um banco de dados de forma a serem recuperados com rapidez, esta etapa da pesquisa demorou bastante tempo, além de ter demandado maior controle para minimizar erros de contabilização dos dados.

Outra limitação desta pesquisa é circularidade das etapas da metodologia. Devido ao fato de este ser um trabalho de descrição, esta pesquisa teve de lidar com muitos fatores concorrentes na interpretação sistêmico-funcional dos dados extraídos do córpus. Isto significa dizer que, para cada item descrito, foi necessário constatar sua ocorrência no córpus, identificar pela pesquisa bibliográfica sua descrição (ou não) em outros trabalho descritivos em português, analisá-lo desde a perspectiva sistêmico-funcional, aplicar sobre ele a teoria de descrição sistêmico-funcional, produzir uma descrição provisória, testar a descrição no córpus da pesquisa de modo a verificar sua pertinência quando aplicada a outras ocorrências do mesmo item e, finalmente, chegar à forma da descrição tal como está apresentada nesta dissertação.

Vale destacar que um fato recorrente durante a realização deste trabalho, percebido desde as primeira análises, foi que estes passos de investigação não são seqüenciais, nem na forma como a análise de fato acontece, ou tampouco na linearidade temporal. Com isto, por exemplo, pode-se citar a descrição dos Dêiticos que, nesta dissertação, foi a primeira a ser começada, sendo contudo a penúltima concretizada, pois precisou-se da descrição de Entes e Epítetos para que pudesse ser articulada aos outros sistemas presentes na estrutura do grupo nominal. Neste sentido, a metodologia completa, passo a passo, para a descrição dos itens, no contexto deste trabalho, só pode ser entendida como um diário das atividades, que se completa junto com a finalização da descrição.

Por isto, a metodologia apresentada nesta dissertação funciona mais como um conjunto de orientações metodológicas, ou como uma metodologia de descrição apresentada em "um nível mais baixo de delicadeza". Exatamente por este motivo, em parte, a metodologia apresentada no Capítulo 2 nutre alguma semelhança com a revisão da literatura em partes e, por vezes se assemelha à própria análise.

Porém, é muito importante ressaltar que este é um desafio para o futuro da teoria sistêmico-funcional como um todo, pois não há ainda publicado um trabalho de descrição sistêmica que apresente o "passo a passo" de uma descrição ampla do sistema, principalmente pelo fato de cada sistema lingüístico carecer de metodologias distintas.

No caso do português, pode-se citar, por exemplo, um trabalho de descrição que terá de ser realizado: o do estrato fonológico, pois a constituição fonológica dos sistemas lingüísticos é uma de suas particularidades mais visíveis que os distinguem uns dos outros. Assim, ainda que existisse uma metodologia de descrição detalhada deste estrato para, por exemplo, a descrição fonológica do inglês, é possível perguntar qual seria seu valor para a descrição fonológica do português, já que desde as unidades mais básicas na escala de ordens, estes sistemas se distinguem. Isto é, qual o valor da metodologia de descrição de itens como

‘foot’, ‘hemisyllable’ ou ‘metric foot’ para o português, que possui outra constituição fonológica completamente diferente?

Um aspecto importante para a reflexão presente nesta pesquisa é que a metodologia de descrição já se torna parte da própria descrição, assim como uma descrição sistêmica não é capaz de ser aplicada a outro sistema, ou seja, cada sistema requer sua própria descrição e, assim, sua própria metodologia descritiva. Por isto, como uma conclusão desta limitação aqui apresentada tem-se que o desenvolvimento das pesquisas em descrição sistêmica pautam-se pela seguinte orientação: uma descrição serve como parâmetro metodológico para outras descrições, porém, cada descrição deve, igualmente, estabelecer seus próprios parâmetros. Diante deste contexto Matthiessen (1994) faz a seguinte constatação:

> O trabalho sistêmico em determinadas línguas contribui para o trabalho em outras línguas. Este tipo de trabalho é utilizado para expandir a imaginação descritiva, precisamente porque as descrições de muitas línguas são tão particulares. Assim, por exemplo, o trabalho de descrição no domínio textual do vietnamita tem como parâmetro as interpretações do chinês (e não do inglês) na investigação da relação entre os domínios textual e interpessoal. O trabalho de descrição da fonologia do irlandês tem por base, também, o trabalho sobre a sílaba chinesa. O trabalho de descrição da transitividade do francês aconteceu em face do contexto dos sistemas de transitividade de várias línguas, incluindo o tagalo e o akan. O trabalho de descrição da transitividade do akan apresenta uma complementaridade diferente daquela encontrada nos modelos transitivo e ergativo do chinês e do inglês.[108]

Desta forma, a conclusão mais importante apontada nesta pesquisa é a contribuição que seu processo de desenvolvimento metodológico e descritivo, presente nos significados produzidos que se acumulam a cada página, pode oferecer para trabalhos futuros.

---

[108] Systemic work on particular languages is informing work on other languages. This work serves to widen the descriptive imagination, precisely because descriptions of various languages are particularistic. So for example, current work on the textual domain of Vietnamese is being informed by interpretations of Chinese (rather than English) in the investigation of the relationship between the textual and the interpersonal; current work on Irish phonology is again being informed by work on the Chinese syllable; the work on French transitivity has taken place in the context of the transitivity systems of various languages, including Tagalog and Akan; the work on Akan transitivity suggested a different kind of complementarity between the transitive and ergative models from those found in Chinese and English.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, D.; PAGANO, A. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *Aspectos da representação do discurso em textos traduzidos os verbos de elocução neutros.* 2006. enc. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais.

ASSIS, R.; MAGALHÃES, C. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *A transitividade na representação de Sethe no corpus paralelo Beloved-Amada*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG/ PosLin, 2005. (Dissertação, Mestrado em Lingüística Aplicada, inédita).

BAKER, M. *In other words*: a coursebook on translation. London: Routledge, 1992.

BIBER, Douglas. Variation across speech and writing. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1991.

CAFFAREL, A.; MARTIN, J.; MATTHIESSEN, C. (Eds.) *Language typology*: a functional perspective. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2004.

CATFORD, J. *A linguistic theory of translation*: an essay in applied linguistics. London: Oxford Univ., 1965. 103p.

CATFORD, J. Uma teoria linguistica da tradução: um ensaio de linguistica aplicada. São Paulo: Cultrix, 1980.

COUCHMAN, M. *SFL, corpus and the consumer*: an exploration of theoretical and technological potential. Sidney: Departamento de Lingüítica da Macquire University, 2006. (Tese de doutorado).

CRUZ, O.; PAGANO, A. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *Harry Potter and the chamber of secrets e sua tradução para o português do Brasil:* uma análise dos verbos de elocução com base na lingüística sistêmica e nos estudos de corpora. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG/ PosLin, 2005. (Dissertação, Mestrado em Lingüística Aplicada, inédita).

DOURADO, M., GIL, G., VASCONCELLOS, M. L. Contributions of systemic linguistics to translation studies. *Anais do XIII Encontro Nacional de Professores Universitários de Língua Inglesa – ENPULI*, Rio de Janeiro: Editora da PUC, 1995. p. 227-242.

ELLIS, J. *Towards a general comparative linguistics.* The Hague: Mouton, 1966. 170p.

FEITOSA, M.; PAGANO, A. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *Uma proposta de anotação de corpora paralelos com base na ingüística sistêmico-funcional*. 2005. enc. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais.

FRANÇA, J.; VASCONCELLOS, A. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

HALLIDAY, M. A. K. Language structure and language function. In: LYONS, J. (Ed.). *New horizons in linguistics*. Middlesex: Penguin Books Ltd, 1970.

HALLIDAY, M. A. K. Linguistic function and literary style: an enquiry into the language of William Golding's The Inheritors. In: *Explorations in the functions of language*. London: Edward Arnold, 1973.

HALLIDAY, M. A. K. *Language as social semiotic*: the social interpretation of language and meaning. London & Baltimore: Edward Arnold & University Park Press, 1978.

HALLIDAY, M.A.K. *An introduction to functional grammar*. 1 ed. London: Arnold, 1985.

HALLIDAY, M. A. K. The construction of knownledge and value in the grammar of scienfic discourse, with reference to Charles Darwing's the origin of species. In: COULTHARD, M. (Ed.). *Advances in written text analysis*. London and New York: Routlege, 1994.

HALLIDAY, M. A. K. Things and relations: regrammaticising experience as technical knowledge. In: MARTIN, J., VEEL, R. (Ed.). *Reading sciene; critical and functional perspectives on discourses of science*. London and New York: Routledge, 1998. p. 185-235.

HALLIDAY, M. A. K. 2001. Towards the theory of a good translation. In: STEINER, E.; YALLOP, C (Ed.). *Exploring translation and multilingual text production*: beyond content. Berlin/ New York: Mouton de Gruyter, 2001. p. 13-18.

HALLIDAY, M. A. K. *On grammar*. London: Continuum, 2002.

HALLIDAY, M. A. K. On language in relation to fuzzy logic and intelligent computing. In: WEBSTER, J. (Ed.) *Computational and quantitative studies*. London: Continuum, 2005. (The collected works of M. A. K. Halliday, v. 6, cap. 9, p. 196-212).

HALLIDAY, M. A. K., MATTHIESSEN, C. *Construing experience as meaning*: a language based approach to cognition. London: Cassell, 1999.

HALLIDAY, M. A. K., MATTHIESSEN, C. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 2004.

HALLIDAY, M. A. K; McINTOSH, A.; STREVENS, P. *The linguist sciences and language teaching*. London: Longmans, 1964.

HASAN, R.; CLORAN, C.; BUTT, D. *Functional descriptions*: theory in practice. Amsterdam; Philadelphia: J. Benjamins Pub., c1996. 381 p.

HATIM, B. *Teaching and researting translation*. Harlow: Longman, 2001.

HATIM, B.; MASON, I. *Discourse and the translator*. London ; New York: Longman, 1993.

HAWKING, S. W. *A brief history of time from the big bang to black holes*. London, Auckland: Bantam Press, 1988.

HAWKING, S.W. *Uma breve história do tempo*: do big bang aos buracos negros. Trad. Maria Helena Torres. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

HOUSE, J. *A model for translation quality assessment*: a model revisited. Tübingen: Gunter Narr, 1997.

HUNSTON, S., THOMPSON, G. Evaluation: an introduction. In: HUNSTON, S., THOMPSON, G. (Eds.) *Evaluation in text*: authorial stance and the construction of discourse. Oxford: Oxford University Press, 2001. cap. 1, p. 1-27.

MAGALHÃES, C. M. Da coesão como recurso de continuidade do discurso. In: ALVES, F., MAGALHÃES, C. M., PAGANO, A. (Org.). *Competência em tradução*: cognição e discurso. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004. p. 210-245.

MALMKJÆR, K. *Linguistics and the language of translation*. Edinburgh: Edinburg University Press, 2005.

MARTIN, J. Analysing genre: functional parameters. In: CHRISTIE, F., MARTIN, J. R. (Eds.) *Genre and institutions*: social processes in the workplace and school. London & New York: Continuum, 1997. p. 3-37.

MARTIN, J. R. Beyond exchange: appraisal systems in English. In: HUNSTON, S., THOMPSON, G. (Eds.) *Evaluation in text*: authorial stance and the construction of discourse. Oxford: Oxford University Press, 2001. cap. 8, p. 142-175.

MARTIN, J.; MATTHIESSEN, C. PINTER, C. *Working with functional grammar*. London: Arnold, 1997.

MARTIN, J., ROSE, D. *Working with discourse*: meaning beyond the clause. London: Continuum, 2003.

MATTHIESSEN, C. Register on the round: diversity in a unified theory of register analysis. In: GHADESSY, M (Ed.). *Register analysis*: practice and theory. London: Pinter, 1993.

MATTHIESSEN, C. Letter to Mark Durieix. 1994. Disponível em <http://www.ling.mq.edu.au/nlp/network/debates/Matthiessen_Durieix94.html>. Acesso em 25 de abril de 2007.

MATTHIESSEN, Christian. M.I.M. Construing processes of counciousness. From the commonsense model to the uncommonsense model of cognitive science. In: MARTIN, J., VEEL, R. (Ed.). *Reading sciene; critical and functional perspectives on discourses of science*. London and New York: Routledge, 1998. p. 327-356.

MATTHIESSEN, C. The system of transitivity: an exploratory study of text based profiles. Functions of language, nº 6 (1), p. 1-51, 1999.

MATTHIESSEN, C. The environments of translation. In: STEINER, E. YALLOP, C. (Eds). *Exploring translation and multilingual text production, beyond content*. Berlin & New York: Mouton de Gruyer, 2001. p. 41-124.

MATTHIESSEN, C. Descriptive motifs and generalizations. In: CAFFAREL, A.; MARTIN, J.; MATTHIESSEN, C. (Eds.) *Language typology*: a functional perspective. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2004.

MATTHIESSEN, C.; WU, C. Computational tools for linguistic description and analysis. Maquire University.

MUNDAY, J. Problems of applying thematic analysis to translation between spanish and english. Cadernos de tradução, Florianópolis, n° 3, p. 183-214, 1998.

MUNDAY, J. *Introducing translation studies*: theories and applications. London & New York: Routledge, 2001.

MUNDAY, J. 2002. Systems in translation: a systemic model for descriptive translation studies. In: Hermans, T. (Ed.). *Cross-cultural transgressions*: research models in translation studies II. Historical and ideological issues. Manchester, UK/ Nothampton, MA: St. Jerome: 76-92.

NEVES, M. H. de M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000 1037p.

PAGANO, A. Organização temática e tradução. In: ALVES, F., MAGALHÃES, C., PAGANO, A. (Org.). *Competência em tradução*: cognição e discurso. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005. p. 247-299.

PAGANO, A.; VASCONCELLOS, M. L. Explorando interfaces: estudos da tradução, lingüística sistêmico-funcional e lingüística de córpus. In: ALVES, F., MAGALHÃES, C., PAGANO, A. (Org.). *Competência em tradução*: cognição e discurso. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005. p. 177-207.

RODRIGUES, R.; PAGANO, A. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS.*A organização temática em "A hora da estrela" e "The hour of the star"*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG/ PosLin, 2005. (Dissertação, Mestrado em Lingüística Aplicada, inédita).

STEINER, E. 1991. *A Functional Perspective on Language, Action, and Interpretation*. Berlin et al.: Mouton de Gruyter.

STEINER, E. How (Translated and otherwise Interlingual) Texts Work is our Way into what, why and to what Effects. *Target. International Journal of Translation Studies* 13 (2), 343-348 (2001).

STEINER, E. 2002. Grammatical Metaphor in Translation - Some Methods for Corpus-based Investigations. In: H. Hasselgard, S. Johansson, B. Behrens & C. Fabricius-Hansen. (Eds.), *Information Structure in a Cross-linguistic Perspective*. Amsterdam: Rodopi, 213-228.

STEINER, E.; YALLOP, C. (Eds). *Exploring translation and multilingual text production, beyond content*. Berlin & New York: Mouton de Gruyer, 2001.

TEICH, E. Contrastive linguistics and translation studies revisited. In: GIL, Alberto (Org.) *Modelle der Translation*: Grundlagen für Methodik, Bewertung, Computermodellierung. Frankfurt am Main & Berlin: Lang, 1999.

TEICH, E. Towards a model for the description of cross-linguistic divergence and commonality in translation. In: STEINER, E. YALLOP, C. (Eds). *Exploring translation and multilingual text production, beyond content*. Berlin & New York: Mouton de Gruyer, 2001.

TERUYA, K. Metafunctional profile of the grammar of Japanese. In: CAFFAREL, A.; MARTIN, J.; MATTHIESSEN, C. (Eds.) *Language typology*: a functional perspective. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2004.

TERUYA, K.; MATTHIESSEN, C.; CAFFAREL, A.; AKEREJOLA, E.; LAV ID, J.; ANDERSEN, T.; PETERSEN, H.; SMEDEGAARD, F.; PATPONG, P. *Typology of mood*: a text-based and system based functional view. No prelo.

THOMPSON, Geoff. *Introducing Functional Grammar*. London: Arnold, 2002.

TOURY, Gideon. *Descriptive translation studies and beyond*. Amsterdam: 1995. 311p.

TUFANO, D. *Gramática e literatura brasileira*: curso completo. São Paulo: Paulus, 2005.

URE, J. Practical registers (Part 1). English language teaching, nº 23 (2), p. 107-114, 1969a.

URE, J. Practical registers (Part 2). English language teaching, nº 23 (3), p. 207-215, 1969b.